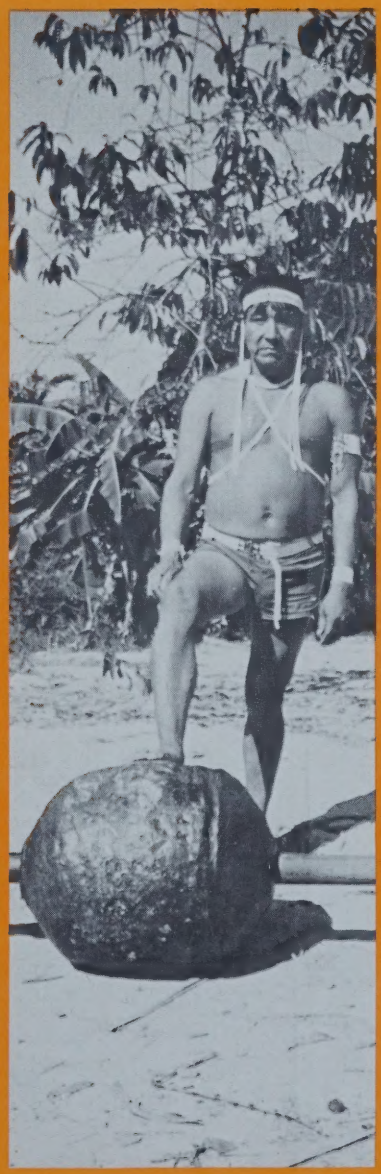
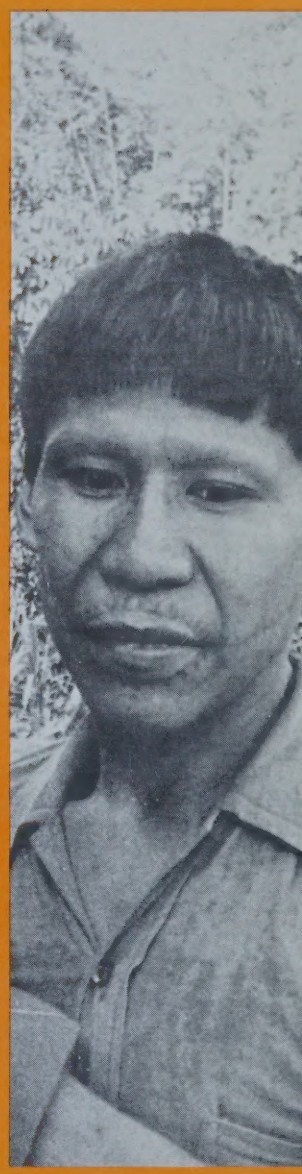
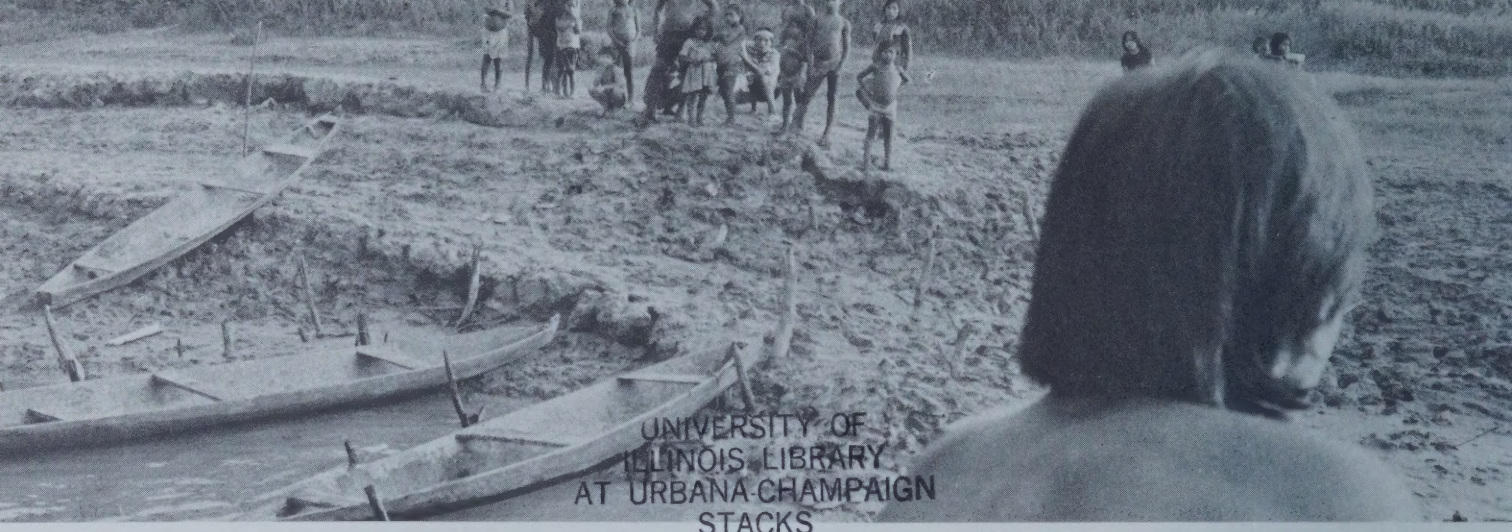
981.00498
P869
v.5

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

5 JAVARI

Marúbo
Mayorúna
Matís
Índios da Confluência do Ituí com o Itacoaí
Índios do rio Quixito
Kulína
Kanamarí
Índios do Alto Jandiatuba



UNIVERSITY OF
ILLINOIS LIBRARY
AT URBANA-CHAMPAIGN
STACKS

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

5 JAVARI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Javari
volume 5

Plano da Obra: Povos Indígenas no Brasil é uma obra composta de 18 volumes que sistematiza os resultados de uma ampla pesquisa participante, envolvendo antropólogos, missionários, indigenistas, índios, fotógrafos, lingüistas, jornalistas, médicos e outros, sobre os povos indígenas que existem hoje no Brasil. Cada um desses volumes contém texto, fotos, iconografias, mapas, documentos, depoimentos e fontes sobre os povos indígenas existentes em cada Área, que são: 1. Noroeste da Amazônia, 2. Roraima, 3. Amapá/Norte do Pará, 4. Solimões, 5. Javari, 6. Juruá/Jutaí, 7. Tapajós/Madeira, 8. Sudeste do Pará, 9. Maranhão, 10. Nordeste, 11. Acre/Purus, 12. Rondônia, 13. Oeste do Mato Grosso, 14. Parque Indígena do Xingu, 15. Leste do Mato Grosso/Goiás, 16. Leste, 17. Mato Grosso do Sul e 18. Sul. A edição da obra deverá se estender por um período de dois anos e será completada com a publicação das conclusões e índices em volume(s) separado(s). Prevê-se a sua continuidade, com a atualização permanente das informações e sua divulgação.

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP — Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

P894
v.5

Povos indígenas no Brasil / [coordenador geral Carlos Alberto Ricardo]. — São Paulo : CEDI, 1981-

Vários colaboradores.
Bibliografia.
Conteúdo: v.5. Javari.

1. Índios da América do Sul — Brasil I. Ricardo, Carlos Alberto, 1950- II. Título: Javari.

81-1271 CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Índios 980.41
2. Brasil : Povos indígenas 980.41
3. Índios : Brasil 980.41
4. Povos indígenas : Brasil 980.41

Publicação não comercial — Proibida a venda

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

5 JAVARI

São Paulo
1981

CEDI

© Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1981.

Coordenador Geral: Carlos Alberto Ricardo

Coordenador e redator do volume: Julio Cesar Melatti
Colaboradores do volume:
Alberto Chirif (consultoria/área de fronteira/Peru)
Arceu Carvalho Borja (ficha)
David R.L. Pennington (fotos)
Delvair Montagner Melatti (texto/foto/consultoria)
Egon Dionísio Heck (consultoria/fotos)
Jesco von Puttkamer Fº (fotos)
Laércio Joel Franco, Dr. (foto)
Marco Antonio do Espírito Santo (texto/fotos)
Sydney F. Possuelo (fotos)
Terri Valle de Aquino (texto/fotos/consultoria)
Wolf Gauer (fotos)

Equipe de edição:
Editores de texto: Luiz Roncari e Carlos Alberto Ricardo
Editora de Arte: Diana Mindlin
Assistente de arte: Eliana Paiva
Editor de Foto: Vincent Carelli
Serviços de Laboratório: Vincent Carelli e Raul Garcez
Produtor Gráfico: Maurício Piza
Mapas e diagramas: Maurício Piza e André Amaral
Arquivo e Secretaria: André Amaral e Fany Ricardo
Sistema de Distribuição: Marta Maria Azevedo

Consultores:
Coleções Etnográficas: Dominique T. Gallois
Etno-História: João Pacheco de Oliveira Fº
Etnologia: Anthony Seeger e Julio Cesar Melatti
Línguas Indígenas e grafia de nomes: Ionne Leite e Maurizio Gnerre
Mapas: Agamenon Dantas
Padronização Editorial: Leda Maria V.B. Leite
Saúde: Rubens Brando
Terra: Alfredo Wagner B. de Almeida, José de Souza Martins e Neide Esterci

Distribuição direta. Publicação não-comercial. Retribuição à colaboração.
Forma de envio para os *colaboradores efetivos*:
Brasil — via aérea
Exterior — via marítima
(porte pago pelo destinatário, exceto do(s) volume(s) no(s) qual(ais) colaborou diretamente).
Pessoas e instituições interessadas: escrever para caixa postal 54097, 01000, São Paulo, S.P., Brasil, solicitando informações.

Capa e guarda: Diana Mindlin (montagem com fotos do volume)

Fotocomposição: Forma Composições Gráficas Ltda.
Fotolito: Reproffset
Impressão e acabamento: Companhia Lithographica Ypiranga

Esta obra é uma publicação do CEDI, Av. Higienópolis 983, 01238, São Paulo, SP, Brasil.
ISBN 85-85017-01-5 obra completa
ISBN 85-85017-06-6 volume 5
Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

COLABORE COM O LEVANTAMENTO:
enviando material, sugestões, críticas e acréscimos a este volume. Veja como colaborar com os volumes das outras Áreas (em preparação), na última página.

981.00498
P869
v.5

Apresentação

A região examinada neste volume se constitui das terras banhadas pelo rio Javari e seus tributários da margem direita e ainda dos altos cursos dos rios Jutaí e Jandiatuba. Fica, portanto, no sudoeste do Estado do Amazonas. Os rios que correm para o Javari ficam no Município de Atalaia do Norte; o alto Jandiatuba e seus afluentes correm no sul do Município de São Paulo de Olivença; o alto Jutaí e seus afluentes estão no sudoeste do Município de Jutaí.

Os grupos indígenas abordados neste volume são os seguintes:

1) Marúbo;
2) Mayorúna;
3) Matís;
4) Índios da confluência do Ituí com o Itacoaí (arredios);
5) Índios do rio Quixito (arredios);
6) Kulína (uma parte dos quais é arredia; os do Juruá e do baixo Jutaí são tratados no volume 6 Juruá/Jutaí; e os dos altos rios, tratados no volume 11 Acre/Purus);
7) Kanamari (exceto os que vivem no Juruá, abordados no volume 6 Juruá/Jutaí); e
8) Índios do alto Jandiatuba (em parte arredios e talvez constituintes de mais de um povo).

Enfim, este volume trata das populações indígenas cujas terras deverão vir a constituir o PARQUE INDÍGENA DO VALE DO JAVARI.

A redação inicial do volume foi realizada pelo antropólogo Julio Cezar Melatti, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Teve por base sua própria experiência de pesquisa entre os índios Marúbo, levada a efeito de dezembro de 1974 a março de 1975 e de maio a setembro de 1978, em colaboração com sua esposa, a antropóloga Delvair Montagner Melatti, do então DGPC (hoje AGESP), da FUNAI.

Um grande número de informações incluídas no texto foram obtidas em um levantamento realizado pelo mesmo Julio Cezar Melatti no arquivo do citado DGPC, em fevereiro de 1980, num período em que a FUNAI estava menos fechada aos pesquisadores. Esse levantamento, que teve por objeto a região do Javari e seus afluentes do lado brasileiro, não tinha por objetivo a redação deste volume, pois foi somente em agosto de 1980 que Melatti se engajou entre os colaboradores do "Levantamento: Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil".

Os três grupos de trabalho da FUNAI que visitaram a região, para delimitar as terras indígenas, em meados de 1980, conseguiram uma série de informações que foram registradas nos relatórios de Delvair Montagner Melatti, que percorreu o Itacoaí e o Ituí (Montagner Melatti: 1980), e do sociólogo Marco Antonio do Espírito Santo, que percorreu o Jutaí e levantou dados sobre o Jandiatuba (Espírito Santo: 1980). O acesso a esses relatórios foi de fundamental importância para a redação de certas partes do presente texto. O antropólogo Terri Valle de Aquino, que, como membro de um desses grupos de trabalho, percorreu o Javari e Curuçá (viagem durante a qual foi demitido da FUNAI, no conhecido episódio do afastamento de grande número de antropólogos e indigenistas ocorrido em meados de 1980), fez uma longa crítica da primeira redação desse texto na qual fornece dados obtidos em sua viagem (sobre a qual não elaborou relatório). Esses dados foram incorporados ao texto e indicados como "informações pessoais" (Aquino, i.p.).

Outra revisão importante foi feita pelo missionário católico Egon Heck, atualmente trabalhando na Prelazia de Tefé, a qual implicou em alterações principalmente nos capítulos Kanamarí e Kulína, povos que também aparecerão no volume Juruá-Jutaí, do qual é coordenador. Ele teve oportunidade de discuti-las pessoalmente com J. C. Melatti.

Algumas informações valiosas sobre os Mayorúna foram obtidas do chefe do PIA Lobo, Arceu Carvalho Borja, que preencheu também uma ficha-padrão do LEVANTAMENTO.

No mais, foi utilizada a parca bibliografia sobre a região.

A colaboração fotográfica está creditada em cada foto publicada.

A escolha do JAVARI como primeiro volume a ser publicado, deveu-se, paradoxalmente, ao fato de abranger uma Área pouco conhecida. Pela avaliação dos coordenadores do Levantamento, o acesso a uma rede local de colaboradores, com conhecimento aprofundado da região, seria bastante reduzido e não caberia, dentro do fôlego desse projeto, alterar significativamente o volume de informações já conseguido por outras pesquisas. Nesse sentido, o principal esforço desse volume foi o de realizar uma sistematização rigorosa das informações disponíveis, até então, sobre os povos indígenas da Área.

Para o projeto LEVANTAMENTO como um todo, o volume JAVARI *teve, no entanto, importância adicional. Por se tratar do primeiro produzido, serviu para se exercitar, ao menos em parte, a proposta de* metodologia participante. *Um dos resultados desse processo foi sistematizado pela equipe de edição, atingindo uma padronização gráfica e editorial mínimas para a obra como um todo.*

A primeira versão do texto chegou à equipe de edição em meados de março de 81. Nesse momento apenas uma parte das fotos e ilustrações tinha sido obtida. A primeira tarefa coube aos editores de texto, que alteraram a redação visando um mínimo de padronização da linguagem e organização do texto. O texto foi datilografado em laudas e tiradas 20 cópias, enviadas aos coordenadores de Área (exceto àqueles que se encontravam em regiões pouco acessíveis). Acompanhava a cópia uma circular pedindo comentários e sugestões, tanto quanto ao conteúdo, checando ou acrescentando informações, quanto às soluções editoriais propostas. Junto seguia já uma primeira versão de projeto gráfico.

Um dos resultados dessa ampla consulta, foi a elaboração em julho de uma lista de cerca de 100 questões referidas ao texto, envolvendo desde detalhes de informação até outras mais de fundo. Como, por exemplo: seria possível defender uma proposta de Parque para a Área? Como atualizar as informações sobre a estrutura agrária e os movimentos atuais de ocupação econômica na região? Várias dessas questões puderam ser resolvidas em conversas com o coordenador da Área e o esforço extra de alguns colaboradores já mencionados. Outras, exigiram pesquisas complementares da equipe de edição, o que levou à formação de uma pequena biblioteca de referência e motivou a constituição de uma rede de consultores especializados por assuntos — da qual participou ativamente, nesse volume, o antropólogo Alfredo Wagner —, conforme consta da página de créditos.

No bojo das discussões a respeito desse primeiro original, uma série de outras decisões importantes foram tomadas: resolveu-se desdobrar o programa inicial de publicação de 11 para 18 volumes de Área, possibilitando uma maior agilização na produção; a elaboração e distribuição entre os colaboradores efetivos de um conjunto de "orientações para a redação" de cada uma das partes dos volumes; um reequacionamento e ampliação dos prazos inicialmente previstos para a realização de cada volume em função de se viabilizar a metodologia proposta.

A exigüidade da chamada rede local de colaboradores e a ampla participação da rede nacional, por assim dizer, condicionaram o exercício da metodologia participante nesse volume. Criou-se, a propósito, um campo real de discussões entre vários colaboradores, após 8 meses de trabalho.

São Paulo, novembro de 1981

FOTOGRAFIAS E ESQUEMAS

1. Rio Javarí (Castelnau, 1853) 12
2. Índios Mayorúna (Spix et Martius, 1823-1831) 14
3. Índio Mirahua (Marcoy, 1873) 17
4. Índio Mayorúna (Marcoy, 1873) 17
5. Detalhe do Mapa da Bacia Amazônica (Spix et Martius, 1823-1831) 19
6. Velório de dois madeireiros mortos por índios arredios (foto Wolf Gauer, 1980) 23
7. Escoamento de madeira extraída da região, rio Solimões, proximidades de Tefé (foto David Pennington, 1980) 24
8. Serraria de Benjamin Constant (foto Wolf Gauer, 1980) 24
9. Maloca de José do Nascimento, "o Velho", rio Ituí (foto Delvair Mellati, 1978) 38
10. Mulher e criança da maloca de José do Nascimento, "o Velho" (foto Delvair Melatti, 1975) 39
11. Pela de borracha de extração indígena (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 42
12. Simão, irmão de Reissamon, líder da maloca (foto Delvair Melatti, 1978) 42
13. Estrutura de maloca, rio Curuçá (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 44
14. Esquema de maloca Marúbo 44
15. Festa do novo Trocano, maloca do Paulo, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1975) 45
16. Maloca, rio Curuçá (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 46
17. Posando com o "Wino" (madeira de pupunha), bastão cerimonial e pau de cavar, rio Curuçá (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 46
18, 19, 20 e 21. Artesanato Marúbo, cerâmica e cestaria (foto grande, acima, Terri Vale de Aquino, 1980; foto à esquerda, Jesco von Puttkamer, IGPHA/UCG, 1964; foto centro, Delvair Melatti, 1975; foto à direita, Delvair Melatti, 1975) 48
22 e 23. Pintura corporal, acima, maloca do Reissamon, rio Ituí; pintura facial, abaixo, maloca do Paulo, rio Ituí (fotos Delvair Melatti, 1975 e 1978) 49
24, 25 e 26. Defumação da borracha, maloca do Vicente, confluência do Curuçá e Maronal (fotos de Delvair Melatti, 1978) 50
27. Missionários da MNTB, avião das Asas de Socorro, campo de Vida Nova (foto Delvair Melatti, 1975) 54
28. Batelão da AJUSOL/FUNAI (foto Terri Valle de Aquino, 1980) 54

29. Missionário holandês, rio Ituí (foto Jesco von Puttkamer, IGPHA/UCG, 1964) 55
30. Croquis de Romanoff 62
31 e 32. Mayorúna do lado peruano, rio Jaquirama (foto Stefano Varese, 1974) 63
33, 34, 35 e 36. página seguinte: índios do igarapé Lobo (1977) 66, 67
37 e 38. Aldeia do Lameirão, rio Javari (foto, acima, Wolf Gauer, 1980; foto, abaixo, David Pennington, 1980) 68
39 Aldeia do Lameirão, rio Javari (foto David Pennington, 1980) 72
40. Aldeia do igarapé Lobo (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 72
41. Maloca atual, igarapé Lobo (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 73
42. Duas malocas Mayorúna a partir de esquemas feitos por Arceu Carvalho Borja (Chefe PIA Lobo) 73
43. Coivara, lado peruano, rio Jaquirana (foto Stefano Varese, 1974) 75
44. Acampamento, lado peruano, rio Jaquirana (foto Stefano Varese, 1974) 76
45. Queima da cerâmica, lado peruano, rio Jaquirana (foto Stefano, 1974) 76
46. Batelão BFSOL/FUNAI (1977) 77
47. Equipe médica EPM/FUNAI, igarapé Lobo (foto Dr. Laércio Joel Franco, 1978) 77
48. Escoamento de tocas de madeira dos altos rios, rio Javari (foto Terri Vale de Aquino, 1980) 80
49. Ornamentos labiais, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1980) 84
50 e 51. Zarabatana, rio Ituí (fotos Delvair Melatti, 1980) 85
52. Preparo da maniva, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1980) 88
53. Esquema de maloca Matís. Segundo planta baixa da maloca (croquis) (Montagner Melatti: 1980, 93). 88
54 e 55. Preparo de pupunha (acima) e caissoma (abaixo), rio Ituí (fotos Delvair Melatti, 1980) 89
56. Sede do PIA Ituí, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1980) 90
57 e 58. (fotos Delvair Melatti, 1980) 91
59 e 62. Acima e página oposta: cachorros como brindes para a atração, confluência dos rios Ituí/Itacoaí (Revista de Atualidade Indígena, n.º 8, 1978) 96
60, 61 e 63. Acima e página oposta: primeiro contato: diálogo através de gestos, rio Itacoaí (Informativo FUNAI, n.º 14, setembro 1975) 97
64. Primeiro contato, rio Quixito (foto Sydney Possuelo, 1978) 104
65 e 66. Sertanistas e intérpretes e índios do Quixito (fotos Sydney Possuelo, 1978) 105
67. (foto Sydney Possuello, 1978) 106
68. No segundo contato os índios apareceram acompanhados de mulheres e crianças (foto Sydney Possuello, 1978) 107

69, 70 e 71. (fotos Sydney Possuelo, 1978) 108
72. Pintura facial, aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980) 120
73. Flauta Kanamarí, rio Itacoaí (foto Delvair Melatti, 1980) 120
74. Índios arranchados na casa do seringueiro Sebastião Damil (foto Egon D. Heck, 1980) 121
75. População da aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980) 121
76. Pela de borracha, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck) 122
77. Aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980) 123
78 e 79. Festa, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (fotos Marco Antonio Espírito Santo, 1981) 124
80. Pintura facial, maloca Caranã, rio Jutaizinho (foto Marco Antonio Espírito Santo, 1981) 125
81. Aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979) 125
82. Refeição, aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980) 126
83. Batelão, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979) 126
84. (foto Marco Antonio Espírito Santo, 1981) 129
85. Índia se recuperando de sarampo, aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980) 132
86. Verminose infantil, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979) 132
87. Arô, tuxaua da aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979) 132

MAPAS

1. Localização da Área do Javari 1
2. Mapa Histórico: Período Jesuítico (1638-1769) 20
Período da coleta e pesca comerciais (1769-1870) 21
Período da borracha (1870-1911) ou logo após 21
3. Mapa das prospecções da PETROBRAS e floresta de rendimento (SUDAM) 26
4. Localização dos Marúbo 36
5. Localização dos Mayorúna 60
6. Localização dos Matís 82
7. Localização dos índios da confluência do Ituí com o Itacoaí 94
8. Localização dos índios do rio Quixito 102
9. Localização dos Kulína 110
10. Localização dos Kanamarí 116
11. Localização dos índios do Alto Jandiatuba 134
12. Mapa das áreas do Levantamento 149
13. Javari (mapa geral): encarte —

Siglas

AJUSOL	Ajudância do Solimões
BASA	Banco da Amazônia
BFSOL	Base Avançada do Solimões
CEME	Central de Medicamentos
CFSOL	Comando de Fronteira do Solimões
COAMA	Coordenação da Amazônia/FUNAI
DGPI	Departamento Geral do Patrimônio Indígena/FUNAI
DR	Delegacia Regional/FUNAI
EPM	Escola Paulista de Medicina
FUNAI ou FNI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPHA/UCG	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MNTB	Missão Novas Tribos do Brasil
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
PI	Posto Indígena/FUNAI
PIA	Posto Indígena de Atração/FUNAI
SIL	Summer Institute of Linguistics
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SUCAM	Superintendência da Campanha de Saúde Pública

Sumário

Introdução 12

Período jesuítico (1638-1769) 13
Período da coleta e pesca comerciais (1769-1870) 15
Período da borracha (1870-1911) 17
Período de estagnação (1911-1945) 19
Período da madeira (de 1945 em diante) 23
O futuro: entre o Parque e os descimentos 30
Fontes de informação sobre a Área do Javari 35

1 Marúbo 36

Nome 37
Língua 37
Localização 38
População 38
Histórico do Contato 41
Modo de Vida 43
Tutela e Assistência 51
Situação Atual das Terras 57
Fontes de Informação 58

2 Mayorúna 60

Nome 61
Língua 61
Localização 61
População 63
Histórico do Contato 69
Modo de Vida 71
Tutela e Assistência 76
Situação Atual das Terras 79
Fontes de Informação 80

3 Matís 82

Nome 83
Língua 83
Localização 83
População 83
Histórico do Contato 84
Modo de Vida 88
Tutela e Assistência 90
Situação Atual das Terras 93
Fontes de Informação 93

4 Índios da Confluência do Ituí com o Itacoaí 94

Nome 95
Língua 95
Localização 95
População 95
Histórico do Contato 95
Modo de Vida 98
Tutela e Assistência 99
Situação Atual das Terras 100
Fontes de Informação 101

5 Índios do Rio Quixito 103

Nome 103
Língua 103
Localização 103
População 103
Histórico do Contato 104
Modo de Vida 104
Tutela e Assistência 106
Situação Atual das Terras 109
Fontes de Informação 109

6 Kulína 110

Nome 111
Língua 111
Localização 111
População 112
Histórico do Contato 112
Modo de Vida 113
Tutela e Assistência 114
Situação Atual das Terras 115
Fontes de Informação 115

7 Kanamarí 116

Nome 117
Língua 117
Localização 117
População 117
Histórico do Contato 119
Modo de Vida 120
Tutela e Assistência 128
Situação Atual das Terras 131
Fontes de Informação 133

8 Índios do Alto Jandiatuba 134

Nome 135
Língua 135
Localização 135
População 135
Histórico do Contato 136
Modo de Vida 136
Tutela e Assistência 136
Situação Atual das Terras 136
Fontes de Informação 137

Glossário 139

Bibliografia geral 142

Índice onomástico 147

1. Rio Javari (Castelnau, 1853).

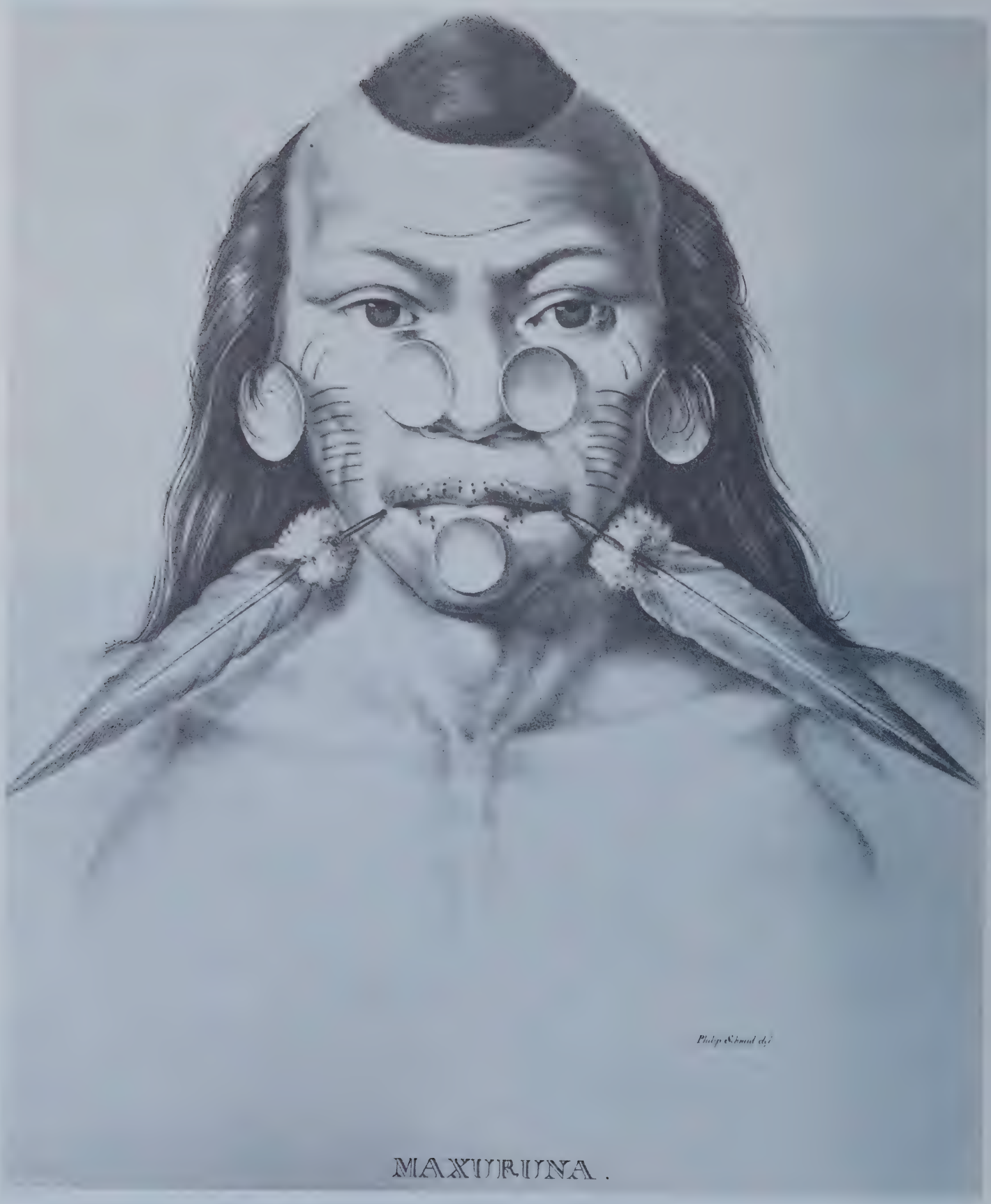
Período jesuítico (1638-1769)

A primeira tentativa de controle efetivo da região pelos europeus, foi o estabelecimento de aldeamentos missionários dos jesuítas espanhóis, ao longo dos rios Napo, Huallaga, Ucayali, Marañón e Solimões que começou com a instalação de membros da Companhia de Jesus em Borja, logo abaixo da confluência do rio Santiago com o Marañón em 1638 (San Roman: 1945, 45). Missionários franciscanos também começaram a se estabelecer junto à região, no alto Ucayali, sendo San Jose de Conibos seu aldeamento mais a jusante, na confluência com o Camarinigua, criado após terem desistido de disputar com os jesuítas o aldeamento de S. Miguel dos Conibos, que pretendiam instalar mais abaixo (Branco: 1950, 209). Em 1689, a ação dos missionários jesuítas subordinados à Espanha já tinha alcançado as imediações da foz do Juruá; os portugueses, em sentido contrário, iniciavam a subida do Solimões: o jesuíta Samuel Fritz, quando desceu o rio no citado ano, encontrou os primeiros vestígios lusitanos representados por casas desertas, junto à foz do rio Cuchivara, isto é, o Purus (Fritz: 1918, 380-381).

A partir da viagem do Padre Fritz até Belém, abriu-se a questão do domínio do Solimões, na qual o governo português mostrou mais interesse em expandir suas fronteiras, do que o governo espanhol em ajudar seus missionários a defender suas pretensões. Assim os portugueses conquistaram definitivamente o Solimões entre 1709 e 1710 (Reis: 1960, 264; Leite: 1938-49, T. III, 408-417).

Para consolidar a fronteira, o governo português ordenou que os jesuítas fundassem uma missão no Japurá e outra no Javari. Só a última foi construída, com o nome de São Francisco Xavier do Javari, a partir de 1752. Como os carmelitas reclamassem ao rei que esse aldeamento ficava em área de sua jurisdição, os jesuítas acabaram por ser convidados a se retirar, para que ele fosse entregue aos carmelitas ou a padres seculares. Em 1758 esse aldeamento já estava em decadência. De seus remanescentes surgiu Tabatinga (Leite: 1938-49, T. III, 419-421), na outra margem do Solimões. Em 1769 o governo espanhol expulsou os seus jesuítas das missões amazônicas (San Roman: 1975, 93).

Parece que havia uma diferença fundamental entre as missões do lado espanhol e as do lado português. Os missionários espanhóis estariam mais livres para executar seus projetos do que os portugueses. Estes tinham de conviver com as *tropas de resgate* e com a requisição de índios para atuar como remadores, combatentes e coletores das drogas do sertão. Os primeiros jesuítas portugueses a subirem o Solimões, em 1670, acompanhavam uma tropa de resgate (Leite: 1938-49, T. III, 407). Quando o Padre Samuel Fritz passou pela aldeia de Urubu (no rio Urubu?), dirigida por um mercenário, ela dava pousada a uma tropa de resgate, que aliás foi a que socorreu Fritz; ao passar em uma missão abaixo de Gurupá, dirigida por um jesuíta, encontrou uma outra tropa que ia castigar um grupo indígena (Fritz: 1918, 381-383). Os portugueses além de procurar índios para trabalhos forçados, já estavam interessados na procura de drogas do sertão. A pequena expedição portuguesa que conduziu o Padre Fritz de volta, até pouco acima da foz do Juruá, logo após deixá-lo e iniciar a descida, parou dez dias para colher salsaparrilha (Fritz: 1918, 394). No lado espanhol, os índios também serviam como remeiros, coletores de ovos de tartaruga e caçadores, mas eram ativi-



2. Índio Mayorúna (Spix & Martius, 1823-1831).

dades do interesse de suas comunidades, coordenadas pelas missões (San Roman: 1975, 51-67) e não trabalho para comerciantes, que lhes eram completamente estranhos.

Muito provavelmente, a região que aqui interessa não foi penetrada pelos europeus, que se limitaram a ocupar ou controlar os grandes rios que a bordejam pelo oeste e pelo norte: o Ucayali, o Marañón e o Solimões. Sua instalação, além de afetar os grupos indígenas que habitavam ao longo desses rios, pôs os colonizadores em contato com um grupo indígena que hoje vive no interior da região: os Mayorúna. Porém, nada garante que os Mayorúna de então correspondam exatamente aos atuais: eram provavelmente um certo número de grupos distintos, mas de aparência semelhante, reconhecidos pelos brancos sob um só nome. Antes da chegada dos espanhóis, os chamados Mayorúna mantinham relações hostis com os Txébero, Mâina e Cocamilla do baixo Huallaga (uma área razoavelmente distante daquela dos atuais Mayorúna). Em 1654 eles comerciavam, à procura de instrumentos de ferro, junto à Missão de Santa Maria de Huallaga. Acabaram por se estabelecer na Missão, para o que contribuiu um chefe Cocamilla, que agiu entre eles como missionário leigo. Os makonágua, que seriam um ramo dos Mayorúna, foram forçados a se juntar a eles, quando uma epidemia os reduziu, no ano de 1655. Um outro grupo Mayorúna se estabeleceu em San Joaquín de los Omaguas, em 1755. Aprendeu com os Omagua tecelagem, uso de canoas e de lançadores-de-dardos, e começou a fazer casamentos com eles e os Yamêo. Em 1762, outros Mayorúna foram colocados na missão de Nueva Señora del Carmen. A maioria permaneceu, entretanto, na zona cortada pelo baixo Ucayali e pelo rio Tapiche (Steward & Metraux: 1948, 552). San Joaquín de Omaguas, quando recebeu os Mayorúna, estava na margem esquerda do Marañón (Amazonas), pouco abaixo de sua confluência com o Ucayali. *Nuestra* (e não *Nueva*) Señora del Carmen ficava no igarapé (quebrada) Cochiquinas, que desemboca na margem direita do Marañón (Amazonas), tendo sido transferida para a foz do mesmo igarapé em 1767. Em 1754, havia índios Mayorúna também em San Fernando de Mayorúnas, meia légua abaixo de San Joaquín de Omaguas (San Roman: 1975, 74 e 76-77).

Pode-se dizer, portanto, que nesse período a vida tradicional dos índios da região não foi muito modificada, a não ser a daqueles que estavam junto aos grandes rios, ao norte e noroeste.

Período da coleta e pesca comerciais (1769-1870)

As missões continuaram a existir após a expulsão dos jesuítas. No lado espanhol, eles foram substituídos por franciscanos e depois por padres seculares (San Roman: 1975, 93). No lado português — onde o Solimões era área de ação dos carmelitas —, começava a vigorar a legislação indígena pombalina (Diretório dos Índios) que, além de manter o poder dos missionários apenas no estritamente espiritual, como já fazia o Regimento das Missões de 1686, dava liberdade incondicional a todos os índios, equiparando-os aos portugueses. Mas, contraditoriamente, os submetia à requisição de trabalho temporário compulsório, ainda que remunerado (Southey: 1862, T. VI, 98-112).

O depoimento de um índio Kambêba (Omagua), transcrito por Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1787, dá bem uma idéia de como os trabalhos forçados contribuíram para reduzir seu povo. Queixa-se de que os Omagua, apesar de suas habilidades artesanais, nunca tinham sido liberados do trabalho de remeiros das canoas. Tanto o seu povo como outros povos, haviam diminuído nas viagens dentro e fora do Estado (Estado do Grão-Pará e Maranhão, certamente, apesar de desmembrado desde 1774). Os Omagua, devido às doenças, às guerras com os Tukúna e às viagens para o Pará, Mato Grosso e por outros rios, haviam se reduzido a bem poucos, restando apenas uns vinte que, como ele, tinham a cabeça artificialmente deformada, e pouco mais de cem que não eram portadores daquela marca tribal. Ele, por sua vez, tendo participado de uma expedição que conduzia a tropa para Mato Grosso (certamente pelo rio Madeira), em 1765, viu falecer a maioria dos índios remeiros e desertou, para que não lhe acontecesse o mesmo (Ferreira: 1974, 54).

Spix e Martius, que conheceram Ega (hoje Tefé) nos anos de 1819 e 1820, contam que alguns de seus moradores mandavam expedições aos rios Japurá, Içá, Juruá, Jutaí e Javari para colher salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba e castanhas-do-maranhão: "Para essas empresas, necessitam de licença do governo, a qual, para os citados rios, é concedida pelo comandante desta praça. Essas licenças, exclusivamente conferidas segundo o parecer do oficial, dão ensejo a muito favoritismo, queixas e brigas. A fim de apaziguar as rixas entre os índios aí residentes e as tripulações das canoas de comércio, e exercer alguma autoridade ainda que seja fraca, sobre os índios, instituiu-se nas colônias do Japurá, na foz do Içá e nos lugares onde existe naqueles rios uma população estável, um juiz ordinário, que é escolhido entre os cidadãos de Ega, Fonte Boa ou Olivença, e deve anualmente apresentar-se a Ega, para prestar contas de sua administração ao comandante militar. Esses juízes ordinários freqüentemente favorecem a mais violenta opressão dos índios empregando-os sob o pretexto de serviço público, unicamente para seus fins particulares" (Spix & Martius: 1976, 3º vol., 162). No rio Japurá, a visita de Martius no trecho entre a foz do Apaporis e a cachoeira de Araraquara (portanto em território atualmente pertencente à Colômbia), freqüentado por gente de Ega em busca de salsaparrilha, um chefe Miráña interpretou-a como uma expedição em busca de escravos e realizou uma incursão sobre um outro ramo de seu povo, os Muriatê, fazendo prisioneiros (Spix & Martius: 1976, 3º vol., 216 e 220-221). Spix, que subiu o Solimões até Tabatinga enquanto Martius visitava o Japurá, diz-nos que

o Javari era rico em cacau, salsaparrilha e tartarugas, mas os portugueses o evitavam por causa das doenças malignas e dos índios, que atravessavam o piloto com um grande dardo ou a zagaia e caíam sobre os demais tripulantes com clavas quadriláteras. Refere-se certamente aos Mayorúna, descritos numa breve nota que diz serem perigosos tanto para os viajantes brasileiros do Javari como para os espanhóis do Ucayali e lhes atribui o costume de matar os inimigos, assim como os membros do próprio grupo, velhos ou doentes, para comer (Spix & Martius: 1976, 3.º vol., 179 e 184, n. 8).

Uma interessante nota descreve como era o comércio da Amazônia peruana com a brasileira no tempo de sua viagem. A independência do Peru derrubou as barreiras que o governo colonial levantara para o comércio nessa fronteira. Do Peru saíam cacau, salsaparrilha, baunilha, bálsamo de copaíba, casca de quina, algum fumo e algodão. O cacau, a salsaparrilha e o bálsamo de copaíba eram provenientes principalmente das missões do Ucayali. Também o sal mineral descia do Peru para o Solimões. No sentido contrário não circulavam produtos brasileiros, mas sim artigos industriais europeus, que, por falta de numerário, eram transacionados sobretudo por permuta (Spix & Martius: 1976, 3.º vol., 170-171, n. IV).

Quanto ao interior da Área que aqui interessa, o mapa de Spix e Martius, datado de 1825, que acompanha seu livro, muito pouco oferece. Tem-se a impressão que os rios que a cortam, eram, então somente conhecidos nas cabeceiras, junto aos Andes, e na foz, no Marañón-Solimões, sendo desconhecidos no seu curso médio*.

O razoável conhecimento do curso do Javari, até certa altura, se deve ao fato de ter sido tomado como fronteira entre as possessões portuguesa e espanhola e de ter sido devassado por comissários de ambas as nacionalidades, encarregados da demarcação, entre 1781 e 1787. Além disso, embora talvez de maneira pouco freqüente, era percorrido no final do século XVIII e início do seguinte por expedições em busca de salsaparrilha (Branco: 1959, 200-201).

Até os meados do século XIX, a situação não mudou muito. O naturalista inglês, Henry Bates, que morou em Ega (Tefé) vários anos, conta que os Miráña continuavam a fazer escravos indígenas, agora crianças, vendendo-as aos mercadores daquela cidade. Muitos dos índios que aí viviam, inclusive todos os criados, tinham sido trazidos dos rios vizinhos — Japurá, Içá e Solimões — quase todos vendidos ainda crianças pelos chefes indígenas e provinham de pelo menos dezesseis povos diferentes. Não havendo outra maneira de obter criados, essas transações eram consentidas pelas autoridades, apesar de proibidas pelas leis brasileiras. Outro fato, era a grande mortalidade entre as crianças cativas trazidas a Ega, sendo, porém, as sobreviventes libertadas ao chegarem à idade adulta (Bates: 1944, 183-185 e 188-189).

No tempo de Bates, 1853, iniciou-se a navegação a vapor do Solimões. Os produtos da região continuavam os mesmos: cacau, salsaparrilha, castanha-do-pará, estopa para calafetar navios, bálsamo de copaíba, pirarucu salgado, manteiga de tartaruga, mixira (carne de peixe-boi em conserva na própria gordura) e redes de tucum. A salsaparrilha e o bálsamo de copaíba já não eram mais encontrados nas vizinhanças das cidades e nas margens dos rios, mas apenas nos pequenos afluentes. A exploração da borracha apenas começara e só uma insignificante fração da mata tinha sido examinada (Bates: 1944, 198-200). É interessante notar que a essa exaustão da salsaparrilha, no lado brasileiro, corresponde a uma intensificação de sua coleta no lado peruano. Por outro lado, a Amazônia peruana passou a importar grande quantidade de bebidas alcoólicas, tanto brasileiras quanto européias (San Roman: 1975, 99-103). Avé-Lallemant, que fez uma rápida viagem pelo Solimões em 1859, não fala de borracha. No vapor em que chegou a Tabatinga e dela saiu, viu comerciantes servindo-se de índios peruanos como carregadores, embarcarem chapéus-do-chile, rolos de salsaparrilha e maqueiras de tucum, sendo Tabatinga o último porto a que chegava a navegação a vapor. Ele chama também a atenção para a importância da pesca do pirarucu no Solimões e para a existência de uma grande jazida de sal-gema no rio Huallaga. Esse sal era trazido em balsas até a fronteira com o Brasil e usado na conservação do pirarucu (Avé-Lallemant: 1961, 169-171, 174 e 182).

Bates, que passou cinco meses em São Paulo de Olivença, em 1857 e 1858, faz referência aos Mayorúna (Mangeronas), que então tinham tornado a navegação do Javari impossível devido a suas tocaias. Pouco antes do naturalista chegar àquele núcleo, dois rapazes que se haviam aventurado pelo Javari foram mortos e comidos pelos Mayorúna, que, por um ou dois anos, não tinham dado mostras de hostilidade. O subdelegado de São Paulo de Olivença enviou um bando de homens da Guarda Nacional

(*) Assim, as cabeceiras de certos rios são ligadas, por um curso médio imaginário, às fozes de outros. O rio Beni, por exemplo, ao invés de correr para o Madeira, é formador do Ucayali. O Jutaí tem suas cabeceiras onde deveriam estar as do Purus; o Javari tem as suas, mais ou menos onde deveriam estar as do Juruá. Os Mayorúna (Maxorunas) estão localizados lá pelos 5 graus de latitude Sul no rio Casiquin (que deve ser o Cochiquinas, porém aparecendo muito mais longo do que o é na realidade); aparecem também no Javari, lá pelos 7 graus e meio de latitude: aí eles se mantêm à margem ocidental de um afluente da margem direita do Javari, chamado Xuguirana, que deve ser o Jaquirana, hoje considerado como o leito do rio principal. No mesmo rio, lá pelos oito graus, aparecem os Kulína (Culinos), acima dos Mayorúna. Das cabeceiras do Curusatuá (que deve ser o Curuçá, porém mais curto) até o médio Tacuchý (que deve ser o Itacoaí), se estendem os Waraikú (Uaraycus). O rio Ituí não está assinalado. No rio Jutaí, lá pelos 6 graus de latitude, estão assinalados, na margem esquerda, os Masararí (Maçararys) e, na direita, os Katukína (Catuquinas). Nesta mesma margem, mais acima, estão os Marawá (Marauás) e, ainda mais a montante, os Ugína ou Koatá Tapúya (Uginas ou Coata Tapuyjas). Os Marawá, Waraikú e Mayorúna, além de outros, eram citados pelo padre José Monteiro de Noronha, em 1768, como vivendo no Juruá (Branco: 1950, 201). Isso é explicável, pois as cabeceiras do Javari, do Itacoaí e do Jutaí são muito próximas do Juruá e de seus afluentes da margem esquerda.

para fazer indagações e com ordem de retaliar, se o homicídio tivesse sido cometido sem provocação. Eles encontraram a aldeia deserta e aprisionaram uma mocinha que tinha ido ao mato quando seu povo fugiu. Dela e de outros índios do Javari, colheram a informação de que os dois rapazes tinham provocado a situação por suas condutas irregulares para com as mulheres Mayorúna. A moça depois passou a viver em São Paulo de Olivença (Bates: 1944, 388-390). Esse episódio deixa supor que os índios do Javari, apesar de hostis, mantinham um mínimo de contato e comunicações com os brancos. Aliás, diz Castelnau que, antes da metade do século XIX, Deville, subindo o Javari até o Itacoaí, encontrou uma cabana de um filho de um oficial brasileiro, que reuniu em torno de si alguns Mayorúna, para cultivar a terra (Branco: 1950, 205).

Em 1859, duzentos e cincoenta Mayorúna continuavam a morar em Cochiquinas (Nuestra Señora del Carmen). Nessa época, parece, a aldeia de Maucallacta (num arquipélago na foz do Cochiquinas?) foi ocupada por cem Marúbo (Maroba), considerados uma subdivisão dos Mayorúna (Steward & Metraux: 1948, 552). A expedição demarcadora de limites brasileiro-peruana que subiu o Javari em 1866 foi atacada por índios pouco acima da foz do Batã. Esses índios seriam provavelmente os Kapanáwa, os mesmos que seguiram e tentaram atacar, mais ou menos na mesma altura do rio, a expedição de limites de 1897 (Branco: 1950, 202-203). Quanto ao sudeste da região aqui estudada, Chandless, ao subir o Juruá em 1867, encontrou os Kulína (Colinos) no rio Xiruá (Chiruan); os Koníbo (Conibos) no igarapé Acori; os Kumiwá ou Pira Tapúya (Cumiuás ou Pira-tapuias) como recém-chegados na praia do Acori; os Katukína (Catuquinas) acima dos Koníbo; os Mayorúna (Muxurunas) a vinte dias do Tarauacá; e os Náwa (Nauas) além desse rio (Branco: 1950, 175-176).

Período da borracha (1870-1911)

É neste período que o interior da Área começou a ser efetivamente ocupado pelos não-índios. Uma fonte de 1874 diz que o Javari, como outros rios, estava recebendo migrantes provenientes do rio Jari, antigo centro produtor de borracha no baixo Amazonas (Branco: 1950, 206), o que faz crer serem seringueiros que penetravam no rio nessa época. Em 1873, Wertherman encontrou um casario de brasileiros a 4° 7' 40'' de latitude (Branco: 1950, 206).

Enquanto seringueiros brasileiros se estabeleciam no Javari e seus afluentes, subindo os rios, uma outra frente, a dos caucheiros peruanos, penetrava na região pelas cabeceiras de seus principais cursos d'água. Por volta de 1870, os peruanos estavam entrando pelos afluentes da margem direita do Ucayali, devido ao estabelecimento da navegação a vapor nesse rio (Branco: 1950, 210). Mas não se sabe se esta informação de Branco inclui também os afluentes do baixo Ucayali. A partir de 1896, os caucheiros vão saindo do alto Javari e dos afluentes da margem direita do Ucayali e penetrando em território brasileiro (Branco: 1950, 210). O capitão tenente Cunha Gomes, que subiu o Javari

3. Índio Marahua (Marcoy, 1873)

4. Índio Mayorúna (Marcoy, 1873)

até as cabeceiras em 1897, trabalhando na demarcação de limites internacionais, relata que então o caucho do alto Javari (Jaquirana) já se havia acabado (pois seu látex é extraído após a derrubada da árvore) e os caucheiros peruanos o estavam explorando no Jutaí e no Juruá. O mesmo oficial calculava que a população dos vales do Jaquirana, do Batã (afluente do Jaquirana) e grande parte do Ipixuna (afluente do Juruá) e seus afluentes, era superior a cinco mil pessoas, todas de origem peruana, falando o quéchua, limitando-se o castelhano aos patrões e aos agentes das casas fornecedoras de Iquitos (Branco: 1950, 206)*.

Os brasileiros, ocupando a região a partir do baixo curso dos rios, eram predominantemente seringueiros, pois a seringueira é um vegetal das margens alagadiças, das várzeas. Os peruanos, que os ocupavam a partir das cabeceiras, eram predominantemente caucheiros, já que era nos altos cursos que florescia o caucho. Segundo o já citado Cunha Gomes, o Itacoaí (afluente do Javari) era habitado, no tempo de sua expedição, por cearenses e peruanos, perfazendo cerca de mil e quinhentos extratores de seringa e caucho (Branco: 1950, 206).

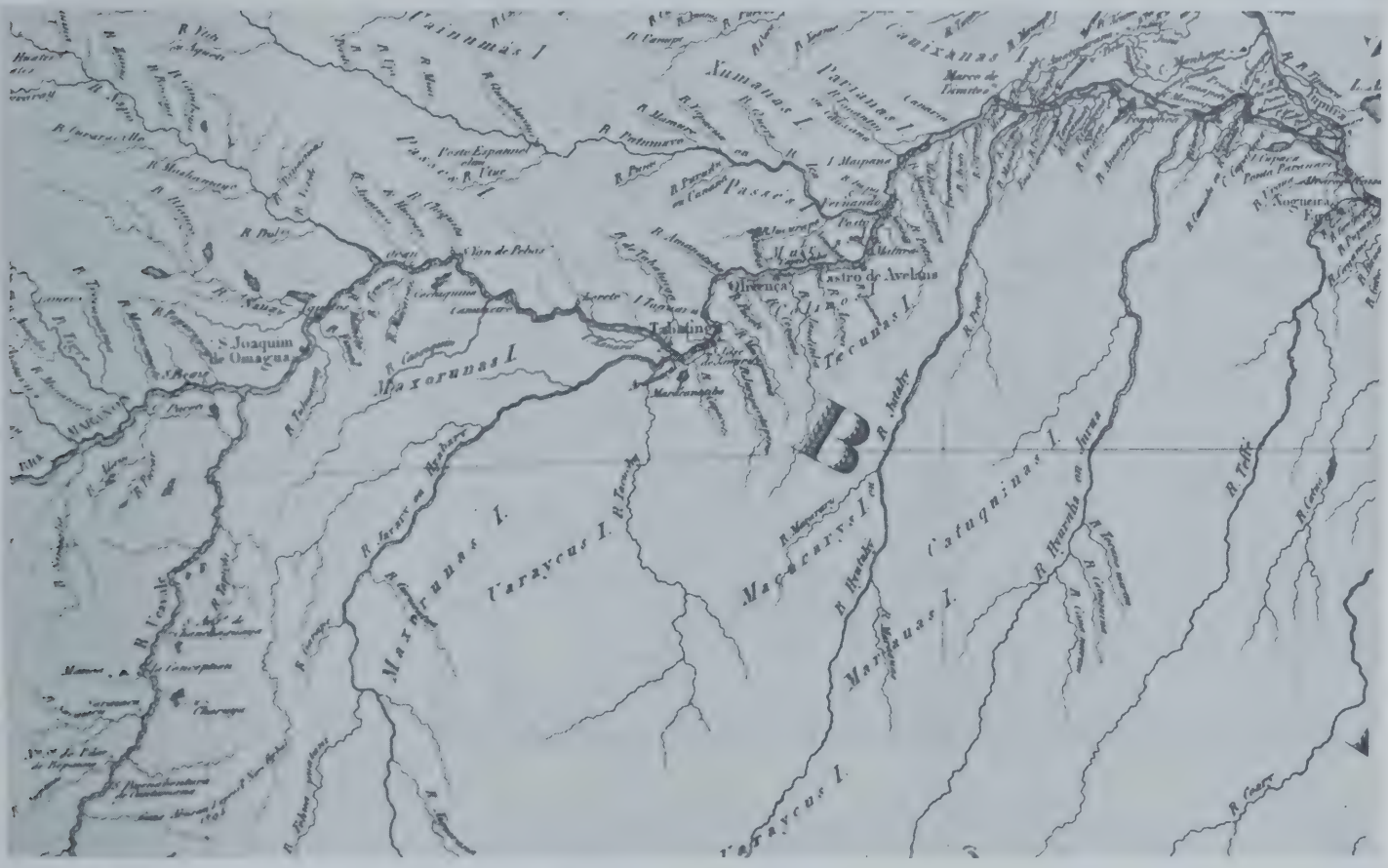
Se havia uma migração peruana na direção do Brasil nos altos rios da região, os brasileiros se moviam na direção contrária, ocupando os baixos cursos. Assim, a cidade de Iquitos, que havia tomado de Mayobamba, na selva alta, a posição de centro econômico e político da Amazônia peruana, tinha, em 1905, entre seus habitantes, cento e trinta brasileiros e mais três mil em seu departamento (San Roman: 1975, 139-140, n. 21). "O sistema de barracão devia de ser nessa região tão expoliativo quanto no resto da Amazônia, tanto que, no ano de 1900, seringueiros do Ituí tentaram fugir levando a borracha que já tinham produzido, sendo impedidos de fazê-lo de forma violenta pelo gerente do barracão com ajuda de homens armados, que mataram um seringueiro, feriram a tiros um outro e espancaram vários; contra os autores dessas violências, bem como contra o dono do barracão e o delegado, que foram coniventes com as mesmas, instaurou-se um processo judicial do qual nos informa Jobim (1943, 136 e sgts.)" (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 10).

Apesar de ter sido nesse período que a região foi mais profundamente penetrada, e de modo mais rápido, as notícias sobre os povos indígenas que então a habitavam são muito escassas. As informações se concentram na área acima da confluência do Batã com o Jaquirana. Já se disse que a expedição de limites de 1866 teve de retornar após um ataque de índios no Jaquirana, acima da foz do Batã (então também chamado Paissandu). A expedição seguinte, a de 1874, de que participou o Barão de Tefé, parece ter alcançado as cabeceiras do Javari sem choques com índios. Já a expedição de 1897, tendo de avançar a pé do lugar chamado Rayo para cima, foi sendo seguida pelos Kapanáwa, considerados então os mais agressivos da região; na volta, em Rayo, tendo sido "despertada" pelos índios (sem dúvida, os mesmos Kapanáwa), dispersou-os a bala. Rayo era então o último ponto habitado por caucheiros; mais abaixo estava Seis Soles ou Nueva Estación; e ainda mais abaixo, a jusante da foz do Batã, na margem esquerda do Jaquirana, ficava o barracão Lontananza, do peruano José da Encarnação Rojas (Branco: 1950, 202-203).

Esse homem, muito provavelmente, seria o mesmo José Encarnación, que Carlos, relator ainda vivo de fatos da época, diz ter sido o "patrão" dos Marúbo na boca do Batã: estes depois passaram para o Arrojo (afluente do Curuçá); e depois para o Maronal (afluente do Curuçá mais a montante); aí morava o padrinho de Carlos, Nestor Cárdenas, que vendia produtos industrializados. Carlos, que é filho do peruano Heliodoro Vargas com uma mulher Marúbo e que até hoje, com cerca de sessenta anos, vive junto ao grupo indígena de sua mãe, contou que a princípio os Marúbo brigavam com os peruanos, até que o peruano Elói Tédjo (Tello?) se tornou "patrão" deles, com o consentimento e ajuda de um líder indígena chamado Tomás, pai de João Tuxaua, este atualmente com cerca de setenta anos. Moravam então no Cravo (afluente do Arrojo, por sua vez tributário do Curuçá) e no Alcaiaco (afluente do Curuçá). Conta ainda Carlos que antes de seu nascimento os Marúbo moravam no igarapé Tamchiaco (o que é difícil de se crer, pois este é o nome de um pequeno rio que desemboca na margem direita do Marañón, pouco acima de Iquitos, a não ser que Carlos esteja se referindo a um outro curso d'água de igual nome), onde morou sua mãe. É curioso que informações fornecidas por Uriarte (1976, 45-46), referentes à atualidade e que ele próprio põe em dúvida, uma vez que não teve oportunidade de averiguar sua correção, vêm à favor das palavras de Carlos. Diz Uriarte que os Marúbo ocupariam a zona desde T'amshiyacu até a margem leste do rio Blanco, compartindo a mesma com os Rêmo, cuja existência seria ainda mais duvidosa. Voltando às informações de Carlos, foi no Tamchiaco que os Txamikúro e os Rêmo atacaram os Marúbo, uma área onde viviam também os Incas (provavelmente peruanos que falavam o quéchua). Os Marúbo então se retiraram, mas os Incas ficaram. Os Txamikúro e os Rêmo não falavam com os civilizados, viviam no mato e não tinham "patrão". Estes então foram matá-los e "amansaram" os que restaram. Carlos fala Marúbo, castelhano e português.

Um outro líder Marúbo, Domingos (falecido recentemente), mais velho do que Carlos, além da língua tribal

(*) Branco enumera os varadouros que o Mapa de J. A. Masô — cuja data infelizmente não cita, mas é autor que parece ter florescido nas duas primeiras décadas do presente século — indica na fronteira peruano-brasileira. No que tange especificamente à região examinada, é de interesse citar aquele que ligava o igarapé Iamayaco (afluente do rio Branco, que é afluente do Tapiche, por sua vez tributário do Ucayali) ao lugar chamado Toledo (que ficava próximo à foz do igarapé Lobo), no Jaquirana; e aquele que ligava o igarapé Loboyaco (afluente do mesmo rio Branco) a um lugar chamado Seis Soles (no Jaquirana, acima da foz do Batã) e este local aos rios Ipixuna e Moa, afluentes do Juruá (Branco: 1950, 213).



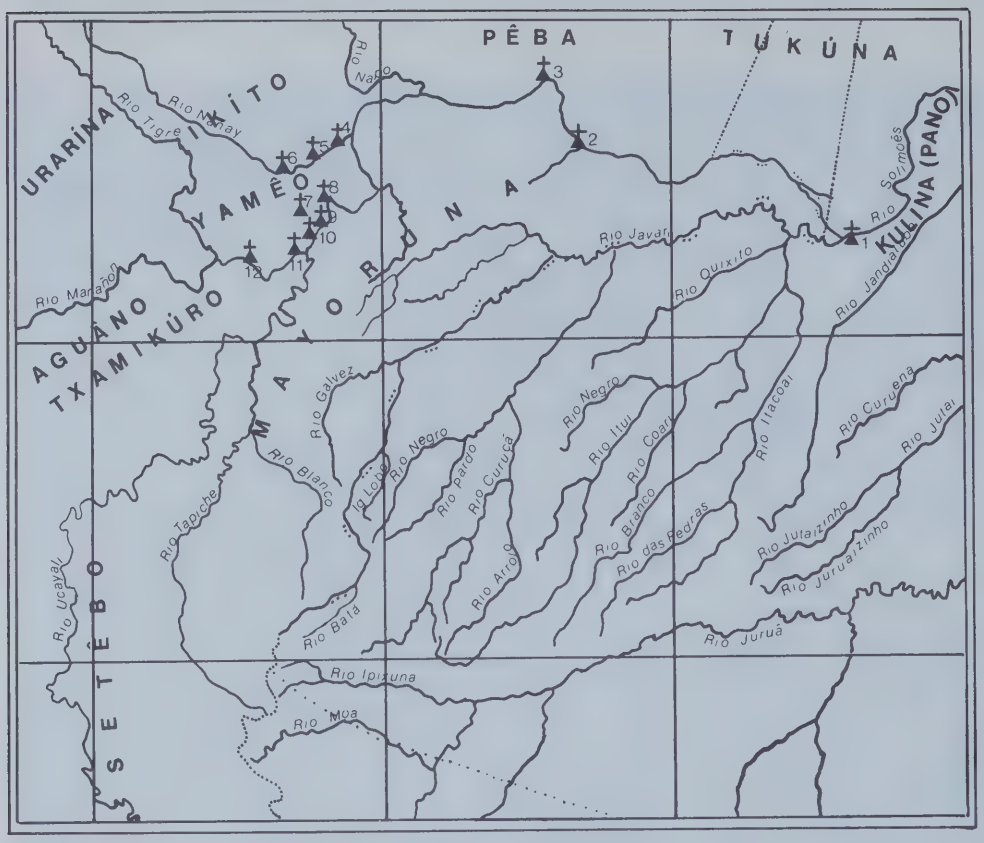
5. Detalhe do Mapa da Bacia Amazônica (Spix & Martius, 1823-1831).

sabia falar castelhano e algumas palavras do que ele chamava de Inca. Esclareceu que os Incas eram os Kokâma (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 22-23). As informações desses líderes indígenas deixam perceber como estavam entrelaçadas as relações entre índios e brancos com as intertribais, e como então os grupos indígenas estavam colocados entre a alternativa de serem aniquilados ou de se ligarem a um "patrão", isto é, alguém que lhes fornecesse adiantadamente artigos de origem industrial, sobretudo, em troca de borracha. Um missionário, nos anos cinqüenta, ainda encontrou entre os Marúbo talões comerciais em castelhano datados de 1906 a 1912 (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 24).

Período de estagnação da borracha (1911-1945)

A partir de 1911, a produção da borracha cultivada no Oriente fez cair o preço da borracha amazônica. A população não-indígena começou lentamente a abandonar a região, uma vez que as empresas começaram a decair. Conseqüentemente, a pressão sobre os povos indígenas diminuiu, embora isso não tenha impedido que aventureiros continuassem a se candidatar a "patrões" de índios. Dico, um trabalhador da construção da sede da FUNAI na região, contou que, "quando menino, morava com sua família no Curuçá, acima da foz do igarapé Amburus. Do barracão de seu pai, 'Inglês', podia-se ir às malocas* dos Marúbo, localizadas no igarapé Maronal, mais acima. Havia uma maloca antes do Maronal. Havia pelo menos oito malocas Marúbo. Os Máyo moravam para as bandas do Amburus. Os Máyo e os Marúbo muitas vezes queriam brigar entre si junto mesmo do barracão de seu pai. Em 1933 os Marúbo mataram os Máyo que trabalhavam com 'Inglês' (ele lidava com caucho) e carregaram suas mulheres. Aí não foram mais ao barracão de seu pai, com medo dele. Junto dos Marúbo, no Maronal, morava Antônio Rosa, um preto velho maranhense que fora 'patrão' de seu

* *Maloca*: construção indígena destinada a habitação de mais de uma família elementar. Pode ter várias formas: redonda, elíptica, retangular, hexagonal ou com mais faces. Na região do Javari são alongadas, geralmente. Os habitantes civilizados regionais as chamam também de cupixau e cocamera (talvez este último nome derive de Cocama, nome de um grupo indígena). Parece inadequado tratar o termo "maloca" como sinônimo de "aldeia". A aldeia pode se constituir de uma ou mais malocas, como pode ser formada por construções distintas das malocas. Entre os índios do Javari que abandonaram suas construções tradicionais, a aldeia é formada por casas sobre pilotis, com paredes e assoalho de casca de tronco de paxiúba. Tal tipo de casa, característico da população não urbana da Amazônia, não se pode chamar de "maloca".

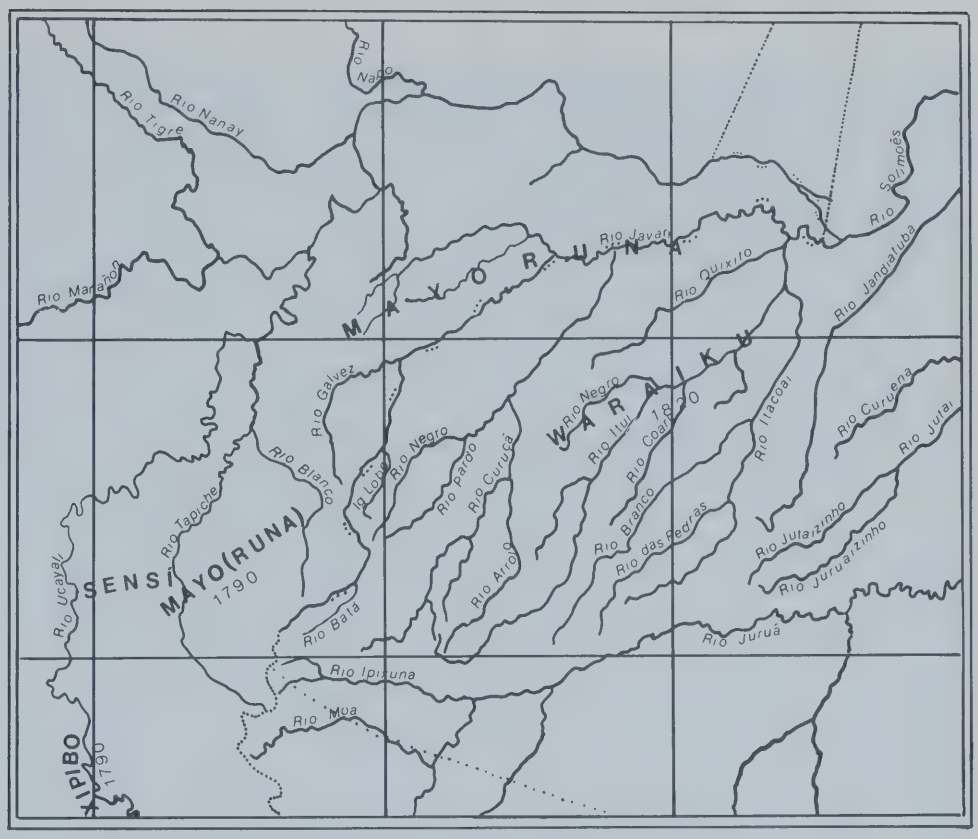


Período jesuítico (1638-1769)

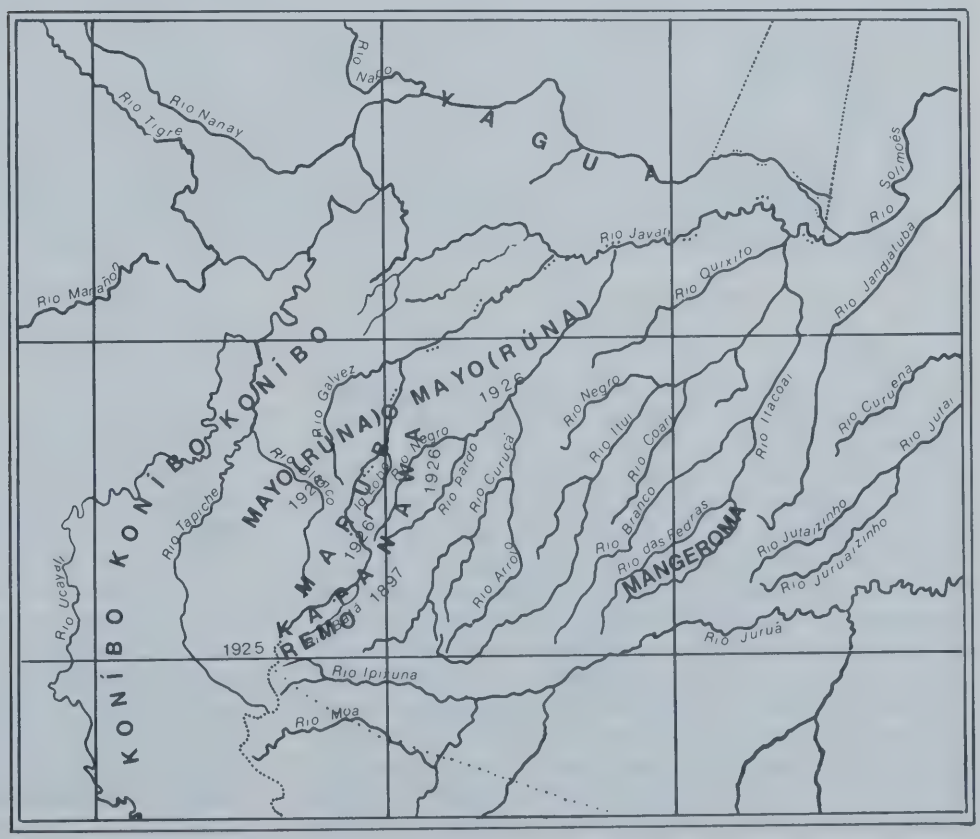
Missões jesuítas:

1. São Francisco Xavier do Javari (fundada em 1752)
2. Nuestra Señora del Carmen (fundada em 1761)
3. San Joaquín de Omáguas (fundada em 1687; depois transferida)
   Depois: San Ignacio de Loyola (fundada em 1735)
   Atualmente: Pebas
4. San Pablo de Nuevo Napeanos
   Atualmente: Iquitos
5. Santa Barbara
6. Santa Maria de la Luz de Massamaes (fundada ± 1748)
7. San Juan Evangelista de Miguianos (fundada em 1736)
8. San Andrés Apostol de Parranos (fundada em 1736 ou 37)
9. San Fernando de Mayorunas
10. San Joaquín de Omaguas (transferida para aí em 1726)
11. San Miguel de Ucayali de Yameos (fundada em 1726)
    Atualmente: Nauta
12. San Francisco de Regis (fundada em 1723 ou 29)

Período da coleta e pesca comerciais (1769-1870)



Período da borracha (1870-1911) ou logo após



pai logo que ele chegou de Iquitos; depois quebrou-se. Na foz do Cravo, um afluente do Arrojo (que desemboca no Curuçá abaixo do Amburus) vivia Chapiama, pai do futuro sogro do informante. Esse homem incitou os Marúbo a matarem 'Inglês', mas eles não o fizeram; porém levaram três rapazes Marúbo que seu pai criava. Na foz do Arrojo morava o 'patrão' de 'Inglês' e de Chapiama: era Zé Costa. Este por sua vez era aviado por um regatão que era empregado de Afonso Alvim, um português que então era o 'dono' do Curuçá. Foi o único 'patrão' que não se quebrou na crise da borracha; mas morreu em 1938 e aí tudo fracassou" (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 17-18).

Júlio, um velho Marúbo que viveu muito tempo longe de seu povo, e que hoje é funcionário da FUNAI no PIA Ituí, contou, auxiliado por um Marúbo mais novo, Raimundo Dionísio, que Heliodoro Vargas (que ele chama de Elói Vargas) comprometeu-se a arranjar muita mercadoria para os Marúbo se eles lhe dessem mulher. Os índios lhes ofereceram quatro mulheres, uma das quais veio a ser a mãe do já citado Carlos. Vargas passou de cinco a sete anos junto aos Marúbo, morando num tapiri, mas as coisas que prometia nunca chegavam. Acabou sendo morto por brasileiros, a mando de "Inglês". Porém, Dico, filho de "Inglês", assegurou que Vargas foi morto por três Marúbo, que depois disso foram para o Batã, para o seringal de Raimundo Luzeiro. Ainda segundo Júlio, seu pai, que era abastecido por Afonso Alvim e que morava no Amburus, também foi morto por "Inglês", que tinha inveja de seu sucesso nos negócios. Mas há informações de que foi morto pelos próprios índios. Um outro que fazia negócios com os índios era Ambrósio Chapiama. Quando apareceu um peruano muito alegre, chamado João Lopes e que estava fazendo comércio com os índios com muito êxito, Chapiama mandou seu filho, César, matá-lo. Os assassinos, para evitar a polícia, teriam acusado os índios dessa morte. Os Marúbo então se afastaram e não tornaram a aparecer (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 23-24).

Raimundo Luzeiro, nascido em 1910, filho de Raimundo de Souza Luzeiro, o citado no parágrafo anterior, contou que seu pai comprou de um peruano, por volta de 1902, um seringal na foz do Batã. Ele criava um índio Rêmo, apanhado por peruanos. O índio retirou-se e, anos depois, retornou ao seringal com oitenta de seu grupo, para ali viver. A gripe de 1921 os reduziu a trinta. A irmã do informante disse que essa gripe foi em 1918 e que morriam de três a quatro índios por dia. Eram índios muito pacíficos e, do Batã, mudaram-se para o Peru. Os Rêmo extraíam látex de caucho e vendiam ao pai dela. Depois que se retiraram, seu pai recebeu três índios Marúbo, vindos com suas famílias do Curuçá. Um vizinho civilizado, aviado de seu pai, também protegia uma família Marúbo. Em 1929, a família dos informantes abandonou o local, transferindo-se para o lugar onde hoje se ergue a guarnição militar de Palmeiras. Embora Raimundo Luzeiro tenha atribuído esse deslocamento a um ataque de índios, contou também que seu pai estava devendo a seu próprio gerente, o espanhol José Larrinaga, 29 mil cruzeiros e, não tendo como lhe pagar, pois a borracha não dava, entregou-lhe o barracão como pagamento. Em 1932, já falecidos os pais, a família dos informantes foi atacada em Palmeiras pelos índios Pisábo, por ter dado abrigo a uma peruana que havia fugido do meio deles; nessa luta morreu-lhes um irmão de 18 anos. Há uma informação divergente, segundo a qual os Luzeiro foram atacados pelos Máyo, porque um deles havia atacado uma aldeia para recuperar uma mulher raptada pelos índios (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 15-16).

O médico João Braulino de Carvalho, que esteve no Javari em 1926, afirma que então os Máyo habitavam o Curuçá e o baixo Javari, estendendo-se até o Galvez, ao Tapiche e ao rio Branco. Os Marúbo habitavam o Jaquirana, isto é, o rio Javari desde a foz do Galvez até as nascentes. Os Rêmo tinham tido, não muito tempo antes, um grande aldeamento no Batã, mas então se achavam reduzidos, estando algumas famílias no divisor de águas entre o Javari e o Ipixuna; um pequeno núcleo em Contas; e um casal em San Pablo (estes dois últimos lugares não foi possível identificar). Os Kapanáwa residiam no igarapé dos Lobos e à margem direita do Javari, desde a foz do Galvez até Lontananza (Carvalho: 1931, 252). A informação desse médico é interessante, pois permite fazer uma idéia dos deslocamentos desses grupos indígenas no presente século. Os Máyo estavam na área até então referida como habitada pelos Mayorúna (certamente são os mesmos Mayorúna). Se "igarapé dos Lobos" é o mesmo igarapé Lobo da atualidade (pois no Peru há um Loboyaco, já citado), então os Kapanáwa habitavam uma área em que hoje está boa parte dos Mayorúna; por outro lado, os Kapanáwa haviam abandonado a área onde entraram em choque com a expedição de 1897, acima da boca do Batã, no Jaquirana. Os Rêmo, a julgar pela autodenominação citada pelo mesmo autor (Carvalho: 1931, 252), "Nucuiny", seriam os mesmos Nukiní que hoje vivem no extremo ocidental do Acre. Quanto aos Marúbo, que aí aparecem com parte de sua área sobreposta à dos Kapanáwa, deviam estender-se também mais para o oriente, pelo alto Curuçá e alto Ituí, que são áreas há muito habitadas por eles, segundo suas próprias informações (Melatti: 1977, 106).

Os dados acima citados dão bem uma idéia de como os "patrões" iam fracassando e de como aqueles que se aventuravam entre os índios viviam de promessas não cumpridas. Um informante chega mesmo a dizer que em 1938 tudo fracassou. Um morador de Benjamim Constant, conhecido pelo apelido de Manduca Peruano, vê o auge da crise apresentar-se mais cedo. Narrou um curioso episódio que, ao mesmo tempo que marca o fim do período da borracha, anuncia o da madeira. Contou que, "em agosto de 1921, desceu a primeira madeira desses rios. Era uma balsa de 1.500 paus que descia o Jaquirana; com ela vinha trezentas famílias, a maior parte de caucheiros. Disse-nos, entretanto, que foi em 1928 que começou realmente a retirada dos habitantes dos rios e, em 1932, a borracha chegava a seu preço mais baixo: 500 réis o quilo (Montagner

6. Velório de dois madeireiros mortos por índios arredios (foto Wolf Gauer, 1980).

Melatti & Melatti: 1975, 10).

Ainda que na Segunda Grande Guerra se tenha reativado a extração do látex na Amazônia, não se dispõe de evidências de que isso tenha reavivado as atividades seringueiras ou caucheiras no Javari e seus afluentes. É possível que nessa fase apenas aquelas áreas mais produtivas da Amazônia tenham sido procuradas.

Nesse período de estagnação, muito provavelmente as populações indígenas remanescentes puderam ter a oportunidade de se reorganizar. Como o caucho extraído estava sobretudo nas cabeceiras dos rios e como a seringueira floresce sobretudo nas várzeas, é muito provável que as populações indígenas de terra firme, situada nos cursos médios dos rios, tenham permanecido relativamente intocadas, pelo menos em parte.

Período da madeira (de 1945 em diante)

Não se sabe a data exata em que tomou impulso a extração de madeira na Área. Diz o dono de uma farmácia de Benjamim Constant que em 1945 já havia muita exploração de madeira na região, mas que não possuía serrarias, indo em bruto até Manaus para ser beneficiada (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 10-11). O zoólogo do Museu Nacional, José Cândido de Melo Carvalho, que esteve na região em 1950, diz que então a exportação do município de Benjamim Constant, era constituída principalmente de borracha, seguida pelo pirarucu e peles de animais silvestres. Diz também que o comércio da madeira estava se intensificando de ano para ano, sendo as mais valorizadas o cedro, o aguano e a andiroba. Viu uma jangada com aproximadamente mil toras de cedro, tiradas principal-

7. Escoamento de madeira extraída da região, rio Solimões, proximidade de Tefé (foto David Pennington, 1980).

8. Serraria de Benjamin Constant (foto Wolf Gauer, 1980).

mente no Javari e Itacoaí e destinadas às serrarias de Manaus (Carvalho: 1955, 8). O mesmo autor viu uma embarcação que subiu o Itacoaí até pouco abaixo da foz do rio Branco para rebocar toras (Carvalho: 1955, 35). Em nenhum momento esse autor faz referência a serrarias no local. Por conseguinte, ainda em 1950, muito provavelmente toda a produção brasileira de madeira desses rios ia para Manaus.

A extração da madeira no lado peruano talvez se tenha desenvolvido mais cedo. Em 1918, uma firma começou a exportá-la em bruto para os Estados Unidos. Mas, em 1930, isso foi proibido, o que resultou na instalação de várias serrarias em Iquitos e em suas vizinhanças. Havia, porém, uma serraria que já funcionava desde 1920 (San Roman: 1975, 171).

Nos anos Cinqüenta, houve muitas fugas de seringueiros e madeireiros, dizendo-se atacados pelos índios, e os próprios moradores de Benjamim Constant se sentiam ameaçados. Cardoso de Oliveira (1972, 35-42) dá um retrato dessa situação e mostra como as notícias de ataques de índios, com a presença entre os mesmos de bandoleiros peruanos, podiam servir tanto aos interesses de seringueiros e madeireiros, desejosos de deixar os lugares difíceis em que trabalhavam sem saldar suas dívidas, como dos próprios empresários, que estariam procurando envolver o Exército na tarefa de desalojar os índios das terras que desejavam explorar, sob a ilusão de estar defendendo a integridade do território brasileiro de uma ameaça estrangeira. E o Exército chegou realmente a arrasar algumas malocas, ao que parece desocupadas, em 1960. Uma vez que a ação militar afugentou temporariamente, mas não desalojou os grupos indígenas, os mesmos empresários começaram a pensar numa atividade do então Serviço de Proteção aos Índios para neutralizá-los.

Com relação a esse período são de interesse os comentários que um empresário de Benjamim Constant fez em 1975, ao ser entrevistado por Julio Cesar Melatti e Delvair Montagner Melatti. Disse que, quinze anos atrás (portanto, por volta de 1960), o Exército fez expedições ao Curuçá; não sabe o que fez por lá, pois o Exército não diz, mas desde então os índios do Curuçá nunca mais atacaram. Os índios atacavam porque não sabiam que os civilizados tinham força. Os moradores se retiravam cada vez mais para baixo e sempre sendo atacados. Parece que havia peruanos no meio deles. O Exército então fez expedições para lá. Segundo o empresário, se o Exército cercasse essas malocas de índios bravos, eles logo viriam a ser pacíficos. O Exército e a Petrobrás que resolveram o problema no Javari. Só no Itacoaí os índios mataram trinta civilizados nos últimos anos. Veiga tinha toda Atalaia do Norte; seus moradores eram empregados ou fregueses dele. Os ataques dos índios fizeram os aviados de José Veiga se retirarem e ele teve um enorme prejuízo, porque os retirantes não podiam pagar. Veiga também não pode pagar a seus gerentes; deu um "motor" (embarcação a motor) a um deles; a outro, mais um "motor". A serraria de Atalaia do Norte era de José Veiga. Ele deve tê-la vendido a Antônio Braga. Não teria ainda recebido nada, quando este morreu. A serraria funciona precariamente; talvez uns quinze dias por ano. Os comentários desse empresário bem podem servir de ilustração do texto de Cardoso de Oliveira.

É digno de nota que, mais ou menos na mesma época, uma ação semelhante se desenvolvia contra os índios do outro lado da fronteira por parte dos peruanos. Trata-se da expedição que partiu de Requena, em 1964, com o fim alegado de explorar a área a ser cortada por uma estrada. Porém, provocou tal situação com os Mayorúna, que sua área acabou por ser bombardeada por aviões peruanos (Romanoff: 1976, 104).

Examinando a situação, Cardoso de Oliveira percebeu que era a empresa madeireira que, com maior agressividade, atingia os nichos mais afastados onde se haviam refugiado os remanescentes indígenas da região (Cardoso de Oliveira: 1972, 42). De fato — ao contrário dos seringueiros, que tinham suas atividades sobretudo na várzea, ao longo dos rios maiores —, os madeireiros penetravam profundamente na terra firme, subindo os pequenos igarapés, atingindo assim populações indígenas que haviam escapado total ou parcialmente ao alcance da anterior frente da borracha.

A partir dos núcleos urbanos da confluência Javari-Solimões, havia se articulado uma nova frente de expansão, a madeireira, que avançava para o sul, sobre áreas trabalhadas, abandonadas ou nunca exploradas pelos seringueiros. Havia também um outro movimento mais fraco, de sul para norte, a partir do Juruá, animado pelas antigas atividades da extração do látex, que não chegaram a decair tanto neste rio. De fato, os cursos do Juruá e de seu afluente, o Ipixuna, são separados das cabeceiras dos afluentes e subafluentes da margem direita do Javari por um estreito divisor de águas. Porém, através de varadouros, semelhantes ao que Carvalho (1955, 58-61) percorreu e que ligava o Itacoaí ao Juruá, é possível se passar da bacia do Juruá à do Javari e vice-versa. Ainda que esse autor (Carvalho: 1955) não o afirme, tudo parece indicar que o lugar chamado Nova Vida, localizado numa clareira aberta cinco anos antes, mais ou menos no ponto central desse varadouro, era um estabelecimento filiado ao seringal Monte Lígia, da beira do Juruá. Muito provavelmente seria um barracão destinado a aviar seringueiros do alto Itacoaí.

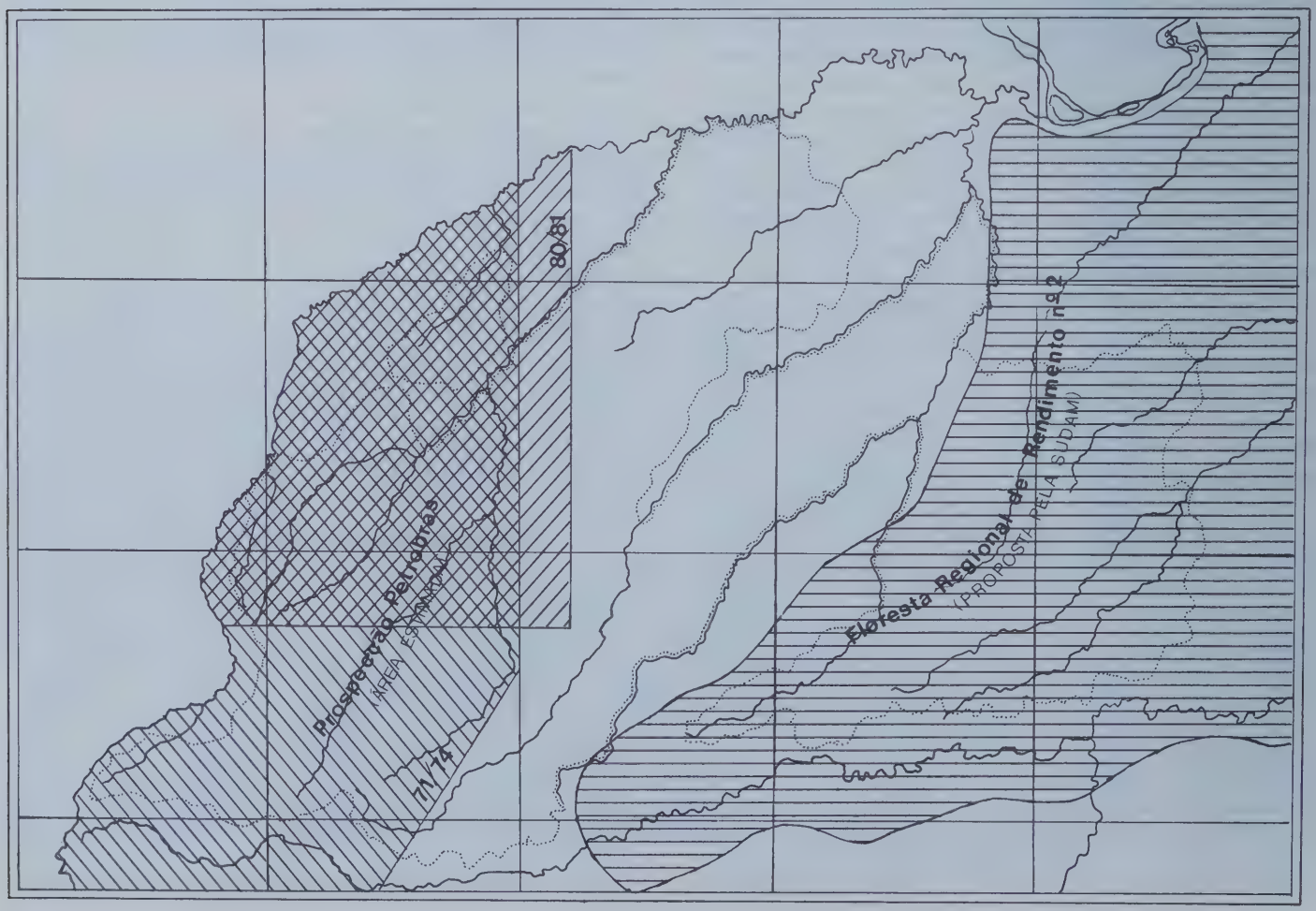
Pouco acima da foz do rio das Pedras, o autor encontrou quatro seringueiros recém-chegados do Juruá para extrair borracha; porém, mais a montante passaram por ele duas canoas com oito homens que iam em busca dos quatro que tinham fugido do Juruá sem saldar suas dívidas (Carvalho: 1955, 44 e 46). Mesmo os índios Kanamarí, que o autor encontrou ao longo do Itacoaí, mais ou menos entre 6° 15' e 6° 22' de latitude sul, eram visitados pelos "Indiapás" (In Djapá, subgrupo Kanamarí, no volume Juruá/ /Jutaí) do Juruá, não obstante viverem em franca hostili-

dade com os Kanamarí do Juruá. Alegando a exploração de que eram vítimas, os Kanamarí disseram ao autor que preferiam não trabalhar para os civilizados, mas fizeram boas referências a João Carioca, seringalista do Juruá, o que é um indício de que suas poucas transações se fizessem com esse rio.

Também os Marúbo, que se viram isolados novamente quando os civilizados abandonaram os altos cursos dos rios, voltaram a procurá-los anos depois, mas no Juruá. Por volta de 1950, começaram a fazer comércio com o seringal Boa Fé, na confluência do Ipixuna com o Juruá, vendendo pélas de borracha e couros de animais. Somente uns dez anos depois é que os primeiros madeireiros, subindo o Ituí, os alcançaram, fazendo-os voltar seus principais interesses de intercâmbio comercial para o norte (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 25-27).

Nos começos de 1975, um "dos proprietários de uma grande empresa de Benjamim Constant informou que toda a madeira que passa por essa cidade vem do Município de Atalaia do Norte e que a produção média anual é de 15.000 toras, o que equivale a uns 10.000 m^3. Dessas 15.000 toras, 10.000 são de cedro; o mogno não chega a 10% das toras produzidas. No ano de 1974, a produção foi superior à normal, pois só sua empresa produziu 18.000 toras. No que tange à borracha, a produção tem caído, pois passou de 300 toneladas anuais para 200 (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 11). Se as cifras apresentadas por Cardoso de Oliveira (1972, 39) se referem a todo o município de Atalaia do Norte — 4.125 toras em 1958 e 1.705 toras em 1959 —, bem se pode ver que a produção atual é muito mais alta, tomando-se porém o cuidado de levar em conta que os anos a que se refere Cardoso de Oliveira corresponderam a um período de crise.

A exploração da madeira manteve o mesmo sistema de relações de trabalho do período da borracha. Entre a grande empresa e o madeireiro há uma cadeia, com um número maior ou menor de elos, que representam o aviamento, isto é, o adiantamento de "mercadoria" para ser compensada com o "produto". As grandes propriedades de terra, das quais geralmente só se conhece uma dimensão — aquela que coincide com a margem do rio —, continuam a



ser chamadas de "seringais", ainda quando sejam utilizadas mais para a produção de madeira do que borracha, e nem sempre são os proprietários dos "seringais" que os exploram, mas sim arrendatários.

Em 1978, havia na região uma certa intensificação da procura da borracha entre os índios Marúbo e também inúmeras armadilhas para gato maracajá à beira de seus caminhos (embora a venda de couros esteja proibida no Brasil, por ser região fronteira, eles podem ser vendidos nos países vizinhos). O gerente de um "motor" da mesma empresa há pouco citada — a dos Magalhães — confirmou essas impressões, quando disse que sua firma estava empenhada em fazer subir a produção de borracha do Curuçá ao mesmo nível do do Ituí, que era de 48 a 52 toneladas de borracha por ano. Ainda que dissesse que a produção de madeira de sua empresa era de 18.000 toras, portanto a mesma de 1974, parece que a proporção das espécies tinha se alterado. Assim, disse que no ano anterior o Ituí havia produzido 3.000 toras de cedro e 4.200 de madeira branca. De mogno (aguano), sua firma só havia conseguido umas cinqüenta e poucas toras em todos os rios da região. Toda a madeira era beneficiada em Benjamim Constant, menos a aucuba, que a firma enviava para Manaus, para a produção de madeira compensada. Enfim, as madeiras mais procuradas, o mogno e o cedro, davam sinais visíveis de esgotamento. Daí talvez as empresas começarem a aceitar maior quantidade de madeira branca.

No primeiro lustro dos anos Setenta, a Petrobrás operou na região à procura de poços de petróleo. Não parece ter encontrado nada que fosse de interesse. Mas sua presença foi importante, pois há quem diga que foram os explosivos utilizados na pesquisa que amedrontaram os Mayorúna, fazendo-os procurar contato pacífico com os brancos (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 17). Agora a Petrobrás se prepara para fazer detonação na área dos índios arredios da confluência Ituí/Itacoaí (Montagner Melatti: 1980, 33).

A estrada de rodagem que ligará Benjamim Constant a Cruzeiro do Sul, no Acre, passando entre o Javari e o Curuçá, podendo afetar as terras dos Mayorúna e dos Marúbo, parece estar com suas obras paradas. Iniciada pelas duas extremidades, parece ter ficado a poucos quilômetros de ambas as cidades. Possivelmente, não será tão cedo que terá alguma importância para os índios da região.

Uma visita do ministro das Minas e Energia a Benjamim Constant, durante o governo Geisel, trouxe alguma esperança à população regional de que o linhito, que dizem ser abundante junto à foz do Javari, viesse a ser finalmente explorado. Mas tudo indica que as jazidas não despertaram o interesse governamental.

Quanto às relações entre os índios e a população regional neste último período, elas serão abordadas mais adiante, ao se tratar de cada povo em particular.

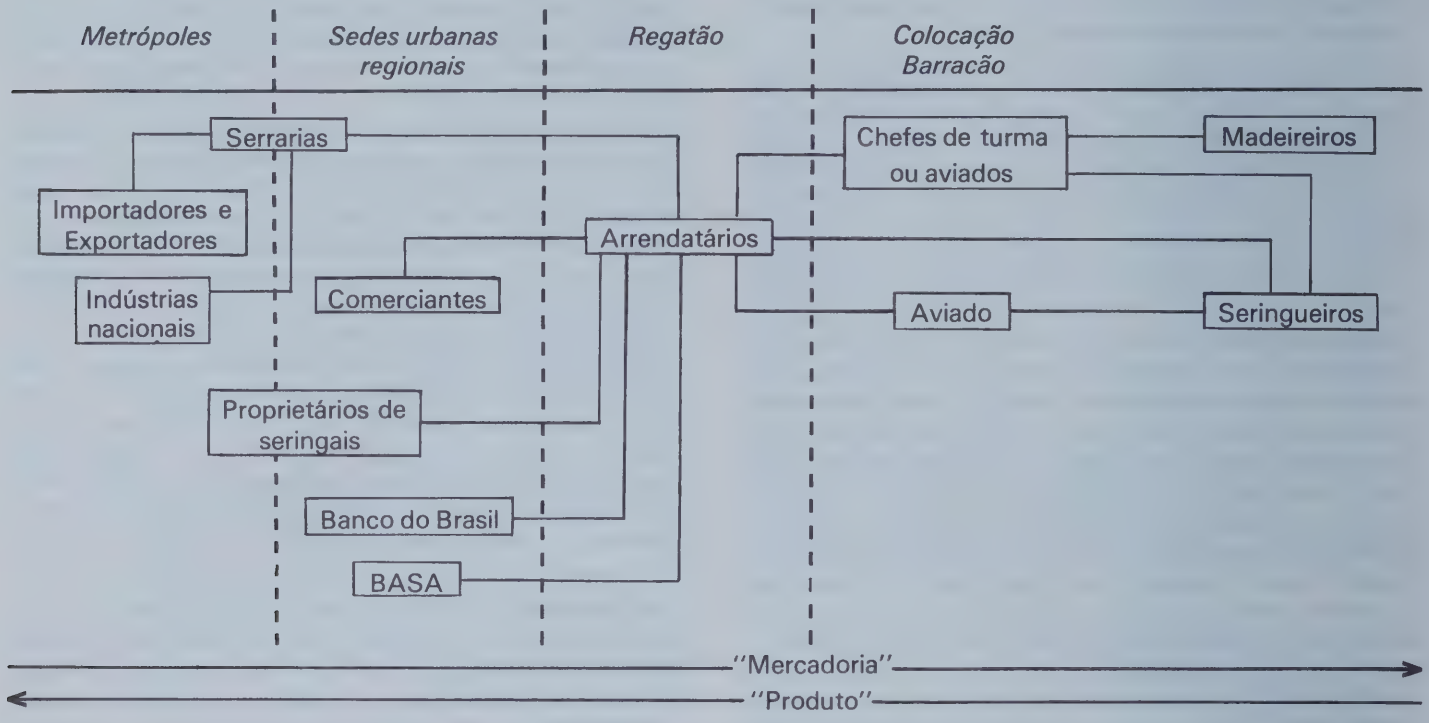
* * *

É importante caracterizar aqui o *SISTEMA DE AVIAMENTO NA BACIA DO JAVARI* (representado sumariamente no esquema abaixo), para entender as relações entre os agentes da atividade extrativista na Área. O sistema se caracteriza pela troca de "mercadorias", fornecidas adiantadamente ("aviamento"), pelo "produto". As "mercadorias" incluem alimentos (farinha de mandioca, açúcar, café, cachaça etc.), instrumentos destinados a conseguir alimento (espingardas, munição, anzóis etc.), remédios, tecidos e roupas, assim como o próprio instrumental necessário à atividade de extração (tigelinhas, faca de seringa, bacia, terçados, machados, cabos de aço). O "produto" são as pélas de borracha, as toras de madeira e, ainda que de comércio proibido, couros de animais, para citar os mais importantes. Todo aquele que adianta "mercadorias" é reconhecido como "patrão" daquele que lhe fica a dever o "produto". É sempre o "patrão" que estabelece os preços, tanto das "mercadorias" como dos "produtos", aquelas sempre majoradas, estes sempre subestimados, de tal modo que o trabalhador está sempre em dívida e raramente consegue superá-la e fazer "saldo".

No período da borracha, no início deste período, as propriedades eram imensas, embora não se disponha de informações sobre sua situação legal. O colombiano Antônio Angarita era considerado o "dono" do rio Ituí; o português Afonso Alvim era o "dono" do rio Curuçá. Naquele tempo, provavelmente, era o próprio proprietário do seringal, geralmente também um comerciante, que o explorava, através de "aviamentos" que concedia a intermediários, os quais, por sua vez, "aviavam" os seringueiros. Se os grandes seringais do passado sofreram divisões por motivo de herança, houve também novas concentrações de propriedades por parte de algumas pessoas que se aproveitaram do desinteresse pelas terras após a queda dos preços da borracha. Mas essas novas concentrações nem sempre reuniram sob um mesmo proprietário seringais contíguos. Hoje parecem ser raros os casos em que um seringal seja explorado por seu próprio proprietário. Muitos proprietários nem vivem na região e arrendam seus seringais a comerciantes ou serrarias. Ainda quando os lotes passam a ser utilizados para a extração de madeiras, continuam a ser chamados de "seringais".

Por exemplo, Manoel Gomes, comerciante de Benjamim Constant e que exerce também atividades de regatão, assinou, em 1974, um contrato com o proprietário de dois seringais junto à confluência do Ituí com o Itacoaí, através do qual se tornava arrendatário dos mesmos por tempo indeterminado. Segundo o contrato, o comerciante se obrigava a pagar ao proprietário dois mil cruzeiros por ano para explorar borracha e madeira, e ainda se comprometia a pagar outras taxas, se obtivesse mais vantagens. Era reconhecido ao proprietário o direito de fazer vistorias e o comerciante se obrigava a não danificar as árvores (as seringueiras, certamente). Por outro lado, o mesmo comerciante tinha um outro contrato assinado com uma empresa de Manaus, em que se obrigava a vender à mesma

ESQUEMA DO SISTEMA DE AVIAMENTO NA BACIA DO JAVARI



seiscentas toras de cedro, a Cr$ 230,00 o metro cúbico; em contrapartida, a empresa deveria lhe adiantar Cr$ 60.000,00 (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 12). Portanto, assim como esse comerciante "avia" madeireiros e seringueiros, que lhe ficam seus devedores, ele mesmo tinha uma dívida com uma empresa de Manaus. Como, na época, os regatões compravam o cedro a Cr$ 200,00 o metro cúbico, o citado comerciante lucraria Cr$ 30,00 por metro cúbico. Mas seria preciso deduzir dessa quantia as despesas que faria o comerciante em suas viagens (combustível, pagamento da tripulação do "motor", isto é, da embarcação) e, por outro lado, levar em conta que esse comerciante não faria, certamente, os pagamentos a dinheiro, mas sim em "mercadorias" e a preços estabelecidos por ele.

Segundo Terri Valle de Aquino (i.p.), os arrendatários, também chamados "patrões" ou "extratoristas", são geralmente ligados à grandes serrarias da região. Mediante contrato de arrendamento reconhecido em cartório, retiram financiamentos junto ao Banco do Brasil S.A. ou ao Banco da Amazônia S.A. (BASA). Quando se financiam com um dos bancos, não podem fazê-lo com o outro; a maioria se financia com o Banco do Brasil. Esses empréstimos bancários dependem do número de propriedades (próprias ou arrendadas) e da produção de madeira e borracha. A maior parte dos "extratoristas" (de cinqüenta a sessenta por cento deles) estão ligados ao comércio e mantêm outros tipos de negócios (agropecuária, agricultura comercial etc.). Outros "patrões" trabalham apenas com o dinheiro que retiram de seus empréstimos bancários. Na região esses empréstimos têm variado de 250 mil até 5 milhões de cruzeiros. Compram "mercadorias" e "aviam" aos chamados "chefes de turmas" ou "aviados" (também dentro da categoria geral dos "patrões" regionais). Adquirem destes, de forma monopolista, a totalidade da produção de madeira e borracha. Aí negociam com as grandes empresas, as quais, por sua vez, o fazem com as firmas exportadoras de Manaus e Belém, que lidam principalmente com o mercado europeu e norte-americano. Há "patrão" ou "extratorista" no município de Atalaia do Norte que trabalha com até vinte "chefes de turmas" ou "aviados" (na área do Javari, possivelmente, o termo "freguês" seja usado com mais freqüência que o termo "aviado" com o mesmo significado).

O "arrendatário" pode desempenhar simultaneamente uma série de outros papéis no sistema de "aviamento". Em 1978, por exemplo, Julio C. Melatti e Delvair Montagner Melatti, conheceram o "regatão" (comerciante que tem sua loja numa embarcação) José Rodrigues Pires, em cujo "motor" desceram o rio Curuçá. Pires havia arrendado o "seringal" Curuçá, de João Barbosa Filho, que mora em Manaus, num contrato que deveria vigorar até 1980, para explorar madeira e borracha, devendo receber o proprietário dez por cento da produção. Este seringal era, no entanto, cobiçado pela firma dos Magalhães e Oscar Gomes, empregado ou "aviado" da mesma, colocou aí seringueiros. José Pires, sentindo-se lesado, passou a cobrar dez por cento da produção dos seringueiros, para

poder pagar o arrendamento (pelo que se vê, o proprietário não tem nenhum controle para averigüar a correção do pagamento que lhe é devido), liberando-os para venderem o restante da produção aos Magalhães ou a quem desejassem. Entretanto, já tendo ultrapassado os limites do seringal que arrendara, descendo o Curuçá, Pires continuava a comerciar, comprando borracha de homens "aviados" pelos Magalhães, evitando fazê-lo na presença de um gerente dessa firma, que estava navegando também no rio. Pires justificava suas transações com trabalhadores de seringais arrendados por outras firmas, alegando que as águas hoje em dia são livres. Por sua vez, em sua viagem, foi comerciar também no seringal de sua propriedade, no Irari, mas nesse ponto os pesquisadores já tinham abandonado seu barco e não puderam observar as transações. Antes de chegar ao Irari, já no Javari, comprou a borracha adquirida por um outro regatão. Este explicou aos pesquisadores que, embora outro regatão pagasse mais pela borracha, preferia vender a Pires porque este já lhe havia emprestado dinheiro para comprar seu motor, que já estava pago, e esperava pedir-lhe um outro empréstimo; além disso, Pires pagava o mesmo preço por qualquer tipo de borracha, enquanto que, se a levasse para vender em Benjamim Constant, ela passaria por classificação, cada tipo recebendo um preço diferente.

Infelizmente não houve o cuidado de se procurar saber quem financiava ou "aviava" Pires. Ele mesmo afirmou que os próprios Magalhães poderiam "aviá-lo", mas não para explorar o seringal que eles cobiçavam. Ele devia de ser, e com certeza fora no passado, financiado pelo Banco da Amazônia (BASA). Contou que a princípio o financiamento do BASA era proporcional à produção daquele que tomava o empréstimo; depois passou a ser proporcional ao número de trabalhadores do financiado; mas naquele momento o financiamento era proporcional à produção do seringal em razão do qual tinha sido tomado o empréstimo. Segundo Pires, só a forma mais antiga de financiamento era vantajosa para ele e outros empresários. Infelizmente também não foi verificado se o BASA recebia diretamente em borracha o pagamento do empréstimo ou só em dinheiro. É digno de nota, por outro lado, que três vezes por ano o fiscal do BASA saía para inspecionar os seringais, sendo de interesse do Banco que os trabalhadores não vendessem senão àquele que estava sendo financiado para explorar o seringal, a fim de que ele pudesse saldar sua dívida com o BASA. Em outras palavras, o BASA contribuía para manter o tradicional sistema de "aviamento".

Também segundo Terri Valle de Aquino, os "aviados" ou "chefes de turma" são homens de confiança dos "patrões" e deles recebem as "mercadorias" necessárias à produção da safra de madeira ou borracha. Cada um desses "aviados" tem em média cinco ou seis madeireiros para trabalhar e são obrigados a entregar a produção totalmente a seus "patrões". Acompanham a turma de madeireiros que se internam nas cabeceiras dos igarapés, onde são encontradas as principais "madeiras de lei" (ou mesmo "madeiras brancas", inferiores às primeiras).

Na passagem de 1974 para 1975, José Martins da Silva tinha seis homens que trabalhavam para ele no rio Paraguaçu, afluente da margem direita do alto Ituí: dois eram civilizados e quatro eram rapazes Marúbo. Martins seria, provavelmente, um "chefe de turma", na terminologia captada por Valle de Aquino. Martins contou que dava a cada trabalhador 200 cruzeiros por mês e mais a alimentação. Com seis homens, segundo ele, pode-se produzir cerca de 250 toras por ano, sendo que trinta árvores de cedro dão uma média de noventa toras (logo, 250 toras devem corresponder a cerca de oitenta e poucas árvores). Uma tora de cedro de 60 cm de diâmetro e 460 cm de comprimento tem 1,21 m . A madeira é cortada de setembro a fevereiro. Disse Martins que nos seis meses de trabalho na madeira gastava com seus trabalhadores doze mil cruzeiros. Era o regatão Raimundo Cabral que comprava as toras de Martins, pagando o cedro a 200 cruzeiros o metro cúbico e o aguano a trezentos. Martins lhe comprava os víveres para os trabalhadores. Contou ainda Martins que os compradores preferem lhe pagar em gêneros; se ele quer dinheiro, fazem-no descer até Benjamim Constant para receber, mas lá só lhe pagam pouco a pouco, de modo que, enquanto espera, faz muita despesa na cidade. Dois anos antes havia tido um saldo de nove mil cruzeiros, mas o comprador não lhe pagou tudo e chegou mesmo a evitar seu "porto", descendo o rio antes de alcançá-lo, para não lhe pagar o restante. Gostava de Raimundo Cabral porque lhe pagava sempre o saldo em dinheiro (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 27-28). A julgar pelos números oferecidos por Martins, podemos calcular, de modo grosseiro, que naquele período de safra gastaria dois mil cruzeiros com cada trabalhador, isto é, o equivalente a dez metros cúbicos de cedro, segundo os preços do regatão. Dividindo-se o total de toras possíveis de se produzir no período pelo número de trabalhadores, ter-se-ia cerca de quarenta toras por trabalhador, o que corresponderia a quase cinqüenta metros cúbicos. Enfim, Martins gastaria com os trabalhadores menos de um quarto do que recebia do regatão. Ao mesmo tempo que assim explorava seus trabalhadores, era explorado pelos regatões, que preferiam pagar-lhe em "mercadorias", ao invés de dinheiro, e deixando mesmo de pagar-lhe parte de seu saldo, dispondo eles ainda de técnicas dissuassórias para evitar o pagamento em dinheiro.

Os dados etnográficos disponíveis não permitem dizer se os homens que trabalham na extração de madeira são os mesmos que extraem o látex de seringueira, uma vez que se trata de atividades que pouco se sobrepõem no ciclo anual (setembro a fevereiro, para a primeira; junho a setembro, para a segunda). Sejam ou não as mesmas pessoas, elas são organizadas de modo diverso nos dois tipos de extração. De fato, o seringueiro pode desempenhar todas as etapas da extração (limpeza da estrada após a descida das águas, raspagem dos troncos, "corte", coleta das tigelinhas, defumação) sozinho, podendo ainda caçar

ou pescar no dia em que as seringueiras de suas "estradas" descansam. Já certas etapas da atividade dos madeireiros exige o trabalho coletivo, como a abertura de estradas para deslizar os troncos, o arrastamento dos troncos para os igarapés, a condução das toras nas breves enchentes do igarapé até o rio etc.). Parece mesmo haver uma certa divisão de trabalho na turma de madeireiros. Mais de um índio Marúbo, por exemplo, trabalhou como caçador em turma de madeireiro. Desse modo, se entre o arrendatário ou seu gerente e o madeireiro existe o "chefe de turma", nem sempre há intermediário entre o seringueiro e o arrendatário. Entretanto, quando o seringueiro trabalha para firmas, em grupos, há trabalhadores encarregados de tarefas específicas, como o "mateiro", que limpa as "estradas". O seringueiro, é também explorado pela diferença entre o alto custo das "mercadorias" e o baixo preço atribuído à borracha, do qual ainda se desconta a "tara", uma percentagem tanto maior quanto mais úmida se apresentar a péla. Cabe ainda ao seringueiro adquirir todos os instrumentos de trabalho, mas não se dispõe de dados para dizer se tais despesas também atingem o madeireiro.

O já citado Martins contou que, além do cedro e do aguano, se cortava também a virola, a aucuba, a malpassa. Essas duas últimas se cortavam no fim, pois, se ficassem na água mais de quatro meses, afundariam. Como a maçaranduba tem preço alto, mas não bóia, era cortada no fim, e ia em cima da jangada (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 27). Segundo Terri Valle de Aquino (i.p.), todo prejuízo da safra, quem paga são os próprios madeireiros. Se, por exemplo, o madeireiro derrubou "madeira branca" e não pode retirá-la por causa da falta de águas nas cabeceiras dos igarapés e a mesma vier a apodrecer, eles têm prejuízo. Isso só não ocorre com o cedro, porque é uma madeira de lei e não se estraga com facilidade; como disse um madeireiro do município de Atalaia do Norte a Valle de Aquino, "o cedro tem essa bondade". Entretanto, se o madeireiro é pago por mês, como era o caso daqueles que trabalhavam com Martins, o prejuízo certamente fica também com o "chefe de turma".

O sistema de "aviamento" é conhecido também como "de barracão", uma referência aos depósitos onde os trabalhadores compareciam para fazer a troca dos "produtos" pelas "mercadorias". Entretanto, a presença física dos "barracões" quase não se faz notar e as transações quase sempre têm lugar nos "motores". Atualmente, os "seringais" não têm sede em funcionamento, e as transações se fazem diretamente nas "colocações", isto é, os locais onde cada seringueiro tem sua casa, de onde partem suas "estradas" (caminhos que ligam as seringueiras que devem ser "cortadas" num único dia) ou onde os madeireiros se abrigam.

No texto o leitor encontrará umas poucas informações que apenas sugerem como as populações indígenas se inseriam no sistema do "aviamento" no passado. No que tange à atualidade, os dados disponíveis estão registrados nos capítulos referentes a cada povo indígena.

O futuro: entre o Parque e os descimentos

As terras dos indígenas da Área ainda não estão demarcadas. E a realização dessa tarefa não será fácil, dada a sucessão de medidas contraditórias que vêm sendo tomadas pela política indigenista oficial com relação a esse problema, em que raras vezes a região é tomada como um todo.* Os funcionários da FUNAI que trabalham ou trabalharam de algum modo relacionados à região podem ser colocados em dois grupos: um, favorável à criação de um parque que abrigue todos os grupos indígenas, e outro, favorável à concentração dos índios em certos pontos e a demarcação de pequenas reservas; essa última solução é semelhante à dos "descimentos" do período colonial, quando se fazia os índios descerem os rios e se concentrarem em grandes aldeamentos, de modo a se fazer mais comodamente a catequese, o controle e sua requisição como mão-de-obra.

A concentração dos índios em determinados pontos, resulta da combinação de ações que visam, intencionalmente ou não, a esse fim. Uma das propostas intencionais foi a da implantação de Colônias Indígenas de Fronteira, nos rios Curuçá e Javari, conforme um aludido "Plano de Integração Indígena" entregue ao Ministro do Interior. Procurando manter concentrações humanas na faixa da fronteira Brasil-Peru, desaconselhava-se a criação de postos no Ituí e no Itacoaí, com a intenção quase explícita de atraí-los para a fronteira (FUNAI: 1969). Parece que foi um plano que não chegou a ser levado avante, mas pode ter tido influência em certas medidas tomadas na Área, como o apoio dado aos Kanamarí e aos Mayorúna, que se fixaram no baixo Javari, em São Luís e Lameirão, respectivamente.

A concentração de índios em determinados pontos também pode decorrer do respeito pelos interesses dos proprietários de terras na região. Um funcionário, por exemplo, propunha que a FUNAI mantivesse entendimentos com os proprietários para que cedessem, do total de suas terras, aquelas ocupadas pelos índios (Lima: 1969, 5). Alguns justificam a concentração de índios como a única

(*) "A FUNAI iniciou seus trabalhos pioneiros no Vale do rio Javari no ano de 1971, em apoio à construção da Rodovia Perimetral Norte, com atividades de atração, tendo em vista o eixo da Rodovia cortar o referido Vale em diversos pontos habitados por Grupos Tribais Isolados. Entre os anos de 1971 a 1974 os trabalhos desenvolveram-se de forma satisfatória, porém, a partir de 1975 a atenção ao Vale do Rio Javarí gradativamente passou a perder o estímulo que até então vinha recebendo da FUNAI, primeiramente com a paralisação das metas antes estabelecidas e posteriormente com a desativação de fundamentais trabalhos de atração em diversas áreas, cujos reflexos, tanto no campo social quanto no financeiro, são dos mais trágicos e com irreparáveis conseqüências para com as etnias envolvidas no contexto; paralelamente, o estímulo até então dirigido ao Vale do Rio Javarí, passou gradativamente a ser orientado para a área do Alto Solimões, junto à etnia TUKUNA; enquanto que no Vale do Rio Javarí era mantida praticamente a presença física da FUNAI, e mesmo assim, somente em poucos pontos onde até então, havia sido levado a efeito atrações parciais de Grupos Tribais Isolados, permanecendo, porém, inalterado os problemas da demarcação de áreas indígenas, saúde e educação" (Costa: 1981).

maneira de delimitar suas terras (Nogueira e Oliveira: 1976), sem explicar por que motivo não se pode demarcar áreas de povos indígenas que espalham suas aldeias, a não ser que se tenha em mente a redução de suas terras.

A concentração intencional dos povos indígenas também tem como motivo o comodismo do órgão protecionista. Assim, a incentivação aos Marúbo para descerem para o PIA Curuçá e aos Kanamarí para ocuparem o PIA São Luís é justificada, alegando-se estarem localizados em áreas que não apresentam condições para serem atendidos em seu próprio habitat (FUNAI: s.d.). Entretanto, essa falta de condições se resume no fato de motores de centro não poderem navegar o alto Itacoaí e o alto Curuçá nos três meses mais secos do ano, nada impedindo, porém, a navegação de grandes canoas com motor de popa.

Há, porém, descimentos de índios que decorrem de medidas que não visavam a esse propósito. Assim, a criação do PIA Marúbo, no baixo Itacoaí, para atrair os índios da confluência Ituí/Itacoaí e a interdição da navegação desse posto para cima, a fim de não prejudicar os trabalhos de atração, deixou os Kanamarí do alto rio sem o comércio dos regatões, decorrendo daí sua tentativa de se instalar junto ao PIA Marúbo (Tôrres: 1976a). O PIA Ituí, instalado no curso médio do rio do mesmo nome para atrair os Matís, interditando a navegação, impeliu os Marúbo do alto rio de comerciar com os regatões, e chegou a atrair parte deles para o posto. O mesmo aconteceu com uma parcela dos Marúbo do alto Curuçá, atraídos em parte por razões semelhantes, devido à instalação do PIA Curuçá, destinado primordialmente à atração dos índios do igarapé São Salvador. Enfim, postos destinados a atrair os arredios acabaram atraindo índios há muito em contato.

Outro descimento não intencional foi a transferência de parte dos Mayorúna para Lameirão, no baixo Javari, motivada por um choque armado entre facções indígenas, em 1978.

Entretanto, mesmo quando o descimento de índios não decorre de medida que o tenha como objetivo, as medidas posteriores tomadas pelo órgão protecionista não são no sentido de fazer os índios voltarem às antigas áreas, mas de consolidar essas novas posições ocupadas por eles, atraindo novos indivíduos do mesmo grupo indígena para lá. Em suma, os descimentos de índios na região têm contribuído mais para dispersá-los do que para concentrá-los, uma vez que nunca se consegue juntar um povo todo num determinado ponto, pois parte sempre prefere permanecer no antigo local.

Outros funcionários, entretanto, preferem a criação de um parque que abrigue todos os grupos indígenas da região. Talvez o primeiro a fazer uma proposta nesse sentido tenha sido Sebastião Amâncio da Costa, quando admite que a criação de uma reserva nos rios Ituí e Itacoaí só beneficiaria trinta por cento dos índios do vale do Javari. Opina então pela criação de um *Parque Nacional Indígena do Vale do Javari*, que abrangeria os rios Ituí, Itacoaí, Curuçá e Javari e seus tributários, com uma área aproximada de 69.080 quilômetros quadrados (Costa: 1972b). Também o sertanista Rubens Pastana Tavares solicita que se dê prosseguimento aos planos de criação de um Parque Indígena do Ituí (pelo próprio nome já se vê que é de dimensões mais modestas), conforme leu em números do Boletim da FUNAI de 1972 (Tavares: 1975).

Em 1980, a FUNAI enviou à área três grupos de trabalho para estudar a situação das terras e a possibilidade da criação de um parque.

Um dos grupos de trabalho era constituído pelo antropólogo Terri Valle de Aquino e pelo topógrafo Darci Vicente Alves, encarregados de levantar o Javari e o Curuçá. Um segundo grupo de trabalho era formado pela antropóloga Delvair Montagner Melatti e pelo engenheiro cartógrafo Lucélio Cesar Sabe Franco, incumbidos dos rios Ituí e Itacoaí. O terceiro, constituído pelo sociólogo Marco Antônio do Espírito Santo e pelo engenheiro agrimensor Benedito Delcio Marostegan foi designado para examinar os rios Jandiatuba e Jutaí, que correm na região imediatamente a leste da que estamos tratando.

A partir de sugestões iniciais de funcionários ligados à Base Avançada da Fronteira do Solimões (BFSOL), atual Ajudância do Solimões (AJUSOL), que elaboraram uma primeira delimitação de áreas dos índios da bacia do Javari (Rosenberg & outros: 1979), alguns membros dos citados grupos de trabalho, enriquecidos com os próprios dados que haviam coletado na região, elaboraram uma proposta de delimitação de um *Parque Indígena do Vale do Javari*. Sem dúvida esse trabalho foi muito prejudicado pela demissão do antropólogo Terri Valle de Aquino, que teve lugar quando o mesmo estava em pleno desempenho do trabalho de campo, o que o levou a não apresentar seu relatório. Por sua vez, o companheiro de grupo de Aquino, o topógrafo Darcy Vicente Alves, veio a falecer em Brasília, no início de 1981, vitimado por uma malária contraída no Roraima; entretanto, deixou feita a sua parte (Alves: 1980a, 1980b, s.d.a e s.d.b). A delimitação do Parque foi feita pela reunião de delimitações parciais, referentes a cada grupo, que ficavam bastante próximas ou contíguas. O Parque assim delimitado (ver no mapa geral a "Proposta de Parque 1") reúne todos os índios da bacia da margem direita do Javari, com exceção dos Mayorúna da aldeia de Lameirão, que ficarão numa reserva separada, e avança sobre o alto Jutaí e alto Jandiatuba. Situa-se, pois, em terras de três municípios: Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Jutaí. O mapa geral indica os limites do Parque conforme traçados pelo engenheiro cartógrafo Lucélio César Sabe Franco (1981a).

Além da citada delimitação, elaborada por alguns membros dos referidos grupos de trabalho, está em exame, também no Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), da FUNAI, uma outra proposta de delimitação, elaborada pela Primeira Delegacia Regional (Manaus) da FUNAI, com base em dados do sertanista Sebastião Amâncio da Costa (ver no mapa geral a "Proposta de Parque 2"). Esta segunda proposta é mais adequada que a

primeira, na medida em que prefere usar como limites os divisores de águas, visíveis nitidamente para os habitantes indígenas e civilizados da região, ao invés de linhas secas, invisíveis para os leigos em cartografia, e cursos de pequenos igarapés, nos quais é difícil controlar a interdição de uma margem, quando a oposta é permitida, como faz a primeira proposta. Em compensação, a segunda deixa dentro do Parque dois bolsões abertos aos civilizados: um correspondente à bacia do rio das Pedras, afluente da margem esquerda do Itacoaí, uma área em que os Kulína têm interesses, e toda a bacia da margem direita do rio Branco, que é freqüentada pelos Matís; e outro na margem esquerda do médio Ituí, abrangendo o baixo rio Negro, uma área possivelmente freqüentada por índios arredios do rio Quixito ou Kulína da margem direita do Curuçá. Por outro lado, essa proposta acrescenta ao Parque a bacia do rio Batã, afluente da margem direita do alto Javari, na qual possivelmente há índios; boa parte da bacia do igarapé Flecheira (afluente da margem esquerda do Curuçá) e da bacia do igarapé Santana (afluente da margem direita do Javari), atribuindo-a a Mayorúna arredios, o que parece ter ocorrido no passado, necessitando-se de uma averiguação para se saber se ainda ocupam tal área; toda a margem direita do médio e baixo Curuçá, o que de certo modo favorece aos Kulína que talvez ainda vivam no igarapé Pedro Lopes, cuja maior parte da bacia a primeira proposta (Franco: 1981a) deixou fora do Parque; e a margem direita do alto igarapé São José, afluente da margem direita do Itacoaí, também esquecida pela primeira proposta, favorecendo os arredios que aí vivem.

Nem a primeira proposta, interpretada cartograficamente por Franco (1981a), nem a segunda, baseada em dados de Amâncio da Costa, cogitaram de estender o Parque até pouco abaixo da confluência do Jutaizinho com o Juruazinho, que formam o Jutaí, para incluir os Kulína que aí vivem.

Sem dúvida a criação do Parque terá de enfrentar a resistência dos proprietários e pretendentes (pessoas físicas e empresas) de seringais* e demais intermediários ligados às atividades extrativistas de seringa e principalmente madeira, na Área. Para avaliar essas dificuldades procurou-se levantar a situação fundiária da região. As considerações que se seguem estão baseadas fundamentalmente em dados coletados localmente para Atalaia do Norte, uma vez que a maior parte (70%) do Parque se encontra dentro dos limites deste município.

Segundo dados tomados por Melatti em 1975 (mas provavelmente referentes à realidade fundiária de meados dos anos 60) na Secretaria de Economia e Finanças da Prefeitura de Atalaia do Norte, onde funcionava também um escritório do INCRA, o Município contava então com 280 seringais, cujas áreas constituíam um total de 1.620.156 ha, o que correspondia a quase um quarto da superfície do Município, o que é de 7.190.100 ha (ou 71.901 km^2). O maior proprietário do Município era Antônio de Souza Braga, então recentemente falecido, com 21 seringais, numa superfície total de 584.648 ha, isto é, um terço da área total dos seringais do Município. Os 33 seringais das Indústrias I. B. Sabbá S.A. alcançavam um total de 274.177 ha. Os 10 seringais de Rui Rossi Brasil chegavam a 212.771 ha. A soma das áreas dos 24 seringais de Maria Alfonsina Cunha d'Alvim era de 164.857 ha, porém 8 deles já estavam vendidos ou em associação com outra firma. Os 5 seringais de Raul Jorge Leão Brasil somavam 50.949 ha. Os 40 seringais dos herdeiros (e dos que pareciam, pelo nome pessoal e situação do seringal, ser herdeiros) de João Barbosa Ferreira chegavam a 43.087 ha. Os 6 seringais de José Acyoli de Menezes Veiga, somados a outros 3 que deveriam ser futuros herdeiros seus, chegavam a 37.955 ha.

Dos 280 seringais arrolados, 196 eram de título definitivo, 18 tinham escritura pública, 17 eram de posse requerida, 18 se caracterizavam como posse, 24 como ocupação, incluindo os 7 restantes aqueles sem informação e os resultados dos lapsos de nossa contagem das categorias anteriores.

A atualização dessas informações para o ano de 1980 mostra alterações significativas na lista dos maiores proprietários do município, indicando movimentação no mercado de terras e a entrada na área de várias empresas madeireiras, conforme mostra o quadro abaixo.

Os maiores proprietários de terra no Município de Atalaia do Norte (1980).
área total do município: 71.901 km^2
população: 6.378 habitantes (Censo de 80)

Nome do proprietário	N.º de imóveis	Área (ha)
Antonio Pereira de Freitas	13	539.327
Maderex Madeiras do Amazonas S.A.	4	362.488
Cia. Norte	32	332.663
Madeireira Itacoaí S.A.	3	174.580
Antonio Carlos de Rezende	3	32.195
Terezinha de Jesus de Melo Veiga	3	25.545
Prama Produtos da Amazônia S.A.	6	25.461
Tulio Azevedo	3	9.925
José Rodrigues Pires	1	7.704
Mirandolino J. de Caldas	1	6.905
Rui Rodrigues Pires	4	5.675
Tito H. Cintra da Silveira	1	5.525
José Accioly de Menezes Veiga	1	2.843
José Accioly de Menezes Vieira	1	2.692
TOTAL (14)	76	1.533.518

(*) O termo *seringal* é aqui utilizado em sentido genérico, equivalente a propriedade rural ou fazenda.

É difícil precisar a localização desses imóveis e, portanto, em que medida afetam os limites do proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*, ou territórios de ocupação (incluindo áreas de roça, caça, coleta e circulação) específicos de cada povo de Área.

Os maiores proprietários do município de Atalaia do Norte têm seus imóveis distribuídos pelos principais rios da região da seguinte maneira:

Rios	Nº de imóveis	Nome do proprietário	Nome dos imóveis
JAVARI	8	Cia. Norte	Repouso, São João da Serra, Campinas, Equador, Forte Veneza, Fortaleza, Japurá e Boca do Curuçá.
	1	Prama	Cavalo Marinho ou Vista Alegre.
	1	A. P. Freitas	Rio Pardo do Centro.
	1	R. R. Pires	Nova Vida.
CURUÇÁ	19	Cia. Norte	Conceição, São Carlos, Alentejo, Santa Cruz, São Sebastião, Tambaqui, São Sebastião II, Constância, Santa Rita I, Livramento (ou Aquidaban), Santo Antônio I e II, Tabocal, Perseverança, Franklin, Santa Maria, São José, Nova Vida e Boa Esperança.
	2	J. Accioly	Teão e Douro.
	1	Madeireira Itacoaí	Rio Pardo do Sul.
QUIXITO	6	A. P. Freitas	São Sebastião do Centro, Santa Rita de Cima, Canamã Terceiro, Grande Esperança, Visitação Alegre e Vitória do Centro.
ITUÍ	1	A. P. Freitas	Jaguaribe de Cima.
BRANCO	1	Prama	Simpatia Petrópolis.
ITACOAÍ	4	Maderex	Dois Rios, Popunheiro e Inferno.
	2	Madeireira Itacoaí	Flora Floresta e Canaman.
	2	A. C. Resende	Vitória Régia e Fazenda Alvorada.
	1	Cia. Norte	Rio Branco.
	1	Prama	Quatro Bocas.
	(51)	(8)	

Pode-se supor que, pelo movimento geral de ocupação da Área, cuja sede local é a cidade de Benjamin Constant,* esses imóveis se situem principalmente nos cursos baixos dos referidos rios.

Utilizando-se de outra fonte (Cartas Planimétricas do RADAM, escala 1:250 mil, 1978) foi possível contabilizar o nº de "núcleos, fazendas"* que aparecem dentro dos limites do *Parque* e relacioná-los com os territórios específicos de cada povo.

Apesar de todas as ponderações que se possa fazer com relação às imprecisões da categoria "núcleos/fazenda", o quadro acima serve, pelo menos, para atestar amplamente os vestígios das atividades extrativistas disseminadas pelos territórios indígenas.

No que tange às partes do *Parque Indígena do Vale do Javari* que se encontram nos municípios de São Paulo de Olivença e Jutaí, não se pode indicar que proprietários atingem os limites propostos, uma vez que não se dispõe de dados. Sabe-se que o rio Jutaí foi dominado no pas-

(*) Concorrem nesse sentido observações feitas em agosto de 81 pelo antropólogo e colaborador desse Levantamento João Pacheco de Oliveira Fº: "parece até que Benjamin Constant está virando Barra do Garça. A fronteira está chegando mesmo. Na região fala-se em muitos milhões, circulam fartamente os financiamentos bancários, estabelecem-se inúmeras agências governamentais (EMATER, SUDHEVEA, SUDEPE). O governo está investindo pesado em criar na área uma infraestrutura urbana adequada ao processo de ocupação: luz, estradas, comunicação telefônica via satélite, canais retransmissores de televisão. A atividade madeireira está em um pique que parece o da borracha: segundo informações os madeireiros não pensam mais em termos de cruzeiros, mas de dólares, dos compradores de sua produção. A pesca está sendo ativada em escala industrial, concedendo-se facilmente financiamentos para barcos pesqueiros munidos de frigoríficos, malhadeiras, etc. Até a borracha está sendo retomada em muitas áreas, contratando-se grandes turmas de seringueiros e madeireiros que terminaram de subir para suas colocações nos altos rios. O processo afeta principalmente o rio Javarí e seus afluentes, onde atualmente está ativa a especulação em torno dos títulos de propriedade" (Oliveira Filho, i.p.).

(*) Um confronto com dados de campo permite dizer que, neste caso, cada marca de "núcleos/fazenda" que aparece no mapa RADAM não representa necessariamente uma sede de fazenda ou de seringal. Pelo contrário, refere-se freqüentemente a uma casa de seringueiros ou abrigo de madeireiro, alguns possivelmente abandonados. Por exemplo, aqueles que estão no Ituí, do PIA Ituí para o sul, estão abandonados, pois não há civilizados aí. Alguns podem ser "colocações" dos próprios Marúbo. Os da confluência do Curuçá com o Arrojo estão abandonados. Em contrapartida, o mapa RADAM não assinala outras evidências de ocupação da área, constatadas localmente.

Rios	Curso	Nº núcleos fazenda	Território/povo afetado
	baixo	20	Kanamari/São Luís
JAVARI	baixo	5	Mayoruna
	alto/médio	4	Marúbo
CURUÇÁ	baixo, margem direita	20	Kulína/Kanamarí
QUIXITO	médio	12	índios do Quixito
	alto	14	Marúbo
ITUÍ	médio	13	Matís
	médio/baixo margem direita	23	índios da Confluência
	médio/baixo		
BRANCO	margem esquerda	3	Matís
	alto	14	Kulína/Kanamarí
ITACOAÍ	médio até PI Marúbo	42	Arredios
	médio/baixo margem esquerda	9	índios da Confluência
		(182)	

sado por um grupo de parentes, liderados por Benjamin Afonso, que tinha o monopólio do comércio no rio, o que não quer dizer que tivesse de ser necessariamente o proprietário de suas terras. Uma vitória eleitoral do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fruto de uma campanha junto às camadas pobres da região (a fonte não indica a data) leva à criação do município de Jutaí e à abertura do rio aos demais comerciantes. Porém estes não dão conta de manter o "aviamento" de todos os seringueiros, que eram seiscentos no momento da abertura, e o movimento do rio caiu. Planejou-se também erigir a sede do município no curso médio do rio, e é aí que ela é assinalada nos mapas, mas na verdade essa transferência nunca se fez e a sede se mantém na foz do rio Jutaí (Espírito Santo: 1980). Utilizando-se das Cartas Planimétricas do RADAM (1978) pode-se contar 12 "núcleos/fazenda" no rio Curuena e afluentes, ao norte do território Txunhuân Djapá e no interior dos limites do Parque.

Afetando diretamente o território Kanamarí se pode contar 26 "núcleos/fazenda", nas margens do igarapé Dávi, rio Jutaizinho e rio Juruazinho.

Vale ressaltar que a expressiva expansão da atividade madeireira na Área (com a apropriação de grandes extensões de terra e/ou incremento dessa atividade extrativista) ameaça de maneira mais imediata e vital os povos indígenas que aí vivem. Como já se enfatizou no item anterior ("Período da borracha...") a atividade madeireira distingue-se da atividade de extração da seringa na relação com os povos indígenas, pelo menos na medida em que penetra profundamente na terra firme, alcançando áreas de refúgio até então inatingidas e promovendo um certo tipo de "limpeza". Valeria investigar mais detidamente as formas concretas de relacionamento entre a atividade madeireira e os povos indígenas, porque aí residem na atualidade as maiores ameaças aos direitos desses povos, em especial à criação do *Parque Indígena do Vale do Javari*.

FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A ÁREA DO JAVARI
julho/1981

1. Bibliografias:

Kensinger, ms.a
Nimuendaju, ms.

2. Documentos administrativos:

Benn, 1979a, 1979b
Carvalho, 1973
Costa, 1972a, 1972b, 1981
Franco, 1981a, 1981b
FUNAI, 1969
Lima, 1969
Montagner Melatti, 1980
Nogueira, 1977
Oliveira & Santos, 1974
Rosenberg & outros, 1979
Santos, 1976
Silva, 1977

3. Geografia e estatística:

IBGE, 1957-64

4. Informações pessoais:

Oliveira Filho, i.p., 1981

5. Materiais audio-visuais:

Bodanski, J. e Gauer, W. (direção): TERCEIRO MILÊNIO, 1981, 90 min., 16 mm, cor, Stop Film.

6. Projetos de pesquisa:

Evans, s.d.a, s.d.b

7. Textos de divulgação:

Veiga, s.d.

8. Trabalhos etnológicos:

Cardoso de Oliveira, 1972
Kensinger, ms.a
Montagner Melatti & Melatti, 1975
Oppenheim, 1936
Steward & Métraux, 1948

9. Trabalhos históricos:

Branco, 1950
Jobim, 1943
Leite, 1938-49
Reis, 1960
San Roman, 1975

10. Trabalhos lingüísticos:

Kensinger, ms.a

11. Viajantes:

Avé-Lallemant, 1961
Bates, 1944
Carvalho, 1955
Carvalho, 1931
Castelnau, 1850-51
Ferreira, 1974
Fritz, 1918
Spix & Martius, 1976

Rio Pardo
PIA Curuçá
Cesar e
Sebastião
Marúbo
Rio Curuçá
Rio Arrojo
Rio Itui
Marúbo
Marúbo
Marúbo
Vicente
Alberto
e Domingos
Joao Aurélio
João Tuxaua
Carlos e Domingos
José
Vida Nova
Lauro
Aurélio
Reissamon
Americo
Paulino
Mariano
Carlos
RIO JURUÁ

1 Marúbo

Nome

O termo *Marúbo* não constitui uma autodenominação do grupo. É difícil indicar a origem desse nome. Não parece ser muito antigo; as primeiras referências impressas alusivas a ele datam de meados do século passado (Entre outras, Raimondi: 1862, 100 apud Steward e Métraux: 1948, 552) e da terceira década deste século (Carvalho: 1931, 252).

Na primeira metade dos anos Setenta, devido à falta de informações sobre os índios dos afluentes da margem direita do Javari, o termo Marúbo aplicava-se a grupos que hoje não são mais conhecidos com esse nome. E o caso dos índios até hoje não atraídos da margem esquerda do Itacoaí, acima da foz do Ituí, para cuja atração a FUNAI instalou o PIA Marúbo, atualmente desativado.

Não se encontrou até agora uma autodenominação dos Marúbo. Existe na língua Marúbo o termo *yora*, mas que tem vários níveis de abrangência, podendo incluir os seres humanos e mais determinada classe de espíritos, assim como todos os indígenas, contrapondo-os aos civilizados *nawa*; e não se sabe se pode significar apenas os Marúbo.

Língua

A língua Marúbo se inclui na família Pâno. Segundo John Jansma, missionário que vive entre eles, quem fala Marúbo pode entender 50% de Kapanáwa ou 50% de Katukína (trata-se aqui dos Katukína da família Pâno, e não daqueles pertencentes à família Katukína, da qual também fazem parte os Kanamarí, os Txunhãn Djapá, os Kutxá Djapá, abordados neste volume); porém o Kaxinawá é mais afastado. Os missionários John Jansma e Paul Rich conhecem bem a língua Marúbo, sendo que pelo menos o primeiro está ocupado no trabalho de tradução de textos bíblicos para o Marúbo. Eles e suas esposas falam fluentemente a língua indígena, que foi descrita pelo missionário-lingüista Gerald Raymond Kennell Junior (Kennell Jr.: 1978).

Segundo os missionários, a língua que os Marúbo falam é a dos extintos *Chainawabo*. Pelo menos um informante indígena confirmou essa origem. Convém porém esclarecer que Chainawabo era o nome que se aplicava às gerações que se alternavam com as chamadas *Yenenawabo*, para constituir um clã matrilinear. Para essa unidade perdurar era necessário que mantivesse alianças matrimoniais com pelo menos um outro clã (também de duas denominações) (Melatti: 1977, 94 e 107). Portanto, dificilmente os Chainawabo teriam uma língua exclusivamente sua. Mesmo assim perdura a possibilidade da língua ou dialeto falado por dois ou mais clãs matrilineares (num dos quais se incluiriam os Chainawabo) se ter estendido a todos os clãs matrilineares Marúbo.

Em 1975, pelo menos dois velhos falavam castelhano, devido à presença no passado de peruanos na região. Outros adultos conheciam palavras dessa língua. Havia também cerca de vinte pessoas, na maioria jovens do sexo masculino, que conheciam o português. Em 1978 esse número estava aumentando. A expansão do conhecimento do português, sem prejuízo da língua indígena, se deve, provavelmente, aos quatro casamentos interétnicos de mulheres Marúbo; à presença dos PIA Curuçá e Ituí; e ao trabalho dos jovens entre os civilizados, seja como funcionários da FUNAI, seja entre os madeireiros. Há casos de jovens que foram procurar trabalho entre os madeireiros para aprender o português.

9. Maloca de José do Nascimento, "o Velho", rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1978)

Localização

As habitações Marúbo se localizam ao longo do Ituí, a partir mais ou menos dos 6° 45' S para montante, e no Curuçá e seu afluente Maronal, a partir das proximidades da foz deste último (6° 37' S, provavelmente) para cima. Entretanto, alguns Marúbo habitam e outros freqüentam o PIA Ituí (5° 55' S, aproximadamente), criado pela FUNAI na verdade para atrair e atender os Matís. Um certo número de Marúbo também desceu o Curuçá para residir no PIA Curuçá (5° 37' S, aproximadamente), posto que evoluiu a partir de uma frente de atração que não se destinava aos Marúbo.

Os Marúbo vivem tradicionalmente em malocas, geralmente situadas no alto de colinas, com as roças em torno. Certas malocas podem ser consideradas, além de um grupo doméstico, também como um grupo local. Em outros casos, há malocas que se localizam em colinas vizinhas ou no alto da mesma colina, formando um só grupo local constituído de duas ou três delas. Em certos lugares como nos postos indígenas, não constróem malocas, vivendo, cada família elementar (ou mais de uma), em casas sobre pilotis. Há ainda casos, temporários ao que parece, de pessoas morando em suas próprias "colocações", que normalmente só se ocupam nos períodos destinados às atividades de extração do látex da seringueira ou de corte de madeira.

População

No quadro a seguir se encontram alguns resultados de dois recenseamentos dos Marúbo, um feito em 1975 e outro, em 1978. Com respeito à idade, distinguiu-se simplesmente crianças (cr.) de adultos (ad.), a primeira categoria incluindo os indivíduos de até quatorze anos e a segunda, dos quinze para cima. Como a idade foi calculada pela aparência e não se chegou a ver todos os Marúbo, certamente há uma margem de erro nesta distribuição.

Os locais onde vivem foram distribuídos no quadro segundo a ordem como seriam encontrados por alguém que subisse o rio Ituí (1.0.) até as cabeceiras e daí passasse para o rio Curuçá (2.0.), descendo-o a partir das cabeceiras. Assim eles começariam a ser encontrados a partir do Médio Ituí (1.1.), num único local, o PIA Ituí, onde ainda não moravam em 1975, e que se destinava aos índios Matís. Continuando a subir, se alcança o Alto Ituí (1.2.0.), onde após ultrapassar-se a foz do Paraguaçu, chega-se à maloca do Lauro (1.2.1.). Em seguida se localiza Vida Nova (1.2.2.0.), onde moram os missionários da Missão Novas Tribos do Brasil*. Nas suas vizinhanças, que se tem mostrado como um outro ponto de atração da população Marúbo, erguem-se as malocas de Raimundo Dionízio (1.2.2.2.), de Paulo (1.2.2.3.), de José do Nascimento, o velho (1.2.2.4.) e as casas sobre pilotis onde mora o civilizado, conhecido como Mário Peruano (1.2.2.6.), casado com mulher Marúbo. Em 1978 a maloca de Paulo estava em processo de cisão, dela tendo saído aqueles que foram erguer a casa de Mário (1.2.2.1.), sobre pilotis, mas que já estava transformada em maloca em 1980. Também com a intenção de sair da maloca de Paulo, Abel construía uma nova maloca nas vizinhanças, onde já estava morando em 1980, mas ainda em construção no recenseamento de 1978. Deixando a maloca de seu pai, Américo (1.2.5.), mais a montante, Firmino construiu uma casa sobre pilotis junto aos missionários do MNTB de Vida Nova, aos quais servia de informante de lingüística, instalando-se nela com sua família elementar (1.2.2.5.).

Deixando-se Vida Nova e continuando a subir, encontram-se com menos de duas horas de caminhada entre uma e outra, as malocas de Reissamon (1.2.3.), Paulino (1.2.4.), Américo (1.2.5.) e Mariano (1.2.6.). Em 1980, este último estava transferindo sua maloca para lugar mais próximo de Vida Nova e parece que Américo tinha as mesmas intenções. Subindo ainda, encontra-se a colocação de Carlos (1.2.7.), que passou a morar aí seguido de umas poucas pessoas, deixando a maloca em que vivia anteriormente (2.1.1.2.). Prosseguindo, alcança-se finalmente a colocação de Sebastião, filho do falecido civilizado Faustino com uma mulher Marúbo. Em 1978, Sebastião tinha se instalado aí sozinho, perto de um varadouro para o Juruá/Ipixuna, para aviar os Marúbo em troca de borracha. Em 1980, Eduardo, saído da maloca de Reissamon, estava morando com ele.

Passando agora para as águas do Curuçá (2.0.), encontra-se, a cerca de dezoito horas de caminhada contínua a partir da maloca de Mariano, no Ituí, duas malocas no alto Maronal, seu afluente da margem direita: a de Domingos (2.1.1.1.) e a de Misael (2.1.1.2.). Em 1975, elas se erguiam em duas colinas vizinhas; já em 1978 estavam construídas

(*) Missão Novas Tribos do Brasil: ramo da New Tribes Mission. Sobre esta organização missionária o leitor encontrará dados referentes a sua criação, objetivos e orientação em Fernandes, 1980.

sobre uma mesma colina. Porém, a maloca de Domingos estava vazia, tendo seus habitantes se transferido para o PIA Curuçá (2.2.2.); a de Misael já tinha também perdido alguns habitantes, que seguiram com Carlos para sua colocação no Ituí; e, em fins de agosto de 1978, os moradores restantes estavam se deslocando para onde vive Vicente (2.1.4.), junto à foz do Maronal. Ainda no Maronal, a umas quatro horas de caminhada dessas malocas, está um aglomerado de mais três delas, erguidas sobre duas colinas vizinhas: a de João Tuxaua (2.1.2.1.), a de João Pequeno (2.1.2.2.) e a de Miguel (2.1.2.3.). Há notícias, de 1980, de que essas malocas estariam se transferindo para a boca do Maronal. Em 1975, junto à foz do Veado, afluente da margem direita do Curuçá, a montante da foz do Maronal, estava a maloca de Aurélio (2.1.3.), que em 1978 já se encontrava vazia, tendo a maior parte de seus habitantes se transferido para o PIA Curuçá (2.2.2.). Na foz do Maronal, a maloca de Vicente (2.1.4.) viu confluir ultimamente para si todos os habitantes do que se poderia chamar de Alto Curuçá (2.1.0.). Ao que parece, essas pessoas não vão morar numa única maloca, mas sim num aglomerado de malocas vizinhas. Essa convergência para a boca do Maronal tem a ver com uma certa expectativa de virem a ser salvo da assistência da FUNAI, situando-se num ponto onde podem ser alcançados por embarcações, pelo menos no tempo das cheias. Não obstante, a maloca de Vicente ainda fica mais próxima da missão de Vida Nova, no Ituí, do que do PIA Curuçá. Mais para baixo, no Médio Curuçá (2.2.0), a meio caminho entre as confluências do Arrojo e do Pardo, fica o PIA Curuçá (2.2.2.), onde vive um grande número de Marúbo em casas sobre pilotis. Há também alguns índios Kulína, que serão tratados mais adiante. Uma família elementar de Marúbo, deixou o Posto para se estabelecer numa colocação um pouco mais acima, mas abaixo da foz do Arrojo (2.2.1.).

No quadro estão também indicados os indivíduos que não tinham residência bem definida dentro da área indígena (3.) e aqueles que, embora tenham sido registrados em 1975, não foram captados, por algum lapso, na contagem de 1978 (4.). Há sempre alguns Marúbo que estão ausentes da área, fazendo viagens à cidade, trabalhando entre madeireiros ou em frentes de atração. Porém, só registrou-se em separado aqueles que estavam fora da área tanto em 1975, como em 1978, numa ausência prolongada, talvez quase uma emigração (5.). O quadro indica também as mulheres raptadas pelos Mayorúna em 1960 (6.). Em 1978 admitia-se que uma delas, a mais velha, já havia falecido.

Não se registram os civilizados que vivem entre os Marúbo. Eram quatro em 1975: Mário Paulo de Oliveira (Mário Peruano), junto a Vida Nova; Santiago Comapa, Antônio Rufino e Vitor Batalha, no PIA Curuçá, todos casados com mulheres Marúbo. Em 1978 o último já havia morrido. Os filhos desses civilizados e de outros com mulheres Marúbo estão, entretanto, incluídos no quadro. Também não figura no quadro um Kulína, casado com mulher Marúbo e morador do PIA Curuçá.

10. Mulher e criança da maloca de José do Nascimento, "o Velho" (foto Delvair Melatti, 1975)

Também não se incluem quatro homens e uma mulher que vivem junto à foz do Itacoaí, num lugar chamado Contrabando, ao que parece o que restou da antiga Remate de Males. São filhos de Marúbo que hoje vivem como civilizados e cujos pais se retiraram das malocas no passado em virtude de choques intratribais.

O exame do quadro mostra em primeiro lugar o crescimento da população Marúbo de 1975 para 1978. Esse crescimento se deve sobretudo ao grande número de nascimentos, ou seja, 71. No mesmo período morreram apenas cinco pessoas (sem contar a mulher raptada pelos Mayorúna). Entretanto, não foi registrado o número de crianças que nasceram e morreram entre as duas contagens.

Os dois sexos se equilibram, havendo um excedente muito pequeno de indivíduos do sexo feminino sobre os do masculino. É digno de nota também que enquanto as crianças do sexo masculino excedem ligeiramente os adultos do mesmo sexo, no caso do sexo feminino se dá o inverso. Mas é preciso levar em conta a maneira um tanto precária de distinguir adultos de crianças.

O número de moradores do Ituí supera sensivelmente o do Curuçá. Em 1975 eram 227 no primeiro rio e 160 no segundo; em 1978 eram 274 no primeiro e 176 no segundo. Embora a população tenha crescido nos dois rios, o crescimento parece ter sido maior no Ituí. Em outras palavras, em 1975, para cada 100 Marúbo no Ituí havia 70 no Curuçá; já em 1978, para cada 100 habitantes no Ituí havia 64 no Curuçá. O número de Marúbo. que vive junto aos missionários de Vida Nova (114, em 1975, e 122, em 1978) equivale a pouco mais de um quarto da população Marúbo total. Os Marúbo do Alto Curuçá, aqueles que estão mais longe dos postos da FUNAI e dos missionários, eram 141 em 1975 (mais de um quarto da população total), mas apenas 110 em 1978, devido, sobretudo, ao deslocamento de uma boa parte para o PIA Curuçá. Mesmo assim eles continuam sendo quase dois terços da população Marúbo de todo o Curuçá.

O quadro da população Marúbo, para os anos de 1975 e 1978, já estava pronto, quando houve oportunidade de acesso a dados de Terri Valle de Aquino (i.p.) referentes à população Marúbo do rio Curuçá em julho de 1980. Segundo esses dados, a população de todo o Curuçá era de 180 Marúbo (84 do sexo masculino e 96 do feminino), havendo, pois, um acréscimo de quatro pessoas sobre a população de 1978. O número de Marúbo no PIA Curuçá

QUADRO: População Marúbo

	1975							1978						
	masculino			feminino			total	masculino			feminino			total
locais	adultos	crianças	total	adultos	crianças	total		adultos	crianças	total	adultos	crianças	total	
1.1.	0	0	0	0	0	0	0	9	5	14	4	3	7	21
1.2.1.	2	2	4	5	8	13	17	4	3	7	8	9	17	24
1.2.2.1.	0	0	0	0	0	0	0	6	6	12	8	2	10	22
1.2.2.2.	7	5	12	6	5	11	23	6	4	10	7	7	14	24
1.2.2.3.	10	11	21	11	10	21	42	4	8	12	7	7	14	26
1.2.2.4.	6	12	18	10	4	14	32	8	8	16	8	7	15	31
1.2.2.5.	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	2	3	5
1.2.2.6.	6	2	8	4	5	9	17	4	2	6	3	5	8	14
1.2.3.	9	3	12	8	7	15	27	8	6	14	6	4	10	24
1.2.4.	5	2	7	7	6	13	20	6	4	10	7	6	13	23
1.2.5.	5	7	12	7	4	11	23	5	7	12	6	1	7	19
1.2.6.	6	6	12	6	8	14	26	5	8	13	8	12	20	33
1.2.7.	0	0	0	0	0	0	0	4	1	5	1	1	2	7
1.2.8.	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
2.1.1.1.	6	8	14	8	1	9	23	0	0	0	0	0	0	0
2.1.1.2.	4	9	13	5	6	11	24	0	0	0	0	0	0	0
2.1.2.1.	6	9	15	8	10	18	33	9	13	22	11	15	26	48
2.1.2.2.	2	2	4	3	3	6	10	1	2	3	1	2	3	6
2.1.2.3.	5	4	9	3	3	6	15	5	4	9	5	5	10	19
2.1.3.	8	6	14	8	6	14	28	0	0	0	0	0	0	0
2.1.4.	2	3	5	1	2	3	8	7	14	21	7	9	16	37
2.2.1.	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1	1	2	6
2.2.2.	1	8	9	6	4	10	19	9	18	27	18	15	33	60
3.	1	1	2	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	1
4.	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	0	2	4
5.	5	0	5	0	0	0	5	5	0	5	0	0	0	5
6.	0	0	0	3	0	3	3	0	0	0	2	0	2	2
TOTAL	96	100	196	109	92	201	397	111	117	228	121	113	234	462

(2.2.2.), era de 44 pessoas, o que representava uma diminuição com relação à de 1978, que era de 60. Esses 14 habitantes que faltavam no PIA Curuçá seriam com certeza aqueles que migraram para a colocação de Sebastião (2.2.1.), que Aquino chama de *srobo* (maloca) do Cesar Doles Penampa, irmão do citado Sebastião, que passou de 6 para 20 habitantes no período de 1978 a 1980. A maloca do Vicente na foz do Maronal (2.1.4.), que estava com 37 habitantes em 1978, tinha a seu lado a de seus irmãos Misael e Guilherme, em 1980, num total de 33 habitantes, tendo havido um decréscimo, portanto, de 4 pessoas. As duas malocas que Aquino cita no nome de João Tuxaua tinham em 1980 um total de 33 habitantes; essas malocas devem ser as mesmas que foram indicadas na tabela como sendo de João Tuxaua (2.1.2.1.) e de João Pequeno (2.1.2.2.) e que somavam 54 habitantes em 1978, tendo havido um decréscimo de 21 pessoas. Muito provavelmente a maloca que Aquino cita como sendo de João Aurélio Masrempa (vulgo João Macaquinho), no médio curso do igarapé Maronal, com 15 habitantes em 1980, seja a mesma maloca de Miguel (2.1.2.3.), em 1978 com 19 habitantes, que teria se deslocado para a "colocação" de Masrempa, que já existia em 1978, teria perdido, por conseguinte, 4 habitantes. O déficit de habitantes nas últimas malocas citadas se explicaria em parte pela existência de mais duas malocas novas em 1980, na margem direita do Curuçá, no trecho entre as fozes do Maronal e do Veado, estando a de Alberto Domingos Doles, com 12 habitantes, mais a jusante e a de José Barbosa da Silva Manïpa, com 16 habitantes, mais a montante. Essas malocas já existiam como "colocações" em 1978. Enfim, esses dados referentes a 1980 mostram como uma nova maloca pode surgir a partir de uma "colocação". Pareceriam indicar também que as concentrações Marúbo, ao atingirem um certo teto, em torno dos 60 habitantes, como era o caso do PIA Curuçá ou das três malocas em torno de João Tuxaua, começam a se dispersar, se não existisse o contra-exemplo da grande concentração de Vida Nova, no Ituí, em torno dos missionários.

Histórico do contato

Para uma descrição preliminar do contato interétnico referente aos Marúbo, pode-se consultar Montagner Melatti & Melatti: 1975, 22-39. Segue-se aqui apenas um quadro cronológico.

MEADOS DO SÉCULO XIX — Talvez entre as primeiras referências a grupos a que se atribui o nome de Marúbo, havendo a possibilidade de não serem aqueles de que se está tratando, esteja a notícia de que cem Marúbo (Marubo, Maroba), considerados uma subdivisão Mayorúna, ocuparam a aldeia de Maucallacta (Raimondi: 1862, apud Steward & Métraux: 1948, 552). Maucallacta parece ser o nome de um grupo de ilhas no rio Amazonas, em frente à foz do igarapé Cochiquinas. Curt Nimuendajú (ms.) cita outros autores que fazem referência aos Marúbo. Os primeiros são dos meados do século XIX.

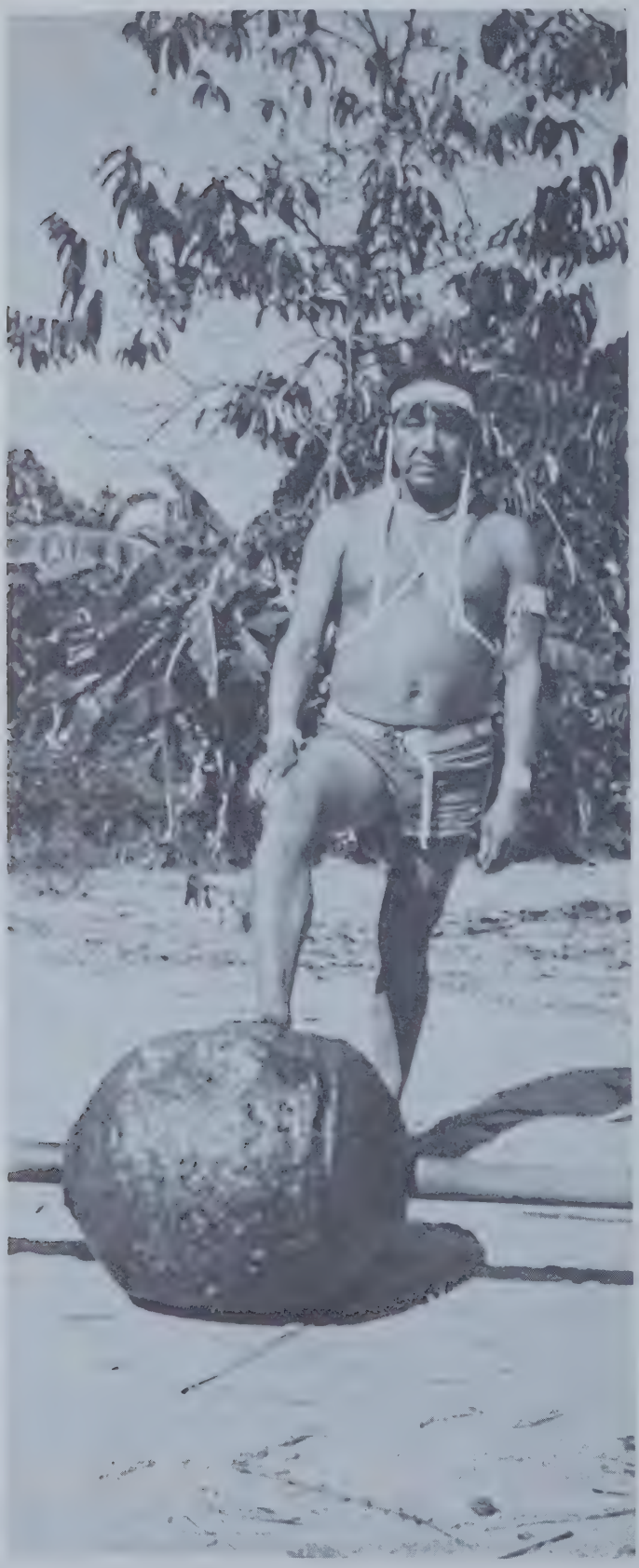
PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX — Os Marúbo se incorporaram ao sistema de exploração do caucho e da seringa. Já foi feita referência a talões encontrados entre eles, em castelhano, datados de 1906 a 1912. Nesse tempo parece desorganizar-se sua distribuição espacial. Pelo menos parte deles deve ter se colocado como "fregueses" de certos seringalistas ou gerentes de seringais, como aconteceu no Batã, afluente do Javari. É possível ter sido nesse período que os que habitavam o alto Ituí o tenham abandonado.

DE 1912 A 1938, APROXIMADAMENTE — Apesar da decadência da borracha, pessoas de poucos recursos ainda disputavam entre si a clientela dos Marúbo. É o caso de Heliodoro Vargas, "Inglês", Chapima ou Chapiama, João Lopes, no alto Curuçá.

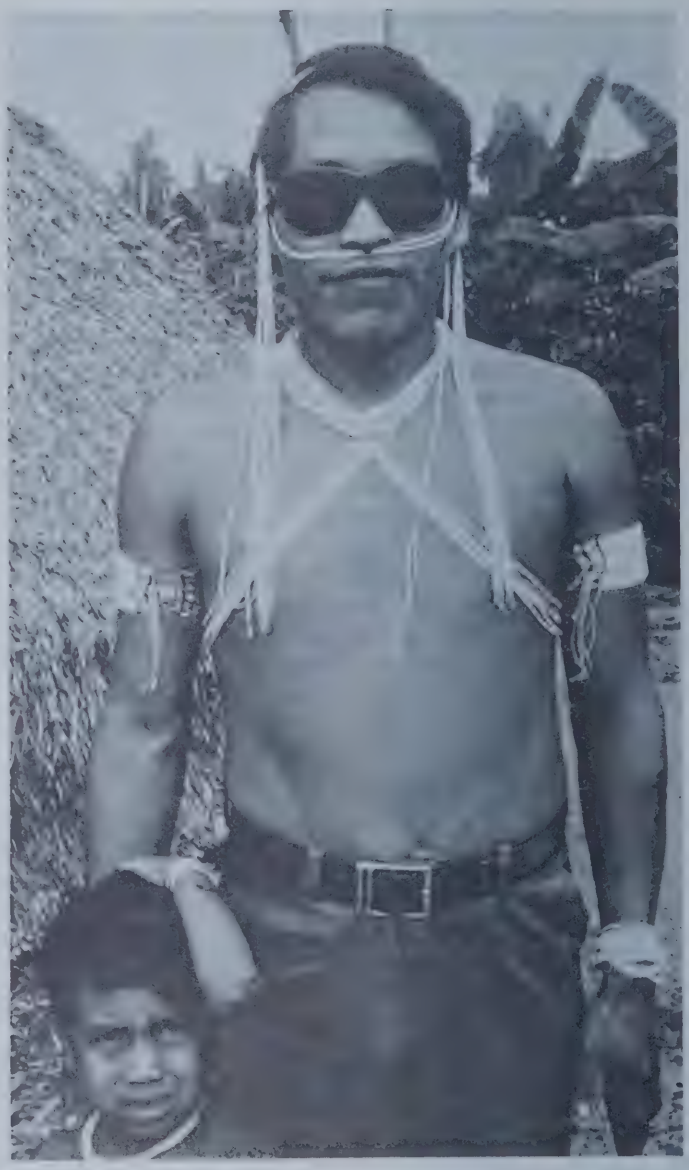
DE 1938 A 1950, APROXIMADAMENTE — Os Marúbo são abandonados pelos civilizados, que deixam completamente sua vizinhança. Parece que esse é um período de reorganização dos índios, que se concentram numa área bastante pequena, talvez no Maronal. É possível que tenha sido a partir desse período que João Tuxaua ganhasse prestígio, pregando o término dos litígios cruentos entre eles próprios. Hoje João Tuxaua é considerado pelos Marúbo quase como um herói mítico que vive entre eles.

DE 1950 A 1960, APROXIMADAMENTE — Os Marúbo começam a aparecer na região da confluência do Ipixuna com o Juruá. Um candidato a "patrão", chamado Faustino, assim como os missionários da MNTB vão procurá-los. Tanto um como os outros acabam por se estabelecer entre eles. Faustino parece ter querido escapar ao controle que os proprietários do seringal Boa Fé, da confluência Ipixuna/Juruá, pretendiam sobre a produção Marúbo. Os missionários, por outro lado, parecem ter mantido boas relações com esse seringal. Os índios passam a fornecer borracha e couros de caça a Boa Fé. Faustino morre assassinado. Dois dos civilizados que vivem atualmente com os Marúbo são parentes de Faustino. Em 1960, um pequeno grupo de Marúbo foi assaltado por um grupo de Mayorúna nas proximidades da boca do igarapé Santa Clara, no Curuçá. Estes mataram um homem, uma criança e levavam três mulheres; uma informação diz que também mataram a mais velha das mulheres. Hoje, as duas sobreviventes continuam com os Mayorúna do igarapé Choba, afluente do Javari, no lado peruano. Os Marúbo foram adquirir munição no seringal Boa Fé e fizeram uma expedição contra os Mayorúna, na direção que tinham seguido as mulheres raptadas, isto é, pelas cabeceiras do Amburus, onde estão também as cabeceiras do Pardo, e mataram quatorze deles.

DE 1960 A 1970, APROXIMADAMENTE — Parte dos Marúbo, após o choque com os Mayorúna, começam a se



11. Pela de borracha de extração indígena (foto Terri Vale de Aquino, 1980)



12. Simão, irmão do Reissamon, líder da maloca (foto Delvair Melatti, 1978).

deslocar na direção do alto Ituí, que ocupam novamente. Pouco tempo depois, são alcançados por madeireiros que subiam o Ituí. Parece que no mesmo período os Marúbo que continuaram no Curuçá também são alcançados por madeireiros. As relações com o seringal Boa Fé perdem importância e os Marúbo começam a fornecer madeira e alguma borracha para os regatões que sobem o Ituí e o Curuçá. Talvez, a partir desse período é que o Exército dá mais atenção aos altos rios: nesse tempo é que teria sido preso Isidro, um homem que Carlos levou para os Marúbo, quando estes foram se municiar em Boa Fé para atacar os Mayorúna.

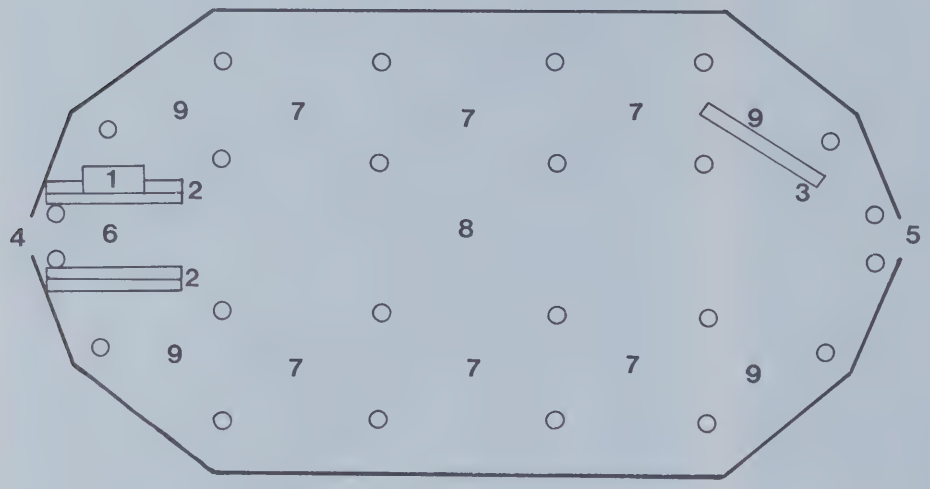
A PARTIR DE 1970, APROXIMADAMENTE — Só nessa última década os Marúbo começam a receber atenção da FUNAI. Antes de 1970, e mesmo pouco depois, o que os funcionários da FUNAI chamam de Marúbo é algo ainda nebuloso, que inclui mais do que o grupo tratado. A atenção da FUNAI cai sobre os Marúbo de modo indireto: no Ituí, através da frente de atração destinada aos Matís. No Curuçá, através da frente de atração destinada aos índios do igarapé Pedro Lopes e do São Salvador. Mas parece que o PIA Curuçá, criado em 1974, destinava-se também aos Marúbo. Houve mesmo uma campanha destinada a atrair os Marúbo para o Posto, da qual participou o jornalista chamado Paulo Lucena. Na viagem de Lucena pelas malocas Marúbo, foi morto seu acompanhante, o funcionário da FUNAI Vitor Batalha, ex-madeireiro casado com duas mulheres Marúbo. Os que o mataram pertenciam ao grupo de parentes dos dois homens a quem se destinavam essas mulheres, se Vitor não as tivesse tomado. A morte de Vitor Batalha, que não foi aprovada unanimemente pelos Marúbo do Curuçá, provocou a descida dos moradores da maloca de Aurélio para o PIA Curuçá. A partir da presença mais efetiva da FUNAI nos médios Ituí e Curuçá, a interdição dos altos cursos aos regatões entra em choque com os interesses Marúbo de lhes vender madeira e borracha.

Modo de vida

No *SISTEMA SOCIAL* Marúbo (apresentado de maneira mais extensa em Melatti: 1977, ainda que preliminarmente), cada maloca parece constituir um grupo doméstico e local a um só tempo. Ela é habitada por umas poucas famílias elementares. Algumas formam famílias poligínicas, quase sempre de caráter sororal. Agregam-se segundo uma regra de residência que parece existir, embora seu caráter complexo não permita ainda captá-la. A família elementar forma um grupo bem definido, uma vez que se congrega numa área precisa da maloca, onde tem suas redes e seu fogo de cozinha; e cada esposa/mãe dispõe de sua cerâmica e de seu lote de roça. A família poligínica é mais difícil de se considerar como um grupo; as esposas de um mesmo homem, mesmo quando irmãs, não ocupam áreas contíguas na maloca; os filhos da mesma mãe são vistos por mais tempo juntos do que os filhos de mães diferentes, a não ser quando se reúnem em torno do pai comum. Os moradores de uma mesma maloca também parecem constituir-se num grupo: são até certo ponto dirigidos pelo dono da maloca, quase sempre considerado um *cacáya*, que também os representa perante as visitas e nos ritos; fazem suas refeições em comum, os homens adultos e jovens perto da porta principal, enquanto as mulheres e crianças no centro da edificação. Cada maloca é uma unidade promotora de ritos. Sua distintividade parece ser indicada pelo trocano, que fica junto à porta principal e que se faz soar em ocasiões bem determinadas. Quando duas ou mais malocas se erguem em colinas vizinhas ou na mesma, ainda aí cada qual parece manter sua individualidade; nota-se, porém, uma intensificação de visitas mútuas, um maior número de convites para comer dirigidos de uma à outra, e trabalhos coletivos que congregam membros de todas as malocas vizinhas. Pode-se chamar a esse agregado de um grupo local, ou cada maloca permanece como um grupo local distinto? Quando os moradores de uma mesma maloca, ao se transferirem para um novo local, deixam de construí-la temporariamente (ou definitivamente, como parece ser o caso dos que estão no PIA Curuçá), instalando-se em casas sobre pilotis, podem se dispersar por mais de uma dessas casas, mas ainda assim formando, em cada uma delas, agregados de mais de uma família elementar.

Os Marúbo se dividem em clãs. Diz-se que são clãs porque são categorias em que se classificam as pessoas segundo uma regra de descendência baseada em uma só linha. No caso dos Marúbo essa linha de descendência é a matrilinear, isto é, cada homem ou mulher pertence sempre ao clã de sua própria mãe. Dizemos que essas categorias em que se dividem os Marúbo são clãs e não linhagens, porque a origem de cada uma delas está muito recuada no tempo, não sendo possível aos índios ou aos pesquisadores reconstituí-la historicamente; mas, por outro lado, figuram nos mitos. Desse modo, os heróis mitológicos pertencem aos mesmos clãs que os homens atuais. Tal como acontece na maior parte das sociedades divididas em clãs, os clãs Marúbo são exogâmicos, isto é, um indivíduo nunca pode ter cônjuge pertencente ao seu próprio clã. Uma característica pouco comum dos clãs Marúbo é que cada um tem dois nomes, ou melhor, os indivíduos pertencentes a um mesmo clã se dividem em duas seções, cada uma com seu nome. Cada seção abrange gerações alternadas do mesmo clã; por exemplo: uma mulher e seus irmãos pertencem à mesma seção de sua avó materna e dos irmãos desta, à qual pertencem também os filhos e filhas de sua própria filha; entretanto, a mãe e os tios maternos dessa mulher, bem como os filhos dela, pertencem à outra seção do mesmo clã. Algumas seções de clãs diferentes têm o mesmo nome, mas nem por isso os Marúbo as confundem. Atualmente existem nove clãs Marúbo, mas no passado foram mais. Entre os próprios Marúbo há quem diga que eles são o resultado da reunião de algumas tribos diferentes. Isso pode ter mesmo aconte-

13. Esquema de maloca Marúbo.



pilar
1. *trocano*
2. *banco*
3. *pilão (em forma de cocho)*
4. *porta principal*
5. *porta dos fundos*
6. *passagem, local de refeição masculina, sessão xamanística*
7. *local de dormir e cozinhar de uma família elementar*
8. *pátio central coberto, usado em ritos; local de refeição feminina*
9. *local onde se abrigam as visitas; num dos da frente o dono da casa tem rede de descanso.*

14. Estrutura de maloca, rio Curuçá (foto Terri Vale de Aquino, 1980).

cido. Se, na verdade, ocorreu, cada tribo seria constituída de dois, três ou quatro desses clãs; e cada aglomerado de clãs habitaria uma certa área.

Entre os Marúbo há muitos termos de parentesco recíprocos, isto é, uma pessoa responde, usando o mesmo termo por que foi chamada, respeitadas a distinção de sexos (que é marcada por termos bastante diferentes) e de idade, que é marcada pelo acréscimo de sufixos que significam "velho" ou "novo". Os parentes mais próximos, genealogicamente, de um indivíduo pertencem a pelo menos quatro seções diferentes. E podemos distribuir os termos de parentesco em quatro classes, cada uma correspondente a uma dessas seções.

Os nomes pessoais também são transmitidos por gerações alternadas, isto é, pulando-se uma geração. Assim, um menino pode receber o próprio nome de seu avô paterno e uma menina, de sua avó materna. Um Marúbo evita a divulgação de seu próprio nome, sobretudo quando já é adulto. Por isso, depois da meninice, homens e mulheres são chamados por tecnonímia, isto é, por uma expressão na qual se incorpora o nome de um de seus filhos e que corresponde a "pai de fulano", "mãe de sicrano", "pai de beltrana" etc. Parece que, ao passar a ser chamado por tecnonímia, o indivíduo tem seu nome de infância substituído por um outro, que evita divulgar. Ainda não é possível dizer com certeza se o segundo nome é dado pelo mesmo parente que deu o primeiro.

Dizem os Marúbo que o bom casamento é com a filha do "coca", isto é, com a filha do tio materno ou outros parentes chamados por aquele termo. Mas não se opõem ao casamento com a filha da tia paterna. É digno de nota que um homem chame ao filho do tio materno de "baba", isto é, o mesmo termo que aplica ao filho de sua filha, e aquele lhe responde, chamando-o de "txaitxo", isto é, o mesmo termo que aplica ao avô materno. É possível que essa maneira de usar os termos de parentesco esteja relacionada com uma certa ascendência que o homem tem sobre os irmãos de sua esposa, mais novos que ele, procurando atraí-los para sua maloca, e liderando-os nas atividades. Mas isso é uma afirmação que necessita de mais suporte etnográfico.

O universo, para os Marúbo, está dividido em várias camadas celestes e várias terrestres. Há também vários caminhos: uns percorridos pelas almas dos mortos em busca de seu destino final; outros pelos xamã, etc.

15. Festa do novo trocano, maloca do Paulo, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1975).

16. Maloca, rio Curuçá (foto Terri Vale de Aquino, 1980).

17. Posando com o "Wino" (madeira de pupunha), bastão cerimonial e pau de cavar, rio Curuçá (foto Terri Vale de Aquino, 1980).

Os outros agentes do sobrenatural são os *quẽchĩtxo*. Estes, também depois de ingerirem aiuasca e tomarem tabaco, cantam sobre os doentes ou sobre potes de um mingau destinado a ser comido por aqueles que pretendem uma determinada cura ou imunização. Parece que, na verdade, qualquer homem pode entoar esses cânticos de cura, embora alguns sejam considerados mais conhecedores e mais eficientes que os demais. Sobre esses cânticos de cura há um trabalho preliminar (Montagner Melatti & Melatti: 1977).

Os Marúbo outrora cremavam os mortos e ingeriam seus ossos pulverizados, misturados a um mingau. Era um costume difundido na região e característico, parece, dos grupos da família Pâno. Atualmente sepultam os mortos em cemitérios. As crianças de colo, entretanto, são sepultadas em locais separados, geralmente entre as sacopemas da árvore e miratoá (*comã*).

Cada seção Marúbo acredita ter saído de um ponto distinto do solo e toda a reconstituição Marúbo dos primeiros tempos da humanidade são narrados no longo e complexo mito chamado *Wenía*. Como outros mitos Marúbo, este é cantado por uma pessoa e repetido pelas demais, sobretudo durante a realização de certos ritos.

Para o contato com o mundo sobrenatural, os Marúbo contam com dois tipos de agentes. Um deles, que se poderia denominar de xamã (*romeya*, em língua Marúbo, ou "pajé", como dizem em português), promove sessões noturnas junto à porta principal da maloca, das sete horas da noite mais ou menos até quatro da manhã. Depois da fase preparatória, em que o xamã toma aiuasca (ayauasca) e rapé (no que é acompanhado pelos homens que assistem à sessão, embora em menor quantidade), ele começa a receber espíritos, um de cada vez, em sucessão. Esses espíritos (*yobé*) têm personalidades diversas: uns conversam, outros dançam, há os que brincam, os que curam, e fazem tudo isso através do corpo do xamã. Enquanto os espíritos se sucedem em seu corpo, parece que a alma do xamã viaja por um determinado caminho sobrenatural. Os Marúbo só dispõem atualmente de dois xamãs, um no Ituí e outro no Curuçá.

Quanto à *SUBSISTÊNCIA*, é a agricultura a principal fonte de alimentação dos Marúbo. As roças se fazem nas encostas da colina em cujo cimo se ergue a maloca. À medida que vão se esgotando, novas roças são derrubadas mais longe da maloca. Cada área contínua derrubada, é dividida em lotes, cabendo cada um a uma mulher casada, de tal modo que os lotes das esposas de um mesmo homem tendem a ficar contíguos, assim como os lotes de mãe e filhas.

Os três principais alimentos vegetais são a macaxeira, a banana e o milho. Não cultivam a mandioca brava. A macaxeira é plantada em ambos os lados dos caminhos que cortam a roça, passando pelo cume das colinas e pelas cristas que as ligam. As bananeiras e o milho cultivam-se nas encostas. Colhido o segundo, as primeiras se desenvolvem. O milho é guardado sobre um travessão dentro da maloca. Bananas e macaxeiras são colhidas à medida em que vão sendo consumidas. Se há bananeiras em produção ou macaxeira em quantidade suficiente, a maloca pode dispensar-se de cultivar uma nova roça ao chegar o tempo da derrubada e do plantio.

A batata-doce, o inhame, a abóbora, a pupunha, o *mai wanĩ* (literalmente, pupunha-da-terra), a pimenta, o mamão, ananás, a cana-de-açúcar, a melancia, a goiaba são outros vegetais cultivados.

Utilizam muitas variedades de bananas, de macaxeira, de milho, de pimenta, de batata-doce, de inhame. Distinguem cada variedade com um nome que é acrescentado ao nome indígena da espécie.

Dentre os vegetais comestíveis coletados estão o cocão, o buriti, o açaí e o patauá.

Os animais mais comumente abatidos nas caçadas são o macaco-preto, o macaco barrigudo (as únicas espécies de macaco que comem), a paca, seguindo-se o veado e o porquinho (caitetu). Mais difíceis de se encontrar são a anta e os porcos-queixadas. Dentre as aves, são freqüentes o cujubim, o jacu e o mutum. Apanham também o jaboti e uma variedade de jia. Coletam determinadas lagartas, sendo que uma espécie dá no tronco de uma árvore abatida (*Waqui* seria a árvore chamada Jaracatiá na região). Deixam as cascas de pupunha guardadas em potes, para que ali se desenvolvam larvas.

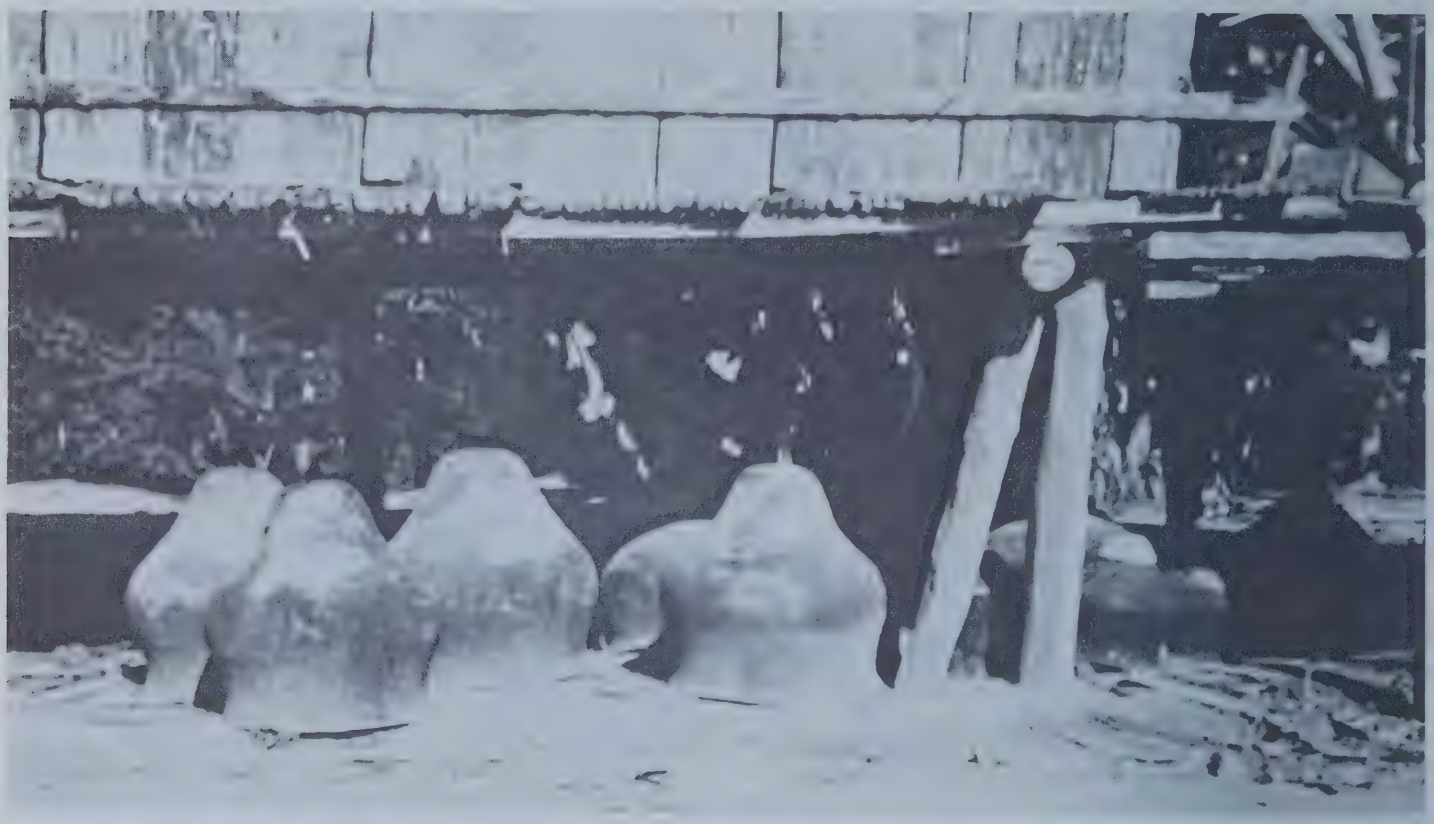
Os peixes, apanhados com veneno cultivado (*poicamã*), com tridente de metal ou anzol, são do tamanho médio e pequeno, uma vez que os Marúbo moram nos altos cursos. Peixes grandes, como o aruanã, são apanhados somente no PIA Curuçá. A piranha, parece, só começou a ser consumida por imitação aos civilizados.

No período do estio, são coletados os ovos de tracajá, de tartaruga e, mais raro, de camaleão. O tracajá (mais raro a tartaruga) é apanhado e conservado em "currais". Tanto para apanhar quelônios, como seus ovos, é necessário descer um pouco os rios, pois esses animais não freqüentam as cabeceiras, onde não há praias.

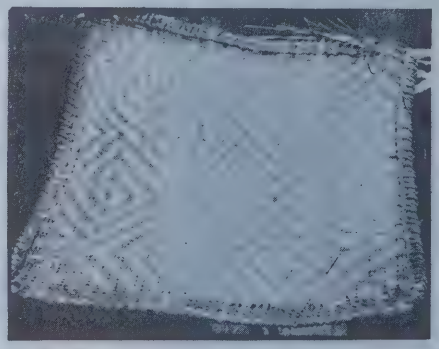
Entre o PIA Curuçá e a confluência Curuçá/Maronal o rio é quase desabitado, com a única exceção da "colocação" de Sebastião (ou maloca, com seu irmão, César). Esta pequena utilização do trecho se explica pela grande distância que está o PIA Curuçá do território tradicional dos Marúbo. Por ser pouco utilizado, esse trecho é muito rico em caça, mesmo daquelas espécies que são raras no território Marúbo, como a anta e o porco-queixada. É um trecho também muito rico em ovos de tracajá e tartaruga. Ora, tanto os Marúbo do PIA Curuçá como os da confluência Curuçá/Maronal para cima têm reclamado, segundo Terri Valle do Aquino (i.p.) que funcionários da FUNAI, da Ajudância do Solimões, percorrem esse trecho coincidentemente no período de verão, no tempo da desova, coletando todos os ovos de tracajá e tartaruga para comercializá-los com os restaurantes de Atalaia do Norte, Benjamim Constant e Tabatinga, prejudicando as tradicionais coletas feitas pelos índios. Além de retirarem dos índios um importante item de sua alimentação nessa estação, a ação desses funcionários não deixa de ser irônica, uma vez que uma das justificativas apresentadas para o esquecimento em que são mantidos os índios que vivem da confluência Curuçá/Maronal para cima, é a dificuldade de navegação no dito trecho durante o estio de verão.

A cozinha Marúbo apresenta uma certa elaboração nos pratos, na ordem de seu consumo e nas maneiras de portar-se durante as refeições. A cerâmica é muito importante, tanto no preparo das refeições, como na apresentação dos pratos (sobre a cerâmica, consultar: Montagner Melatti: 1977).

A agricultura e a coleta também são importantes na produção de matéria-prima para certos itens da cultura Marúbo. Cultiva-se o tabaco para fazer rapé; a urtiga para aplicação em adultos e crianças a fim de retirar o panema ou a preguiça; canas para a confecção de flechas; urucu para pintura de corpo; um arbusto para a produção de veneno para peixes; a pupunheira para a confecção de arcos, bastões de cavar, hastes de lanças; e o algodão, para tecer saias. Coleta-se a fibra de tucum para fazer



18, 19, 20 e 21. Artesanato Marúbo, cerâmica e cestaria (foto grande, acima, Terri Vale de Aquino, 1980; foto à esquerda, Jesco von Puttkamer, IGPHA/UCG, 1964; foto centro, Delvair Melatti, 1975; foto à direita, Delvair Melatti, 1975).



cordas e maqueiras; taboca, para pontas de lanças; cipó aiuasca, para alucinógeno; o caramujo nobo, para a confecção de contas ornamentais; resina de almécega, para usos mágicos e para iluminação; resina *sẽpa*, para pintura corporal medicinal; pedras, para afiar e para pilar; e uma imensa variedade de vegetais, para uso mágico-medicinal. Da caça se obtém penas, para ornamentos; mandíbulas de queixada ou caitetu, para aplainadores de madeira; ossos, para tubos de soprar rapé; dentes, para colares; e, no passado, couros de anta, para escudos.

Cabem aos homens a derrubada, a limpeza das roças, a caçada e a amarração do milho para guardar. As mulheres ficam com a colheita, a cozinha, a cerâmica, a confecção de contas e a pintura de corpo. A pesca com veneno é feita por ambos os sexos e o plantio de determinados vegetais cabe a um ou a outro. A coleta de cada item cabe ao sexo que o utilizará como matéria-prima.

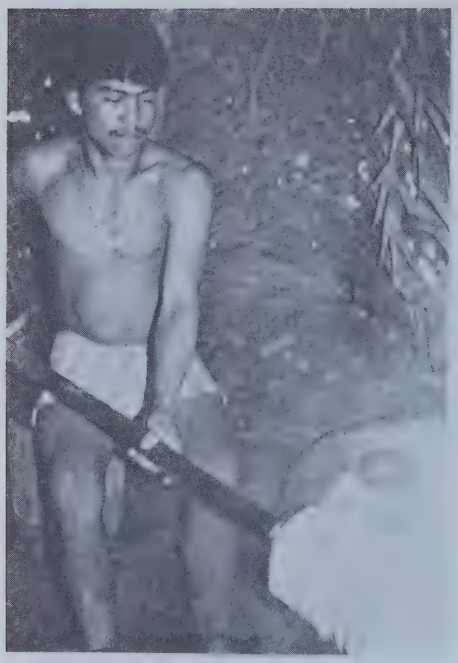
Além dessas atividades, existem aquelas que estão ligadas ao intercâmbio com os civilizados. Aí se destacam a extração de madeiras, do látex de seringueira e os couros de gato maracajá. Um grande número de índios adultos têm sua "estrada" para extração de borracha e/ou "colocação" para o corte de madeira, sobretudo o cedro. A partir de 1978, o interesse pela borracha cresceu, talvez devido à instalação de um fornecedor, mestiço de Marúbo, nas cabeceiras do Ituí, como intermediário de seringais do Juruá/Ipixuna. No PIA Curuçá e na confluência do Curuçá/Maronal para cima, também estava ativa a extração do látex, em parte motivada pelo mesmo intermediário, em parte pela possibilidade de vender a borracha aos regatões que chegam até o PIA Curuçá. Algo não observado em 1974/75, mas freqüentes em 1978, eram as armadilhas para gato maracajá, ao longo dos caminhos. Não foi feito um cálculo de quanta madeira, borracha ou couros os Marúbo produzem por ano. Acredita-se que, no que tange às madeiras mais valiosas, as terras ocupadas por índios acabarão por ser as últimas reservas; em compensação, por estarem junto às cabeceiras, suas reservas de borracha não devem ser as mais ricas e nem sua produção a mais fácil de ser transportada.

Nas atividades de extração comercial que se caracterizam por serem tarefas do sexo masculino, irmãos se associam entre si, ou também sobrinhos com tios maternos, ou irmãos da esposa com marido da irmã, este último geralmente mais velho e liderando aqueles.

Em 1974/75 só havia um casal de porcos domésticos entre os Marúbo. Em 1978, já havia no Ituí pelo menos dois homens criando uma quantidade razoável deles. Destinavam-se sobretudo à venda aos regatões. Se o proprietário dos porcos é homem, as galinhas, existentes em quase todos os grupos locais, são criadas por mulheres e destinadas também à venda, sendo pequeno o consumo de sua carne e menor ainda o de ovos.

Os Marúbo não têm produzido seu artesanato para venda, a não ser pequenas encomendas de caráter excepcional

22 e 23. Pintura corporal, acima, maloca do Reissamon, rio Ituí; pintura facial, abaixo, maloca do Paulo, rio Ituí (fotos Delvair Melatti, 1978 e 1975).



24, 25 e 26. Defumação da borracha, maloca do Vicente, confluência do Curuçá e Maronal (fotos Delvair Melatti, 1978).

por parte dos missionários de Vida Nova. Por duas ou três vezes, a FUNAI acenou com a possibilidade de comprá-lo. Na primeira vez que isso aconteceu, uma maloca do Maronal produziu uma boa quantidade de cerâmica, antes de 1975, mas que ninguém foi buscar.

O PIA Ituí e o PIA Curuçá, o primeiro devido aos trabalhos de atração e ambos talvez devido à indefinição em que se encontram as terras indígenas, não permitem que regatões, madeireiros e seringueiros os ultrapassem rio acima. Os Marúbo vêem essa medida, bastante compreensível do ponto de vista da defesa das terras indígenas, como obstáculo a seu comércio com os regatões, e, pelo menos desde 1974/75, vêm solicitando uma solução que lhes permita comerciar. Curiosamente, eles, que voltaram a procurar o contato por volta de 1950, para obterem artigos de origem industrial, vêem os objetivos dessa iniciativa frustrados pelo próprio órgão protecionista. É certo que os missionários de Vida Nova mantêm uma cantina. Entretanto, os artigos vendidos por eles a preços muito mais baixos que os do regatão, são vendidos a dinheiro. Como os missionários compram muito pouco dos índios (algum artesanato, carne de caça, etc.) e lhes oferecem pouco serviço (lavagem de roupa, trabalho como informantes de lingüística, etc.) os Marúbo recebem deles pouco dinheiro para comprar os artigos da cantina. O único período em que ganharam bastante dinheiro com os missionários foi durante a construção do campo de pouso. Enquanto uma solução não for encontrada para o problema, isso pode ser mais um motivo para os Marúbo se deslocarem de sua área, procurando as proximidades dos dois postos. A solução oposta, procurar o alto rio para se comunicar com o Juruá, é menos atraente, pois o divisor de águas torna impossível o transporte de madeira e muito mais difícil o da borracha.

Segundo Terri Valle de Aquino (i.p.), os Marúbo que vivem da confluência Curuçá/Maronal para cima também estão revoltados contra a FUNAI pelo fato da chefia do PIA Curuçá impedir sistematicamente a entrada de regatões para comercializar com eles. A FUNAI, ao fazer essa proibição, não cria uma alternativa para que os índios possam adquirir os produtos industriais de que já necessitam. Os índios têm de descer até o PIA Curuçá, aí esperando dias, semanas ou meses, até que chegue um regatão com quem façam suas transações. Outros se dirigem ao seringal Boa Fé, na confluência Juruá/Ipixuna, carregando por mais de seis dias, a pé, couros de animais e até mesmo pequenas bolas de borracha para trocar por artigos industrializados. Um índio Marúbo sugeriu, para evitar essas longas caminhadas, percursos de canoa e esperas prolongadas, que a FUNAI deveria permitir a subida periódica dos regatões, acompanhados de um funcionário do Órgão, para fiscalizar as transações.

Ainda segundo Aquino (i.p.), uma outra conseqüência da proibição dos regatões ultrapassarem os postos é a tendência a se formarem "patrões" entre os próprios Marúbo.

José Barbosa da Silva, filho do João Tuxáua, seria um desses Marúbo que vão se tornando "patrões", que possui até um pequeno "barracão" junto à sua maloca na beira do Curuçá, acima da confluência com o Maronal. A maioria dos fregueses de José Barbosa são seus irmãos, irmãos classificatórios e parentes próximos, que têm as "mercadorias" que retiram anotadas no caderno-borrador dele, devendo pagar-lhe com couros, borracha ou madeira. Em outras palavras, quando se envolvem artigos de origem industrial, as relações comerciais se sobreporiam às de parentesco. No caderno de José Barbosa da Silva, que é "aviado" do regatão Pedrinho (que percorre o Curuçá até o PIA Curuçá), Aquino viu anotadas "mercadorias" como chumbo, pólvora, espoletas, cartuchos, espingardas, roupas feitas, tecidos, óleo, Bom Bril, toalha, pentes, brilhantina, canecos, pasta dental, calções, lenços, pratos, colheres, facas, machados, enxadas, fósforos, sal, pilhas de lanterna, rádio, eletrolas, facas de seringa, tigelinhas de seringa, baldes, bacias para defumar, sabão, desodorante, Melhoral, linha de costura, sabonete, redes, talco, bolachas, cartuchos de metal, facas-peixeiras, terçados, Sonrisal, aspirina, tabaco, etc.

Porém, no estado atual dos conhecimentos etnográficos sobre os Marúbo, é prematuro caracterizar as relações entre "patrões" índios e as lideranças estabelecidas segundo a maneira tradicional. Convém notar também que, no passado, quando a navegação não estava interditada aos regatões, houve índios que por algum tempo atuaram como "patrões".

Tutela e assistência

Durante o apogeu do período da borracha (1870-1911), os Marúbo não tiveram nenhuma assistência governamental ou missionária, voltando ao isolamento após a retirada dos caucheiros e seringueiros.

No início dos anos 50, quando a notícia de que os Marúbo estavam aparecendo no rio Ipixuna, afluente do Juruá, se espalhou, a MNTB procurou logo se estabelecer entre eles. Os missionários José Moreno e Robert Allen foram procurá-los, abrindo uma picada do Juruá/Ipixuna até o Ituí. Mas nesse tempo os Marúbo não estavam nesse rio. Um dos missionários acabou por localizá-los na bacia do Curuçá, em 1952. Robert Allen ficou com eles durante um ano, por volta de 1955/57. Visitou-os outra vez em 1960, quando estavam em choque com os Mayorúna. John Jansma começou a trabalhar entre eles, em 1962, e acompanhou uma parte deles que começou a se deslocar na direção de Ituí através do igarapé Água Branca (afluente da margem esquerda do Ituí). Esse missionário acabou por instalar-se na margem direita do Ituí, num lugar que passou a ser chamado de Vida Nova (aproximadamente a 6° 48' S e 72° 10' O). Gerald Kennell, missionário e lingüista, veio juntar-se a Jansma em 1968. Por volta de 1973 veio acrescentar-se a eles o missionário Paul Rich, que já tinha estado na missão quando estudante, por volta de 1965/66.

Cada missionário mora com sua família em uma casa separada, em estilo amazônico, com algumas modificações: sobre pilotis, com assoalho e paredes de casca de paxiúba e teto de palha. Os casais de missionários se comunicam com os índios em língua Marúbo. Parece que na maior parte do tempo os três missionários não se encontram reunidos em Vida Nova. Há sempre um em férias ou em tratamento de saúde. O missionário brasileiro que se instalou, por volta de 1978, em substituição de um deles, ficou pouco tempo. Desde 1979, o missionário brasileiro Amancio Nantes vem substituindo Gerald Kennell.

Um avião da entidade missionária Asas de Socorro*, com base em Eirunepé, no rio Juruá, é que abastece Vida Nova com alimentos e outros artigos de primeira necessidade, além de transportar missionários e membros de suas famílias e índios enfermos. Traz também as mercadorias para a cantina que a Missão mantém. Vida Nova conta com um rádio, que a põe em comunicação com Eirunepé e Manaus. Dispõe também de um pequeno gerador de eletricidade. Uma canoa grande, de um único tronco, movida a motor de popa, permite aos missionários atender as malocas em caso de emergência e liga Vida Nova com o pequeno campo de pouso, que fica na margem oposta do rio.

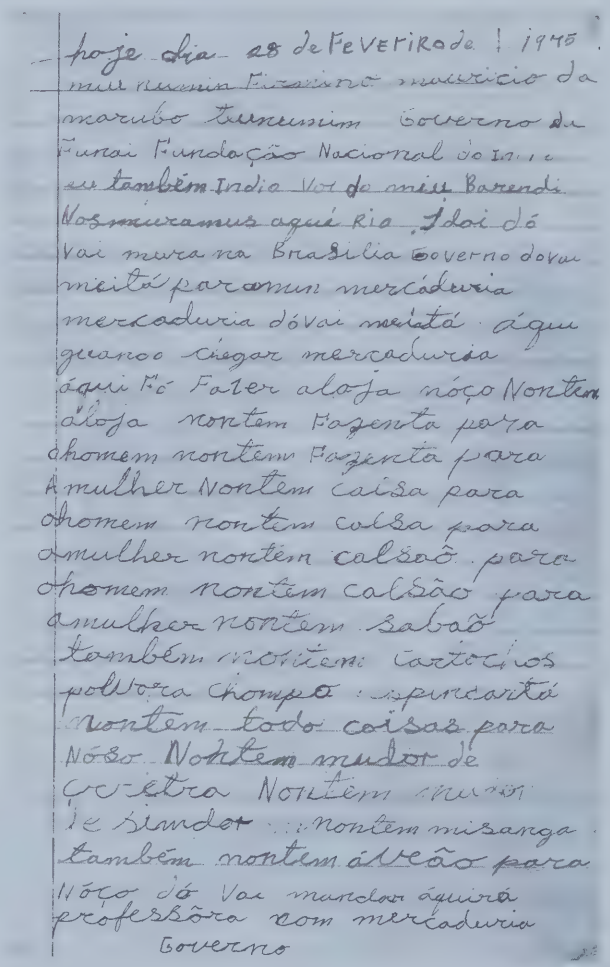
Dada a localização de Vida Nova, os missionários atendem sobretudo os índios que vivem nas vizinhanças de suas

(*) ASAS DE SOCORRO, cuja sede no Brasil fica em Anápolis (Rua Amazonas, 27, Caixa Postal 184), no Estado de Goiás, é uma entidade associada à "Mission Aviation Fellowship", ou por esta patrocinada. Segundo o *Mission Handbook: North American Protestant Ministries Overseas*, organizado por Edward R. Dayton, 11ª edição, Califórnia, 1976, a "Mission Aviation Fellowship" foi organizada em 1944 com o nome de "Christian Airmen's Missionary Fellowship", mudado em 1947 para "Missionary Aviation Fellowship", recebendo em 1973 o nome atual. É uma entidade de tradição evangélica, não-denominacional, que fornece serviços de aviação, rádio, saúde e de compras, tanto para igrejas nacionais (?), como para um grande número de agências missionárias. Dispõe de pessoal no Brasil, Camarões, Colômbia, Equador, Etiópia, Honduras, Indonésia, México, Nicarágua, Quênia, Rodésia, Sudão, Suriname, Venezuela e Zaire. No Brasil atua desde 1956, onde seu pessoal se constitui de 32 norte-americanos e 8 brasileiros. Sua sede geral fica em Fullerton (3519 W Commonwealth), na Califórnia, EUA.

Segundo prospectos distribuídos pelas Asas de Socorro, seu alvo é apoiar os trabalhos das missões evangélicas em todo o território nacional, especialmente nas áreas mais carentes de meios de transporte, suprimento, comunicação, atendimento social, assistência médica e orientação religiosa através dos serviços de transporte aéreo, manutenção aeronáutica e radiocomunicação. A entidade foi fundada no Brasil em 1955, tendo sido reconhecida oficialmente em 1964. Sua diretoria é constituída por brasileiros. Atua em cinco setores: Eirunepé (AM), Manaus (AM), Boa Vista (RO), Araguacema (GO) e Anápolis (GO). Em Anápolis, as Asas de Socorro mantêm uma oficina para manutenção de aviões, uma escola para treinamento de mecânicos e, em futuro próximo, porá em atividade uma escola de pilotagem. Os candidatos a trabalho ou treinamento nas Asas de Socorro devem estar dispostos ao trabalho missionário (Titcomb, i.p.).

Na região do Javari, as Asas de Socorro apoiam a Missão Novas Tribos do Brasil no seu posto de Vida Nova, entre os índios Marúbo. Esse apoio se faz a partir de Eirunepé, no rio Juruá. O avião das Asas de Socorro costuma fazer viagens triangulares, de modo a nunca voar sem carga ou passageiros.

CARTA AO GOVERNO


hoje dia 28 de FEVERIRO de 1975
miu numin Firmino mauricio da
marubo teunumin Governo da
Funai Fundação Nacional do Indio
eu também Indio Voi do miu Barendi
Nosmuramus aquí Rio Idoi dó
Vai mura na Brasilia Governo dovai
meitá paramin mercáduria
mercaduria dóvai meitá áqui
guando chegar mercaduria
áqui Fó Fazer aloja nóço Nontem
áloja nontem Fazenta para
ohomem nontem Fazenta para
Amulher Nontem Calsa para
ohomem nontem calsa para
amulher nontem calsaô para
ohomem nontem calsão para
amulher nontem sabaõ
também nontem cartochos
polvora chompo espincartá
nontem todo coisas para
Nóso Nontem mudor de
çrretra Nontem mudor
de simdor nontem misanga
também nontem áveão para
Nóço dó Vai mandar áquirá
professôra com mercaduria
Governo

A carta que Firmino, jovem Marúbo, casado, filho de Américo, escreveu ao Governo, num tempo em que eram poucos os de sua nação que falavam algum português, confiando-a ao casal Melatti, dá bem uma idéia do conflito em que estavam os Marúbo, entre a necessidade de comerciar com os civilizados e o temor de voltarem a ser enganados e explorados por eles. Eis, pois, a carta (embaixo das palavras menos inteligíveis foi colocada sua versão na ortografia oficial):

hoje dia 28 deFEVERIROde 1975
miu numin Firmino mauricio da
meu nome
marubo teunumin Governo da
teu nome
Funai Fundação Nacional do Indio
eu também Indio voi do miu Barendi
fui (?) meu parente
Nosmuramus aquí Rio Idoi dó
nós moramos Ituí tu
vai mura na Brasilia Governo dovai
morar tu vai
meitá paramin mercáduria
me dar para mim
mercaduria dóvai meitá áqui
tu vai me dar aqui
guando chegar mercaduria
áqui Fó Fazer aloja nóço Nontem
vou a loja nossa não tem
aloja nontem fazenta para
ohomem nontem fazenta para
Amulher Nontem calsa para
ohomem nontem calsa para
amulher nontem calsaô para
calção
ohomem nontem calsaô para
amulher nontem sabaõ
também nontem cartochos
cartuchos
polvora chompo espincartá
chumbo espingarda
nontem todo coisas para
não tem todas
nóso Nontem mudor de
nós motor
çrretra Nontem mudor
centro motor
de simdor nontem misanga
centro miçanga
também nontem áveão para
avião
Nóço dó vai mandar áquirá
nós tu aquela
professôra com mercaduria
Governo
dó vai mandar áquira professôra
tu aquela
vem xequimus áqui mura comicu
chega(mos) aqui mora comigo
Fovazer A escola com aloja caminhô
vou fazer a loja caminho (ou caminhão?)

também vai manda com professôra
doe Fai Fazer tristi paramin
tu vai triste para mim
nóço trabalho mundo para
nós trabalhamos muito
régatão régatão guando vem
regatão quando
xequinmus Nos casa para vemter
chega nossa vender (comprar)
máteira com Borácha com Falenhá
madeira borracha farinha
banâna também para vemter
régatão galinha também para
vemter régatão todo muitó
mundo?
trabalha Faz régatão comBrol
comprou
ta emcanado para todo mundo
está enganando
rrubaro saldo téris todo muito
roubaram deles mundo
comBrol Bôca mercadoria doe
comprou pouca tu
saber Bórqui régatão Newton Costas
porque Costa
Roberdo Costas Raimudor cabral
Roberto Costa Raimundo Cabral
uscagomis josé maria
Oscar Gomes José Maria
maru Brasil 6 regatão eu Foe
Mário seis vou
comtaro àquire rêgatão chiquenh
contar aquele Chiquinho
Roberdo holhea Governa 6 régatão
Roberto olha Governo seis
ta emganado para Nos regatão
está enganando nós
muito rróe
ruim
Governo eu Fol chamar áquire bamco
vou aquele banco
tol Fai manda áquire banco tol Fai
tu vai mandar aquele tu vai
manda com dinheiro Nos gundo vem
nós quando
chegamôs aquire bamco murá com Nos
chega(mos) aquele banco mora conosco
todo muito Fazer aseri eu Fol chamá motor
mundo aceiro? vou chamar
de cerralia para cerrá mateira todo muito
serraria serrar madeira mundo
Fazer casa para talba sol eu Firmino
tábua sou
Tácom Fulndati pátrão eu Fol coitar
está(ou) com vontade vou cuidar
mircaduria eu doi comFundati quando Fai
mercadoria estou com vontade vai
manta mircaduria vem chigamus áqui RIO
mandar mercadoria chega(mos) aqui

Idoi pesoál eu Fae manda para Fazer gampu
Ituí pessoal vai(ou) mandar campo
de Feássão para Fenter mircaduria
aviação vender
toe vai manda garró tembém Nos
tu mandar carro também nós
Fazer caminhão vaigurre para garró eu Fue
caminhão (ou caminho?) vai correr carro fui
FazerAcarta para voçe vailivú Bara jolho
Fazer a carta você vai levar para Júlio
gundo vaichegalá Brasilia entregui para
quando vai chegar lá entrega
jolho minha A carta para voçe vica holhanô
Júlio você ficar olhando
tepús tol vai manda mircaduria tol vai
depois tu mandar mercadoria tu
da emcanardo não manda loco euvoe
estar enganando logo eu vou
espilá áque Rio Idoi toe vai manda
esperar aqui Ituí tu mandar
mircadúlia com áqueri outro teu Freques
mercadoria aquele freguês
manda loco Governo para Governo
logo
desa da que A carta acóra eu Não
deixar aqui agora
saber bem Não escrivi toe vai
escrever tu
manda áquere probessôra vem chega
aquela professora
áqui probessóra vain sena escrive
aqui professora vai ensinar escrever
ápreter escreve sabebem Fazer A carta
aprender escrever saber bem
eu voe manda para minha
vou mandar
A carta eu Fue manda acarta para
vou mandar a carta
dinõvu para voce chá Governo eu Nâo
de novo você já não
Kero mas comtar miu Nomem
quero mais contar meu nome
Firmino mauricio da Indio
para Governo para Governo
Brasilia
Costa da Governo

Firmino também deixa claro na carta que ele quer ser um "patrão", fornecedor de "mercadorias" aos demais Marúbo. Por sua vez, o Governo, tratado na carta quase como uma pessoa, é que forneceria o "aviamento" a Firmino. O Governo é para Firmino como o seu "patrão". A carta deixa transparecer que Firmino quer dirigir um "barracão", ou, como diz na carta, uma "loja". Para ter as mercadorias, precisa de meios de transporte: motor de centro, campo de aviação, carro. Para essas transações é necessário dinheiro (banco) e saber ler e escrever, conhecimento importante para não ser enganado nas transações, daí a solicitação de uma professora.

Parece que o "Costa" na última linha da carta não seria nada menos que Costa Cavalcanti, então Ministro do Interior e, portanto, autoridade a que estava submetida a FUNAI.

27. Missionários da MNTB, avião da Asas de Socorro, campo de Vida Nova (foto Delvair Melatti, 1975).

28. Batelão da AJUSOL/FUNAI (foto Terri Vale de Aquino, 1980).

casas; em seguida os índios do Ituí; e finalmente os da bacia do Curuçá. Eles pouco se deslocam; geralmente são os índios que os procuram e não o contrário.

Devido à assistência de saúde, à escola e à cantina, uma boa parte da população Marúbo, como se pode verificar na seção anterior, vive junto a Vida Nova.

No rio Ituí, a FUNAI mantém o PIA Ituí, destinado à atração dos Matís. Esse posto não somente conta com três funcionários Marúbo, mas também tem recebido vários índios desse grupo, seja em visita, seja como pretendentes a uma permanência mais demorada. É difícil saber que atrativos tem o Posto para suscitar essas visitas, uma vez que ele não parece dispor de mais recursos do que os missionários de Vida Nova. Talvez sejam os ovos de tartaruga e tracajá, animais menos freqüentes no alto curso do Ituí, ou a possibilidade de se comunicar pelo rádio com os Marúbo do PIA Curuçá (o rádio da Missão não entra em sintonia com os da FUNAI), ou ainda participar daquilo que os funcionários Marúbo podem conseguir com seus salários. Mas parece que se deve levar em conta também que há índios Marúbo com interesse nas mulheres Matís.

Parece também que a presença dos Marúbo fazia os funcionários da FUNAI se sentirem mais seguros, não somente com relação aos índios em atração, como também na tarefa de impedir os regatões de subir o rio acima do Posto. Descer para o Posto é também a única maneira que permite aos Marúbo do Ituí manter contato com os regatões.

Por sua vez, o PIA Curuçá, localizado na margem esquerda do rio do mesmo nome, evoluiu a partir de uma frente de atração destinada a entrar em contato com índios Kulína do igarapé São Salvador. O posto contou, no início, com o apoio de alguns índios ligados a dois civilizados casados com mulheres Marúbo. A morte de um deles (Vitor Batalha), já então funcionário da FUNAI, abatido por quatro Marúbo parentes dos homens de quem tinha tirado suas duas esposas, fez com que os Marúbo que se solidarizavam com o funcionário descessem do alto Curuçá para o Posto, que parece ficar a mais de um grau de latitude ao norte, a partir do ponto mais setentrional da área utilizada pelos Marúbo no Curuçá.

Atribui-se à viagem de Paulo Lucena (jornalista que se dizia pesquisador *ad hoc* de antropologia), durante a qual o citado Vitor Batalha foi abatido (em 4 de abril de 1976), o objetivo de reunir os chefes de Maloca no PIA Curuçá, talvez com a finalidade de fazer os Marúbo se concentrarem aí. Deve-se notar, que era intenção da própria COAMA* concentrar nesse posto, não todos os Marúbo, mas os do Curuçá e seus afluentes, como nos mostram os trechos de relatórios:

"Com um Plano de Trabalho na Aldeia Curuçá, é nosso pensamento agrupar todos os índios Marúbos, que vivem espalhados às beiras dos igarapés: Maronal, Viado, Arrojo e outros menores."

E mais adiante:

"Senhor Coordenador, acreditamos que, com um trabalho sério, nessas aldeias Curuçá e São Luiz, poderemos resolver um grande problema que a muito vem enfrentando a FUNAI; é o problema de terras. Se continuar essas tribos dispersas em pequenas Aldeias as margens dos Rios e Igarapés, nunca se resolverá esse crucial problema, portanto somos favoráveis ao trabalho de aglomeração dessas Aldeias e que sejam delimitadas suas áreas." (Nogueira & Oliveira: 1976).

"O presente Plano tem por finalidade dotar as Aldeias Curuçá e São Luiz de uma infra-estrutura minima necessária ao atendimento dos índios existentes naquelas Aldeias, como também tentar através de convencimento atrair para as respectivas aldeias outros indios do mesmo grupo étnico localizados em outras áreas que não apresentam condições para um atendimento no seu próprio habitat." (FUNAI: s.d.).

(*) COAMA: sigla de Coordenação da Amazônia. Trata-se de um departamento especial da FUNAI, que atuou entre os índios da Amazônia, no tempo em que se abria a Transamazônia e outras grandes estradas da região.

29. Missionário holandês, rio Ituí (foto Jesco von Puttkamer, IGPHA/UCG, 1964).

Nas citações acima, *Aldeia Curuçá* é o PIA Curuçá, destinado aos Marúbo, enquanto *Aldeia São Luiz* é o PIA São Luís, no Javari, destinado aos Kanamarí.

O PIA Curuçá dispõe de casa-sede e enfermaria construídas com tábuas de madeira (assoalho e paredes) e cobertas com folhas de zinco, mas, até 1978, não contava ainda com auxiliar de enfermagem e nem com escola e professor. Ele possui também um pequeno gerador para acionar o rádio.

Entre outras coisas, o PIA Curuçá impede que regatões, madeireiros e seringueiros o ultrapassem rio acima.

Além da MNTB e da FUNAI, nenhuma outra entidade lida com os Marúbo. Não há também nenhum projeto de desenvolvimento comunitário em andamento por nenhuma das duas entidades.

Há, entretanto, entre os Marúbo, alguns deles que parecem alimentar esperanças de se tornarem "patrões", isto é, subir um primeiro degrau na escala que liga o madeireiro ou seringueiro à grande empresa. Alguns exemplos desses "patrões" Marúbo já foram citados.

EDUCAÇÃO ESCOLAR — Os Marúbo do Ituí só contam com a escola dos missionários de Vida Nova. O ensino inclui a alfabetização em língua Marúbo com o auxílio de cartilhas preparadas na língua indígena pelos missionários. Abrange também as noções preliminares de cálculo aritmético. Mais recentemente, a escola iniciou também o ensino do português. A escola tem teto de palha, meia parede de casca de paxiúba e chão batido. Seu funcionamento acompanha o ritmo de vida dos Marúbo. Assim, durante o período em que os índios dispersam, na estiagem, para a extração da borracha, coleta de ovos de quelônios, ela fecha. Não se tem dados sobre quantos Marúbo os missionários chegaram a alfabetizar, mas um grande número de indivíduos sabe escrever, um conhecimento que usam sobretudo para fazer bilhetes.

No lado do Curuçá, Vitor Batalha trabalhou na alfabetização dos Marúbo, fazendo-o em português. Informação colhida por Melatti em 75 de um intendente de enfermagem da FUNAI, dá conta que foi um pastor protestante e um sargento que o estimularam a fazê-lo, já que vivia entre os índios, fornecendo-lhe material e lhe dando uma gratificação (seriam do Mobral?). Também não se sabe quantos chegou a alfabetizar. Depois da morte de Vitor, ou quem sabe antes, os Marúbo ficaram sem escola no Curuçá.

Parece nunca ter havido monitores indígenas, tanto na escola dos missionários, como na de Vitor Batalha.

SERVIÇOS DE SAÚDE — Em Vida Nova existe uma enfermaria razoavelmente provida de medicamentos. Nos casos mais graves, os missionários podem remeter o enfermo de avião para Eirunepé. É um dos missionários que faz as vezes de enfermeiro, pois tem um curso prático e dispõe de uma longa experiência com as principais doenças da área. Do PIA Ituí, que atende os Marúbo, que lá estão ou o visitam, falar-se-á quando se referir aos Matís. No PIA Curuçá a enfermaria dispõe de remédios da CEME. O estoque não é renovado com freqüência, de modo que alguns chegam a faltar ou vencer, havendo outros, por sua vez, que nunca são usados. Apesar da existência de enfermaria, não havia auxiliar de enfermagem.

Pelo final de 1978, a FUNAI ministrou um curso para atendentes de enfermagem, no qual se matriculou Antônio Rufino, um civilizado casado com mulher Marúbo do PIA Curuçá. Esperava-se que, terminado o curso, ele fosse servir nesse Posto. Mas Rufino acabou por ser lotado no PIA Lobo, que atende os Mayorúna, tendo deixado a esposa e filhos no Curuçá. Provavelmente, o fato de não ter sido lotado no PIA Curuçá se deveu a problemas familiares. Quando Terri Valle de Aquino (i.p.) esteve no Curuçá, em julho de 1980, trabalhava no PIA Curuçá um atendente de enfermagem civilizado, que amasiou-se com a viúva mais jovem de Vitor Batalha. Ele só atendia aos índios do Posto, não se deslocando para o alto Curuçá nem fornecendo remédios da CEME para os índios que aí vivem. Os Marúbo que vivem da confluência Curuçá/Maronal para cima queixavam-se dessa falta de atendimento e que tinham de se deslocar, até Vida Nova, no alto Ituí, onde estão os missionários da MNTB, para serem atendidos, quando adoeciam. Uma das principais reivindicações dos Marúbo das cabeceiras do Curuçá e do curso do Maronal era o deslocamento periódico do atendente de enfermagem para suas malocas. Na única vez que os tinha visitado, esqueceu-se de levar os remédios e quase provocou atritos sérios com aqueles índios.

O estado de saúde dos Marúbo, tanto do Curuçá como do Ituí, inclusive os do alto Curuçá e Maronal, que não têm atendimento de saúde nas proximidades, é relativamente bom. Em setembro de 1973, ocorreu um surto de sarampo que atingiu todas as malocas do Ituí, menos duas. Elas foram atendidas pela MNTB e morreram apenas dois indivíduos. Alguns índios em visita levaram a doença para o Maronal, afluente do Curuçá, que atingiu também duas malocas. Os missionários se deslocaram para lá e ninguém morreu. Numa das malocas do Maronal, junto à porta principal, no começo de 1975, ainda havia 226 vidrinhos vazios, pendurados por um cordel: eram do remédio usado pelos missionários. De dezembro de 1973 a janeiro de 1974, houve também um surto de meningite, tendo morrido repentinamente dois jovens e, além deles, três crianças. A doença foi identificada e os enfermos tratados pela Missão. Não morreram outros, dos vinte, mais ou menos, que a doença atingiu. Em 1978, houve um surto de gripe numa das malocas do Ituí. A missão dispunha então de pouco remédio para o atendimento. Apesar da doença ter deixado quase todos os habitantes da maloca muito abatidos, nenhum faleceu. Durante o surto, a maloca foi sistematicamente evitada pelos demais índios. Os moradores de uma maloca situada a uma hora de caminhada, mais ou menos, mudaram-se temporariamente para o outro lado do rio. Um forte surto de gripe também atingiu o PIA Curuçá, tendo morrido uma criança antes da chegada da enfermeira enviada pela FUNAI. O mais velho dos Marúbo morreu no final dos anos 70, também no PIA Curuçá, de uma gripe.

Uma doença que se apresenta com uma certa freqüência entre os Marúbo é a tuberculose, tratada pelos missionários em Vida Nova. Já no PIA Curuçá, a FUNAI remete o doente para Benjamim Constant para iniciar o tratamento. A maneira dos missionários tratarem a tuberculose tem uma vantagem sobre a da FUNAI: a de evitar que o doente se afaste de sua comunidade, fazendo com que pelo menos permaneça nas vizinhanças dela, em Vida Nova, junto com outros Marúbo. Entretanto, a Missão enfrenta dificuldades na obtenção do remédio da agência governamental competente, que exige, para seu fornecimento, o exame de escarro. Ocorre que algumas vezes o exame de escarro dá resultado negativo, apesar de a pessoa ser realmente portadora de tuberculose pulmonar. Trata-se de um exame que também não acusa as tuberculoses não-pulmonares. Em julho de 1981, a Missão fazia o tratamento de sete tuberculosos; e um menino havia falecido, possivelmente de tuberculose. Havia vários outros tuberculosos sem remédio, porque o exame de escarro tinha sido negativo (Nantes, i.p.). Um missionário, referindo-se à situação vários meses antes, quando retornou a Vida Nova, dá notícias pouco animadoras com respeito à tuberculose: "Estávamos aqui havia menos de um mês e três crianças índias morreram. Há no momento uma outra criança perto de morrer. Há um violento resfriado por aqui e não custa muito para elas pegarem pneumonia. Muitas estão apanhando tuberculose e tem sido difícil obter remédio para a doença. Várias morreram, porque não conseguimos obter remédio a tempo. Por favor, lembrem-se de orar por esta situação" (Rich: 1981, 5).

No período de 1974/75, os missionários de Vida Nova convidaram os índios a virem tomar BCG, tendo comparecido quase todos.

Em janeiro de 1978, um grupo de saúde (EPM/FUNAI) esteve no PIA Curuçá fazendo a vacinação contra sarampo, poliomielite e ainda com BCG intradérmico. Fez o teste PPD e procedeu o exame clínico completo com preenchimento de ficha de cadastro médico de cada indivíduo, identificado pelo nome e por fotografia. Foram submetidos à vacinação e exames 68 Marúbo, 7 Kulína e 3 não-índios. O exame clínico mostrou que a população apresentava bom estado físico geral. Um indivíduo apresentou sopro mitral e o sopro funcional foi detectado em vários jovens e crianças. Não se observou presença de hipertensão arterial. Observou-se com certa freqüência a

hepatomegalia, mas nenhum caso de esplenomegalia. Observou-se com freqüência patologias gengivais. Nos 66 indivíduos testados com PPD, observou-se 42 casos de não-reator, 4 de reator fraco e 20 de forte. Na PIA Ituí, os quinze funcionários da FUNAI, entre os quais se incluíam dois índios (Marúbo), não apresentaram queixas clínicas e foram vacinados com BCG intradérmico. Em Vida Nova, 160 índios ali presentes foram vacinados contra sarampo e ainda com Sabin e BCG intradérmico. O exame clínico, com o preenchimento das mesmas fichas, foi realizado em 118 indivíduos e mostrou também bom estado geral: alguns casos de hepatomegalia, nenhum de esplenomegalia e patologia gengival freqüente. Os missionários informaram que tinham ocorrido vários casos de tuberculose, que receberam tratamento com esquema tríplice durante um ano; a ausculta pulmonar foi normal e se colheram lâminas de escarro para posterior pesquisa de BK. O grupo (EPM/FUNAI) achou bom o estado nutritivo apresentado pelos índios Marúbo (Stabile Neto: 1978). Os índios não atingidos por esse grupo de saúde foram, certamente, os do Ituí que não estão junto a Vida Nova e os da confluência Maronal/Curuçá para cima.

Convém registrar que, em 1976, os Marúbo de Vida Nova, no Ituí, foram visitados por integrantes de uma equipe de pesquisa, formada por cientistas brasileiros e norte-americanos e que tinha como base de operação o navio "Alpha Helix", da Universidade da Califórnia. O relatório disponível registra o que a equipe realizou entre os Marúbo (exames físicos, coletas de sangue para estudos genéticos, coletas de sangue para estudos cromossômicos, estudos antropométricos, lâminas para malária, testes de tolerância à glicose, dados lingüísticos), mas, infelizmente, ao indicar o número de indivíduos a que foi aplicado cada teste, não distingue os Marúbo dos Katukína da Missão Sete-Estrelas (no Acre), que foram objeto da mesma pesquisa (Salzano & Negl: 1976, 6). Não se dispõe de conhecimento da existência de trabalhos publicados resultantes da elaboração dos dados dessa pesquisa.

Situação atual das terras

A área em que vivem os Marúbo atualmente está dentro de um futuro *Parque Indígena do Vale do Javari*, ainda em estudos e que inclui outros povos. Neste item se tratará especificamente da área ocupada pelos Marúbo.

No rio Ituí, os que moram mais ao norte estão no PIA Ituí, numa área que não é propriamente deles e sim dos Matís, e para a qual se sentem atraídos devido à presença do Posto. O PIA Ituí está, portanto, fora de uma área Marúbo.

Na verdade, no rio Ituí, a área efetivamente ocupada pelos Marúbo seria esse rio e seus afluentes a partir de 6° 35' S, pouco abaixo da confluência com o igarapé Pentiaco, afluente da margem esquerda, até as cabeceiras. Porém, devido à presença do PIA Ituí, há um Marúbo que instalou sua colocação mais ao norte, no igarapé Boa Vista. O limite oriental e meridional da área Marúbo seria o divisor de águas que separa as cabeceiras dos afluentes da margem direita do Ituí, a partir do Pentiaco, das cabeceiras dos afluentes do Itacoaí e dos afluentes da margem esquerda do Juruá. Além de suas habitações, que ficam pouco acima da foz do Paraguaçu, os Marúbo têm, a partir do Pentiaco, "colocações" de madeira, estradas de seringa, áreas de caça e de coleta, lagos para pescar, roças em produção, roças antigas e alguns cemitérios. O alto Ituí, lembram os Marúbo, foi habitado, possivelmente antes dos mais antigos contatos com os civilizados, por alguns clãs matrilineares Marúbo (Melatti: 1977, 106-107). Quando entraram pela segunda vez em contato com os civilizados, não estavam no Ituí, mas sim mais para oeste. Durante o auge da borracha, houve até um barracão de peruanos acima do local onde está hoje Vida Nova. Os índios mostram marcas das antigas machadinhas nas seringueiras. Foi a partir de 1960, após o choque com os Mayorúna, que os Marúbo voltaram a ocupar o Ituí, penetrando nele através do igarapé Água Branca, seu afluente da margem esquerda.

No rio Curuçá é preciso levar em conta, também, que o PIA Curuçá, onde vive um expressivo número de índios Marúbo, não era tradicionalmente área desse grupo tribal. Na verdade, as habitações Marúbo vão da boca do Maronal para cima; entretanto, os Marúbo viveram no passado recente (talvez no período de estagnação, após o auge da borracha) até o Santa Clara (Caïtecaya, para os Marúbo), afluente da margem direita do Curuçá. Abaixo da foz do Santa Clara, na mesma margem, fica a boca do Sacato, antigamente chamado São Carlos (Txonã wayá: txonã significa "macaco barrigudo"; no PIA Curuçá, ouviu-se referência a esse igarapé como Barriguda), talvez o ponto mais setentrional aonde chegam as coletas de ovos de quelônios dos Marúbo. Esse poderia ser o ponto considerado mais setentrional no Curuçá, para a área Marúbo (aproximadamente 6° 15' S, salvo engano). O limite norte da área Marúbo poderia ser então uma linha mais ou menos reta, da foz do Barriguda, no Curuçá, à do Pentiaco, no Ituí.

Desse modo, a metade meridional do curso do Arrojo, afluente da margem direita do Curuçá, ficaria dentro da área Marúbo. Esse trecho do Arrojo foi ocupado até um passado recente por eles. No seu alto curso ainda há roças abandonadas e por aí passa o caminho que liga o Maronal e o Curuçá com o alto Ituí. O Maronal é outro igarapé, afluente da margem direita do Curuçá, há muito tempo habitado pelos Marúbo. A área também incluiria a maior parte do curso do Cravo, afluente da margem esquerda do Arrojo e habitado no passado, por eles.

Mais difícil é delimitar a fronteira ocidental da área Marúbo. No auge do período da borracha, alguns Marúbo chegaram a viver junto a civilizados no Batã, afluente do Javari. Segundo os próprios Marúbo, alguns de seus clãs matrilineares estavam estabelecidos inicialmente no Javari. De qualquer modo, os Marúbo hoje não avançam pelos afluentes da margem esquerda do Curuçá, sobretudo na

altura do Amburus, do Setiacha, enfim, desde a confluência do Arrojo até a confluência do Maronal. Desse modo, os limites ocidentais dos Marúbo talvez coincidam com os orientais dos Mayorúna, numa linha paralela ao curso do Curuçá, à alguma distância de sua margem esquerda, linha essa que provavelmente venha a ser o próprio leito da estrada que ligará Cruzeiro do Sul (AC) a Benjamim Constant (AM).

A área assim delimitada se acha livre de invasão, com exceção do alto curso do rio ou igarapé Paraguaçú, afluente da margem direita do Ituí, onde um intermediário de seringais do Juruá, chamado Crispin, mantém alguns seringueiros civilizados, vindos do Juruá, e aos quais fornece aviamento. Em 1974/75, havia no rio Ituí, entre as bocas do rio Novo de Cima e do Paraguaçú, vinte e seis famílias, na maioria de madeireiros, quase todos provenientes do Juruá; portanto, estavam parte na área Marúbo aqui delimitada e parte na área dos Matís. Posteriormente, a FUNAI retirou esses moradores, de modo que já não estavam mais aí em 1978.

Além da presença citada de civilizados no alto Paraguaçu, deve-se deixar registrado que, em setembro de 1978, no baixo Curuçá, foi encontrada uma expedição de trinta madeireiros que subiam o rio num motor, dirigidos por José Gomes, que alegava, falsamente, ter autorização do Presidente da FUNAI para explorar madeira do Arrojo ao Amburus. Ele dava a impressão de pretender forçar a passagem pelo PIA Curuçá, acima do qual ficava a área visada. Não se sabe se os madeireiros realmente chegaram a invadir a área. José Gomes havia trabalhado no passado com Antônio Meneses, aviado por Chico Batista. Este último, que hoje é proprietário de uma serraria em Benjamim Constant, veio a tornar-se sogro do jornalista Paulo Lucena. Chico Batista (apelido de Francisco Carvalho de Oliveira) mantinha madeireiros na região do alto Curuçá na época em que os índios Mayorúna (e talvez outros) afugentavam os civilizados dessa área. Contou o Marúbo César que, quando rapazinho, ao ser atingido por um tiro, possivelmente de índios hostis, na altura do Barriguda (Sacato ou São Carlos), estava com seu padrinho Cícero, que era empregado de Antônio Meneses, por sua vez empregado de Chico Batista (possivelmente, o termo "empregado" está no lugar de "aviado"). César foi trazido para a foz do Arrojo, para ser tratado, onde estava Chico Batista. Após esse acontecimento, Batista, com receio, retirou seus madeireiros do Arrojo.

Ainda que se disponha dos nomes dos seringais do Município de Atalaia do Norte, de seus proprietários ou pretendentes e de sua área, não se tem sua localização precisa. Por isso, é difícil dizer que seringais ameaçam a demarcação das terras dos Marúbo. Segundo o regatão Manoel Gomes, em entrevista que concedeu em 1975, não há proprietários no Ituí, da confluência do Paraguaçu para cima, ou seja, na área em que fica a maior parte dos Marúbo desse rio. Porém, da foz do Paraguaçu para baixo, já há proprietários; desse ponto até a foz do rio Novo de Cima, predominam as referências a pessoas que têm Barbosa no sobrenome; seriam, pois, os herdeiros de João Barbosa Ferreira. Alguns seringais dessa área têm nomes que coincidem com os igarapés, onde os Marúbo têm colocações: Boa Vista (posse requerida por herdeiro de João Barbosa Ferreira), Cruz (título definitivo de João Barbosa Ferreira Filho), Pentiaco (idem) (Montagner Melatti: 1980, anexo 1).

Quanto às terras Marúbo do Curuçá e seus afluentes, também é difícil dizer que seringais já invadiram a área proposta para a sua demarcação. A julgar pela disposição dos nomes de seringais tomados por Melatti em 1975, há uma série de treze deles que podem estar acima do PIA Curuçá e que são de propriedade, a título definitivo, das indústrias I. B. Sabbá S.A. Um dos seringais dessa série se chama São Carlos, que é também o antigo nome do igarapé Sacato ou Barriguda.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Bibliografias:

Kensinger, ms.a.

2. Coleções de artefatos:

Existe uma coleção de mais de cem peças no Museu do Índio (FUNAI), no Rio de Janeiro, conseguidas por Delvair Montagner Melatti e Julio Cezar Melatti em sua pesquisa de campo, de dezembro de 1974 a março de 1975.

3. Documentos administrativos:

Alves, s.d.b
Benn, 1979b
BFSOL, 1978
FUNAI, 1975, 1969, 1976
Montagner Melatti, 1980 (117-132)
Nogueira, 1977
Nogueira & Oliveira, 1976
Paula, 1979
PIA Ituí, 1978d, 1978e
Possuelo, 1978c
Rosenberg & outros, 1979
Salzano & Neel, 1976
Silva, 1977
Stabile Neto, 1978
Summer Institute of Linguistics, s.d.
Tôrres, 1976b

4. Documentos pessoais:

Aquino, i.p.
Nantes, i.p.
Titcomb, i.p.

5. Textos didáticos:

Missão Novas Tribos do Brasil, 1971a, 1971b, 1976a, 1976b, 1976c

6. Textos de divulgação:

Allen, 1963
Lucena Rodrigues, s.d.
Rich, 1981

7. Textos de catequese:

Missão Novas Tribos do Brasil, 1978c

8. Trabalhos etnológicos:

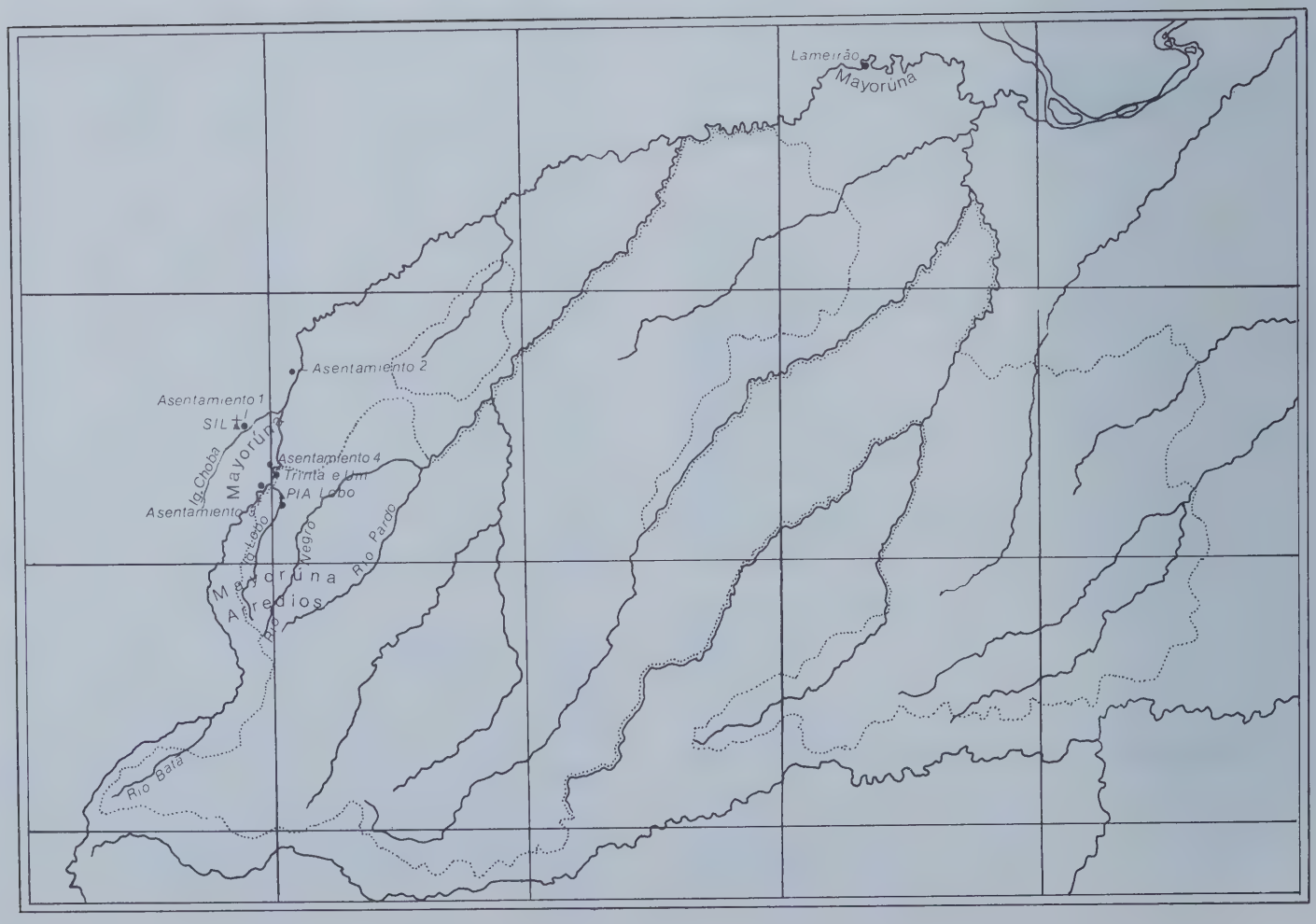
Melatti, 1977, 1979
Montagner Melatti, 1977
Montagner Melatti & Melatti, 1975, 1977, 1979, ms.

9. Trabalhos lingüísticos:

Boutle, 1964
Kennel Jr., 1978

10. Viajantes

Carvalho, 1931


Lameirão
Mayoruna
Asentamiento 2
Asentamiento 1
SIL
Ig.Choba
Mayoruna
Asentamiento 4
Trinta e Um
PIA Lobo
Asentamiento 3
Rio Lobo
Rio Vago
Rio Pardo
Mayoruna
Arredios
Rio Bata

2 Mayorúna

Nome

Mayorúna é um nome que tem sido aplicado a grupos diversos da região do Javari, de características exteriores mais ou menos semelhantes. Aqui esse nome será aplicado a um povo bem definido. Como no tempo da conquista da região pelos espanhóis, um grupo que freqüentava a área do baixo Huallaga, ameaçando os outros índios, tendo lutado contra uma expedição espanhola proveniente de Moyobamba, era chamado de Mayorúna (Steward e Métraux: 1948, 552), é possível que a situação geográfica desse povo tenha motivado a atribuição de tal nome, pois, segundo Chirif (i.p.), o termo "Mayorúna" é de origem Quêchua, decompondo-se em "mayo" (rio) e "runa" (homem), isto é, "homem de rio". Romanoff, utilizando-se de sua autodenominação, os chama de Matsés, dizendo que às vezes eles se chamam de *manánuc matsés*, isto é, "gente das terras do centro ou da altura", diferenciando-se assim daqueles que vivem sedentariamente nas margens dos grandes rios (Romanoff: 1976, especialmente p. 100).

Língua

A língua falada pelos Mayorúna é da família Pâno. No lado peruano, o Summer Institute of Linguistics* estabeleceu contato com os Mayorúna e vem desenvolvendo o estudo de sua língua. Diz Romanoff (1976, 125) que Harriet Kneeland preparou uma gramática sobre a língua Mayorúna. E existem outros trabalhos (Fields: 1973; Kneeland: 1973).

No lado brasileiro, há pelo menos dois indivíduos do sexo masculino, de idade entre 20 e 25 anos, que falam, embora não fluentemente, o português regional nas proximidades do igarapé Lobo.

Em Lameirão (Aquino, i.p.) os Mayorúna só falam sua língua nativa. Os únicos que falam português e/ou espanhol são pessoas que foram raptadas pelo grupo durante a década de 1960; uma brasileira de nome Noêmia, uma peruana chamada Ângela e um peruano chamado Zaquiel, todos na faixa de idade de 25 a 30 anos.

No lado peruano, não há dados disponíveis sobre quantos falariam o castelhano.

Localização

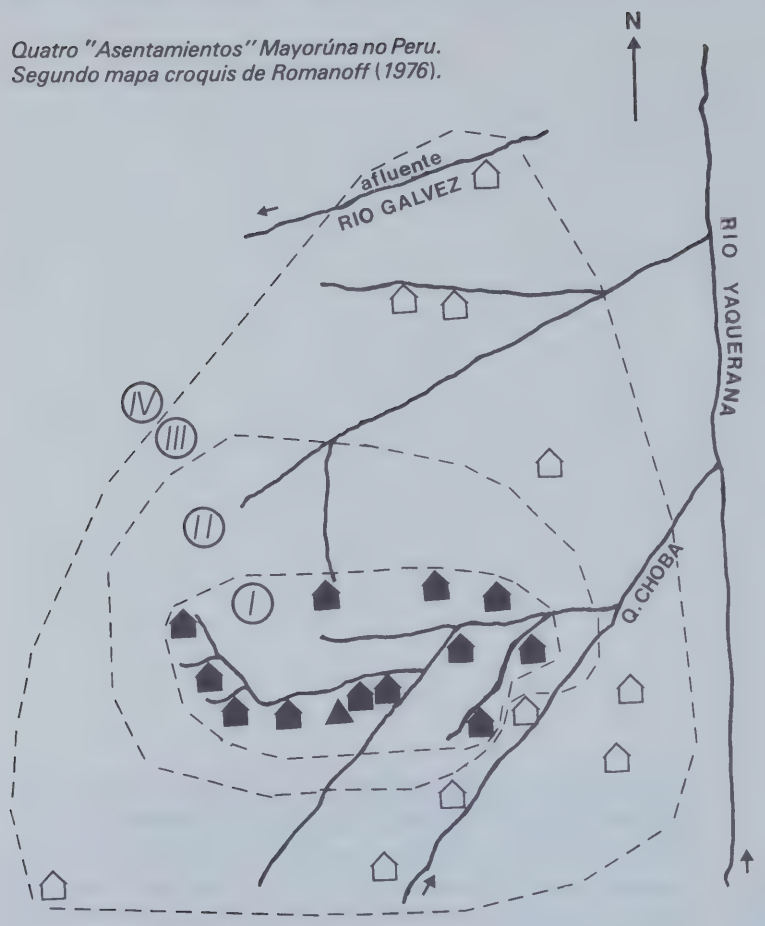
No Brasil, os Mayorúna localizam-se no igarapé Lobo, afluente do Javari, e que tem sua foz a 5° 43' S aproximadamente, e no pequeno igarapé Ituxi, que desemboca quatro minutos de latitude mais para o norte. Nas cabeceiras do igarapé Lobo e cabeceiras vizinhas de igarapés que correm para o Javari (Borja: 1980a) que estão próximas das cabeceiras do Pardo, afluente do Curuçá, há ainda um grupo Mayorúna arredio. Em janeiro de 1978, houve um choque entre os próprios Mayorúna da região do Lobo, de que participaram indivíduos do mesmo povo localizados no lado peruano. Isso motivou a retirada de parte dos Mayorúna, que se localizaram no baixo Javari, na margem direita, num lugar chamado Lameirão, que fica no ponto em que o Javari é cortado pelo meridiano de 70° 40' O, aproximadamente.

No lado peruano, a área dos Mayorúna corresponde ao

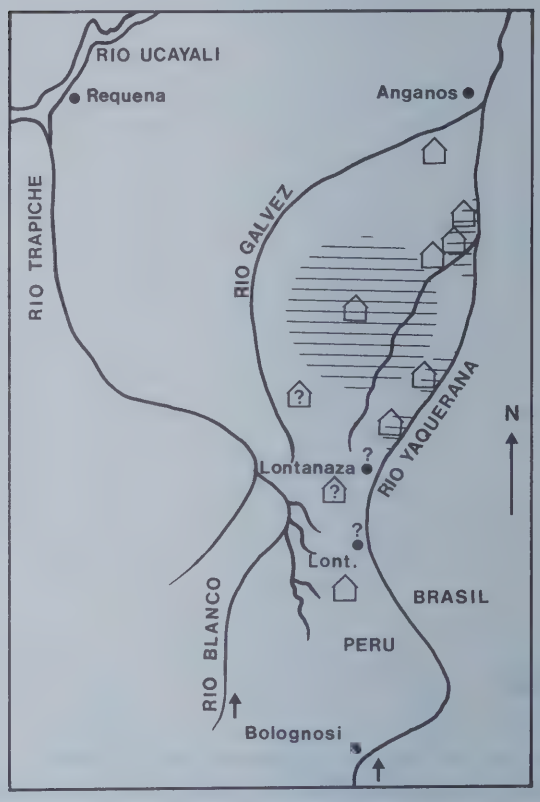
* Ver a respeito do SIL a seção "Os missionários da linguagem" na revista *Religião e Sociedade*, nº 7. Em especial o artigo de Ionne Leite: "O Summer Institut of Linguistics. Estratégias e ação no Brasil".

30. Croquis de Romanoff.

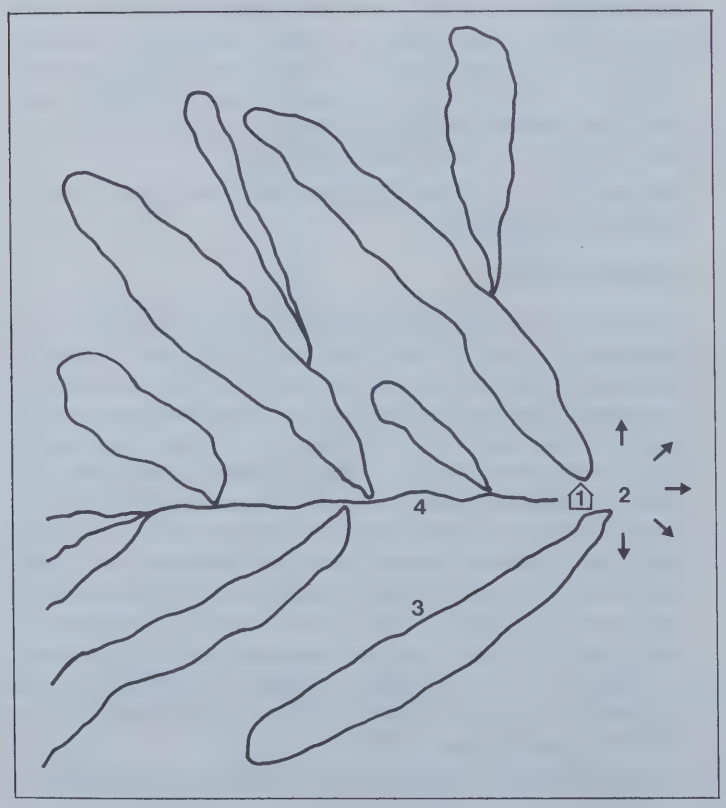
Quatro "Asentamientos" Mayorúna no Peru. Segundo mapa croquis de Romanoff (1976).



Mapa croquis da localização de "asentamientos" Mayorúna atuais ou recentes no Peru (segundo mapa croquis de Romanoff: 1976).



"Asentamiento" recente
Cidades ou vilas
Localização incerta
"Asentamientos" e zona de uso atual (as áreas são utilizadas em anos diferentes).



Caminhos de caça de uma casa central. Segundo diagrama executado por um homem Mayorúna (Romanoff: 1976)

Legenda:
1. *Casa central*
2. *Caminhos para outras casas centrais*
3. *Caminhos de caça*
4. *"Trocha"*

31 e 32. Mayorúna do lado peruano, rio Jaquirana (fotos Stefano Varese, 1974).

losango compreendido entre os cursos do rio Javari e seu afluente da margem esquerda, o Galvez, estendendo-se para o sul, entre o Javari e o Blanco (afluente do Tapiche) até mais ou menos a guarnição peruana de Bolognesi (o croqui de Romanoff parece ter trocado as posições das guarnições peruanas de Bolognesi e Lontananza). Mas dentro dessa área suas habitações atuais se concentram no Choba, igarapé afluente do Javari, que corre dentro do citado losango e que tem sua foz, a julgar pelo croqui de Romanoff (1976, p. 130) a 5° 30' S, mais ou menos. Na margem esquerda do Javari suas habitações se encontram desde pouco abaixo da foz do Choba, rio acima até pouco abaixo da guarnição de Lontananza.

População

A população Mayorúna no lado brasileiro sofreu ligeira variação de junho (Borja: 1980a) para novembro (Borja: 1980b e 1980c) de 1980, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro: População Mayorúna

	Junho de 1980	Novembro de 1980	
	habitantes	habitantes	casas
Aldeia Lobo	84	86	10
Aldeia 31	149	127	22
Aldeia Ituxi	29	32	1
Aldeia Lameirão	91	92	
Total	353	337	

Os números acima não incluem os Mayorúna arredios que vivem nas cabeceiras do igarapé Lobo e cabeceiras de igarapés vizinhos que correm para o Javari.

A aldeia Lobo, que tem 10 casas, fica no local da sede do PIA Lobo. Como a Ficha Padrão (Borja: 1980b) não se refere a outras aldeias no mesmo igarapé, a não ser a presença de arredios nas cabeceiras, esta parece ser a única aldeia de índios Mayorúna em contato no igarapé Lobo atualmente. No início de 1978, quando ocorreu o choque entre os Mayorúna a distribuição espacial era diferente. Havia então nesse igarapé a aldeia da Boca do Lobo, na foz dele; a aldeia do Kumatse, a 15 ou 20 minutos de subida (de motor?) na margem direita; a aldeia Soció, a trinta minutos de caminhada, dentro da mata, a partir da anterior, da qual se tinha separado recentemente por desavenças; a aldeia do Mutiró, na margem esquerda. a 40 ou 50 minutos (de motor?) da boca do igarapé (Possuelo: 1978). Como o mesmo documento de Possuelo afirma, que após o choque, os habitantes das aldeias da Boca do Lobo e de Kumatse se deslocaram para Palmeiras (guarnição brasileira) e que os habitantes de Soció se mantiveram afastados do conflito e pretendiam ir morar na aldeia 31, conclui-se que os índios que permaneceram no PIA Lobo seriam os da aldeia Mutiró. Existe um mapa sem assinatura, da população da aldeia de Mutiró, aqui chamada de Kumutiró, que talvez seja o mais correto, datado de novembro de 1978, portanto dez meses após o choque entre os Mayorúna.

Mapa da população da aldeia Kumutiró, do PIA Lobo, datado de 09/11/78 (ASPLAN/FUNAI: 1978)

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0-4	9	11	20
5-9	10	7	17
10-14	8	7	15
15-19	8	4	12
20-24	10	13	23
25-29	14	12	26
30-34	4	6	10
35-39	6	2	8
40-44	2	9	11
45-49	0	2	2
50-54	0	0	0
60 ou mais anos	4	1	5
Totais	75	77	152

No relatório da equipe médica que visitava os Mayorúna, justamente no momento em que se deu o choque de janeiro de 1978 (Franco: 1978), se registra que segundo o chefe do PIA Lobo havia então três aldeias em torno do igarapé: uma na foz, com 30 índios (certamente a Boca do Lobo, do citado relatório de Possuelo); a segunda, a uma hora de remo ou de caminhada, com 75 índios (seria a do Kumatse, citada por Possuelo); e a terceira, a quatro horas de remo, com 150 índios (seria a de Mutiró ou Kumutiró, citada por Possuelo). Esses números somam um total de 255 índios em contato no igarapé Lobo; mas o relatório da equipe médica deixa de registrar a aldeia de Sociό que, segundo o relatório de Possuelo, parecia estar um pouco afastada das margens do igarapé.

Enfim, no que tange aos índios em contato, habitantes do igarapé Lobo, parece haver uma tendência a abandoná-lo, uma vez que a população vem decrescendo, segundo os dados examinados:

Janeiro de 1978: 255 pessoas (sem contar a aldeia Sociό)
Novembro de 1978: 152 pessoas (em Kumutiró, talvez a única)
Junho de 1980: 84 pessoas (junto ao PIA Lobo)
Novembro de 1980: 86 pessoas (junto ao PIA Lobo)

A aldeia de Ituxi, que fica no alto do igarapé Ituxi, não era citada nos documentos de 1978. Deve ser, portanto, resultado de deslocamento recente.

A aldeia Trinta e Um, que tem esse nome devido ao marco nº 31 ali deixado pela PETROBRÁS (Possuelo: 1978) fica a meio caminho entre a foz do Lobo e a do Ituxi, na margem direita do Javari. Ela já existia em 1978 e deve ser a mesma que o relatório da equipe médica (Franco: 1978) chama de Posto 31 de Setembro, afirmando haver ali 28 Mayorúna. Por conseguinte, de 1978 para 1980 a população daí se alterou bastante.

Quanto a Lameirão, só passou a existir em 1978, após o choque entre os Mayorúna.

Sem considerar os Mayorúna que ainda estão isolados, sem contato, nas cabeceiras do igarapé Lobo, pode-se dizer que sua população do lado brasileiro cresceu no período entre 1978 e 1980. Passou de um total de 283 pessoas (soma das do igarapé Lobo, menos a de Sociό, mais a aldeia 31), em 1978, para 353, em 1980. Não há informações, entretanto, sobre quanto desse crescimento se deve à diferença do número de nascimentos sobre o número de mortes e quanto se deve à migração, uma vez que é freqüente o deslocamento de Mayorúna de um lado para outro da fronteira brasileiro-peruana. Assim, a pequena queda da população, de junho para novembro de 1980, talvez tenha sido motivada por um deslocamento para o Peru.

O acesso posterior a dados obtidos por Terri Valle de Aquino (i.p.) permite uma visão da situação demográfica dos Mayorúna no Brasil em julho de 1980 (*ver quadro na página seguinte*).

No total de 93 da aldeia Lameirão foram incluídos a brasileira, a peruana e o peruano raptados, todos casados com Mayorúna e com filhos. No total de 121 da aldeia Trinta e Um, incluem-se cinco mulheres Kulína, raptadas pelos Mayorúna. Os Mayorúna da aldeia Lopes, num total de 20, estavam, na época, de mudança para a aldeia Trinta e Um. Aqueles localizados na periferia da guarnição brasileira de Palmeiras, num total de 12, eram originários das cabeceiras do igarapé Choba, no lado peruano. No quadro, os Mayorúna da aldeia Lopes e de Palmeiras não estão distribuídos em faixas de idade, nem por sexo, porque não foram computados diretamente por Terri Valle de Aquino, que recolheu os dados a respeito deles através de funcionários da FUNAI. Obviamente, Aquino não pôde computar os arredios das cabeceiras do igarapé Lobo e de outros igarapés que correm para o alto Javari (Jaquirana).

Os totais de cada aldeia apresentados por Aquino, referentes a julho de 1980, não entram em discordância com os de Borja para junho e novembro do mesmo ano. Borja, entretanto, não informou sobre os índios que estavam junto a Palmeiras e nem sobre os da aldeia Lopes. É possível que tenha computado esses últimos como já incorporados à Aldeia Trinta e Um. Aliás, é o total desta aldeia o que mais oscila em 1980.

Tomando em consideração sobretudo as três aldeias principais (Lameirão, Trinta e Um e Lobo), Aquino (i.p.) faz algumas considerações:

a) Há um certo equilíbrio da população em relação ao número de homens e mulheres em sua distribuição por classes de idade.

b) A grande maioria da população é constituída de crianças e jovens de menos de vinte anos (65,5% em Lameirão; 71,9% na aldeia Trinta e Um; 66,6% na aldeia Lobo).

c) Os velhos ou anciãos representam parcela mínima da

Quadro: População Mayorúna no Brasil (julho 1980)

Idade	Lameirão			Trinta e Um			Lobo			Ituxi			Lopes	Palmeiras	Total
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	T	T	
0 a 9	20	19	39	22	23	45	24	15	39	9	8	17			
10 a 19	13	9	22	21	21	42	9	8	17	4	1	5			
20 a 29	7	9	16	9	4	13	8	8	16	2	1	3			
30 a 39	5	3	8	6	2	8	3	2	5	0	2	2			
40 a 49	3	2	5	2	4	6	2	4	6	1	2	3			
50 ou mais	1	2	3	4	3	7	1	0	1	0	0	0			
Total	49	44	93	64	57	121	47	37	84	16	14	30	20	12	

população (3,2% em Lameirão; 5,7% na Trinta e Um; 1,2% na Lobo).

d) A população da faixa de 30 a menos de 50 anos também é consideravelmente pequena (13,9% em Lameirão; 11,5% na Trinta e Um; 13,1% na Lobo).

e) A distribuição da população por faixas de idade sugere uma relação com o contato recente dos Mayorúna com as sociedades nacionais. A grande diferença entre a população menor que 20 anos e a de 30 para mais pode ser explicada pela pouca resistência dessa última pelas doenças associadas ao contato. Muitos Mayorúna morreram de epidemias de gripe, sarampo, catapora, tosse brava, verminose, malária, tuberculose, febres, e outras, logo após o contato, em meados da década de 1960, segundo relato de Noêmia, brasileira raptada por eles.

f) É sensível o número de raptos de mulheres e crianças efetuados antes do contato sobre grupos indígenas vizinhos, assim como brasileiros e peruanos, havendo oito indivíduos incluídos no quadro que foram assim incorporados à população Mayorúna: cinco mulheres Kulína na aldeia Trinta e Um e uma brasileira, um peruano e uma peruana na aldeia Lameirão.

g) O fim da prática do infanticídio de meninas, possivelmente extinta, tanto do lado brasileiro como do peruano, tem contribuído para aumentar a população Mayorúna, efeito que se nota no quadro na população de menos de 20 anos. Segundo a brasileira Noêmia e o peruano Zaquiel, raptados pelos Mayorúna, uma menina ao nascer deveria ser pedida antecipadamente pelos pais de um menino, em casamento, que tinham obrigação de sustentá-la por toda a vida. Na falta desse pedido, a mãe tinha o consentimento da comunidade para matar a recém-nascida.

Em território peruano, a população Mayorúna estava assim distribuída no período de setembro de 1974 a junho de 1976, ocasião em que Romanoff realizou seu trabalho de campo (Romanoff: 1976, 125 e 101-102).

Quadro: População Mayorúna no Peru (1974/76)

Asentamiento 1: 500 pessoas
Asentamiento 2: 50 pessoas
Asentamiento 3: 30 pessoas (estimativa; não visitado)
Asentamiento 4: poucas pessoas (não visitado)
Total: mais de 580 pessoas

O *asentamiento* 1 tinha suas habitações dispostas em torno do campo de pouso do SIL, na bacia do igarapé Choba; a maioria das famílias Mayorúna tinha casas alternativas a distâncias consideráveis da pista. O *asentamiento* 2 ficava perto do Javari, pouco abaixo da foz do Choba. Em junho de 1976 preparou uma nova roça mais abaixo, junto ao rio Javari. O *asentamiento* 3 se localizava junto ao Javari, no lado oposto ao igarapé Lobo; um outro grupo de pessoas poderia vir a agregar-se a ele, mas Romanoff não diz sua origem. O *asentamiento* 4 ficava muito perto do Javari, entre os *asentamientos* 2 e 3, e era habitado por um pequeno grupo recém-migrado do Brasil.

Com o auxílio de H. Kneeland, do SIL, Vivar A. (1975, 336) elaborou um quadro da população Mayorúna, do lado peruano, para abril de 1974, portanto pouco antes de Romanoff iniciar sua pesquisa entre eles. Entretanto, Vivar A. afirma que seu cálculo se refere apenas à área trabalhada por ela (Vivar A.: 1975, 335), o que permite ao leitor supor que há mais Mayorúna do lado peruano; a julgar pela pessoa que a auxiliou, o quadro sem dúvida se refere aos Mayorúna que vivem mais próximos das instalações do SIL. O quadro é o seguinte:

Idade	Masculino	Feminino	Total
50+60	9	10	19
40—50	6	5	11
30—40	13	24	37
20—30	34	40	74
10—20	56	34	90
01—10	121	120	241
Total	239	233	472

É digno de nota que as percentagens dos indivíduos por faixa de idade são semelhantes às presentes nos comentários de Aquino sobre a população das três principais aldeias Mayorúna do lado brasileiro: os de menos de vinte anos de idade constituem 70,1%; os de trinta a cinqüenta anos correspondem a 10,1%; os maiores que cinqüenta formam 4,02%. Tal como nas aldeias do lado do Brasil, o número de homens supera ligeiramente o de mulheres.

33, 34, 35 e 36. página seguinte: Índios do igarapé Lobo (1977).

37 e 38. Aldeia do Lameirão, rio Javari (foto, acima, Wolf Gauer, 1980; foto, abaixo, David Pennington, 1980).

Além disso, há desequilíbrio entre os sexos em algumas faixas de idade, o que se nota também nos Mayorúna do lado do Brasil, ainda que não nas mesmas faixas de idade.

Salvo erro tipográfico, é estranho que Vivar A. se refira a um censo de 2 de julho de 1961, quando os Mayorúna foram estimados em trezentos indivíduos, pois ela mesma conta que foi em 1969 que as lingüistas missionárias do SIL lograram se aproximar pela primeira vez dos Mayorúna, estabelecendo o contato amistoso com eles os civilizados (Vivar A.: 1975, 333-334).

As diferenças de datas e as possibilidades de migração de um lado para outro da fronteira impedem que se faça uma soma dos Mayorúna do lado do Brasil e do lado do Peru para obter o total.

Histórico do contato

MEADOS DO SÉCULO XVII A MEADOS DO XVIII — Grupos a que se dá o nome de Mayorúna vivem em missões do Marañón e Huallaga no lado peruano, ou mantêm contato com elas: San Joaquín de Omáguas, San Fernando de Mayorúnas, Nuestra Señora del Carmen. Além do contato com missionários, mantêm contato com os Omágua, Yamêo e Cocamilla (San Roman: 1975, 74 e 76-77; Steward e Métraux: 1948, 552).

MEADOS DO SÉCULO XVIII ATÉ SÉCULO XIX — Mayorúna continua a ser um nome atribuído a grupos dos quais se tem um conhecimento vago, a não ser aqueles que continuaram a morar nos antigos aldeamentos dos jesuítas, após a expulsão destes. São apontados como os índios que impedem a navegação e exploração do Javari. No início do período da borracha são citados até como moradores do alto Juruá.

DE 1870 A 1920, APROXIMADAMENTE — Curiosamente, no auge do período da borracha os Mayorúna não são citados no Javari. Talvez porque, com a penetração do Javari e seus afluentes, os povos encontrados começassem a ser mais bem definidos e contrastados pelos civilizados, reduzindo-se o termo Mayorúna a somente um deles. É possível que nesse período eles estivessem apenas no lado peruano.

DE 1920 A 1955, APROXIMADAMENTE — Segundo o líder Nakwá, da aldeia Lobo, foi por volta de 1920 que os Mayorúna resolveram mudar-se do alto rio Galvez, onde viviam, após a morte de seu pai em combate com caçadores de peles preciosas, num dos vários choques que então ocorreram com esses invasores. Após uma reunião, enviaram um grupo de quarenta Mayorúna para explorarem o rio Pardo, afluente do Curuçá. Depois de quatro meses, cinco deles retornaram com a notícia de que haviam encontrado um lugar sem brancos e com muita caça, enquanto os demais ficaram preparando roças e malocas. Empreenderam então a longa viagem de migração, durante a qual morreram duas pessoas e os talos de maniva secaram. Foi preciso que trinta rapazes descessem o rio (Pardo) até encontrarem uma casa de seringueiro, de cuja roça roubaram as mudas de mandioca sem maltratarem os moradores. De posse da mandioca, os Mayorúna permaneceram no Pardo durante quarenta anos. De vez em quando travavam algumas lutas com os Marúbo do Curuçá (Borja: 1980a). Esse depoimento é concordante com o de um civilizado, chamado Dico, que morou no Curuçá entre a foz do Amburus e a do Maronal, onde seu pai, "Inglês", tinha um barracão. Junto a esse barracão, os Marúbo e os Máyo (assim chama Dico aos Mayorúna) muitas vezes queriam brigar entre si. Em 1933 os Marúbo mataram os "Máyo" que trabalhavam com "Inglês" e levaram suas mulheres (Montagner Melatti & Melatti: 1975, 17-18). De fato, as nascentes de um dos braços do Amburus estão muito próximas do alto Pardo e por esse curso os Mayorúna podiam alcançar o Curuçá (por um outro braço do Amburus, provavelmente, é que os Marúbo tinham mantido, no início do século, contato com o Batã, afluente do alto Javari). Esse período foi relativamente sem contato com os brancos, devido por certo, à estagnação econômica por que passava a região.

DE 1955 A 1965, APROXIMADAMENTE — Este é um período de grande movimentação na região do Javari e do Curuçá, dado tanto a uma expansão dos Mayorúna ou procura de novas áreas de caça e cultivo, como a uma avançada dos madeireiros pelos rios acima. É uma época em que algumas mulheres são raptadas pelos índios e em que ocorrem mortes. Fala-se de bandoleiros peruanos. O Exército faz intervenções. E, no lado peruano, em 1964, saiu uma expedição de Requena, organizada pelo alcaide e por autoridades eclesiásticas, com a aprovação de Lima, com o propósito aparente de explorar a região entre o igarapé Choba e o rio Galvez para fazer uma estrada; mas era uma expedição bem armada e os habitantes de Requena e Jenaro Herrera a vêem como uma expedição punitiva, de pacificação pela violência ou não, e de eliminação das ameaças contra a exploração de produtos florestais. Os Mayorúna reagiram contra a invasão de suas roças e malocas. A expedição chamou então helicópteros da Marinha dos Estados Unidos para evacuar os feridos e aviões peruanos para bombardear a região (Romanoff: 1976, 104). Zaqueo Pisango, homem raptado pelos Mayorúna quando menino, também faz referências ao bombardeio (Mercier: 1974, 180). Foi nesse período que se deu o rapto de três mulheres Marúbo e a retaliação contra os Mayorúna já aludida no capítulo referente àqueles índios. Segundo o já citado Dico, em 1960 os "Máyo" haviam expulsado os seringueiros do Curuçá, inclusive ele, que morava no Pardo, num estabelecimento deixado por seu pai. Os "Máyo" mataram também um bocado de índios (Kulina) do igarapé Pedro Lopes, afluente do Curuçá, abandonados pelos seringueiros em fuga, com quem mantinham contato pacífico.

DE 1965 EM DIANTE — Este é o período em que a maior parte dos Mayorúna entram em contato com os civilizados.

Conta o mesmo Nakwá que, por volta de 1965, começaram a aparecer os primeiros aviões de uma missão religiosa (SIL), que sobrevoavam as malocas, enquanto os índios se escondiam. Depois de algum tempo, os aviões começaram a jogar brindes (facões, panelas, roupas) que os índios jogavam no rio sem tocarem nos objetos, com ajuda de paus. Toda vez que o avião atirava brindes, os índios os jogavam na água ou queimavam. Até que uma vez, na ausência do chefe, deixaram por muito tempo os brindes no chão (machados e facões), até que, não resistindo, os apanharam, ficando as mulheres bravas por não terem encontrado nada para elas. Por insistência da Missão, os índios se mudaram para o igarapé Lobo, mas aí ficaram pouco tempo, devido à presença de seringueiros, madeireiros e caçadores nas proximidades. Em represália à presença de brancos, raptaram duas mulheres (Ângela e Noêmia) no médio Javari, que hoje vivem casadas com homens Mayorúna em Lameirão, e depois raptaram mais três, que vivem no igarapé Choba, no Peru. Houve, nessa época, vários conflitos com os civilizados do alto Javari. E, em 1969, os Mayorúna resolveram se dispersar, dividindo-se em cinco grupos: um permaneceu no local (alto Lobo), o segundo voltou para o rio Pardo, o terceiro foi para as cabeceiras do igarapé Choba, o quarto foi para o médio Lobo e o quinto para as cabeceiras de afluentes do alto Javari (Jaquirana). Então, os missionários mantiveram o primeiro contato com o grupo que fora para o Choba e através deste os demais Mayorúna foram convidados a se encontrarem com eles nas margens do Jaquirana. Os dos afluentes desse rio se recusaram e vivem até hoje arredios (Borja: 1980a). Há algumas observações que impedem aceitar o relato desse Mayorúna na íntegra: como os missionários conseguiram convencer os Mayorúna a migrarem para o alto Lobo sem ainda ter entrado em contato direto com eles? E se os Mayorúna estavam todos reunidos até 1969 no lado brasileiro, como foram bombardeados no Peru em 1964?

Segundo Vivar A. (1975: 332-333), em 1963, Luisa (indicada na bibliografia do SIL — Wares, 1979 — como Harriet Fields) estabelece o primeiro contato com falantes da língua Mayorúna. Eles eram Sofia e seu filho Pedro, raptados havia doze anos pelos Mayorúna e dos quais tinham escapado, e José, um jovem Mayorúna encontrado por um viajante na beira de um rio, tendo daí sido conduzido ao Hospital de Iquitos e depois a Yarinacocha (local junto a Pucallpa, no Ucayali, onde o SIL tem uma sede). Fields aprende durante um ano e meio, com José, a língua e algo da cultura Mayorúna. A este trabalho aderiu Enriqueta (Harriet Kneeland), que aprendeu a língua indígena com Luisa. Por um espaço de mais ou menos cinco anos, voaram e navegaram pelo Jaquirana (alto Javari), com a intenção de encontrar os Mayorúna. Por volta de julho de 1969, as missionárias-lingüistas lograram falar a um grupo Mayorúna através de um alto-falante. Como se mostrassem amistosos, elas os presentearam com cestas que continham tesouras, velas, machados e pentes. A partir daí

MIGRAÇÃO MAYORÚNA

Um relatório do Chefe do PIA Lobo é muito interessante por registrar a história da migração dos Mayorúna do Peru para o Brasil, com base num relato de um líder indígena (Borja: 1980a):

"Anteriormente como fora mencionado, os Mayurunas viviam aldeiados no Alto Rio Gálves. Devido a aproximação dos brancos, caçadores de animais de pele preciosa, foram travados vários combates entre Mayurunas e peruanos. Nesses confrontos foram dizimados dezenas de silvícolas.

Aproximadamente no ano de 1920, conforme relatou-me o Chefe tribal Nacuá da Aldeia Lobo, que após a morte de seu pai em um combate com os caçadores, resolveram mudar-se de área.

Depois de uma reunião, resolveram enviar aos indígenas para explorarem a região do alto Rio Pardo afluente do Rio Curuçá no Brasil. Após 4 meses de espera regressaram 5 índios e relataram que haviam encontrado um local com muita caça e sem vestígios de brancos, os demais membros da expedição permaneceram no local, preparando os roçados e as malocas. Nessa oportunidade foram feitos os preparativos para a longa caminhada, uns 250 Km aproximadamente. Apanharam seus parcos pertences com algumas sementes de milho, pupunha, maniva e mudas de bananeiras e empreenderam longa caminhada em direção à nova morada, demorando cerca de uns três meses. Nessa viagem houve alguns incidentes, pois faleceram 2 pessoas, uma menina que fora picada de cobra e um ancião que fora atacado por uma onça vermelha (Suçuarana).

Ao chegar na nova aldeia, já encontraram uma das casas prontas e um bom pedaço de mato derrubado. Após se refazerem da longa caminhada, começaram o plantio da terra, que já se encontrava preparada. Aí notaram que as mudas de maniva, já estavam secas devido ao longo tempo que ficara fora da terra.

De noite se reuniram os Chefes tribais para verem onde obteriam maniva. Ficou decidido que uns 30 rapazes baixassem o rio até onde encontrassem uma roça de mandioca. No dia seguinte empreenderam viagem rio abaixo, enquanto o pessoal que ficou na aldeia começou a derrubada de mais matas para aumentarem suas plantações.

Viajaram cerca de um mês em canoas de colmo de paxiuba, quando um certo dia sentiram cheiro de fumaça e vozes de civilizados. Apressadamente arrastaram as canoas para terra cobrindo-as com folhas de palmeiras e foram cautelosamente para onde vinha o ruído das vozes. Em seguida deram em um caminho muito limpo, com rastros de pés descalços. Seguiram por fora do caminho até se depararem com uma pequena clareira na margem do rio, onde havia uma choupana de seringueiro. Pernoitaram no local, de onde observavam todos os movimentos do pessoal da casa. Viram quando o seringueiro embarcou em sua canoa e remou para a outra margem do rio e penetrando na selva logo em seguida. Nessa ocasião uns dez índios invadiram a choupana apoderando-se de uma espingarda, dois facões, uma caixa de cartuchos e várias caixas de fóstoro. Não maltra-

continuaram a manter contato direto com os índios, falando e estudando sua língua.

No lado brasileiro, diz-se que os Mayorúna se aproximaram dos brancos devido ao medo que tiveram das detonações da PETROBRÁS. Ainda que não se disponha de datas, parece que a aproximação no lado peruano precedeu a do lado brasileiro. Se assim foi, tais explosões não teriam tido um papel tão importante quanto ao que se lhes atribui.

Após o estabelecimento do contato, o acontecimento mais dramático foi o conflito entre os próprios Mayorúna. No final do ano de 1977, o índio Mayorúna Pacha (ou Pachá, ou Patiá, segundo os vários documentos), funcionário braçal da FUNAI, e pertencente à aldeia de Kumutiró, ao subir o igarapé com duas mulheres da Boca do Lobo, foi ameaçado pela aldeia que fica no meio do curso (Kumatses?). Teria então reunido os moradores de Kumutiró e atacado a maloca do meio do curso, sendo derrotado (o documento não diz se houve mortos ou feridos). Pediu então reforços aos Mayorúna do Peru, e fez a aldeia do meio curso fugir para a Boca do Lobo. Voltando para Atalaia do Norte, Pacha foi considerado como em férias. Ao retornar em janeiro, foi espancado pelos moradores da Boca do Lobo. Retirando-se para a aldeia de Kumutiró e depois para o lado peruano, voltou com reforços e atacou a Boca do Lobo, tendo morrido quatro índios, dois de cada lado, no dia 21 de janeiro de 1978, justamente quando a equipe médica da EPM/FUNAI começava seu trabalho entre os Mayorúna. Os índios de Kumatses e da Boca do Lobo fugiram para a guarnição de Palmeiras. Enquanto aí estavam, corriam boatos de que a outra facção voltaria a atacá-los na própria guarnição, o que fez o comando da mesma tomar todas as providências para defender a praça. Só desfez o dispositivo, quando os funcionários da FUNAI retornaram do alto rio, informando que nenhum grupo de índios descia. Os índios refugiados em Palmeiras, como não queriam voltar ao Lobo, escolheram um lugar mais para baixo para habitar, isto é, Lameirão (Possuelo: 1978; Borja: 1978; Amancio: 1978; Magalhães: 1978; Franco: 1978; CFSOL: 1978). O conflito apesar de interno aos Mayorúna fez transparecer nos documentos que o relatam a disputa dos índios por várias entidades: o Exército a reclamar o isolamento em que a FUNAI põe os índios; ambos a fazerem alusões de desconfiança aos missionários-lingüistas do SIL no Peru e, no momento mais crítico, a luta entre as duas facções Mayorúna sendo vista quase como um confronto entre peruanos e brasileiros.

Modo de vida

Não há informações a respeito da composição, segundo o parentesco e regras de residência, dos habitantes de uma maloca Mayorúna. O número de habitantes por maloca parece diferir de um lugar para outro. No Peru, nas vizinhanças da pista de pouso do SIL, há 17 malocas centrais com 500 pessoas (Romanoff: 1976, 108) o que corresponde a 29 moradores por maloca. No lado brasileiro (Bor-

taram as mulheres e crianças, enquanto os outros foram apanhar várias mudas de maniva existente em um roçado próximo e empreenderam viagem de regresso, satisfeitos pelo êxito obtido, sem ter havido incidentes.

Ao chegarem de volta na aldeia, foram recebidos com muita alegria, por terem encontrado e trazido as mudas de maniva (mandioca).

Permaneceram os Mayurunas no Rio Pardo, cerca de uns 40 anos sem serem molestados pelos brancos. De vez em quando travavam algumas lutas com os Marubus seus parentes do Rio Curuçá.

Por volta de 1965, começaram a aparecer os primeiros aviões de uma missão religiosa que sobrevoavam as suas malocas. Quando os aviões sobrevoavam as suas casas, estes colocavam cinzas nos fogos e fugiam de suas malocas, embrenhando-se no mato até que o avião ia embora. Depois de muitas tentativas, num determinado vôo, jogaram vários brindes, como panelas, facões e roupas. Receosos e muito irritados, com o auxílio de paus jogaram os brindes para dentro do rio sem tocarem nos objetos.

Toda vez que brindes eram jogados do avião, os indígenas jogavam dentro dágua ou queimavam. Sendo que uma vez, não estando o Chefe tribal na aldeia, apareceu o aviãosinho novamente e jogou machados e facões. Permaneceu no local por muito tempo os objetos, até que não resistindo mais a curiosidade, apanharam os brindes. As mulheres ficaram muito brabas, pois não haviam presentes para elas.

Depois de muita insistência por parte dos membros da missão Norte-Americana, os Mayurunas resolveram mudar-se novamente de área. Se transladaram para o alto igarapé Lobo, permanecendo nesse local por pouco tempo devido a presença de madeireiros, seringueiros e caçadores nas proximidades.

Em represália à presença dos brancos, os Mayuruna empreenderam longas viagens pelo médio Rio Javari, onde raptaram duas mulheres civilizadas (Ângela e Noêmia), que posteriormente casaram com Mayurunas e vivem até os dias de hoje na aldeia Lameirão.

De outra tentativa, raptaram mais três mulheres que vivem atualmente na aldeia Xoba, no Peru. Após o rapto dessas mulheres, os Mayurunas ficaram receosos de vingança por parte dos seringueiros. Pois detestavam os brancos, devido as enfermidades que estes lhes transmitiam. Nessa época houve vários conflitos entre Mayurunas e civilizados na região do Rio Jaquirana. Em 1969, conforme relatos dos indígenas, resolveram então se dispersarem.

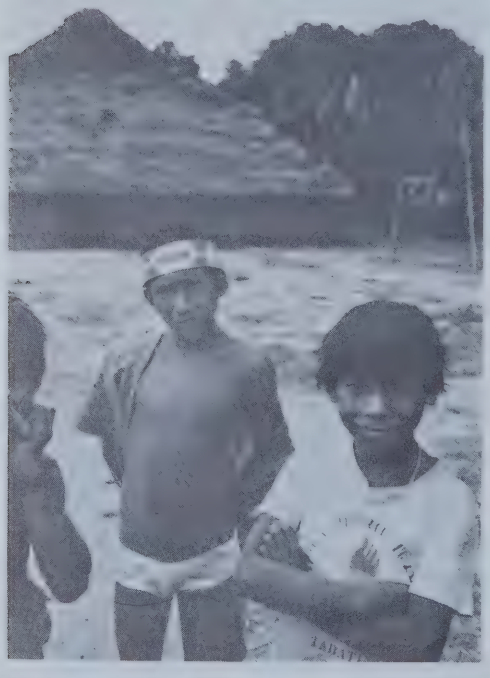
Dividiram em cinco facções assim distribuídas:

Uma permanecendo no local, outra voltou para o Rio Pardo, outra para as cabeceiras do igarapé Xoba, outra para o médio igarapé Lobo e a última se transladou-se para as cabeceiras de afluentes do Rio Jaquirana.

Então os missionários mantiveram o primeiro contacto com o grupo que fora para o Xoba Peru. Através destes, os demais Mayurunas foram convidados para se encontrarem na margem do Rio Jaquirana com os missionários. Os dos afluentes do Rio Jaquirana recusaram o convite e vivem até os dias de hoje em estado arredio."

39. Aldeia do Lameirão, rio Javari (foto David Pennington, 1980).

40. Aldeia do igarapé Lobo (foto Terri Vale de Aquino, 1980).



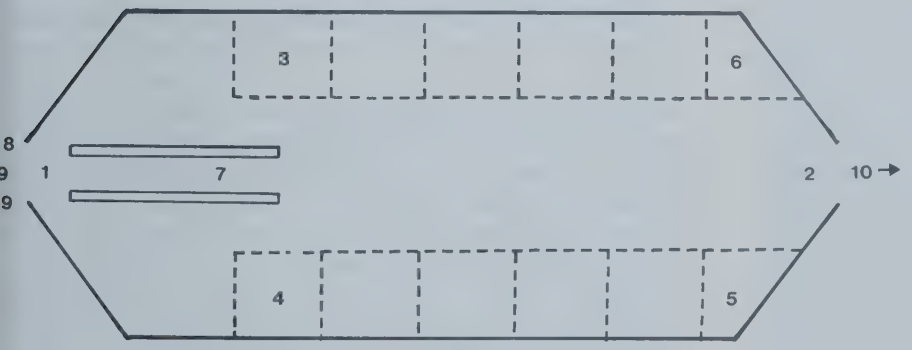
ja: 1980a) há na aldeia Lobo 86 pessoas em 10 casas, o que dá uma média de cerca de 8 ou 9 pessoas por casa; na aldeia Trinta e Um, há 127 pessoas em 22 casas o que corresponde a uns seis habitantes em cada uma. Mas a aldeia Ituxi tem 32 habitantes em uma só maloca, o que está próximo da média do *asentamiento* 1, do lado peruano. Esses números parecem indicar que em alguns lugares o grupo doméstico Mayorúna corresponde a uma família extensa, enquanto em outros, como dá a entender Borja (1980a), a uma família elementar, ou a mais de uma família elementar unidas por um marido comum. É difícil dizer se em todos os lugares os Mayorúna vivem em malocas de construção tradicional ou se em alguns locais passaram a viver em casas sobre pilotis.

A maloca Mayorúna apresenta algumas semelhanças com a Marúbo. Tal como esta, geralmente fica no centro da roça. A julgar por um croqui feito por Arceu Carvalho Borja, o formato também é semelhante: a maloca Mayorúna tem seis lados, sendo dois deles mais compridos; a Marúbo tem dez lados, sendo dois mais compridos. Ambas têm duas portas, uma principal e outra de fundos, colocadas uma em oposição à outra nos pontos extremos do comprimento da construção. Tanto uma como outra tem um par de bancos compridos e paralelos, porém, enquanto na Marúbo se passa entre os bancos logo após se transpor a porta principal, na Mayorúna eles ficam à direita de quem entra pela mesma porta. Na maloca Marúbo cada família elementar dispõe de um lugar de dormir e cozinhar ao longo das paredes mais compridas, estando o local de cada uma limitado por quatro pilares de sustentação da construção; na Mayorúna, o dormitório é fechado e fica junto à parte anterior da parede mais comprida, à esquerda de quem entra pela porta principal. No canto junto a esta porta, na entrada do dormitório, fica a rede para descanso do chefe da casa; entre os Marúbo, o dono da casa costuma também ter uma rede junto à porta principal. Na maloca Marúbo os cachos de banana ficam dependurados num travessão junto a cada local de cozinha, isto é, junto aos pilares mais próximos do largo corredor central da maloca; na Mayorúna, as bananas ficam junto a um jirau de varas roliças onde fica o moquém, sobre fogo permanente, na parte posterior da mesma parede junto à qual fica o dormitório. Os fogos de cozinha, na maloca Mayorúna, ficam perto da porta dos fundos; junto ao fogo fica um jirau com o pote d'água. Os potes Marúbo também ficam perto de cada fogo, mas assentados no chão. Junto a um dos fogos da porta dos fundos, os Mayorúna fazem suas refeições; os Marúbo as fazem nos bancos paralelos (homens adultos e meninos maiores) e no centro da maloca (mulheres adultas e crianças menores de ambos os sexos). Atrás de um dos bancos paralelos (em certos casos atrás de ambos), os Marúbo têm um trocano; os Mayorúna têm um recinto fechado de guardar utensílios. Para guardá-los, sobretudo os de origem industrial, os Marúbo dispõem de casas sobre pilotis em torno da maloca, sob as quais deixam os potes de cerâmica fora de uso; parece que os Mayorúna não fazem essas construções. Referindo-se às construções do lado brasileiro, Borja (1980a) diz que as malocas Mayorúna atuais são do mesmo estilo das antigas, mas em tamanho reduzido. A armação é de paus roliços, as paredes são de paxiúba e a cobertura é de palha de acaranã (caraná?). Nisso elas diferem das Marúbo, que são cobertas de folhas de jarina desde a cumeeira até o chão.

A comparação acima levou em conta a maneira moderna dos Mayorúna construírem suas malocas. Porém, um outro croqui de Arceu Borja indica como eram mais compridas e como abrigavam um maior número de pessoas as malocas mais antigas. Elas parecem até um pouco mais semelhantes às Marúbo.

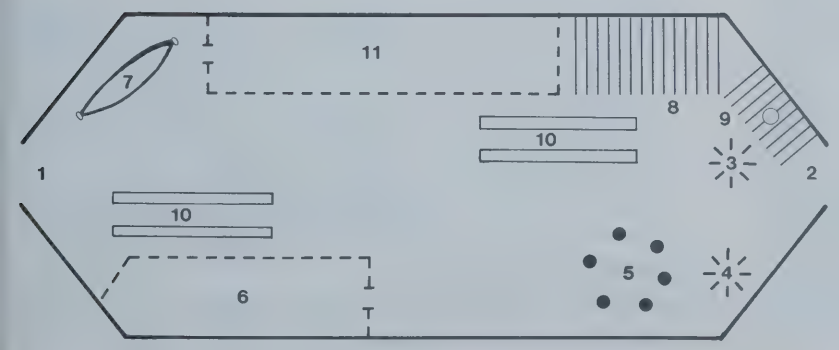
41. Maloca atual, igarapé Lobo (foto Terri Vale de Aquino, 1980).

42. Duas Malocas Mayorúna a partir de esquemas feitos por Arceu Carvalho Borja (Chefe PIA Lobo).



Aspectos de uma Maloca Mayorúna tradicional

1. *Porta principal*
2. *Porta secundária*
3. *Local de habitação do chefe*
4. *Local de habitação do irmão do chefe*
5. *Local de habitação do pajé*
6. *Local de habitação de uma senhora que fazia partos, iniciação dos meninos*
7. *Bancos*
8. *Caminho para o porto*
9. *Caminho para caçada*
10. *Caminho para roças*



Aspectos uma Maloca Mayorúna atual.

1. *Porta principal para a aldeia*
2. *Porta secundária para os fundos*
3. *Primeiro fogo; primeira mulher*
4. *Segundo fogo; segunda mulher*
5. *Local de refeição*
6. *Local de guardar utensílios*
7. *Rêde do chefe*
8. *Jirau de varas roliças (com fogo permanente, moquem e banana)*
9. *Jirau com pote de água*
10. *Bancos do blá, blá, blá*
11. *Dormitórios*

Aliás, fotos tomadas em 1977 na aldeia de índios Mayorúna atraídos mais a montante do igarapé Lobo mostram como eram grandes e longas as malocas e como eram cobertas de palha da cumeeira até o chão.

Na porta de cada maloca Mayorúna há paus com os crânios de macacos e ossos de outros animais, mortos durante o período em que a maloca ali esteve instalada; pela observação do grau de fumo que recobre esses restos, um Mayorúna sabe dizer quais as tendências da caça na região: em uma ocasião havia crânios de macacos grandes já escurecidos pelo fumo, enquanto os crânios de macacos "huapos" pequenos estavam brancos; um Mayorúna pôde então indicar ao pesquisador que antes havia macacos grandes, mas agora só existiam macacos "huapos" (Romanoff: 1976, 122). Nas portas das malocas Marúbo também se colocam ossos e crânios de animais caçados e consumidos, talvez com o mesmo objetivo, ou sendo este apenas um deles. Parece, entretanto, que não se guardam sistematicamente ossos de cada um dos animais consumidos.

Segundo Aquino (i.p.), é muito difícil e extremamente raro que uma mulher Mayorúna venha a se casar com homens que não sejam Mayorúna ou que não tenham sido adotados por eles, como aqueles que foram raptados ainda crianças. O genro vai morar junto com o sogro logo após o casamento e passa a trabalhar para o mesmo. Durante o censo que fez no igarapé Lobo, Aquino encontrou vários homens Mayorúna casados com mulheres que trouxeram do igarapé Chobo, no Peru. Antes de trazê-las, tiveram de passar algum tempo nas casas dos pais delas e só conseguiram regressar ao Lobo depois de presentear seus sogros com rádios, eletrolas, relógios e espingardas, bens de grande prestígio entre os Mayorúna. O indivíduo do sexo masculino recebe o mesmo nome do pai de seu pai ou de irmãos reais ou classificatórios deste; o nome feminino é transmitido pela mãe da mãe ou irmãs reais ou classificatórias dela. Tradicionalmente uma menina ao nascer deveria ser pedida com antecipação pelos pais de um menino já nascido, sendo que estes tinham importantes obrigações a cumprir para com ela, entre as quais alimentá-la até a idade de se casar, o que geralmente ocorre logo após a primeira menstruação. A brasileira Noêmia e o peruano Zaquiel (provavelmente o mesmo Zaqueo Pisango, já citado), raptados pelos Mayorúna, disseram a Aquino que parecia existir uma certa preferência pela filha do irmão da mãe ou filha da irmã do pai, ou seja, o casamento preferencial seria o com a prima cruzada bilateral. Como disse Noêmia ao mesmo pesquisador:

"O casamento entre eles é assim. Esse aqui tem a irmã dele. Já a filha dele é pra casar com o filho da irmã dele. Casar com o primo. Já a filha da irmã dele é pra casar com o filho dele. É primo com primo. Não tem diferença de nada. Desde pequenininha eles começa a dar comida pra menina. Aí vai crescendo, vai crescendo e quando começa a sair os peitinho aí já vai casar. Não tem festa, é pegar e ajuntar."

Os dados de Aquino deixam muito evidente a existência de uxorilocalidade, pelo menos a temporária. Caso ela seja permanente, a redução do tamanho das malocas que se nota em algumas aldeias Mayorúna certamente se relacionará a modificações nessa regra residencial.

Não se dispõe de informações sobre se os Mayorúna também cremavam os mortos e ingeriam seus ossos pulverizados em um mingau. Romanoff (1976, 100), ao citar o território tradicionalmente ocupado pelos Mayorúna, diz que seus "pais e avós estão enterrados ali", o que pode ter um sentido figurado ou ser uma negação do costume da cremação.

Sabe-se que há pajés em aldeias do alto Javari no lado brasileiro (Borja: 1980b); mas não há detalhes sobre a natureza de sua atuação.

Da mitologia dos Mayorúna só temos informação da existência da origem da agricultura, atribuída às instruções do mutum (Borja: 1980a; Mercier: 1974, 182). É um mito que faz parte também da mitologia Marúbo.

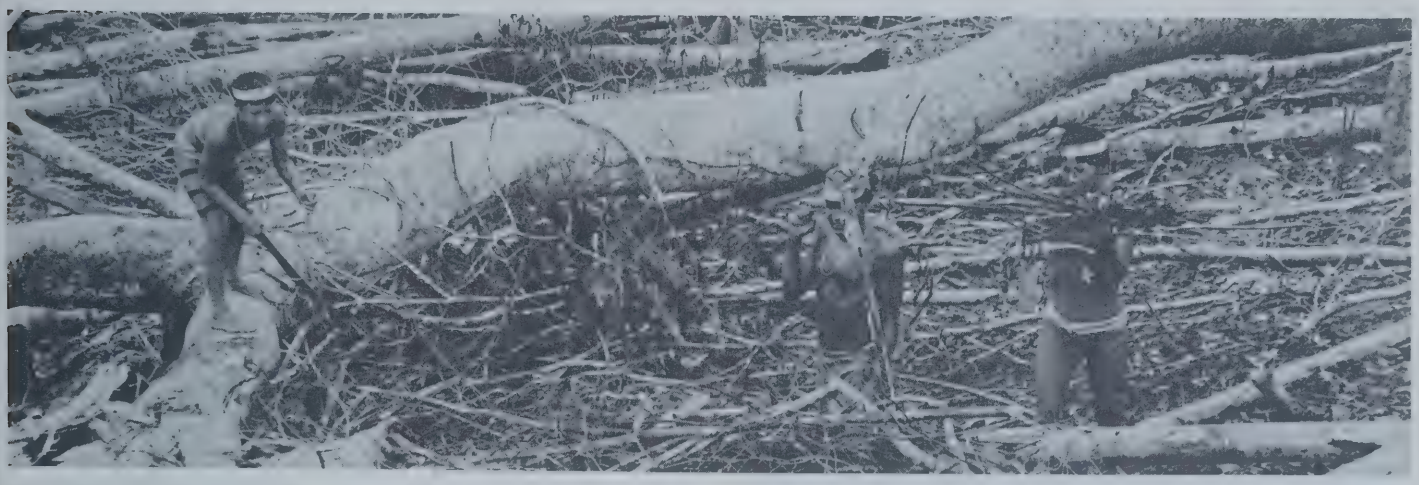
Os Mayorúna parecem não fazer contas da concha de um certo caramujo, a que os Marúbo dão muita importância, atribuindo ao uso de ornamentos feitos com essa concha efeitos no seu destino após a morte.

Usam a secreção de um sapo, inoculada nos braços e no tórax, com a ajuda de um cipó em brasa, para conseguirem fazer boas caçadas (Borja: 1980a). Provavelmente, trata-se do mesmo sapo que os Marúbo usam com fins semelhantes. Os Tukúna, quando José Cândido de Melo Carvalho passou na região, em 1950, também faziam o mesmo uso desse animal, que deve ser o mesmo utilizado nos três grupos tribais. Esse autor identificou-o como a perereca *Phyllomedusa bicolor*, Boddaert, 1772 (Carvalho: 1955, 15).

Quanto à *SUBSISTÊNCIA* Romanoff (1976, 100) considera a caça de animais terrestres de terra firme como um aspecto básico da cultura dos Mayorúna. Mais adiante se mostrará como essa atividade influi no padrão de distribuição espacial das habitações. Os animais caçados são a anta, o caitetu, o veado, o macaco "choro" (barrigudo?), o macaco aranha, a preguiça de dois dedos, o "majás", o tatu de nove bandas, o jacaré e outros. O queixada é raro. Apanham também rãs durante certo período do ano (Romanoff: 1976, 111-113).

As mulheres também participam de caçadas, procurando e ajudando a perseguir e a carregar os animais. Os meninos caçam perto ou dentro das roças pequenos animais. Meninos e meninas e mesmo mulheres fazem armadilhas para "majaces" perto das roças. A carne de caça é distribuída segundo regras bem definidas. Há também a proibição de o caçador comer o animal que ele próprio matou com flechas. E a carne de certas espécies não podem ser comidas na mesma ocasião junto com determinadas outras (Romanoff: 1976, 121 e 123).

Os Mayorúna atuais usam o arco, tendo aprendido sua utilização com os "Marúbos" (Marúbo) do Brasil. Seus



43. Coivara, lado peruano, rio Jaquirana (foto Stefano Varese, 1974).

antepassados imediatos usavam a zarabatana, mas não se sabe bem o motivo do abandono desta arma (Romanoff: 1976, 121).

A pesca é uma atividade de estação seca. As viagens comunais realizadas para exercê-la produzem uma grande quantidade de peixe defumado (Romanoff: 1976, 113) e tartarugas.

Praticam a agricultura de coivara, preferencialmente em solos escuros sobre os espinhaços e partes altas das ladeiras. Cada roça tem uns 300 metros por 100. Os homens plantam a mandioca e o milho; as mulheres plantam as bananas e a maioria dos cultivos menores, com exceção do tabaco. As mulheres colhem o milho e os homens capinam, enquanto a mandioca se desenvolve e em seguida as bananas. Antes de abandonar uma roça, fazem farinha da mandioca que resta e continuam a freqüentar a roça abandonada, que não é mais capinada, para colher plantas residuais. A pupunheira produz frutos por vários anos após o abandono da roça e sua madeira é usada em arcos e lanças. A roça, tradicionalmente, fica em torno da maloca. O dono das plantas é aquele que as semeia, mas cada mulher tem uma área plantada com mandioca pelo esposo. O dono das plantas convida outros homens para capinar e estes têm direito a várias cargas de produtos da roça que ajudaram a limpar. Os Mayorúna plantam ainda inhame, "papa colorada", "daledale" (provavelmente o mesmo tubérculo que os Marúbo chamam de *mai wanĩ*, literalmente "pupunha da terra"), batata-doce, cana-de-açúcar, mamão, abacaxi, pupunha, pimenta, "waca" e barbasco (venenos para peixe), algodão, "carabasco", "isano" (cana-brava para flechas), urucu, "ishango" e outras. O SIL introduziu o limão, a laranja, a manga, o arroz, o cacau, "Kudzu" (vegetal para pasto), "zapayu", "guapa" (Romanoff: 1976, 113-116).

Coletam cacau, buriti, patauá, açaí, sorva (Borja: 1980b).

São produtos de seu artesanato arcos, flechas e cerâmica. Fazem também colares de dentes de macaco, pulseiras e tornozeleiras de fibra de tucum. As mulheres usam hastes de capim na forma de leque em perfuração do nariz. Os homens usam espinhos de pupunheira em perfuração acima do lábio superior e um cinto apertado de entrecasca de embireira preta no tórax. Pintam-se com urucu e jenipapo. Evitam roupas brancas. Uma vez que o SIL introduziu miçangas, as mulheres fazem com elas colares de várias voltas (Borja: 1980a).

Complementando essas informações pode-se acrescentar dados de Aquino (i.p.), que chama a atenção para a ausência de deformações artificiais cranianas e mutilações genitais. Os Mayorúna, por outro lado, usam uma tatuagem, sem distinção de sexo ou idade, que liga os lóbulos das orelhas à boca, passando em diagonal pelas faces; é feita com tinta de genipapo aplicada a perfurações produzidas com espinha de peixe. Além disso, homens e mulheres perfuram centímetro por centímetro a parte de cima do lábio superior, ali introduzindo fibras pretas de paxiúba de cerca de oito centímetros cada uma, tudo isso por motivos estéticos, produzindo uma imagem semelhante ao "bigode de onça". O corte de cabelo segue o tradicional estilo em forma de cuia. Freqüentemente usam ornatos de cabeça confeccionados com palhas de tucum. O rosto é pintado com urucu, tanto por razões estéticas como para espantar espíritos que provocam doenças. Usam pulseiras e tornozeleiras tecidas com fibras de tucum ou de nylon. Toda mulher Mayorúna confecciona redes para seus parentes próximos, com fibras de tucum e de algodão, não se vendo nenhuma família sem suas redes. As mulheres também produzem potes para cozinhar carne e macaxeira e para guardar água em cerâmica simples.

Não há informações sobre se os Mayorúna comercializam esses produtos de seu trabalho artesanal tradicional e nem se a Artíndia tem comprado deles.

Diz Romanoff (1976, 120) que grupos Mayorúna do Brasil chegaram a coletar couros para certas pessoas de Iquitos. No lado peruano, diversas pessoas procuram se utilizar do

44. Acampamento, lado peruano, rio Jaquirana (foto Stefano Varese, 1974).

45. Queima de cerâmica, lado peruano, rio Jaquirana (foto Stefano Varese, 1974).

trabalho dos Mayorúna, tentando vários esquemas econômicos. Uma delas tentou casar-se com várias mulheres Mayorúna do *asentamiento* 1. Uma dezena de índios desse *asentamiento* chegou a trabalhar madeira no Tapiche e no Blanco. Em todos os casos os índios foram recompensados com pouco ou nenhum pagamento. Os moradores da colônia militar de Angamos acham conveniente que os índios do *asentamiento* 2 migrem para Angamos. Tanto os deste lugar, como os moradores de Jenaro Herrera e Requena, pensam em uma maneira de fazer os Mayorúna trabalhar por pouco pagamento. Os de Santa Elena e Curinga querem-nos como trabalhadores de madeira. Mas, pelo menos até o tempo da pesquisa de Romanoff, os Mayorúna não haviam sido envolvidos de modo definitivo em nenhuma forma de trabalho para os civilizados (Romanoff: 1976, 118-120).

Tutela e assistência

No lado brasileiro, os Mayorúna contam com um posto da FUNAI (o PIA Lobo) na margem direita do igarapé Lobo, distando, aproximadamente uma hora de barco a motor de sua foz na margem direita do Jaquirana, isto é, o alto Javari. Possui as seguintes instalações: uma casa-sede, onde reside o chefe do Posto; uma enfermaria; um depósito de gêneros; uma casa para alojamento dos trabalhadores braçais; um refeitório; um pequeno depósito para combustível e casa do gerador. Dispõe de um gerador, um rádio e um deslizador com motor Johnson de 3 HP. Tem um chefe de posto e dois braçais, sendo que um destes vive na aldeia Trinta e Um, subordinada ao PIA Lobo, como atendente de enfermagem. Todas as citadas construções foram edificadas pelos próprios índios Mayorúna, sob orientação do chefe do Posto, Arceu Borja, e uns poucos braçais. São todas cobertas com palha de caraná, com assoalhos e paredes de estirpe de paxiúba (Aquino, i.p.). O local do Posto (não se sabe se é exatamente o mesmo que foi sugerido por um assistente da COAMA — Nogueira: 1977), uma casa abandonada que servia de vigilância ao Pelotão Militar de Palmeiras e que dispunha de área considerável de terra firme, o que é raro na região, bem na boca do igarapé. Sua posição permitia evitar a penetração de seringueiros e madeireiros, manter uma posição de neutralidade diante dos índios dispersos por brigas e facilitava o deslocamento para o povoado mais próximo. O Presidente da FUNAI (Gal. Ismarth A. de Oliveira) chegou a solicitar a cessão da referida casa ao comandante militar da Amazônia (Oliveira, I. A. de: 1977b). Na segunda metade do ano de 1977 ainda não havia posto entre os Mayorúna, mas apenas dois funcionários braçais, sendo um índio e um civilizado. Mas o relatório da equipe médica (Franco: 1978), que os visitou em janeiro de 1978, já fala em posto e chefe de posto. O documento de criação do PIA igarapé Lobo é de 25 de janeiro de 1977.

Na aldeia Trinta e Um, a FUNAI apenas dispõe de uma enfermaria e de uma casa onde reside um trabalhador

braçal sem família e que exerce simultaneamente o cargo de auxiliar de enfermagem (Aquino, i.p.).

Na aldeia de Lameirão, a FUNAI só possui uma casa para residência de um atendente de enfermagem, mas em 1980 estava abandonada, por falta de atendente (Aquino, i.p.).

No lado peruano o SIL tem sua ação entre os Mayorúna desde 1969, o que deve fazer parte do convênio que mantém com o Ministério de Educación Pública (Varese: 1972, 178; Romanoff: 1976).

Tanto no lado brasileiro, como, parece, no lado peruano, não há nenhum projeto de desenvolvimento econômico ou comunitário, seja por parte de Governo, seja por iniciativa de missão.

Apesar da inexistência de projeto formal, os Mayorúna do igarapé Lobo e da aldeia Trinta e Um têm sido orientados pelo chefe do PIA Lobo, Arceu Borja, no sentido de que eles próprios façam a exploração de suas riquezas naturais, principalmente madeiras e seringa, abundantes na região. Assim, na safra de 1978-1979, os Mayorúna do igarapé Lobo derrubaram 119 toras de cedro, que foram comercializadas em Benjamin Constant pelo mesmo chefe de Posto e pelo chefe da Ajudância do Solimões. Com o dinheiro obtido, o chefe de Posto adquiriu as "mercadorias" de que os Mayorúna já sentem necessidade para viver, como sal, sabão, querosene, roupas feitas, agulhas, linha de costura, panelas, espingardas, cartuchos, terçados, machados, facas, etc. Em junho de 1980, Terri Vale de Aquino viu as cem toras de cedro, da safra de 1979/80, de primeira qualidade, que iam ser comercializadas pelo chefe de Posto. Ainda que ajudados pelo chefe de Posto na organização dos grupos que vão extrair as madeiras nas cabeceiras dos igarapés da região, essa atividade parece mais uma iniciativa das comunidades Mayorúna do que da FUNAI. Em Lameirão, por iniciativa do peruano Zaquiel, já citado, os índios começaram a extrair madeiras nos igarapés afluentes do Javari, na margem peruana. Já tinham produzido 96 toras, principalmente andiroba, jacareuba e aucuba, classificadas como "madeira branca", e umas poucas de cedro, madeira de lei. Segundo Zaquiel, o chefe da Ajudância do Solimões, Tenente Marcos Benn, havia prometido auxílio da FUNAI aos Mayorúna de Lameirão, na extração de madeira, desde que passassem a trabalhar no lado brasileiro, ao longo do igarapé Grande ou Cachoeira, que está na área indígena (ainda não demarcada) de Lameirão. O auxílio da FUNAI seria basicamente de argolas de ferro, cabos de aço, machados, terçados e "mercadorias" necessárias ao trabalho (sal, sabão, espingardas, cartuchos, etc.). Para Zaquiel estava muito difícil incentivar os Mayorúna a aceitarem a proposta, pois já não confiavam na FUNAI, lembrados que estavam da época de sua transferência para Lameirão, quando ficaram à própria sorte, sem a ajuda que lhes tinha sido prometida, passando muita fome antes que suas roças pudessem ser colhidas e sendo mais ajudados pelos barranqueiros peruanos do outro lado do Javari do que pela FUNAI (Aquino, i.p.).

46. Batelão BFSOL/FUNAI (1977).

47. Equipe médica EPM/FUNAI, igarapé Lobo (foto Dr. Laércio Joel Franco, 1979).

EDUCAÇÃO ESCOLAR — Os Mayorúna do lado brasileiro não contam com escolas, nem no alto (Lobo: Trinta e Um e Ituxi) nem no baixo Javari (Lameirão).

Não sabemos se há escolas para os Mayorúna no Peru, mas como diz Romanoff (1976, 125) que o *Ministério de Educación Pública* lhe deu permissão de usar materiais gramaticais do SIL, é de se supor que esse Instituto tinha em preparo algum tipo de cartilha para eles. Há uma tradução da Declaração Universal dos Direitos Humanos para o Mayorúna (Fields e Kneeland: 1973).

SERVIÇOS DE SAÚDE — Segundo o relatório da equipe médica (EPM/FUNAI) que visitou os Mayorúna em janeiro de 1978 (Franco: 1978), seus membros souberam, ao chegar, que havia ocorrido um surto de sarampo entre eles, em dezembro de 1977, com vários casos de internamento no Hospital do Exército, em Palmeiras, mas sem ocorrência de nenhum óbito. No mesmo mês, enquanto convalesciam, houve vacinação em massa contra sarampo nas três (esse relatório só menciona três) aldeias do igarapé Lobo. A mesma equipe só examinou e fichou 25 índios do igarapé Lobo (aldeia do Kumatses?) uma vez que seu trabalho foi interrompido pelo choque entre os Mayorúna. Mas no Posto 31 de Setembro (aldeia Trinta e Um), examinou, fichou, vacinou contra poliomielite e com BCG intradérmico todos os seus 28 habitantes indígenas. A equipe achou boas as condições de saúde dos Mayorúna examinados e sua dieta bastante diversificada; não encontrou também casos de doenças venéreas. Quanto ao achado freqüente de hepatomegalia e os seis casos de hipertensão arterial em grau leve, o relatório se refere aos Mayorúna e Kanamarí (do PIA São Luís e do Irari) sem distingui-los.

Os índios do PIA Lobo, aldeia Trinta e Um e aldeia Ituxi, foram vacinados contra poliomielite em 1980 pelo Exército e FUNAI, com BCG em 1978 (talvez Borja se refira à mesma vacinação acima, feita pela equipe FUNAI/Escola Paulista de Medicina), contra sarampo e contra varíola, em 1979, sempre pela FUNAI. Borja não diz nada sobre o número de pessoas vacinadas, mas afirma existir fichas das vacinações e fichas médicas individuais. No que se refere ao Lameirão, dá a entender que os habitantes dessa aldeia receberam as mesmas vacinas que os das demais; assinala que o número de pessoas vacinadas foi de 84 e que existe registro dessas vacinações, mas nada diz sobre a existência de fichas médicas individuais (Borja: 1980b e 1980c).

Tanto o PIA Lobo quanto a aldeia de Lameirão contam com um atendente de enfermagem da FUNAI, ambos trabalhando há um ano. A equipe volante da FUNAI presta assistência com freqüência em Lameirão e esporadicamente nas aldeias das vizinhanças do PIA Lobo. No ano de 1980, foram encaminhadas para internação três pessoas do Lameirão e quatro das aldeias da vizinhança do PIA Lobo, estas últimas para o Hospital do Exército em Palmeiras. No caso destas aldeias, deve-se incluir, pois, o Exército Brasileiro e o Projeto Rondon, como outras entidades prestadoras de assistência (Borja: 1980b e 1980c).

A borrifação antimalária com inseticida é feita em todas as aldeias, sendo em Lameirão duas vezes por ano (Borja: 1980b e 1980c).

Tanto em Lameirão como no PIA Lobo são usados analgésicos, antibióticos, antifúngicos, anti-histamínicos, álcool, vermífugos, material curativo. No Lameirão fazem mais falta aos antitussígenos, enquanto no PIA Lobo, o soro anti-ofídico (Borja: 1980b).

Em Lameirão não existe pajé ou xamã, eles só são encontrados nas vizinhanças do PIA Lobo. Não há, entretanto, problemas entre o pajé e o atendente de enfermagem (Borja: 1980b e 1980c).

Informações de Aquino (i.p.) dizem que nas três principais aldeias Mayorúna há pelo menos um atendente de enfermagem e um certo estoque de medicamentos disponíveis, porém deficientes e muito precários. Alguns dos atendentes se queixaram de que se vêem obrigados a comprar determinados medicamentos que a CEME não fabrica, utilizando o dinheiro de seus minguados salários, porque a AJUSOL não dispõe de verbas próprias para adquiri-los, como, por exemplo, soro antiofídico, pois há uma elevada ocorrência de acidentes por picada de cobra, principalmente a surucucu de barranco e a jararaca, abundantes na região do Javari. A maioria dos atendentes não tem curso de práticos de saúde e são recrutados entre regionais que têm apenas a boa vontade, mas sem condições para resolver as questões principais relacionadas com a saúde dos indígenas da área. A AJUSOL ainda dispõe de uma enfermeira, uma freira do campus avançado do Projeto Rondon, em convênio com a FUNAI, que percorre periodicamente as várias áreas indígenas da região, inclusive os aldeamentos Tukúna ao longo do Solimões, vacinando e assistindo as populações indígenas; porém, dadas as grandes distâncias, essa atuação é precária. Nos casos mais graves, além do hospital de Palmeiras, existe a possibilidade de tratar as doenças no de Benjamim Constant. Apesar de Aquino dizer que há pelo menos um atendente de enfermagem nas três principais aldeias Mayorúna, afirma, por outro lado, que Lameirão não tinha nenhum, o que levava os índios a se medicarem com os regatões ou com vizinhos peruanos da outra margem do Javari.

No que tange ao estado de saúde e ao atendimento médico no lado peruano, não se dispõe de informações detalhadas. Sabe-se, porém, que H. Kneeland, do SIL, tem a seu cargo a assistência médica e o controle estatístico de enfermidades e das vacinações que se fazem na comunidade periodicamente (Vivar A.: 1975, 336, nota). "A imunização periódica que a população Mayorúna recebe neste momento também contribui para sua segurança e integridade do grupo com respeito às enfermidades comuns, como: resfriado, pneumonia e complicações; enfermidades contagiosas pulmonares, malária, difteria, poliomielite, sarampo, hepatite. A assistência médica em casos de mordedura de cobras venenosas entre outras coisas contribuiu

para manter uma população sadia e forte para o trabalho e de uma grande resistência orgânica às inclemências de seu habitat, que se caracteriza por ser sumamente úmido, quente e chuvoso" (Vivar A.: 1975, 335). Embora a ausência de epidemias endêmicas permita um crescimento equilibrado e permanente da população, os Mayorúna adoecem de parasitoses intestinais, eczemas da pele por picadas de mosquitos, havendo alguns casos de hipertiroidismo por deficiência de iodo (Vivar A.: 1975, 335).

Situação atual das terras

As terras dos Mayorúna no Brasil ainda não estão demarcadas, mas deverão integrar o *Parque Indígena do Vale do Javari*, em estudo na FUNAI. A seção desse futuro Parque destinada aos Mayorúna deverá abranger, pelo menos, todas as terras banhadas pelo igarapé Lobo e seus afluentes, que tem sido a sua área mais recente de concentração. Deverá abranger também as cabeceiras dos igarapés que correm para o Javari e que estão juntos às cabeceiras do Lobo, onde vivem índios Mayorúna arredios; a margem do Javari onde está a aldeia Trinta e Um; e ainda as terras banhadas pelo igarapé Ituxi e seus afluentes. Há uma referência (Borja: 1978) a uma roça que os Mayorúna teriam ainda, em 1978, no igarapé do Lopes, junto a Palmeiras. É preciso considerar ainda que os próprios Mayorúna guardam a recordação de que, por volta de 1920, quando migraram para o Brasil, estabeleceram-se no alto rio Pardo, afluente da margem esquerda do rio Curuçá. Permaneceram aí cerca de quarenta anos, sem serem molestados pelos brancos, mas travando vez por outra algumas lutas com os Marúbo. Deslocaram-se, posteriormente, para o igarapé Lobo por insistência de missionários norte-americanos (Borja: 1980a). Tais missionários seriam, salvo engano, os do SIL, que atua no Peru.

As duas propostas de delimitação do Parque que começaram a tomar forma em 1981 — a de alguns membros dos grupos de trabalho que visitaram a região (Franco: 1981a) e da 1ª DR, baseada em dados de Sebastião Amâncio da Costa — ambas incorporaram a maior parte das citadas terras. A primeira, porém, deixa a margem direita do igarapé Ituxi fora do Parque. A segunda, por sua vez, deixa fora os igarapés afluentes do Javari que têm suas cabeceiras junto ao Lobo; entretanto, em compensação, incorpora boa parte da bacia do Batã com base numa suposta existência de índios arredios; abrange também todo o baixo rio Negro, afluente do Pardo; e ainda considera no Parque, apesar de separada por uma estreita faixa de terra, uma área que corresponde à maior parte das bacias dos igarapés Flecheiras (afluente do Curuçá) e Santana (afluente do Javari), com base na suposta existência de índios Mayorúna arredios. Por outro lado, ambas as propostas talvez deixem de fora o igarapé Lopes, junto a Palmeiras, cuja localização precisa as fontes disponíveis não indicam. Sem dúvida, para uma delimitação definitiva da seção Mayorúna do Parque, serão necessárias averiguações a respeito dos citados arredios.

Quanto a Lameirão, a área para onde se dirigiu parte dos Mayorúna após o conflito interno de 1978, deverá constituir-se em reserva separada do Parque (Franco: 1981b).

No que tange ao lado peruano, Vivar A. (1975, 340-341), comentando a Ley de Comunidades Nativas y de Promoción en las Zonas Selva y Ceja de Selva Nº 20653, diz que, no caso Mayorúna, o Estado dá um prazo não menor que vinte anos, segundo o Artigo nº 22, não citado, de assistência técnica e creditícia, tempo necessário para que eles se iniciem na direção e comercialização de seus recursos naturais. Afirma também que o Governo, através da Zona Agrária de Iquitos, reservou mais de 340.000 hectares de terra em favor dos Mayorúna, dando-lhes assim uma garantia territorial autônoma. Pelo Artigo nº 11 sabe-se que a propriedade territorial das Comunidades Nativas é inalienável, imprescritível e inembargável. Por outro lado, Vivar A., que não informa sobre os limites dessa área reservada para os Mayorúna, percebe que ela implicará numa maior concentração demográfica e numa diminuição da mobilidade dos índios, levando, com o aumento da população, a uma insuficiência de recursos primários e de terras.

Não cabe aqui estender as propostas de reserva para os Mayorúna do lado peruano. Mas convém registrar que o trabalho de Romanoff (1976) é uma recomendável leitura para aqueles que forem delimitar e demarcar as terras dos Mayorúna do Brasil e de outros índios da região. A leitura desse trabalho mostra que o fato de os Mayorúna se concentrarem, temporariamente, junto a um ponto onde os civilizados fornecem artigos industrializados e medicamentos, não significa que tenham abandonado definitivamente suas antigas moradas e roças. Sendo índios de terra firme e dependentes, para a alimentação, dos animais que vivem nesse ambiente, têm de ser móveis e habitar em grupos pequenos. Sua concentração esgota rapidamente a caça da área e sua permanência contínua não permite que a população animal se recupere. As áreas abandonadas pelas habitações Mayorúna são áreas em recuperação, que podem vir a ser ocupadas por eles novamente. Mostra o autor como a concentração dos Mayorúna em torno do campo de pouso do SIL obrigou-os a soluções intermediárias entre a mobilidade anterior e a sedentarização pós-contato. Assim, além das casas junto à pista, passaram a manter habitações alternativas na zona periférica. O autor faz uma convincente comparação entre os resultados do trabalho de caça na área central e os resultados na área periférica, segundo o número de caçadores/dias, o número de caçadas com êxito, o número de animais trazidos por caçada e o tamanho dos animais abatidos. Seus resultados mostram que a caça na região periférica é muito mais produtiva que no centro. E no tempo da pesquisa de Romanoff, os Mayorúna do Peru já estavam mostrando uma tendência a se dispersar novamente em pequenos grupos.

Seria o caso de se perguntar se no Brasil não estaríamos assistindo a algo semelhante. Após sua concentração no igarapé Lobo, os Mayorúna atualmente mostram uma ten-

48. Escoamento de toras de madeira dos altos rios, rio Javari (foto Terri Vale de Aquino, 1980).

dência à dispersão. Por isso, a proposta de uma área ampla e contínua para os Mayorúna, que incorpore, além das terras que exploram atualmente, seu antigo território no alto Pardo e seus afluentes, é plenamente justificável.

É difícil dizer quais seringais invadem hoje a área de demarcação das terras Mayorúna no lado brasileiro. Na lista de seringais tomada por Melatti em 1975, há onze localizados no Jaquirana (nome que comumente se dá ao Javari acima da confluência com o Galvez), alguns dos quais poderão ser englobados pelo Parque. Consta que a aldeia Trinta e Um estaria nas terras de um seringal arrendado a Natalino Marinho Isidoro (Rosemberg e outros: 1979, 3). No rio Pardo, há dois seringais, segundo a citada lista, mas não se sabe se ocupam parte da área proposta para o Parque. No Javari há um seringal chamado Lameirão, de João Rodrigues Pinto, que foi adquirido por Rui Rodrigues da Silva, e que tem título definitivo. Pode ser que seja aí que esteja instalada a aldeia Lameirão.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Bibliografias:

Kensinger, ms.a, ms.b

2. Documentos administrativos:

Alves, 1980a, s.d.a
Amancio, 1978
ASPLAN/FUNAI, 1978
Borja, 1978, 1980
Carvalho, 1973
CFSOL, 1978
Coelho, 1975
Coelho & Borja, s.d.
Costa, 1974
Figueiredo, 1978e
Franco, 1978
FUNAI, 1969
Lindholm, 1973
Magalhães, 1978
Nogueira, 1977
Oliveira, 1977b
Paula, 1979
Possuelo, 1978a, 1978b
Rosenberg & outros, 1979
Silva, 1977

3. Documentos pessoais:

Aquino, i.p.

4. Informações preliminares:

Borja, 1980b, 1980c

5. Textos didáticos:

Fields & Kneeland, 1973

6. Textos de divulgação:

Mercier, 1974

7. Trabalhos etnológicos:

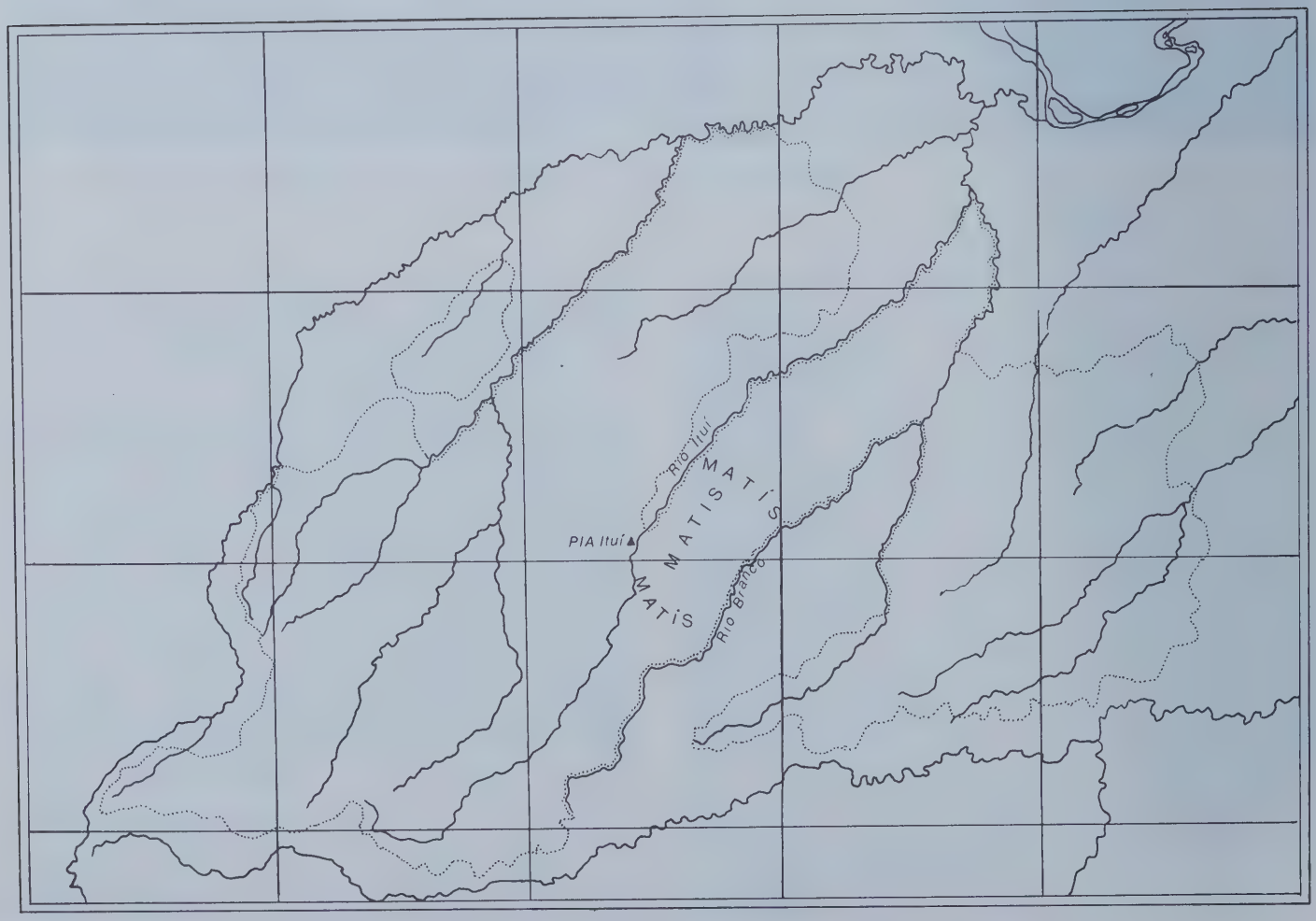
Fields, 1963, s.d.
Kneeland, 1975
Romanoff, 1976
Steward & Métraux, 1948
Varese, 1972

8. Trabalhos de Lingüística:

Fields, 1973
Kneeland, 1973

9. Viajantes:

Carvalho, 1931
Castelneau, 1850-51


Río Ituí
MATIS
PIA Ituí
MATIS
Río Branco
MATIS

3 Matís

Nome

Matís é a autodenominação desse povo. A lingüista da FUNAI, Ruth Wallace de Garcia Paula (Paula: 1979) usa a grafia *Matsese*. Trata-se muito provavelmente de uma variação de *Matsés*, autodenominação dos Mayorúna (ou mais especificamente, *manánuc matsés*, isto é, gente da terra-firme, segundo Romanoff (1976, 100). Montagner Melatti (1980, 79) prefere grafar Matís.

Língua

A língua dos Matís é da família Pâno (Paula: 1979, 24). Em apêndice a seu relatório (1979) Paula apresenta um vocabulário em que compara vocábulos Matís com os correspondentes Marúbo e Mayorúna.

Os Matís só falam sua língua, não havendo nenhum deles que fale o português.

Localização

A área usada pelos Matís é uma faixa que se estende do médio Ituí, passando pelo alto Coari (afluente da margem direita do Ituí) até o médio rio Branco (afluente da margem esquerda do Itacoaí). O limite mais setentrional dessa área fica, no Coari, aproximadamente a 5° 40′ S. O limite meridional deve ficar por volta de 6° 20′ S. Atravessam o Ituí para oeste e o Branco para leste, avançando até a uma distância de meio dia a um dia de caminhada.

Em 1980 índios começaram a manifestar sua presença nas proximidades de Vida Nova, sede da MNTB entre os Marúbo. Posteriormente se percebeu tratar-se dos Matís, possivelmente numa tentativa amistosa de se aproximar dos Marúbo, que freqüentam o PIA Ituí, destinado aos Matís. Mas os Matís, ainda que freqüentem as vizinhanças, não se apresentam, permanecendo esquivos. O missionário Paul Rich dá uma breve notícia desses acontecimentos e da desconfiança com que os Marúbo recebem essa aproximação, mas os chama de Mayorúna (Mayorona) e de certa forma os confunde com estes: apesar de sua descrição do aspecto externo permitir uma identificação com Matís (nudez, cabeças raspadas, zarabatanas, orifícios labiais e auriculares, comportamento esquivo), atribui-lhes o hábito de matar seringueiros para saquear suas casas e ainda diz ter sido encontrada uma brasileira raptada entre eles, o que os aproxima dos atualmente conhecidos como Mayorúna (Rich: 1981, 5).

São atendidos pelo PIA Ituí, que fica na margem esquerda do Ituí, aproximadamente a 5° 56′ S, acima do rio Novo de Cima (afluente da margem esquerda do Ituí) e do igarapé Jacurapá (afluente da margem direita do Ituí).

População (1980)

Homens adultos:	27
Mulheres adultas:	48
Jovens de ambos os sexos de 10 a 16 anos:	30
Crianças de ambos os sexos:	33
Total	138

Essa população está distribuída em cinco aldeias, sendo que cada uma é constituída de uma maloca: a) aldeia do rio Coari, cujo "dono" é Darapá; b) aldeia do rio Branco, cujo "dono" é Binân; c) aldeia do igarapé Boeiro (afluente da margem direita do Ituí, acima do Jacurapá), cujo "dono" é Turú; d) aldeia do igarapé Jacurapá, cujo "dono" é Tukumân; e aldeia entre os igarapés Jacurapá e Boeiro, cujo

"dono" é Tumin. A população das aldeias (ou malocas) é variável, sendo as de Tukumân e de Turú as que têm mais habitantes.

A população Matís em abril de 1979 era de 132 pessoas. Houve, portanto, um pequeno aumento, de um ano para o outro. Citando o censo de 1979, Montagner Melatti (1980, 84) diz que a aldeia de Jacurapá tinha 41 habitantes.

Perante os números acima citados, causa estranheza um formulário preenchido em 1978 (Coelho: 1978) referente a uma aldeia do PIA Ituí, cujo nome infelizmente está ilegível, que dá um total de 311 habitantes, sendo 163 do sexo masculino e 148 do feminino, distribuídos em grupos de idade de quatro anos de diferença. Não há notícia de nenhuma mortandade que tenha atingido os Matís entre 1978 e 1980. Pode ser que se trate de uma contagem de todos os índios do Ituí que o habitem do Posto para cima, isto é, dos Matís mais os Marúbo; mas nesse caso a soma ultrapassaria os 400.

Não há notícia de nenhum Matís que esteja vivendo fora da área.

Histórico do contato

A história do contato dos Matís com os civilizados ainda é pouco conhecida. Não há documentos escritos que falem deles explicitamente antes de 1970. Ainda em 1972, os funcionários da FUNAI confundiam-nos com os índios da confluência Ituí/Itacoaí, sob a denominação de Marúbo, como se pode notar num despacho de Sebastião Amâncio da Costa (Costa: 1972b).

ATÉ 1965, APROXIMADAMENTE — Os Matís, segundo o velho Binân, moraram entre o Curuçá e o Ituí. A data em que atravessaram o Ituí para a margem direita não está indicada. Há quinze ou vinte anos atrás, tendo-se aproximado de uma roça no rio Branco, foram repelidos a tiros. Voltaram para se vingar, tendo morrido dois Matís e duas crianças civilizadas. Essa casa era de Maria Cândida (cf. Carvalho: 1955, 34 e casa nº 99). Depois desse acontecimento, nunca mais voltaram a atacar os brancos. Em 1975, o madeireiro Sebastião Guida contou que, havia doze anos atrás (portanto, em 1963), tinha estado no Coari. Lá havia

49. Ornamentos faciais, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1980).

índios que não atacavam, mas também não apareciam. Levaram dois machados de um tapiri de civilizados, mas deixaram dependurado, em troca, um acessório (aljava?) da zarabatana. Se isto ocorreu no alto Coari, deveriam de ser os Matís. Também contou que, certa vez, no rio Novo de Cima entraram três homens e um deles atirou nos índios, dizendo aos companheiros que tinha atirado em caça. De noite os índios vieram, desamarraram a canoa deles, atravessaram o rio e começaram a atirar flechas da outra margem contra o tapiri em que estavam dormindo em redes. Uma flecha atravessou um homem bem na barriga: era justamente o que tinha atirado nos índios. Os dois outros espantaram-nos com tiros e viram-se sem canoa. Disseram que sepultaram o companheiro morto, mas ninguém acredita. É possível que esse caso também se tenha dado com os Matís, que moraram no rio Novo de Cima; ou então ocorreu com os Kulína, que vivem entre o Curuçá e o Ituí.

DE 1965 A 1976, APROXIMADAMENTE — Nesse período, os índios Matís passam de desconhecidos, pelos civilizados, a grupo com características culturais próprias, se bem que durante a maior parte desse tempo estivessem confundidos com os índios da confluência Ituí/Itacoaí, que vivem mais ao norte. É a partir de 1974 que se instala o PIA Ituí, que acabaria por atraí-los.

DE 1976 A 1979 — Nesse período, os Matís entram em contato com o PIA Ituí, em sucessivas visitas, a partir de 21 de dezembro de 1976.

Com auxílio de relatórios e mensagens pelo rádio enviados pelos responsáveis pela Frente de Atração do Ituí, dos quais somente se conseguiu acesso a alguns, e complementando as informações com fontes secundárias (Paula: 1979, 6-12; Montagner Melatti: 1980, 79-81), é possível fazer um resumo dos primeiros contatos dos Matís com os membros da Frente de Atração.

21-12-76: Às oito horas da manhã uma índia Marúbo viu na margem direita do rio Ituí um homem, um índio arredio. Pedro Oliveira Coelho, que respondia pela direção da Frente de Atração, estava, naquele momento, na "maloca dos índios Marúbo", isto é, no local de habitação dos índios Marúbo oriundos do alto Ituí, que trabalhavam, moravam ou estavam de passagem pelo Posto de Atração. Pedro deu instruções de como deveriam se portar. Com um pau o índio arredio fez como que estivesse capinando com facão (na região é costume capinar com facão, ao invés de enxada); depois fez como que estivesse derrubando uma árvore com machado. Apareceu uma índia arredia que se dirigiu ao servidor que estava naquela margem, perguntando-lhe os nomes dos servidores, que ela repetia corretamente. Chegou um índio velho, cego do olho esquerdo e um menino; depois um rapaz de uns dezoito anos chamado Maskôr. O velho se admirou de que também faltava o olho esquerdo no intérprete (que deveria ser o velho Júlio, Marúbo). Para a tradução se dispunha de três índios Marúbo, um deles Raimundo. A índia arredia

50 e 51. Zarabatana, rio Ituí (fotos Delvair Melatti, 1980).

gostou dos vestidos das mulheres Marúbo e ganhou um corte de fazenda. Depois de vinte minutos de diálogo, todos começaram a sorrir. O primeiro índio a aparecer chamava-se Tamân e tinha de uns 60 a 65 anos. Parecia ser o chefe. Após uma hora de diálogo fizeram gestos para que os funcionários fossem embora e, com acenos, prometeram que voltariam. Poucas palavras foram entendidas pelos intérpretes Marúbo e Kanamarí (Coelho: 1976a).

27-12-76: Dois intérpretes encontram seis índios arredios na estrada de penetração do igarapé Jacurapá. Convidados a chegar até a margem do rio, pediram machado, terçado, cachorro e tesouras. Negaram-se a atravessar o rio e chegar ao Posto, prometendo fazê-lo na próxima vez. Para ir até a BFSOL, em Atalaia do Norte, Pedro Oliveira Coelho teve de pedir um "motor" (embarcação a motor) a um vizinho, pois o rádio estava com pane. Dois intérpretes Mayorúna, após ouvir muitas vezes as gravações, disseram que os arredios pediam material agrícola. Eles falavam os nomes dos objetos em Mayorúna, Kanamarí e Marúbo e em mais uma língua que não podiam identificar. Acharam que eram do grupo Mayorúna. Um velho índio servidor da FUNAI disse que há muitos anos, do rio Pardo ao rio Ituí, existia um grupo de Mayorúna. Pedro Coelho opinava que os arredios haviam modificado seu dialeto, de modo a não mais poderem ser entendidos pelos Mayorúna (Coelho: 1976b). Os intérpretes que encontraram os índios eram Mayorúna e tinham ido observar a estrada de penetração às cinco e meia da manhã, após caminhar um quarto de hora, encontraram os arredios; os intérpretes jogaram suas flechas no chão e se aproximaram deles. Caminharam na direção do rio e um dos intérpretes o atravessou, para avisar ao Posto a respeito do encontro. Desse encontro resultou uma hora de conversa gravada e fotografada (Paula: 1979, 7).

26-04-77: Vinte índios arredios, entre os quais adultos, jovens e crianças, aproximaram-se do Posto. Não havia brindes e não se podia atender a seus pedidos. Foi-lhes dado material de uso dos trabalhadores e ainda bananas, milho, macaxeira, galinhas e cachorros. Como os intérpretes não estavam presentes, a conversa foi por meio de mímica (Paula: 1979, 7-8).

27-04-77: Um grupo de quinze jovens reapareceu. O pessoal do Posto teve dificuldades em atendê-los, pois não tinham nada. Os índios receberam bananas, milho, galinhas, macaxeira (Paula: 1979, 8).

14-05-77: Dezesseis índios visitaram o Posto, sendo quatro ainda desconhecidos. Levaram cães, milho, galinhas e macaxeira (Paula: 1979, 8).

16-05-77: Vieram seis índios que já haviam visitado o Posto, entre os quais um jovem de vinte e poucos anos que se identificou como Tumí, que é um dos chefes. Os servidores estavam gripados, mas foi impossível evitá-los (Paula: 1979, 8).

26-08-77: Três índios reapareceram na margem do rio, gritando "wapá" (cachorro) e "nawá" (civilizado). Chamaram os servidores. O responsável pelo Posto reuniu a equipe e foi ter com os índios. Apresentou, por meio de mímica, aos índios, os dois intérpretes que não tinham participado dos contatos anteriores e que sentiram muita dificuldade no diálogo com os índios. O responsável pediu que tivessem calma em suas perguntas. Dos três, o mais velho tinha de dezoito a vinte anos e o mais novo, de dez a doze. Seus nomes eram Tumí, Ibên e Mascôn. Antes de se aproximarem dos índios, o responsável pediu aos intérpretes para perguntarem aos índios se haviam apanhado gripe. Responderam que sim e por isso é que não haviam voltado, mas não tinha morrido ninguém. Permaneceram umas quatro horas em diálogo com os intérpretes e funcionários do Posto. Tumí falou cerca de cinco minutos e os intérpretes traduziram. Perguntou quem havia feito um varadouro até perto de sua aldeia. Respondeu-lhe o intérprete que havia sido o pessoal do Posto, o que levou o índio a indagar se queriam matá-los. Responderam-lhe que não, que desejavam amizade e defendê-los de outros "nawá" que sempre os atacavam. Tumí ficou contente. Os índios receberam cães, machados, facas, terçados, tesouras, galinhas, bananas, milho e macaxeira. Tumí perguntou se os funcionários tinham material de agricultura, pois em outras vezes não o tinham. Recomendou que não penetrassem mais na área do grupo tribal. Despediu-se, dizendo "mikó subó" ("já vou para casa") (Paula: 1979, 8-9).

02-10-77: De sessenta a oitenta índios arredios visitam o Posto, às onze horas. Pedem cães, machado, terçado, facas, panela, caneco, colher, tesoura. Três jovens visitam as casas dos Marúbo (Coelho: 1977a).

03-10-77: Aparece um outro grupo, de dois homens, três mulheres e um menino que ficam dois dias na área de contato. Pelo exame do mapa anexo ao relatório desse contato, percebe-se que "área de contato" vem a ser uma área, livre de mata, na margem direita do Ituí, acima da foz do igarapé Jacurapá; diante dela, na margem esquerda do Ituí, fica o Posto. Os índios que apareceram moravam em pequenos tapiris, porque sua aldeia tinha sido queimada pelo grupo que aparecera em maior quantidade. Pediram que fossem plantadas bananas, milho, mandioca, na área limpa do contato. Pedro Coelho lhes mandou dizer que a plantação seria no lado oposto, por ser aquela margem alagadiça. O relatório parece dizer que apareceu ainda mais um grupo constituído de dois homens, uma mulher e um menino. Retiram-se levando cães, galinhas, pintos, machado, terçado, faca, panela, caneco, colher, espelho, banana, mandioca, milho. Pediram que, quando chegassem mais cães e material, que os funcionários os levassem pela trilha de penetração até determinado ponto e daí gritassem ou atirassem, que viriam buscá-los (Coelho: 1977b).

18-10-77: Uma segunda turma de sete índios adultos, daqueles que estavam perto do Posto, visitou-o, mantendo de uma a duas horas de diálogo com intérpretes e servidores. O motivo de sua visita é que o grupo que viera antes lhes dissera que havia material de agricultura e eles também queriam. Receberam cães, galinhas, bananas, maca-

xeira, gato, anzóis e linha. Pediram aos dois intérpretes e a um servidor que os ajudassem a levar a carga até seus tapiris, que ficavam a umas duas horas afastados da margem do rio. Ao regressarem, os intérpretes disseram que os índios estavam muito satisfeitos com o pessoal do Posto (Paula: 1979, 9).

02-11-77: Índios gritaram, chamando. Os servidores foram reunidos para receber instrução. Quando os funcionários chegaram à margem onde estavam os indígenas, eles saíram do mato e foram até a casa de encontro. Eram quatro jovens de dezoito a vinte anos. Eles perguntaram ao intérprete se os funcionários tinham ido à aldeia queimada (poderia ter sido queimada por causa do falecimento de alguém) a convite de seus moradores. Não foi possível aos intérpretes se encontrarem com os índios, que haviam pedido que quando os funcionários chegassem ao local de encontro atirassem ou gritassem; foi feito como pediram, mas eles não ouviram. Eles pediram que os funcionários tirassem um grupo de "nawá" que se encontrava no igarapé São Bento. Pediram objetos de trabalho agrícola e levaram cachorros, gato, galinhas, bananas, macaxeira, tracajá, milho, pratos, colheres, panelas, etc.

22-11-77: Apareceram dois índios, pedindo cães, machados, terçados, facas, tesouras, espelhos, e foram atendidos. Já eram conhecidos dos funcionários e, como os da visita anterior, informaram da presença de civilizados no igarapé São Bento. Como os dois intérpretes tinham ido caçar, conversou-se com os índios por meio de mímica. Despediram-se com o seu "mikó subó" (Paula: 1979, 10).

25-12-77: A pedido dos índios fora construída, na margem oposta àquela em que estava o Posto, na área de encontro, de 100 × 200 metros, uma casa de 3 × 6 metros. No dia em que oitenta índios chegaram a essa casa de encontro, os funcionários estavam fazendo um trabalho afastados da margem. Um servidor, que fora buscar material para o serviço na casa do Posto, foi alertado pelo grito de um índio e chamou os funcionários. Estes atravessaram o rio para se encontrarem com os índios. Uma índia chamada Kanân disse aos dois intérpretes que os índios que ali estavam pertenciam a duas aldeias. Cerca de sessenta deles ainda não tinham visitado os funcionários. Havia desde crianças recém-nascidas até adultos de 60 a 65 anos. Kanân apresentou ao intérprete Nakwá um homem de 40 a 50 anos, chefe de uma das aldeias; seus adornos e corte de cabelo eram diferentes dos demais. O intérprete Isequiel (seria o mesmo Zaquiel ou Zaqueo Pisango, um peruano que foi raptado ainda muito jovem pelos Mayorúna), teve dificuldade em entender os índios, porque todos falavam e perguntavam ao mesmo tempo. Os índios foram atendidos em seus pedidos. Aproveitando a ida de um servidor, alguns índios atravessaram para o Posto, oito numa canoa e quatro em outra. Visitaram a casa do Posto, a casa dos servidores e a aldeia dos Marúbo. Retornaram trazendo vários objetos particulares dos servidores e dos Marúbo. Isequiel informou que os índios estavam com fome e o responsável pelo Posto providenciou macaxeira cozida e banana madura. O diálogo durou oito horas. A índia Tupân cantou para os servidores e os Marúbo. O responsável pediu a um Marúbo para cantar para a índia e então outros se aproximaram para ouvi-lo. Quando ele parou, os arredios pediram que cantasse novamente e assim passaram-se três horas de cantos e risos de ambas as partes. Os arredios, uma vez atendidos, fizeram aceno para os servidores e os Marúbo irem embora e despediram-se. (Paula: 1979, 10-12).

08-02-78: Às nove e meia chegam três homens, uma mulher, uma adolescente, uma menina de um ano e uma de quatro anos. As mulheres ficam no tapiri das visitas. Alguns servidores se despiram e se pintaram de urucu a pedido dos índios. O intérprete Nakwá e o Marúbo Nicanor tiveram seus cabelos cortados pelos arredios à moda deles. Nakwá foi solicitado a ajudá-los a levar os brindes, machados, panelas, facas, terçados, espelhos, cachorros, galinhas, milho, macaxeira, banana. Ao retornar trouxe a notícia de que os índios pediam que, quando chegassem mais brindes, fossem levá-los a suas malocas e que essas deviam de estar nas cabeceiras do Jacurapá e do Aurélio Grande. Perguntados se conheciam os índios da confluência Ituí/Itacoaí, responderam que sim, mas que não mantêm relações com eles. Mostraram preocupação com a penetração dos brancos, pedindo que não os deixassem entrar no rio Branco nem no Ituí, pois trazem armas, afugentam a caça e os índios temem que os matem, como já aconteceu. Os índios mostraram confiança, pois, enquanto os homens foram ao Posto, duas mulheres e uma criança ficaram no tapiri na companhia de servidores (Figueiredo: 1978a).

18-02-78: Nova visita de índios. Os que haviam ficado distantes disseram que não haviam se aproximado devido aos piuns. Um rapaz demonstrou preocupação com a entrada de civilizados no rio Branco e madeireiros no São Bento. Explica o autor do relatório que a entrada de civilizados no rio Branco se dá na época da desova dos quelônios (tracajás e tartarugas), nos fins de maio; mas em dezembro de 1977 não havia civilizados, como pôde observar, ao acompanhar a expedição do CFSOL. Os índios não ficam mais tempo no Posto por causa dos piuns. A maloca de onde vieram as duas últimas visitas parece contar com uns quinze moradores. O índio mais velho disse conhecer os índios da confluência Ituí/Itacoaí, mas que não têm contato com os mesmos (Figueiredo: 1978b).

28-02-78: Visita de 43 índios. Retornam ao Posto outra vez em 01-03-78. No dia 02-03-78, os servidores foram ajudá-los a caçar com uma espingarda; estavam preparando com eles uma pescaria de timbó. Numa dessas visitas ou naquelas que os servidores fizeram a seus tapiris, os índios arredios "insistiram para que os servidores fossem deixar os brindes em suas malocas e como das vezes anteriores pediram insistentemente que não permitisse a entrada de brancos em seus territórios e tão pouco deixassem que houvesse penetração de estranhos pelo Rio Branco. Fizeram a alusão sobre a existência de outros índios na margem es-

querda do rio Ituí, como também aos índios do rio Itacoaí, e disseram que não mantêm relações amistosas com os últimos" (Figueiredo: 1978c).

15-04-78: Onze índios jovens visitaram o Posto, dialogando durante duas horas com intérpretes e servidores, pedindo material de agricultura (Paula: 1979, p. 12).

Modo de vida

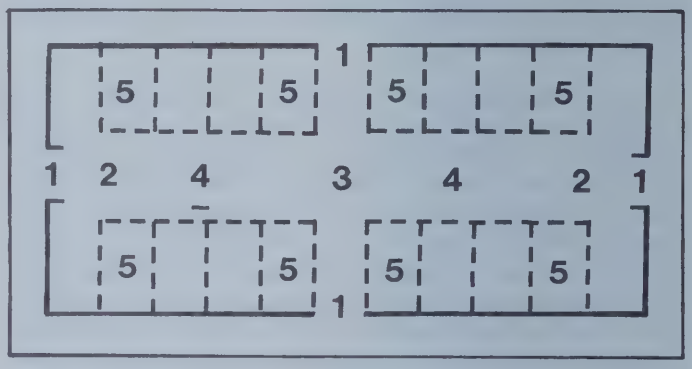
A PARTIR DE 1979 — Nesse período o contato está consolidado. Começa-se a pensar na transformação do PIA Ituí, de posto de atração em posto comum. As malocas parecem acomodar sua localização com a do Posto.

A maloca Matís visitada por Montagner Melatti (1980, 92-94) fica no topo de uma colina. É coberta com folhas de cocão parcialmente tecidas em esteira. É alta, comprida e estreita. Tem quatro portas, uma no centro de cada parede; assim a maloca é cortada por dois corredores, que formam uma cruz. Os pilares que ladeiam o corredor mais comprido são inclinados, estando mais próximos na base do que no alto. Cada pilar desses e o seguinte limitam um espaço que deve pertencer a uma família elementar, que tem aí suas redes e seu fogo de cozinha (que, contrariamente à disposição na maloca Marúbo, fica junto à parede lateral e não perto dos pilares mais altos). Na maloca visitada, há dezesseis desses recintos, mas separados em quatro segmentos pelos corredores em cruz. No alto dos pilares que fazem o corredor mais comprido e junto aos recintos familiares se guardam as zarabatanas. As redes, de tucum, são amarradas a travessões horizontais que separam cada recinto dos vizinhos. Em cada extremidade da maloca há, junto à porta, tomando toda a largura da construção, uma área ampla, onde se guardam os recipientes de cerâmica e outros objetos. No corredor mais curto, os homens se sentam em placas retangulares de madeira.

Dizem que numa maloca abandonada se contaram 28 recintos familiares, calculando-se que teria de 110 a 140 moradores (a maloca acima descrita tinha 41 moradores,

52. Preparo da maniva, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1980).

53. Esquema de maloca Matís.
Segundo planta baixa da maloca (croquis)
(Montagner Melatti: 1980, 93).



1. portas 2. depósitos de utensílios domésticos 3. corredor masculino 4. corredor que dá acesso aos nichos familiares 5. nichos ("quartos") familiares.

segundo censo de 1979; mantidas as proporções, a maloca abandonada poderia ter abrigado apenas uns 71 moradores). Os Matís eram muitos, mas foram dizimados por uma epidemia de gripe e resolveram se separar em grupos menores (Montagner Melatti: 1980, 93).

Não há informações sobre parentesco, regras de casamento e residência. Nada sobre o sistema político.

O morto é sepultado, envolvido numa rede, em posição fetal, dentro de seu recinto na maloca. A superfície da sepultura é nivelada com barro socado com um cacete. A maloca é abandonada e, depois de alguns dias, queimada (Montagner Melatti: 1980, 102). Segundo Paula (1969, 20-21), os pertences do falecido são sepultados com ele, sua rede é colocada sobre sua cabeça e então a cova é fechada. Aqueles objetos que não puderam ser sepultados junto a ele (zarabatana, arco, flechas) são queimados posteriormente. No caso de morte de um índio em Atalaia do Norte, o chefe do Posto foi repreendido por ter devolvido os adornos do morto a sua família, ao invés de os ter sepultado com ele, na cidade. Seus pertences foram queimados, tanto junto ao Posto como na maloca em que morava. Pouco mais tarde, a maloca próxima do Posto, que os Matís construíram para abrigar-se em suas visitas, e que o falecido ajudara a construir, foi incendiada.

Entoam cânticos fúnebres, quando morre um parente. Dispõem também de cânticos para curar, entoados nas doenças graves até o enfermo sarar, ou morrer (Paula: 1979, 20). Mas as informações ainda são insuficientes para se dizer se esses cânticos são entoados por qualquer pessoa ou apenas por certos especialistas, como o médico-feiticeiro. Seria interessante comparar esses cânticos de curar com aqueles dos Marúbo.

Para curar a disenteria, aplicam "injeção de sapo" nas coxas (Montagner Melatti: 1980, 103). Com o termo "injeção de sapo", as pessoas que têm contato com índios na

região resumem toda uma técnica de aplicação da secreção de um determinado batráquio. O nome que os Matís lhe dão, *Kâmpo*, é o mesmo entre os Marúbo. Certamente é o mesmo batráquio utilizado por estes, assim como pelos Mayorúna e ainda pelos Tukúna.

No lado externo da maloca, diante de cada porta que fica na parede mais comprida, há um tripé de paus onde se dependuram caveiras de porcos-queixadas. Junto às mesmas portas, no lado interno da maloca, enfiam-se nas palhas da cobertura mandíbulas de animais. No lado externo da maloca também há um toco sobre o qual se põem os ossos, couros e pêlos dos animais que foram acuados por cachorros, evitando-se colocá-los no chão, para que os cães não fiquem panema. Nos varadouros, também se fendem os caules finos de árvores, colocando nas fendas pêlos dos animais caçados (Montagner Melatti: 1980, 94). O uso, nas portas, de ossos de animais caçados, constitui um ponto de semelhança entre as malocas Matís, Marúbo e Mayorúna. Na verdade, ainda não é possível saber se há motivos religiosos para guardar assim os restos de animais ou se o costume tem uma razão técnica apenas, como parece ocorrer entre os Mayorúna.

Quanto à *SUBSISTÊNCIA*, os principais produtos agrícolas dos Matís são o milho, a macaxeira, a pupunha, o cará e muito pouca banana. Do relatório de Montagner Melatti pode-se deduzir que aos homens cabe, ou pelos menos é permitido, o plantio do milho e da macaxeira. Plantam-na, dispondo na cova dois talos de maniva, deitados e paralelos, e mais dois, transversais, sobre eles, formando um quadrado; enquanto assim dispõem os talos e os cobrem com terra, fazem uma oração com a finalidade de estimular o crescimento da planta, dizendo que depois cozinhe bem para ser comida com carne de jacaré, macaco, pássaros etc. O espaço entre uma cova e outra é de mais de dois metros. Pedro Coelho, que responde pela Frente de Atração, diz que os índios aceitaram as alterações que introduziu, sugerindo o plantio de uma só maniva por cova e diminuindo o espaço entre elas. Não obstante, a autora do relatório viu um índio plantar, espontaneamente, segundo o costume tribal, macaxeira em torno da casa do Posto. Quando um homem planta pupunha, primeiro esfrega o caroço na barriga, dizendo que é boa para comerem, fazerem caissoma (bebida fermentada) etc. As roças nem sempre são feitas ao redor da maloca; às vezes são distantes e seu tamanho é pequeno. Derrubam os troncos grossos, pondo fogo em torno deles. Apesar do contato recente, não foram encontrados instrumentos agrícolas tradicionais do grupo, mas apenas restos de machados de ferro. Não fazem capinação e arrancam as ervas daninhas com as mãos (Montagner Melatti: 1980, 94-96).

Os animais que caçam são o porquinho (caitetu), o queixada, a anta, a preguiça, o macaco-preto (coatá), o macaco barrigudo, o macaco zogue-zogue, o macaco boca-branca, o parauacu, o jacaré, a sucuri; o veado é difícil de ser encontrado. Montagner Melatti (1980, 96-97) acrescenta o sagüi, a arara, o mutum, o jacu, o cujubim, o

54 e 55. Preparo de pupunha, acima, e caissoma, abaixo, rio Ituí (fotos Delvair Melatti, 1980).

nhambu-galinha. Apenas dois homens sabem manusear a espingarda, que é emprestada pelo Posto. Realizam caçadas em barreiros; usam também armadilhas. Para matar macacos preferem a zarabatana. Usam o arco e a flecha quando caçam com cachorros. O veneno para as setas da zarabatana é preparado a partir de um cipó coletado. Montagner Melatti (1980, 103) diz que, para tornar o cachorro ágil na perseguição da anta, banham-no com uma infusão de raspas de casca de uma árvore, operação acompanhada de um cântico em que se diz que é para ele correr ao ouvir o barulho da anta, que a carne desta é boa para ser comida etc.

Os principais peixes apanhados são o cará, o piau, o tamboatá, a traíra, sendo o poraquê o predileto das mulheres. Montagner Melatti (1980, 97) acrescenta a piranha, o matipiri, a branquinha, o curumatã, o pacu e o pirarucu. Diz também que apanham tartarugas e tracajás e seus ovos. Para isso se dividem em quatro ou cinco grupos e se dirigem para o Ituí (abaixo do igarapé Boeiro), para o Coari, o Branco e para a confluência do Branco com o Itacoaí.

Os principais produtos da coleta são o punã (fruta), o cacau, o cupu, o patauá e o buriti.

Diz Montagner Melatti (1980, 92) que da pupunha fazem caissoma. A carne de sucuriju é consumida apenas por homens e mulheres idosos. A de jacaré, apenas por mulheres.

Em seu artesanato se contam o arco, feito de tronco de pupunheira; flechas, que são guardadas num estojo feito de capemba de açaizeiro; longas zarabatanas feitas com madeira, resina, em parte recobertas com areia, com alça de mira de dente de capivara e guarnecidas de elos de casca de ovos de aves; aljava para setas de zarabatana feita de taboca; e recipientes de cerâmica de tamanhos variáveis, mas de uma só forma, a de tigela (inclusive para trazer água do igarapé) com incisões nas bordas (Montagner Melatti: 1980 e 98-99). Fazem ainda ornamentos corporais, como estiletes de patauá para se inserirem em orifícios nas asas do nariz; estiletes mais grossos de patauá, usados pelos homens em orifícios entre as paredes medianas do nariz e a face; pedacinhos de taboca passado pelo septo nasal; estiletes de concha de caramujo aruá, ligados com cera e usados por homens no septo nasal; brincos de taboca usados por mulheres e meninos; brincos de placa côncava de concha de um caramujo ligada a uma vareta, usados por homens; tembetá de taboca fina usado por ambos os sexos; colar de contas de coco de cor preta (de muru-muru) e avermelhada (tingido de urucu) usado por adultos e crianças; colares de dentes de macaco zogue-zogue, usados pelos homens; colares de dentes de outra espécie de macaco, usados por mulheres e crianças; faixa tecida com fio de tucum, usada nos tornozelos, abaixo dos joelhos, nos pulsos e nos antebraços por ambos os sexos; e braçadeiras de dentes de macaco zogue-zogue, usadas pelos homens. Quando solicitados a fazer trocas, desfazem-se com dificuldade de seus adornos. Acrescente-se ainda a tatuagem facial e a não elaborada pintura corporal com urucu e, talvez, jenipapo (Montagner Melatti: 1980, 87-91).

56. Sede do PIA Ituí, rio Ituí (foto Delvair Melatti, 1980).

Tudo o que os Matís produzem é para consumo próprio e não estão engajados em nenhuma forma de trabalho para os civilizados. Aliás, em dezembro de 1978, o chefe da AJUSOL mandou que Pedro Mayorúna, ajudado por alguns Matís, extraísse madeira. Após noventa dias de trabalho e abatidos alguns cedros, o responsável pela chefia do PIA Ituí, temeroso de que o Mayorúna explorasse os Matís, uma vez que ainda não há sentido para estes na comercialização da madeira, mandou sustar os trabalhos (Montagner Melatti: 1980, 102).

Tutela e assistência

O PIA Ituí dispõe de um barracão que serve de farmácia, dormitório e depósito. Dispõe de um gerador e oito canoas feitas à moda da região, mas não tem rádio. Conta com quatorze funcionários braçais, dentre os quais um caçador, um mariscador, um cozinheiro e mais dois funcionários que são o chefe do posto e o atendente de enfermagem.

Entretanto, o PIA Ituí, que está sem rádio desde 1978, não dispõe de embarcações pequenas a motor, para atendimentos de emergência, ficando a depender do empréstimo de pessoas alheias à FUNAI, como seringueiros, em casos de necessidade. O abastecimento de alimentos para os funcionários, feito trimestralmente, é insuficiente. O período em que têm de permanecer no posto sem poder sair, é muito longo, o que os torna deprimidos, pelo isolamento e afastamento dos familiares. Isso os torna interessados sexualmente nas índias, trazendo problemas para a chefia do Posto; eles acham que deveria ter uma folga na cidade, de seis em seis meses, de uns dez a quinze dias. Os

funcionários que recebem pela ex-COAMA têm seus pagamentos atrasados de até 25 dias com relação aos outros funcionários da FUNAI. O Posto se acha demasiado longe das malocas; agora, com o processo de atração já praticamente terminado, poderia ser transferido para o Jacurapá. Talvez essa transferência para longe das margens do Ituí desestimule a presença dos Marúbo, fazendo-os voltar para o alto rio. Intérpretes, como os Mayorúna Pedro e Nakwá (este já deixou o Posto) deveriam ser contratados apenas por serviços prestados, de modo a poder dispensá-los após terminada sua necessidade, a fim de não afastá-los por longo tempo de seu grupo tribal. Além disso, Pedro, cujo comportamento perante as regras de casamento desgostava os próprios Mayorúna, acabou por casar-se com duas mulheres Matís, e passou a provocar atritos na maloca em que morava. Recambiado para sua aldeia de origem, retornou a pé aos Matís. Sua presença dividiu-os entre aqueles que a permitiam e aqueles que queriam que fosse embora, acusando-o de bater nas esposas, o que não é costume entre os Matís, além de manter relações sexuais com mulheres casadas, de ser

57 e 58. (fotos Delvair Melatti, 1980).

preguiçoso e de aspirar à chefia do grupo (Montagner Melatti: 1980e, 104-105 e 109-113).

Um outro motivo que justifica a mudança do posto é a grande quantidade de piuns no local, de que os Matís reclamam desde que estavam fazendo as primeiras aproximações (Figueiredo: 1978b).

Além dos Marúbo do PIA Ituí, tratados no capítulo correspondente, há no mesmo Posto uma mulher Kanamarí (esposa de funcionário) e cinco indivíduos Kulína (uma mulher que é esposa de funcionário, e outra com três filhos, sendo uma mocinha e dois meninos); além do já citado Mayorúna, Pedro (Montagner Melatti: 1980, 85).

Não há missões religiosas nem outras entidades não-governamentais que dêem assistência aos Matís. Também não há nenhuma iniciativa em matéria de projetos, nem da FUNAI e nem dos próprios índios, cujo contato é recente.

EDUCAÇÃO ESCOLAR — Ainda não há nenhuma escola para os Matís.

Em Março de 1980, a esposa de um funcionário, professora do MOBRAL, foi transferida para o PIA Ituí. Iniciou-se por isso a construção de uma escola, para que ela lecionasse para os Marúbo que vivem no Posto. No relatório que narra esse fato (Montagner Melatti: 1980, 113) a autora propõe que, uma vez que os Marúbo já são alfabetizados em sua própria língua na missão em Vida Nova, e uma vez que não convém estimulá-los a permanecer no PIA Ituí, o marido da professora deveria ser transferido para o PIA Massapê, desativado, no Itacoaí, onde ela poderia lecionar para os Kanamarí.

SERVIÇOS DE SAÚDE — O grupo de saúde que visitou o PIA Curuçá e Vida Nova também passou pelo PIA Ituí. Mas aí não examinou e nem vacinou os Matís. Apenas os quinze funcionários ali então residentes, inclusive dois índios, foram vacinados com BCG intradérmico (Stabile Neto: 1978).

No ano de 1980 nasceram três crianças, além de uma que nasceu morta e de um outro caso em que morreram mãe e filho. Os partos são feitos dentro da maloca, onde todas as mulheres participam no banho da criança. O atendente de enfermagem também assiste, mas não se sabe qual a sua participação. Usam ervas como anticoncepcional e não praticam o infanticídio. Não há uma idade precisa até quando as crianças mamam no peito.

Nesse período de um ano, só morreram aquelas pessoas no parto; a mulher tinha uns 40 anos. Nenhuma teve assistência médica.

As doenças mais freqüentes nas crianças são a disenteria, a gripe e a verminose; nos adultos, as duas primeiras.

O profissional de saúde na área é um atendente de enfermagem, que trabalha há quatro anos, pago pela FUNAI. Não há na área, equipe volante e nem outra entidade que preste serviço de saúde.

Em 1980 foram encaminhadas para internação apenas duas crianças, no Hospital de Benjamim Constant, não havendo informação sobre os diagnósticos.

Houve vacinação contra poliomielite e sarampo, mas duas aldeias não foram vacinadas: a de Darapá e a de Binã.

O PIA Ituí dispõe de fossa asséptica; as malocas têm um lugar destinado a urinar e outro para defecar. A borrifação contra malária se faz (uma vez por ano?) inclusive nas malocas.

Os medicamentos usados são analgésicos, antibióticos, anti-histamínicos, álcool, vermífugos, material curativo, colírio, antitussígeno e escabiol. Os que mais fazem falta são os antibióticos. Quem os administra é o atendente de enfermagem.

Existe apenas um médico-feiticeiro atuante, que age em todo tipo de problema de saúde, sobretudo quando o doente está distante do pessoal da FUNAI. Os funcionários da FUNAI só entram em ação quando ele entrega o doente. Os Matís fazem distinção entre doenças de índio e doenças de branco, sendo estas a gripe, a tosse, etc.

Segundo Delvair Montagner Melatti (1980, 106-109), a presença de seringueiros em mau estado de saúde e sem assistência nas proximidades dos Matís recém-contatados, e mesmo a falta dos devidos cuidados no contato do próprio pessoal do Posto, desde cedo contagiaram os Matís. Em fevereiro de 1978, eles contaram que pouco tempo atrás todos tinham contraído gripe. Nesse período, o Posto não tinha remédios; foram solicitados por quatro vezes à Ajudância e três Matís morreram de febre, tosse e gripe. E durante os anos de 78-79 são vários os casos de gripe. Em abril de 1980, quando o Posto estava sem remédios e o atendente de enfermagem de férias, houve outra epidemia de gripe e morreram três índios no igarapé Boeiro. Dos quatro índios que faleceram de pneumonia em 1979, dois morreram por ausência de medicação, um por falta de transporte e outro porque recusou-se a tomar remédio. Um menino que contraiu hepatite e malária não pôde ser retirado a tempo por não haver gasolina suficiente no Posto e porque o rádio estava estragado, vindo então a falecer. Num dos casos de pneumonia de 1979, o doente foi transportado a remo até Atalaia do Norte, mas ao chegar aí não foi internado a tempo, vindo também a falecer. Esses casos mostram que o PIA Ituí, destinado a atrair e assistir índios recém-contatados, não tem recebido a atenção que merece. Em fins de 1979, houve uma epidemia de gripe, acompanhada de uma de inflamação de olhos.

Havia em 1980 um surto de disenteria acompanhado de vômito na maloca de Damân (do igarapé Jacurapá), deixando o doente muito abatido. A SUCAM tratou de 22 casos de malária entre os Matís, tendo morrido um com suspeita dessa enfermidade. Consta que no Ituí existe o beri-beri (mas sem Matís afetados). Também não há entre eles a tuberculose, mas correm o perigo de se contaminarem com os Marúbo que vivem no Posto.

Citando Paula (1979, 22), a autora do mesmo relatório registra que os Matís enviam emissários ao Posto para cha-

marem os funcionários a virem tratar dos doentes que colocam em tapiris na mata. E acrescenta que os índios controlam a propagação das doenças, evitando visitar parentes em outras aldeias. Há uma mulher que vigia o estado de saúde do pessoal, avisando ao atendente onde há doentes.

Situação atual das terras

As terras dos Matís se encontram mais ou menos no centro do proposto *Parque Indígena do Vale Javari*. Na parte setentrional, na altura do paralelo 5° 40' S, elas tocam as terras dos índios da confluência do Ituí/Itacoaí, grupo indígena que até hoje recusou o contato. Na parte meridional, elas estão separadas das terras Marúbo por uma faixa não utilizada, entre mais ou menos o paralelo 6° 20' S e 6° 35' S. A oeste, elas ultrapassam o Ituí, pelo menos na altura da bacia do rio Novo de Cima (afluente da margem esquerda do Ituí), sendo possível que também avancem sobre os afluentes do Ituí que estejam mais abaixo, como o São Lourenço; em alguma parte da bacia do rio Novo de Cima, elas tocam as terras de um grupo ainda sem contato, que deve ser Kulína e que habita o alto curso dos igarapés São Salvador, Todos os Santos e Pedro Lopes, afluentes da margem direita do Curuçá. A leste, elas devem atingir mais ou menos o divisor de águas entre o rio Branco e o rio das Pedras, ambos afluentes da margem esquerda do Itacoaí. Por conseguinte, os dois bolsões que a proposta da 1.ª DR, com base em Sebastião Amâncio da Costa, retiram do Parque, na margem esquerda do Ituí e na margem direita do Branco, abrangem terras freqüentadas pelos Matís.

Um índio velho, Binân, conta que outrora os Matís moravam entre o Curuçá e o Ituí.

Porém, no momento em que a FUNAI começou os trabalhos de atração no início dos anos 70, já estavam na margem direita do Ituí; todavia, concentravam-se um pouco mais ao norte do que estão hoje. O motivo de seu recuo para o sul deve-se, pelo menos em parte, ao avanço dos madeireiros. Por exemplo, foram expulsos do igarapé Aurélio Grande, refugindo-se no Jacurapá (Montagner Melatti: 1980e, 84). Já no contato que estabeleceram com o pessoal do PIA Ituí, em 8 de fevereiro de 1978, os Matís mostraram preocupação com a penetração dos brancos e pediram que não os deixassem entrar no rio Branco e nem no Ituí, pois portavam armas, afugentavam a caça, e os índios tinham medo que os matassem, como já acontecera (Figueiredo: 1978a). Noutro contato (18-02-1978), um rapaz Matís mostrou preocupação com a entrada de civilizados no rio Branco e de madeireiros no igarapé São Bento (afluente da margem direita do Ituí, abaixo do Aurélio Grande) e o autor do relatório informa que a entrada de civilizados no Branco se dava em fins de maio, no tempo da desova de quelônios (Figueiredo: 1978b).

Mais ou menos desde 1977, existem madeireiros e seringueiros no igarapé Aurélio Grande, no São Bento e nas margens do Ituí e do rio Branco.

A demarcação das terras dos Matís compreende uma área já invadida por vários seringais. Como não se dispõe de dados sobre a localização de cada um deles, só se pode dar uma idéia muito vaga do problema. No capítulo dedicado aos Marúbo já se disse que o trecho do Ituí entre a foz do Paraguaçú e a do rio Novo de Cima incluía seringais que pareciam pertencer a herdeiros de João Barbosa Ferreira; ora, todo esse trecho do rio deverá ser incluído no futuro Parque. O regatão Manoel Gomes, em 1975, contou que o trecho do Ituí, compreendido entre a foz do rio Novo de Cima e a do igarapé Grande ou Quebrados, afluente da margem esquerda (a confluência do Quebrados com o Ituí deve estar aproximadamente a 4° 44' S), pertencia a Afonso Alvim, de nacionalidade portuguesa, já falecido; sua herdeira teria vendido esse trecho a Alberto Pereira, que o arrendou à firma dos Magalhães. Consultando as listas de seringais de 1975 e que Montagner Melatti (1980, Anexo n.º 1) registrou cinco anos depois, vê-se que de fato a informação tem fundamento, muito embora o nome da herdeira tenha sido deturpado, bem como o do comprador de parte de suas terras. A herdeira seria Maria Afonsina Cunha D'Alvim e o comprador R. Pereira H. Ltda. Dado o caráter sumário das listas, não é possível saber se a firma, denominada Sociedade Três Pinheiros da Amazônia, vem a ser constituída pela citada herdeira e o citado comprador ou se constitui uma terceira empresa envolvida com essas terras. Enfim, os seringais herdados de Afonso Alvim, principalmente os da margem direita do Ituí, deverão ser incluídos no futuro Parque. As listas nada dizem do rio Coari, que deverá ficar todo dentro do Parque, sendo seu curso superior em terras Matís. Uma vez que todo o curso do rio Branco poderá ficar dentro do Parque os 18 seringais nele situados, serão afetados. Seis deles são de Aristides Felix da Silva; quatro, de herdeiro de João Barbosa Ferreira; dois de herdeiro de Manoel Leão da Silva.

Quanto à atual invasão das terras pelas empresas madeireiras, ver o item *O futuro: entre o Parque e o descimento* da Introdução do volume.

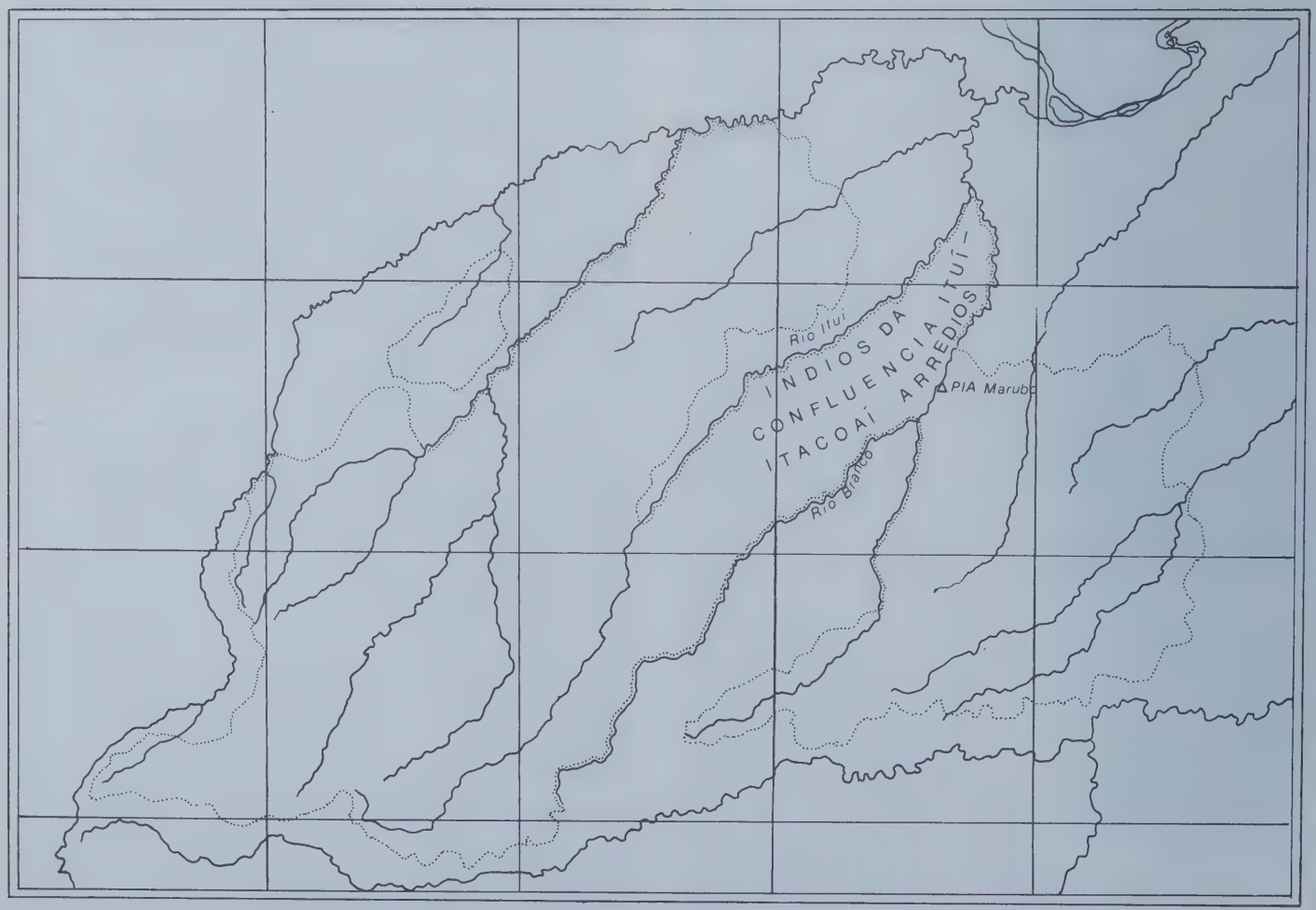
FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos:

Benn, 1979b
Coelho, 1976a, 1976b, 1977a, 1977b, 1977c, 1978, 1979
Figueiredo, 1978a, 1978b, 1978c, 1978d
Meirelles, 1975 (?)
Montagner Melatti. 1980 (76-116)
Nogueira, 1977
Nogueira & Oliveira, 1976
Paula, 1979
PIA Ituí, 1978a, 1978b, 1978c, 1978d, 1978e, 1978f, 1978g, 1978h
Silva, 1977
Souza & Silva, s.d. (?)
Stabile Neto, 1978
Tavares, 1975
Tôrres, 1975

2. Trabalhos de divulgação:

Levantamento, 1980
Rich, 1981
Revista de Atualidade Indígena, 1978a


Rio Ituí
ÍNDIOS DA CONFLUÊNCIA ITUÍ–ITACOAÍ ARREDIOS
Rio Branco
OPIA Marubo

4 Índios da Confluência do Ituí com o Itacoaí

Nome

Os funcionários da FUNAI denominaram os índios localizados na confluência dos rios Ituí com o Itacoaí de Marubões, numa reminiscência do nome que até há poucos anos aplicavam a eles: Marúbo. Um dos igarapés que freqüentavam, foi denominado igarapé Marúbo e o posto construído em suas proximidades, PIA Marúbo. Entretanto, pouco a pouco o nome Marúbo foi sendo abandonado, uma vez que já era aplicado havia muito tempo a um grupo do alto Ituí e alto Curuçá. Daí talvez a mudança para Marubão. Deve-se evitar esse nome, a fim de sublinhar a distinção entre esses dois grupos indígenas. O sertanista Valmir Torres ouviu dos próprios índios a autodenominação Kaniuá (*Informativo FUNAI*: 1975, 61), que poderia-se grafar Kaniwá. Porém, como nada garante que os índios estivessem dizendo o nome de seu próprio grupo, como também há um outro funcionário que trabalhou na atração e que põe em dúvida essa denominação, e como o nome não "pegou" entre os próprios funcionários da FUNAI, convém deixá-lo de quarentena. Um nome que poderíamos usar, seria Korúbo, a denominação que lhes aplicam os índios Matís. Mas quem pode garantir que não possa haver mais de um grupo tribal ao norte dos Matís? Por conseguinte, usaremos, por enquanto, a expressão índios da confluência do Ituí com o Itacoaí ou, abreviadamente, índios da confluência.

Língua

Ainda não há dados sobre a língua falada por esse grupo.

Localização

Vivem na região limitada pelo baixo Ituí, baixo Itacoaí e baixo rio Branco, tendo como limite meridional mais ou menos o paralelo 5° 40′ S.

População

Não se sabe ainda o número de grupos locais desses índios e muito menos sua população. As estimativas variam de duas mil até duzentas pessoas, sendo provável que o verdadeiro número esteja mais próximo deste último (Montagner Melatti: 1980, 34-35).

Histórico do contato

A história do contato entre os índios da confluência do Ituí com o Itacoaí e os civilizados não tem grande profundidade no tempo. Apesar de se localizarem em área relativamente próxima dos centros urbanos da região, não entram em documentos escritos, até recentemente, referências a eles.

ATÉ 1972 — Em 1975, o regatão Oscar Gomes contou ao casal Melatti que uma vez, em 1928, um tio seu, mais um peruano e quatro ou cinco Tukúna estavam no Coari. Um Tukúna apanhou, na roça de índios ainda sem contato, um cacho de bananas, três ananases e não sabe quantos mamões. Os índios então vieram atacar os trabalhadores (que deveriam ser mais que as pessoas citadas, uma vez que o tio de Oscar era capataz). A luta durou uma hora e morreram quarenta e poucos índios. A munição estava se acabando, os civilizados já queriam correr, mas os índios correram primeiro. Ao retornarem ao local da luta, para apanhar o material que tinha ficado lá, os cadáveres dos índios já tinham sido retirados. Mandaram os Tukúna irem comprar mais munição, mas os índios não voltaram mais.

Em 1934, no seringal Aliança, um pouco acima da foz do Coari, os índios mataram Antônio Mandim, que um dia, com medo, havia atirado contra eles. José Cândido de

59 e 62. acima e página oposta: cachorros como brindes para a atração confluência dos rios Ituí/Itacoaí (Revista de Atualidade Indígena, n.º 8, 1978).

60, 61 e 63. acima e página oposta: primeiro contato: diálogo através de gestos, rio Itacoaí (Informativo FUNAI, n.º 14, setembro 1975).

Melo Carvalho, zoólogo do Museu Nacional, que subiu o Itacoaí desde a foz até quase as cabeceiras em 1950, deixando uma descrição de sua viagem, não faz nenhuma referência a índios no trecho desde a foz do Itacoaí até a foz do rio Branco, apesar de ter pernoitado quatro vezes nesse trecho e em três delas em casas cujos moradores estavam presentes. Mas é digno de nota que em seu mapa dos moradores da região, a não ser três casas junto à confluência com o Ituí, um longo trecho da margem esquerda do Itacoaí nao tem nenhuma casa assinalada (Carvalho: 1955, 30-35 e mapa II).

Em 1975, o madeireiro Sebastião Guida contou aos Melatti que no rio Novo de Baixo (também chamado Novo de Humaitá) havia índios que outrora não atacavam. Havia onze anos atrás (logo, 1964) ele estivera lá num grupo de nove homens. Estiveram numa maloca; as mulheres e meninos correram, e eles ficaram sós com uma velha doente. Quando o chefe chegou, mostrou-se zangado e eles correram. Mas não foram perseguidos, apesar de terem de dormir duas vezes em tapiris antes de alcançarem a canoa. Guida acha que eram os mesmos índios que atacam no Itacoaí, pois, se alguém subir o rio Novo de Baixo a partir da foz durante seis horas, chega a um ponto tão perto do Itacoaí que pode ouvir os motores que navegam neste último.

Sebastião Amâncio Costa, em seu relatório de 1972, diz que havia casos de mortes desde 15 anos atrás. E ainda que, da infinidade de mortes e raptos, se limitava a citar casos concretos, descritos por testemunhas. E pelos casos que cita, nota-se que as agressões dos índios começam em 1968. Antes dessa data, João Bezerra trabalhou no igarapé São João com madeireiros, sem ser molestado, apesar da presença dos índios; o autor do relatório diz que isso ocorreu havia cinco anos, ou seja, 1967. Porém, em março de 1968, atacaram a residência de Raimundo Franco, levando uma menina de três anos e matando outra de seis meses, enquanto os adultos escaparam fugindo. Em agosto de 1968, incendiaram a residência de um seringalista, cujos moradores estavam ausentes. Em agosto de 1969, assaltaram a residência de George Ferreira, a duas horas de viagem abaixo do igarapé Marúbo, matando-o e levando-lhe o osso da canela, enquanto sua esposa fugiu. Em 1971, Sebastião Luís que trabalhava em madeira, foi encontrado morto nas margens do Itacoaí, num lugar chamado Floresta, vítima de cacetes e lanças e sem os ossos da canela. Em 1972, uma pessoa chamada Daniel estava pescando no rio Novo (de Baixo, por certo), quando foi morto a cacete e despojado dos ossos da canela. Em todos os casos os acampamentos foram destruídos ou queimados, mas sem que os índios levassem os pertences das vítimas (Costa: 1972a). O autor do relatório, nessa enumeração de vítimas, observa ainda que Raimundo Feliz, Geraldo Feliz e um peruano de nome desconhecido, que trabalhavam madeira nas cabeceiras do igarapé Marúbo, estavam desaparecidos havia dois anos. Curiosamente, um dos particulares que atualmente se empenha na atração dos índios da confluência se chama Raimundo Feliz, enquanto Santiago, que atua na mesma direção, é peruano (Montagner Melatti: 1980, 31 e 33).

DE 1972 A 1975 — Nesse período, a FUNAI, através da instalação do PIA Marúbo e do Subposto Tabocal (depois PIA Rio Branco) procura a aproximação dos índios. Três pessoas (dois funcionários e uma esposa de funcionário da FUNAI) são mortas junto ao Posto em três ocasiões diferentes.

DE 1976 A 1979 — A FUNAI mantém desativado o posto de atração. Por volta de 1976 um madeireiro é morto a cacetadas no rio Novo de Baixo. Em julho de 1977, os índios ateiam fogo no barracão do seringueiro Djalma, no rio Coari (Montagner Melatti: 1980, 31).

A PARTIR DE 1980 — Madeireiros interessados em explorar madeira dentro da área indígena empreendem a atração dos índios. A PETROBRÁS se prepara para fazer pesquisas na área.

Modo de vida

Pouco se pode dizer nesse item.

Das sete fotos mostradas num relatório (Silva: 1974), cinco parecem mostrar uma mesma maloca, de aspecto externo semelhante a uma maloca Marúbo, vendo-se pelo menos uma porta frontal e outra lateral. Junto dela estão troncos abatidos e bananeiras, mas a mata está muito junto à maloca, dando a impressão de que se trata de uma ocupação recente. O chão em que está assentada é plano e não parece ser um topo de colina. As outras duas fotos mostram uma construção comprida, parecendo provisória, com uma ou duas portas laterais, com bananeiras à volta e a mata próxima.

Um madeireiro que trabalhou no igarapé São João, paralelo ao igarapé Marúbo, por volta de 1967, durante seis meses, viu vestígios várias vezes da presença de índios, sem avistá-los e sem que estes fizessem mal aos madeireiros. Nas ocasiões em que os índios visitavam o acampamento deles, deixavam ossos de pássaros fincados nos paus das barracas (Costa: 1972a). Ora, o costume de deixar ossos de animais na cobertura das habitações é algo partilhado com os Marúbo, Mayorúna e Matís. Em mais de um caso, civilizados mortos pelos índios da confluência foram despojados dos ossos da canela, que eles carregaram; também se diz que era seu costume pôr os cadáveres das vítimas dentro das habitações e atear-lhes fogo (Costa: 1972a).

Praticamente nada se pode dizer da subsistência e economia desses índios, uma vez que ainda não se acham definitivamente atraídos.

Como os demais índios da região, devem praticar a agricultura, a caça, a pesca e a coleta. As citadas cinco fotos que parecem mostrar a mesma maloca, tomadas num vôo efetuado em 14 de dezembro de 1974, sobre o igarapé

Correia, afluente da margem esquerda do Itacoaí, mostram bananeiras em torno dela e muitos troncos caídos (Silva: 1974). Teriam também uma roça de macaxeira no igarapé Coari (Montagner Melatti: 1980, 36). Uma de suas aparições diante do PIA Marúbo, mostraram bananas e pequenos animais. Como suas aparições até há pouco se davam sobretudo nos meses mais secos, isto se deveria provavelmente à procura de tracajás, tartarugas e seus ovos e também peixes.

Uma arma característica dos índios da confluência é a borduna. O funcionário que foi seriamente ferido por eles, em 1974, contou-nos que apareciam diante do posto sem nada nas mãos, mas arrastando as bordunas nos pés, para que não fossem vistas. Um outro diz que houve vítimas suas abatidas com lanças e cacetes e que esses índios desconhecem o arco e a flecha (Costa: 1972a).

No item *Tutela e Assistência* referir-se-á a uma aldeia visitada pelos funcionários do PIA Rio Branco, em 1975, citando as plantas cultivadas, a forma das malocas, os instrumentos e ornamentos. Entretanto, foi dito que nada garante que se trate dos índios da confluência.

Nas fotos publicadas pelo *Informativo FUNAI* (1975, 56-61) vêem-se apenas alguns homens e meninos nus, com o pênis amarrado à cintura, com braçadeiras e os cabelos cortados em forma de cuia emborcada. As fotos são apagadas e distantes, mas parece que não há pintura de corpo.

Tutela e assistência

Atualmente não existe nenhum posto da FUNAI destinado a esses índios, em processo de atração.

Para atraí-los foi criado o PIA Marúbo, cuja instalação provisória foi concluída em 10 de fevereiro de 1972, na margem direita do rio Itacoaí, trezentos metros acima da foz do igarapé Marúbo (Costa: 1972a). Em 2 de julho de 1973, os índios (calculados em apenas dois adultos e um menor) assaltam o posto, matam a esposa de um funcionário braçal e incendeiam a casa; durante o assalto, os brindes que um funcionário assustado atirava para os índios iam sendo destruídos a bordunadas; mas levaram dois machados e seis panelas (Montagner Melatti: 1980, 27-28). Para que os índios queimassem o posto, este deveria estar, por algum tempo, instalado na margem esquerda, uma vez que os índios não costumavam atravessar o rio. Em 11 de agosto de 1974, durante uma distribuição de brindes, os índios mataram o funcionário Sebastião Bandeira e deixaram seriamente ferido um outro, Bernardo Müller Filho. No último trimestre de 1975, os funcionários Valmir Tôrres e Jaime Pimentel foram perseguidos pelos índios, sendo o último alcançado e morto. A partir de então desativou-se o posto e ele nunca mais voltou a funcionar. Porém, entremeados a esses contatos agressivos, houve outros mais amistosos, como a aproximação do Posto que fizeram em 24 de novembro de 1974, quando permaneceram em contato durante nove horas e quando se soube que se autodenominavam Kaniwá (Torres: 1975; *Informativo FUNAI*: 1975, 61). Numa outra aproximação, em 6 de fevereiro de 1975, cerca de duzentos índios se apresentaram hostis, armados de bordunas e de flechas, mas depois, mudaram de atitude e, com gestos pacíficos, põem suas mulheres na frente, mostrando bananas e alguns animais, como macaco e mutum, fazendo sinais para os funcionários se aproximarem. Mas logo que estes se aproximaram, os índios investiriam contra eles, fazendo-os retornar ao abrigo do Posto. Os índios continuaram a demonstrar ira, indicando por sinais que lhes golpeariam a cabeça e, após caírem, o resto do corpo, sobretudo os braços (Rodrigues: 1975).

Essa resistência e imprevisibilidade de comportamento deixam atônitos os funcionários da FUNAI e os habitantes da região, de modo que alguns explicam essas atitudes pela possível presença entre os índios de três malfeitores da região — Deusdéti, Carrapixo e Manduca Major —, crença esta que é também a de Bernardo Müller Filho, o funcionário ferido pelos índios.

Para atraí-los havia também o subposto Tabocal, ao que parece sob a jurisdição do PIA Marúbo. Ficava situado no rio Branco (afluente da margem esquerda do Itacoaí), a onze horas de viagem a partir de sua foz (em motor Chrysler de 35 HP). Entretanto, os índios que freqüentavam as imediações desse subposto não eram agressivos, apenas roubavam produtos da roça e ferramentas do único morador próximo a eles (Sr. Arimatéia). Tinham canoas e remos de paxiúba, andavam nus, pintavam-se com urucu e jenipapo e faziam a travessia do rio (Branco?) a nado. Valmir Tôrres, que examinou um recipiente de cerâmica deles considerou-o parecido com os correspondentes Mayorúna (Torres: 1975). Esse Subposto Tabocal deve ser o mesmo que aparece em outro documento (Souza e Silva: 1975) com o nome de PIA Rio Branco. Esse mesmo documento fala de uma aproximação de quatro desses índios, em 20 de setembro de 1975, que falavam uma língua em que se percebiam palavras Mayorúna e que pediam, além dos objetos que o pessoal costumava usar nos tapiris (panelas, pratos de alumínio e outras utilidades), também facões, tesouras e machados, no que não foram atendidos, dadas as ordens expressas da COAMA (talvez, supõe-se, com receio de que os índios os usassem para agredir os próprios funcionários da FUNAI).

Essa visita dos índios foi seguida de uma expedição da frente de atração à aldeia, que foi encontrada a poucas horas do Posto, constituída de seis malocas, com a dimensão aproximada de 3 metros por 25 metros cada uma e uma população total estimada em duzentos índios. Nas vizinhanças havia roças com milho, mandioca, mamão, cana-de-açúcar, inhame e batatas. Esses índios usavam arco, flechas, lanças de paxiúba, bordunas, zarabatanas, puçás, canoas de tronco de paxiúba, brincos nas orelhas perfuradas e penas no nariz também perfurado, pênis amarrado com embira à cintura, e a maioria com cabelos compridos, que caíam até os ombros. No mesmo docu-

mento se sugere que, como o PIA Ituí tinha boas roças e o PIA Rio Branco poucos recursos, os índios fossem atraídos gradativamente para o primeiro através de uma distribuição de tapiris de brindes de um até o outro posto. Um despacho de Apoena Meirelles, referente a esse documento, reprova o ato da equipe de atração de visitar uma aldeia de índios arredios sem ser convidada (Meirelles: 1975).

A descrição desse documento coloca um problema, que é o da identificação do grupo indígena. Sua atitude amistosa lembra os Matís, que se aproximaram do PIA Ituí no final do ano seguinte, assim como a forma de suas malocas e as zarabatanas. Mas a existência de bordunas lembra os índios da confluência Ituí/Itacoaí. A amarração do pênis é comum aos dois grupos. Porém o uso de canoas de tronco de paxiúba, o plantio de cana-de-açúcar, a introdução de penas em orifício no nariz e, sobretudo, os cabelos compridos até os ombros não parecem ser característicos de nenhum dos dois grupos (os Matís raspam completamente a cabeça e os índios da confluência cortam os cabelos em forma de cuia emborcada). Seria um terceiro grupo? Não se dispõe de outro documento que tire a dúvida. O PIA Rio Branco também se acha hoje desativado. Como nenhuma nova frente de atração foi ativada pela FUNAI, depois de 1975, para atrair os índios da confluência, esta tarefa ficou tacitamente entregue a particulares. De fato, em outubro de 1979, o madeireiro Santiago (peruano), que está trabalhando no igarapé Marúbo, entra em contato com os índios, que no ano seguinte passam a construir maloca no mesmo igarapé. Como disse um seringueiro do Itacoaí, Santiago está "catequizando-os e não os atrapalha". Pediu aos índios para que não "mexessem" (matassem) com os civilizados, e seu pedido tem sido atendido. Para esse trabalho de atração, Santiago, em janeiro de 1980, pediu brindes à Ajudância do Alto Solimões, que lhe foram negados. Arranjou então um empréstimo de seis mil cruzeiros com um madeireiro e comprou bonecas e presentes para eles. Santiago fala cinco idiomas, um dos quais a língua de um grupo indígena do Juruá, que dizem ser a mesma dos índios da confluência Ituí/Itacoaí. Um outro ponto em que aparecem é em frente ao igarapé Fraternidade, um afluente da margem direita do Itacoaí. Se um barco atraca na margem esquerda, os índios entram nele, comem bolacha, bebem cachaça e nadam com a tripulação. Se outrora os índios apareciam na beira dos grandes rios apenas no período mais seco, a partir de 1980, começaram a aparecer em fevereiro. Os índios acenam, na praia aparecem mulheres, crianças, macacos, coatis; mas os civilizados receiam se aproximar, temendo que na mata haja mais índios escondidos. Dois funcionários da SUCAM viram, em fevereiro de 1980, índios aparecerem desde a foz do Ituí até a foz do Coari, afluente da margem direita daquele. O madeireiro Raimundo Feliz comprou para os índios dez mil cruzeiros de roupas e outros presentes, e toma banho com eles. Raimundo Guida se diz amigo deles. E agora a 31ª Equipe da PETROBRÁS, encarregada de detonações, também pretende entrar na área (Montagner Melatti: 1980, 31-33). Essas informações contrariam a idéia anteriormente mantida, de que esses índios desconheciam a natação (Costa: 1972a).

Estando ainda em fase de atração, não há, obviamente, o que registrar a respeito de serviços de educação e saúde.

Com respeito à saúde, convém notar que, a partir de 1980, passaram a tomar cachaça em embarcações que eventualmente encostem à margem onde se encontram.

Situação atual das terras

Com a desativação do PIA Marúbo no final de 1975, não existe nenhuma vigilância da área dos índios da confluência do Ituí com o Itacoaí, de modo a defender suas terras de invasão, até o momento em que venham a ser definitivamente demarcadas.

Suas terras deverão fazer parte do futuro *Parque Indígena do Vale do Javari*. Ao norte se limitam pela confluência dos rios Ituí e Itacoaí; a leste, pelo baixo Itacoaí; a oeste, pelo baixo Ituí; e ao sul têm como limite a fronteira setentrional da área Matís, aproximadamente a 5° 40' S.

Trata-se de uma área invadida. O rio Coari, cujo baixo curso percorre a área, há muito vem sendo trabalhado por madeireiros. O igarapé Marúbo também está sendo trabalhado por eles. Quanto ao rio Novo de Baixo, afluente do Ituí e que fica todo dentro dessa área, não se sabe se está invadido no momento.

Vários seringais já invadiram as terras a serem demarcadas. Em 1975, o regatão Manoel Gomes mostrou um contrato em que Gentil Homem Amazonense lhe arrendava os seringais Natal e Ladário. Natal está na margem esquerda do Itacoaí, muito próxima da confluência com o Ituí; mas o seringal que fica justamente na confluência é Triunfo, que se estende pela margem direita do Ituí, até o ponto que está defronte à foz do igarapé Quebrados (situado na margem esquerda); daí para cima fica o seringal Sentinela. O seringal que sucede Natal, pela margem esquerda do Itacoaí para cima, é Valência. Por conseguinte, todos esses seringais estariam dentro da área do futuro Parque.

Montagner Melatti (1980, 39) dá a seguinte sucessão de seringais na margem esquerda do Itacoaí, desde a confluência deste com o Ituí até a confluência com o Branco: Ladário, Valença, Arena, Entre Rios, Porto Alegre, Floresta. A autora observa que há uma discrepância entre os nomes de proprietários que anotou durante a viagem e aqueles que anotou no INCRA, na Prefeitura de Atalaia do Norte. Nota-se que há também discrepância entre seus dados e as informações de Manoel Gomes. Este, por exemplo, põe o seringal Ladário na margem esquerda do Ituí, defronte do Triunfo. Mas, a julgar pela posição dos seringais numa lista tomada em 1975, a sucessão anotada por Montagner Melatti parece corresponder à realidade, com exceção da troca de Natal por Ladário e a alteração do nome Valência por Valença. Mas se torna difícil identificar os proprietários nas listas, porque há vários seringais com

o mesmo nome, distinguidos por números em algarismos romanos ou pelo acréscimo de um qualificativo. Mas, pelo menos, dois deles foram do falecido Antônio de Souza Braga. No lado do Ituí, o seringal Triunfo foi de João Barbosa Ferreira (não se encontrou o Sentinela) os que o seguem parecem pertencer na maioria a Maria Afonsina Cunha D'Alvim e a seus sócios ou compradores (R. Pereira H. Ltda. e Sociedade Três Pinheiros da Amazônia). O rio Novo de Baixo, que deverá ficar totalmente dentro do Parque, nas terras dos índios da confluência, parece conter seringais. Na lista de Montagner Melatti (1980, Anexo nº 1) há um rio Novo, indicado, talvez por engano, como alfuente do Itacoaí, que parece ser o Novo de Baixo; tem três seringais, todos pertencentes a Raul Jorge Leão Brasil com título definitivo. Quanto à atual invasão das terras pelas empresas madeireiras, ver o item *O futuro: entre o Parque e o descimento* da Introdução do volume.

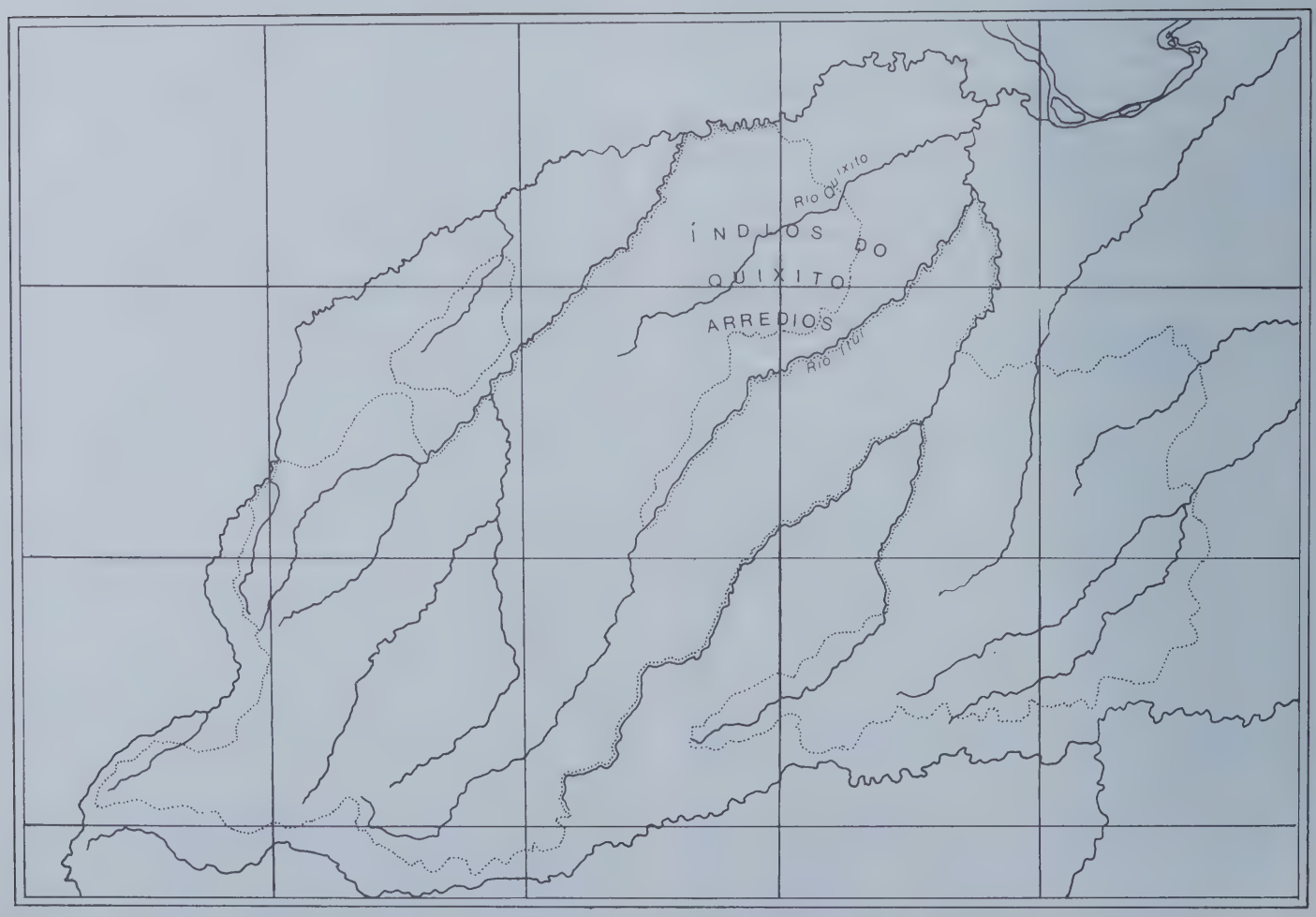
FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos:

Benn, 1979b
Carvalho, 1973
Coelho, 1979
Costa, 1972a, 1972b, s.d.
Figueiredo, 1978e, s.d.
Lima, 1969
Meirelles, 1975 (?)
Montagner Melatti, 1980 (24-41)
Possuelo, 1977
Rodrigues (E. da S.), 1974, 1975
Rosenberg & outros, 1979
Silva, 1974, 1977
Silva, França & Borja, s.d.
Souza & Silva, s.d. (?)
Tavares, 1975
Tôrres, 1975

2. Trabalhos de divulgação:

Informativo FUNAI, 1975


RIO QUIXITO
ÍNDIOS DO
QUIXITO
ARREDIOS
RIO TIJUI

5 Índios do Rio Quixito

Nome

Este grupo indígena e chamado de Marúbo pelos habitantes da região (Montagner Melatti: 1980, 7). Há quem o chame também de Mayá. Entretanto, nenhum dos dois nomes foi até agora confirmado como autodenominação. O termo Marúbo, de certo modo, já se consagrou como denominação dos índios do alto Ituí e alto Curuçá. O termo Mayá parece uma variação de Máya e de Máyo, (ou derivado do nome igarapé do Maia, onde apareciam também), o último dos quais já foi usado com referência aos Mayorúna. Por isso, evita-se aqui usar Marúbo e Máya, preferindo-se provisoriamente chamar a esse grupo de índios do rio Quixito.

Aliás, o regatão Oscar Gomes contou, em 1975, ao casal Melatti, que costumava visitar (não disse em que data) uns índios do rio Negro (não disse se afluente da margem esquerda do Ituí ou se afluente da margem esquerda do Pardo, mas deve ser o primeiro). Os índios chamavam a si mesmos de *Kanîbo* e aos brasileiros de *Perêbo*. Como os do Quixito habitaram e ainda freqüentam o rio Negro, afluente do Ituí, é possível que sejam os mesmos vistos por Oscar Gomes. Note-se como a autodenominação ouvida por ele, *Kanîbo*, de índios que poderiam ser os do atual Quixito, é bem semelhante à autodenominação que o funcionário da FUNAI, Valmir Tôrres, teria ouvido dos índios da confluência Ituí/Itacoaí: *Kaniwá*.

Língua

Nada se sabe sobre sua língua. Dos três intérpretes levados na expedição da FUNAI, de 1978, um Marúbo, um Kulína e um Mayorúna, apenas o último conseguiu entender duas ou três palavras (*Revista de Atualidade Indígena*: 1978b, 6).

O primeiro índio que apareceu ao madeireiro Manoel Capistrano Marinho falava português (Melatti: 1980, 10), o que é explicável pelo contato que os indígenas mantiveram com os civilizados no passado.

Localização

A julgar pelo relatório de Montagner Melatti (1980), cuja leitura se torna difícil por não serem citados os igarapés, indicados pelo nome com segurança nos mapas disponíveis, esses índios habitam o alto igarapé Esquerdo, que é o maior afluente da margem direita (sic) do rio Quixito. E ainda os igarapés Samaúma, Pau Mulato, Quixitinho, todos acima da confluência Quixito/Esquerdo. Habitaram também o rio Negro, afluente da margem direita do Ituí, o qual ainda freqüentam, fazendo furtos de pertences de madeireiros que aí trabalham. No tempo do estio vão ao rio Novo. O texto não esclarece se é o rio Novo de Baixo (afluente da margem direita do Ituí) ou se o rio Novo de Cima (afluente da margem esquerda do Ituí), mas parece ser o primeiro, que fica mais perto. Resta saber se atravessam o Ituí para entrar nesse rio, ou simplesmente visitam as margens opostas a sua foz. Recentemente, também têm procurado se aproximar dos Mayorúna de Lameirão, que ficaram temerosos de um ataque. Esses índios devem ser os mesmos que há anos atrás apareciam no igarapé do Maia, um afluente da margem direita do baixo Curuçá.

População

Uma vez que não pôde visitar diretamente os índios, que estão em vias de atração, Montagner Melatti (1980, 12-13), baseada em informações de madeireiros que dificilmente

64. Primeiro contato, rio Quixito (foto Sydney Possuello, 1978).

convergem para uma unanimidade, calcula que existem duas ou três malocas e se, como em outros grupos da região, as malocas têm de 30 a 40 pessoas, devem chegar a uma população total de uns 120 a 150 índios. Madeireiros do Quixitinho contaram uma vez 55 homens (adultos?), observando uma grande predominância de mulheres.

Histórico do contato

As informações aqui também são poucas e são raras as fontes escritas.

DE 1943 A 1946 — Prisciliano de Souza entra em contato com os índios. Substitui o peruano Pancho, que vivia com eles, impondo-lhes como líder um Marúbo chamado Domingos. Quarenta e cinco índios vão passear na cidade. Os índios se rebelam contra Prisciliano, atacam um seringueiro no baixo Javari e são afugentados. Voltam a atacar o seringal e fazem mortos. Retornam à suas malocas no Quixito, incendeiam-nas e vão embora. Os seringueiros fazem uma "correria" para vingar-se, matando alguns, inclusive Domingos.

DE 1947 A 1977 — Os índios vivem afastados dos civilizados. Sabe-se que continuam a viver na região, pelos seus vestígios. É possível que tenha sido nesse período que se manifestem no igarapé do Maia, afluente da margem direita do Curuçá, e próximo do rio Quixito.

A PARTIR DE 1977 — Começam a mostrar intenção de voltar a manter contato com os civilizados, mas com muita precaução, preocupados com o contágio, com a possibilidade dos civilizados usarem as armas de fogo contra eles e evitando mostrar-se o grupo inteiro, mas sempre umas poucas e as mesmas pessoas. Outros madeireiros e um regatão, que já tinha tido contato com eles na primeira etapa, procuram desempenhar a tarefa da atraí-los, interessados que estão na exploração dos recursos do Quixito. A FUNAI se limita a enviar uma pequena expedição de atração, sem deixar nem mesmo um posto de vigilância.

Modo de vida

A expedição de 1978, da FUNAI, chegou a uma maloca abandonada. Era de duas águas contínuas, da cumeeira até o chão, com pequenas aberturas nas duas extremidades. No seu interior havia algumas panelas (de cerâmica?) pelo chão e pequenos artefatos de palha. Dava a impressão de não ser usada havia muito tempo, parecendo um rancho de abrigar caçadores, o que depois foi confirmado (*Revista de Atualidade Indígena*: 1978b, 6). O fato de servir de abrigo a caçadores não exclui a possibilidade de ter servido antes de habitação regular; no entanto, a descrição é demasiado sumária para se fazer uma idéia de que tipo de grupo social a habitava. Já na entrevista de 1975 o regatão Oscar Gomes, ao referir-se aos índios do rio Negro, disse que a casa deles é de oitão, muito comprida, baixa, fechada, com quatro portas laterais e largura suficiente para dependurar as redes; e acrescentou, ainda, que não agüentou a fumaça que fazia dentro da casa.

Os madeireiros falam de um chefe, chamado *Mufú*; mas não está esclarecido se é um líder de uma maloca ou líder de todo o grupo tribal (Montagner Melatti: 1980, 18-19).

Uma civilizada informou sobre a existência de roças e que muitas delas se localizam no topo de colinas. Foi encontrado um pupunhal no Quixito e no Esquerdo (confluência). Quanto à caça, há informação de que os índios, para fazê-la, tomam a direção do Ituí (Montagner Melatti: 1980, 15).

Os índios do Quixito trocam seus objetos com os civilizados que freqüentam sua área. Um bar em Atalaia do

65 e 66. Sertanistas, intérpretes e índios do Quixito (fotos Sydney Possuello, 1978).

67. (foto Sydney Possuello, 1978).

Norte é decorado com suas zarabatanas e aljavas. Em troca têm recebido, entre outras coisas, panelas e armas de fogo (Montagner Melatti: 1980b, 17-18).

Nas fotografias apresentadas pela *Revista de Atualidade Indígena* (nº 11, 2-8) nota-se que a mulher e o menino usam tabalartes de algumas voltas de fios de contas, cruzados sobre o peito. Os homens têm pênis amarrado à cintura. Dois deles têm fio amarrado no alto do braço; um tem um fio amarrado em sentido horizontal sobre o peito, fio no pulso e algo em torno do pescoço. Os cabelos de todos são cortados em forma de cuia emborcada. Um dos homens tem uma vareta de taboca atravessando as asas do nariz. O texto diz que as orelhas são furadas, mas que na ocasião estavam sem adorno. Diz que as mulheres têm a fronte pintada com urucu e os colares cruzados sobre o peito são de osso da ponta da asa de jacamim. Acrescenta que os homens têm uma coroinha no alto da cabeça.

Mas o texto chama a atenção para o fato de que os índios recebem botões com muito agrado. Chegam a retirá-los das roupas dos madeireiros, mas abandonam o restante na mata. Por isso, a expedição da FUNAI levou, entre outros brindes, caixas de botões de cores vivas e variadas. Aliás, no acontecimento narrado por Oscar Gomes, e que se passou no rio Negro, provavelmente o afluente do Ituí, quando os índios o despiram para levá-lo à maloca, arrancaram os botões, ao invés de fazê-los passar pelas casas.

Não parece que os madeireiros que trabalham na área tenham até agora engajado os índios no trabalho de derrubada de árvores e nem em tarefas auxiliares.

Tutela e Assistência

Dos índios da bacia do Javari, estes devem ser dos mais esquecidos pela FUNAI, cuja ação entre eles parece ter se limitado à expedição de 1978 (*Revista de Atualidade Indígena*: 1978b, 2-8). Não há posto ou frente de atração e nem a área está interditada, podendo os madeireiros entrar livremente.

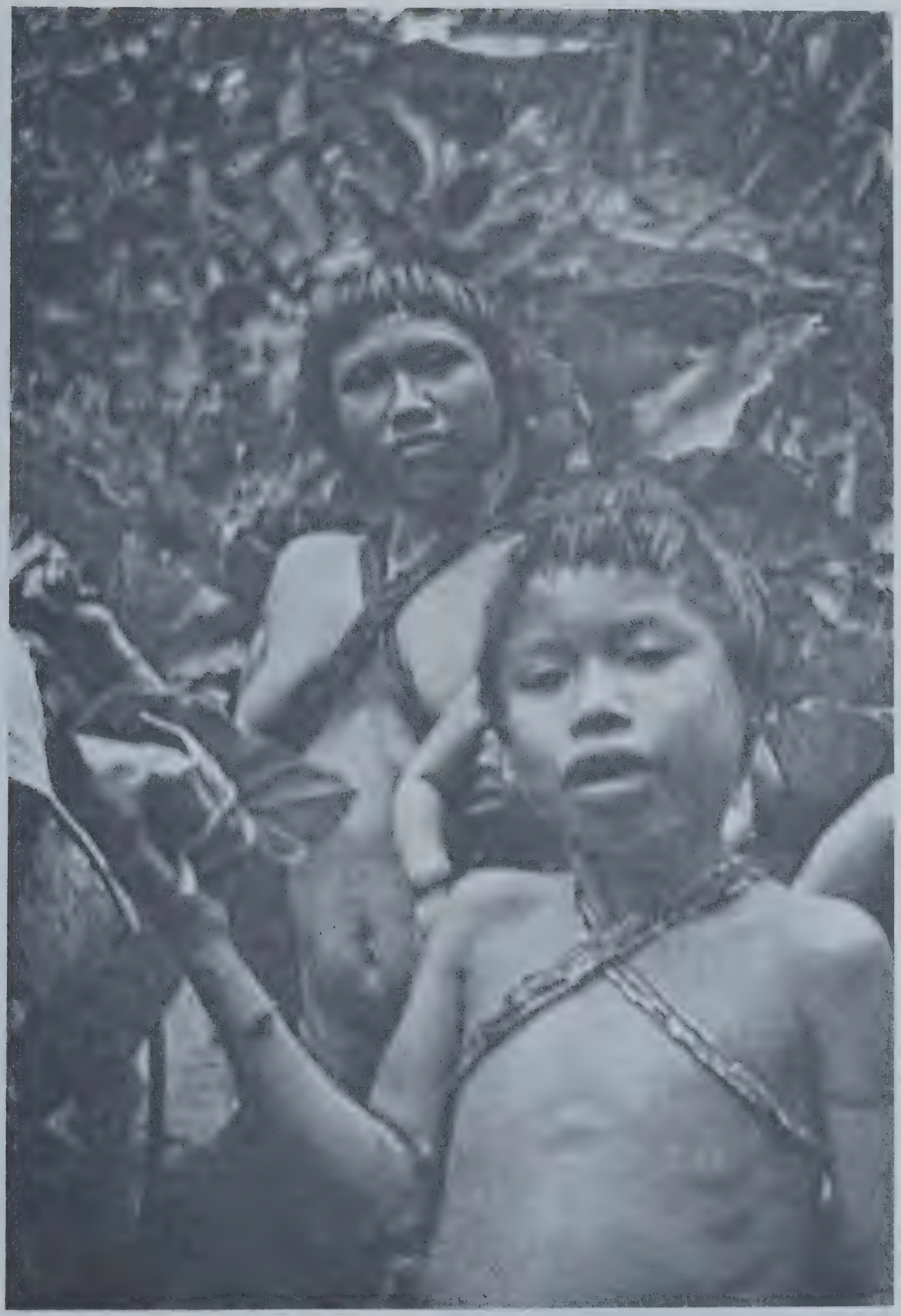
Como acontece com os índios da confluência do Ituí com o Itacoaí, a atração dos índios do Quixito se acha entregue tacitamente a empresários particulares. Esses índios seriam conhecidos desde 1943 ou 1944, quando o falecido Prisciliano (Persiliano) de Souza, dono do seringal Tatu (também chamado Nova Empresa), último morador do rio (Volta Seca) os viu. Nessa época os índios já usariam roupa (o que é contraditório com outras informações), extraíam cedro e látex de seringa e faziam roça para o proprietário do seringal. Prisciliano depôs um peruano chamado Pancha, que dirigia os índios, e colocou em seu lugar um Marúbo chamado Domingos, para "pacificá-los". Domingos era parente de Ramão (Ramón) e Cruz, que residiam perto de Atalaia do Norte. Domingos incitou os índios a se rebelarem contra Prisciliano, cujo seringal ficava a seis horas de caminhada. Certa vez, em 1945 ou 1946, assaltaram um seringueiro residente abaixo do Irari, no Javari. Rechaçados por este, desapareceram por um mês; atacaram novamente e mataram o pessoal daquele seringal; voltaram ao Quixito, incendiaram suas malocas e se embrenharam na mata. Para se vingarem dos assaltos dos índios, os seringueiros fazem uma "correria", matando alguns índios, inclusive o próprio Domingos, que ainda era moço. Mas os índios continuam a residir nas imediações do rio Quixito e rio Negro (afluente da margem esquerda do Ituí). Nesse primeiro período de contato, de 40 ou 45 índios teriam sido levados à casa de Oscar Gomes, para passearem na cidade. Prisciliano de Souza permaneceu na área até por volta de 1950 (Montagner Melatti: 1980, 7-9). Convém notar que Domingos deveria ser um Marúbo mesmo, pois seus parentes das vizinhanças de Atalaia do Norte o eram, como se registrou entre os próprios Marúbo.

Há então uma interrupção de informações que parece corresponder a um retraimento dos índios ou a uma retirada dos civilizados do rio Quixito.

Em 1978, após a morte de Prisciliano de Souza, o madeireiro João Sulamba ocupa a área e recomeça a tarefa de atrair os índios, que recebem roupas, ferramentas e brinquedos dos peões de João Sulamba e dão em troca alimentos. Também o madeireiro João Carneiro mantém há quatro anos contato amigável com eles. Outros madeireiros têm visto vestígios ou mesmo se encontrado com eles. O regatão Oscar Gomes se prontificou junto à AJUSOL a atrair os índios do Quixito, porque já os conhecia, precisando apenas de dez mil cruzeiros para adquirir brindes. Mas a Ajudância recusou-se a colaborar (Montagner Melatti: 1980, 9-11).

Tratando-se de índios ainda não definitivamente atraídos, não há nada praticamente a dizer com respeito a educação escolar e serviços de saúde.

Entretanto, convém notar que esses índios, talvez com



68. No segundo contato os índios apareceram acompanhados de mulheres e crianças (foto Sydney Possuello, 1978).

69, 70 e 71. (*fotos Sydney Possuello, 1978*).

base na anterior experiência de contato, tomam certos cuidados para não se contaminar com os brancos. Assim, se estão num tapiri de civilizados e um destes tosse, logo se embrenham atemorizados pela mata adentro. Não apreciam receber roupas de presente, porque estas lhes "provocam tosse". Não tocam diretamente em nenhum objeto de propriedade de civilizados, protegendo as mãos com uma folha para depois pegá-los. Recusam alimentos, sobretudo com sal, alegando que provocam disenteria; dizem que uma criança morreu após tomar alimento condimentado (Montagner Melatti: 1980, 19).

O madeireiro Manoel Capistrano Marinho chegou a medicar um índio que caiu de uma árvore, aplicando-lhe penicilina durante três dias, o que foi um tanto difícil, porque os índios temem injeções, receando que os façam morrer (Montagner Melatti: 1980, 19). Em 1975, o regatão Oscar Gomes contou que costumava visitar uns índios no rio Negro (sem precisar a data e nem se este rio era o afluente do Pardo ou o do Ituí, mas parece ser o último). Uma vez um desses índios apareceu doente em seu barco; ele lhe aplicou uma injeção e o índio melhorou. Por isso, quando a mulher do tuxáua estava sentindo dores por causa de um parto, pediram-lhe que chegasse até a maloca para vê-la. Mas, antes de conduzi-lo, despiram-no e colocaram sua roupa dependurada numa árvore, pois acreditavam que ela trazia gripe. Como se diz que os índios do Quixito já habitaram o Negro (afluente do Ituí), é possível que Oscar Gomes estivesse falando dos índios tratados aqui.

O cuidado que eles têm de proteger suas mãos com folhas, para não se contagiarem com os objetos dos civilizados, pode ser comparado com aquele dos Mayorúna antes do contato, que pegavam com paus os objetos que o avião dos missionários lhes atirava, para jogá-los fora, ainda que o texto que descreve esses acontecimentos não explicite a razão de tal comportamento (ver o capítulo referente aos *Mayorúna*, item "Histórico do Contato").

Situação atual das terras

As terras dos índios do Quixito também deverão integrar o *Parque Indígena do Vale do Javari*. A área desses índios abrangerá todas as terras regadas pelo rio Quixito e seus afluentes, da confluência com o Esquerdo para cima, este último inclusive. Pode abranger também as terras que habitaram e ainda freqüentam, isto é, o rio Negro. O bolsão à margem esquerda do Ituí que a proposta da 1ª DR/Sebastião Amâncio da Costa retira do Parque atinge terras freqüentadas pelos índios do Quixito.

No igarapé Quixitinho, há sete equipes de madeireiros com mais de 150 pessoas e, no rio Quixito, duas equipes, não se sabendo com quantas pessoas. No igarapé Esquerdo há pelo menos três turmas de madeireiros. No igarapé rio Novo, da bacia do Quixito, há duas turmas. Os madeireiros trabalham no alto curso do rio Quixito e seus afluentes, porque a parte baixa já foi intensivamente explorada. Havia a intenção de se recomeçar a exploração do látex da seringueira no Quixito, em 1980, sendo o do igarapé Esquerdo considerado, na região, de boa qualidade (Montagner Melatti: 1980, 15-17).

Montagner Melatti reparou a discrepância entre as informações que lhe deram na área do Quixito, sobre os proprietários dos seringais, e os dados obtidos no INCRA e Prefeitura de Atalaia do Norte (Montagner Melatti: 1980, 20-22 e anexo nº 1). Segue aqui, apenas os seringais que ficariam acima da confluência do Quixito com o Esquerdo e que seriam os afetados pela demarcação do futuro Parque, com a indicação dos proprietários que a autora anotou no INCRA e Prefeitura. No Quixito: Nova Olinda (posse de Carmem Dolores de Oliveira Leão), Boa Esperança (posse de Francisco Carvalho de Oliveira, sendo seu pretendente anterior ou posterior — a informação é insuficiente — Mesquita & Cia.), Paraíso I e II (título definitivo de herdeiros de Manoel Honorato de Souza). No Esquerdo: Futuro ou Bom Futuro (posse definitiva de José Acioly de Menezes Veiga, adquirido por escritura pública por Marinho El Rey de Alencar) e Esperança ou Futuro (ocupação de Francisco Carvalho de Oliveira), que foi anteriormente de José Acioly de Menezes Veiga). Note-se que o citado Francisco Carvalho de Oliveira, apelidado Chico Batista, é proprietário de serraria em Benjamim Constant. Os dados disponíveis não permitem dizer se outros seringais da região estariam acima da confluência Quixito/Esquerdo e nem se há seringais com proprietários ou pretendentes a proprietários no rio Negro, afluente da margem esquerda do Ituí.

Quanto à atual invasão das terras pelas empresas madeireiras, ver o item *O futuro: entre o Parque e o descimento* da Introdução do volume.

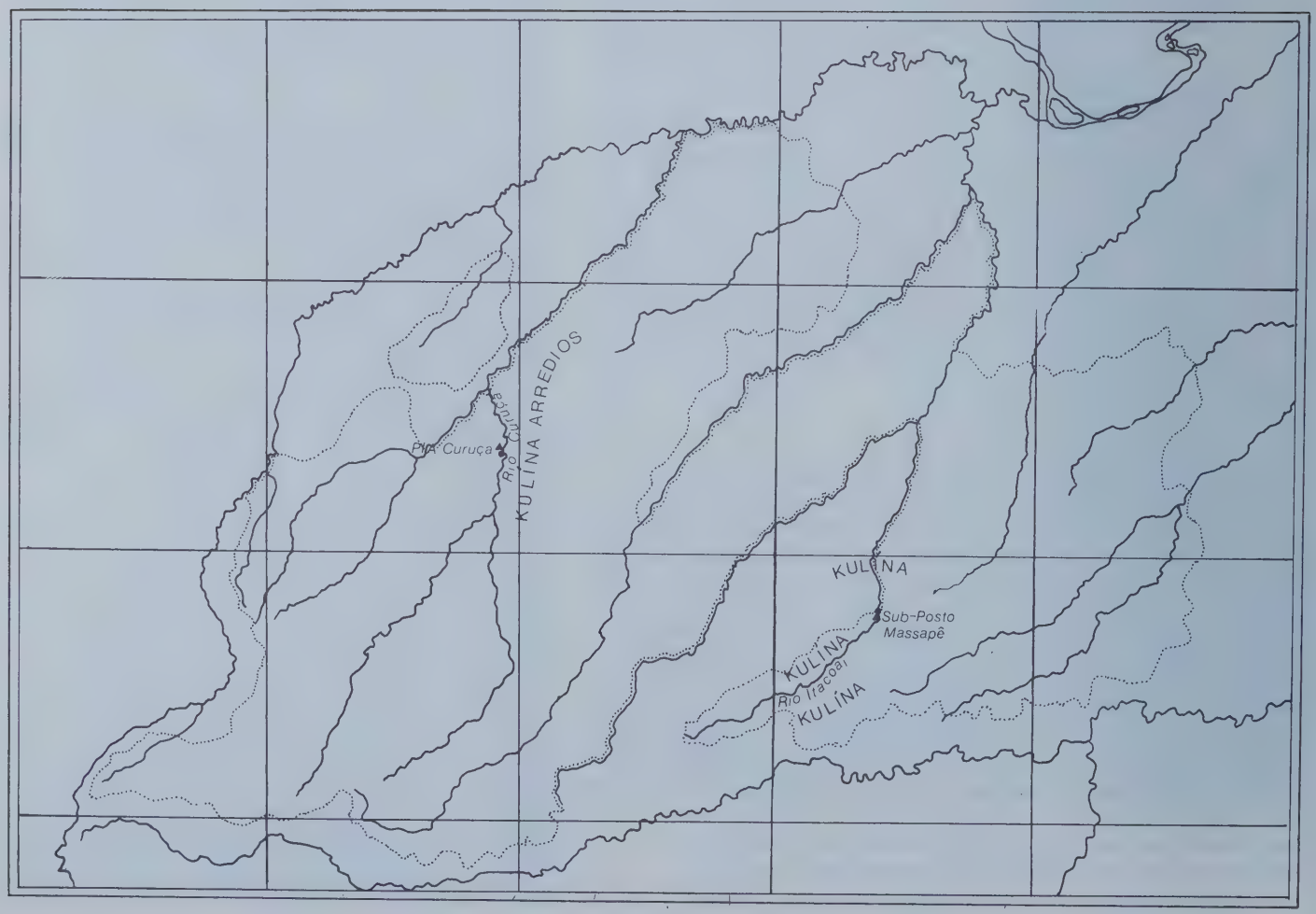
FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos:

Montagner Melatti, 1980 (6-23)

2. Trabalhos de divulgação:

Revista de Atualidade Indígena, 1978b


KULINA ARREDIOS
Rio Curuça
P/A Curuça
KULINA
Sub-Posto
Massapê
KULINA
Rio Iracoã
KULINA

6 Kulína

Nome

Alfred Métraux (1948: 660-661) cita dois grupos bastante abrangentes chamados Kulína (ou suas variações: Kulíno, Kolína, Kurína). Um deles seria da família Pâno e habitou a margem esquerda do Solimões entre o baixo Javari e a foz do Jandiatuba. Em sua breve referência a eles, Métraux sempre usa os verbos no passado; nenhuma das poucas fontes consultadas fazem referência a eles, dando a impressão de estarem extintos.

Todos os Kulína de que vamos tratar aqui são, segundo as várias informações, provenientes do rio Juruá. Portanto, pertenceriam à família Arauá, do tronco Aruák. Segundo o mesmo Métraux, esses Kulína habitam em várias pequenas áreas das margens do Juruá e seus afluentes, chegando até o Purus e afluentes da margem esquerda deste. Sua autodenominação é Madihá, uma palavra que é acrescentada ao nome de animal ou planta que designa cada uma de suas unidades políticas. Referindo-se aos Kulína que vivem no Peru, Chirif (i.p.) diz que eles chamam a si mesmos de Madija, o que não deixa de ser o mesmo nome Madihá em grafia castelhana.

Língua

Como foi dito acima, sua língua seria da família Arauá, do tronco Aruák. No caso dos Kulína que moram no PIA Curuçá ou suas vizinhanças, há afirmações de que pelo menos parte deles teriam uma língua semelhante à Marúbo, o que indicaria serem da família Pâno; no entanto, segundo a narrativa de um deles, também vieram do Juruá, o que os aproxima mais dos Kulína de tronco Aruák.

A língua dos Kulína do lado do Peru deve estar descrita pelo SIL, uma vez que o mesmo elaborou vários trabalhos didáticos para uso dos índios, em língua Kulína. Segundo Groth (i.p.), os Kulína que vivem no Itacoaí, no Jutaí, no Juruá, bem como no Acre (Tarauacá, Envira, Purus e Xãna; seria este último nome a pronúncia local do nome do rio Chandless?), falam um dialeto um pouco diferente daquele dos Kulína do Peru, havendo entre eles uma inteligibilidade de cerca de 95 por cento.

Localização

Fazendo referência apenas aos Kulína que vivem junto às águas que correm para o Javari, pois só entraram nesse volume aqueles abrangidos pelo proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*, e citando-os de oeste para leste, tem-se, em primeiro lugar, os que vivem nas vizinhanças do PIA Curuçá, no rio do mesmo nome. Este posto, habitado principalmente por índios Marúbo, abriga uns poucos Kulína; umas poucas famílias vivem abaixo do Posto, no rio Curuçá ou então no seu afluente, o Pardo. Esses índios são oriundos dos igarapés São Salvador, cuja foz fica próxima do citado posto, e Pedro Lopes, ambos afluentes da margem direita do Curuçá. Nesses igarapés ainda existem índios do mesmo povo arredios, bem como no igarapé Todos os Santos, que fica entre os dois.

No rio Itacoaí os Kulína moram no Seringal Entre Rios, nas cabeceiras do rio. Alguns deles trabalham para civilizados na foz do rio das Pedras, afluente da margem esquerda do alto Itacoaí, mas têm sua residência fixa no citado seringal (Montagner Melatti: 1980, 69-71).

No rio Jutaí, habitam em pequenos igarapés, seus afluentes, entre aproximadamente os paralelos 5° 30' S e 5° 45' S e também no rio Biá, afluente da margem direita do

Jutaí. Tratando-se de áreas fora do *Parque Indígena do Vale do Javari*, os dados sobre os Kulína que nelas vivem são apresentados no volume Juruá/Jutaí.

População

Os índios Kulína em contato, originários dos igarapés Pedro Lopes e São Salvador, podem ser distribuídos no seguinte quadro, segundo dados tomados em 1978, por Julio Cezar Melatti:

	Adultos		Crianças		Total
	Masc.	Fem.	Mas.	Fem.	
PIA Curuçá	2	1	4	2	9
Médio Curuçá	3	1	0	5	9
Tirrina, afl. do Pardo	1	2	0	2	5
Baixo Curuçá	1	0	0	0	1
PIA São Luís	0	0	0	1	1
Benjamim Constant	0	0	1	0	1
Tabatinga	3	0	0	0	3
Total	10	4	5	10	29

Trata-se de uma população dispersa. Dos dois homens adultos casados moradores do PIA Curuçá, um deles é casado com mulher Marúbo. No médio Curuçá, mais especificamente no trecho entre o PIA Curuçá e a foz do Pardo, há duas famílias elementares, em locais diferentes, sendo que numa delas a esposa é civilizada. No Tirrina, afluente do rio Pardo, há apenas uma família elementar. No Baixo Curuçá, ou melhor, no Lago Santa Rita, abaixo da foz do Pedro Lopes, há apenas um homem solteiro. No PIA São Luís, na margem do Javari, destinado aos Kanamarí, há apenas uma menina, filha de um homem do Médio Curuçá. Em Benjamim Constant há um menino estudando. E em Tabatinga há três homens em serviço militar ou como funcionários do Exército. Cinco dos adultos do sexo masculino são oriundos do Pedro Lopes, enquanto os demais cinco, do São Salvador. As quatro mulheres adultas são todas do Pedro Lopes (com dúvidas a respeito de uma delas) bem como uma menina. As crianças restantes são todas nascidas fora desses igarapés, parece. Não é preciso dizer que esse quadro não inclui aqueles índios que estão nos igarapés Pedro Lopes e São Salvador e não se aproximam dos civilizados, apesar, dizem, de não serem agressivos. Por um lapso na coleta dos dados, não há certeza se uma das crianças computadas no PIA Curuçá como sendo do sexo masculino seja realmente deste sexo. Há quem diga que um dos homens do médio Curuçá, o mesmo que tem uma filha no PIA São Luís, não é um verdadeiro Kulína, mas sim civilizado; é provável que não tenha vivido no Pedro Lopes e tenha vindo diretamente do Juruá.

Os Kulína do Itacoaí, em 1980, estava distribuídos em quatro casas, que abrigavam seis famílias elementares. Podem ser distribuídos no seguinte quadro, com base nos dados de Montagner Melatti (1980: Anexo 3 e 70-71):

Faixa etária	Masc.	Fem.	Total
0—4	2	1	3
5—9	0	0	0
10—14	4	5	9
15—19	3	2	5
20—24	3	1	4
25—29	1	0	1
30—34	0	0	0
35—39	0	0	0
40—44	0	0	0
45—49	0	1	1
50—54	1	0	1
Idade não ind.	0	1	1
Total	14	11	25

O quadro acima inclui os Kulína que moram no seringal Entre Rios e os que trabalham temporariamente na foz do rio das Pedras. Não inclui um homem e uma mulher civilizados casados com indivíduos Kulína; porém as quatro crianças, filhas deste homem ou desta mulher, foram incluídas. Um dos indivíduos computados como do sexo masculino, na faixa etária 15-19 anos, pode ser do sexo oposto, devido a um lapso na transcrição das notas.

Dados de 1974 indicam a presença de 36 Kulína no Subposto Massapê, tendo havido, portanto, um decréscimo da população (Montagner Melatti: 1980, 70). Esse decréscimo pode ser decorrência de um retorno ao Juruá, onde esses índios têm parentes, no seringal Penedo. Tal retorno pode ter ocorrido como conseqüência da desativação do citado Subposto em 1975.

Os Kulína da bacia do Javari somariam, pois, pouco mais de 50 pessoas, sem contar os que ainda vivem isolados em afluentes da margem direita do Curuçá.

Os Kulína do rio Jutaí vivem basicamente em uma aldeia no Biá e três no alto Jutaí, mas abaixo da confluência Jutaizinho/Juruazinho, portanto todos fora do *Parque Indígena do Vale do Javari*, segundo as duas propostas de delimitação existentes. Por isso, os detalhes sobre a população Kulína do Jutaí, que parece somar cerca de 150 pessoas (Heck, i.p.), são apresentadas no volume Juruá/Jutaí.

Histórico do contato

Dentre os Kulína que vivem no médio Curuçá está João Cosme Herculano, mais conhecido como João Kulína. No censo dos Kulína do Curuçá que Julio Cezar Melatti fez com ajuda de Toninho (Maspân), oriundo do São Salvador, e Pedro, oriundo do Pedro Lopes, João Kulína foi apontado como um dos Kulína e oriundo do Pedro Lopes. Porém, Mapará, que saiu do São Salvador quando pequeno, diz ter ouvido conversa de que João Kulína é cearense e não Kulína. De qualquer modo, João Kulína deu a impressão de que, se não é Kulína, parece ter tido muito contato com eles, pois conhece cânticos, ritos, mora com o citado Toninho, sendo considerado "patrão" deste. João Kulína informou em 1978 que no Juruá os Kulína

vivem nos seguintes locais: no Eru (afluente da margem direita do Juruá e que desemboca umas duas praias abaixo de Eirunepé); no Simpatia (afluente da margem direita do Juruá, umas nove praias acima de Eirunepé); no Penedo (afluente da margem direita do Juruá); no Baú (afluente da margem direita do Juruá, abaixo de Penedo); no Medonho (afluente da margem direita do Juruá, seringal Monte Lija, houve aí 400 índios); no Reconquista (afluente da margem direita do Juruá); no rio Xeruã (afluente da margem direita do Juruá, entra no seringal São Sebastião); no rio Acurau (afluente da margem esquerda do Tarauacá, por sua vez afluente da margem direita do Juruá). Ao dar essa informação João Kulína aproveitou para perguntar por que a FUNAI não se instalava também entre os Kulína, que já sofreram muito e são tratados como cachorro. João Kulína não esgotou, certamente, a enumeração dos locais habitados pelos Kulína, mas nota-se que eles se concentram na margem direita do Juruá e, excetuando-se o rio Xiruã, entre as longitudes de 69° 45′ O e 71° 15′ O. Desses e de outros locais do Juruá é que saíram os Kulína que hoje habitam afluentes do Solimões, do Javari ao Jutaí. Como esse deslocamento é recente, quase não faz sentido uma cronologia. Sobre os Kulína que habitam fora do proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*, o leitor deverá consultar os volumes referentes às áreas Juruá-Jutaí e, sobretudo, Acre-Purus.

ATÉ 1962 — Os Kulína do São Salvador e do Pedro Lopes parecem ser os primeiros a terem saído do Juruá. João Branco, Kulína oriundo do Pedro Lopes, contou a Melatti em 1978, que foi Deusdéti (o mesmo civilizado malfeitor que hoje estaria no meio dos índios da confluência Ituí/Itacoaí segundo Müller Filho) que os trouxe do Juruá para o Pedro Lopes. Ele falava Kulína. Andava nu, com pênis amarrado à cintura e enfeites. Vieram pelos divisores de águas. Quando chegaram entre as cabeceiras do Coari (deve haver engano, pois o Coari fica à margem direita do Ituí; deve ser o rio Negro) e do Pedro Lopes, desceram por este e se estabeleceram. Deusdéti os abandonou aí, pois queria que os índios, quando encontrassem algum branco, lhe tomassem tudo e o matassem, mas os índios não aceitaram isso. Disse-lhes que ia procurar uma tribo para amansar só para ele. Antes de deixá-los, ajudou-os a fazer roça. Foram buscar as sementes de um seringueiro no alto Ituí. O seringueiro lhes deu seis paneiros de farinha sem cobrar nada. Depois de um ano, quando estavam caçando porcos, ouviram um tiro. Era um madeireiro. E começaram a trocar peles com ele a troco de munição. Quando chegou o tempo de fazer descer a madeira, o madeireiro convidou-os para descer com ele e conhecer a cidade. João Branco não diz se o convite foi aceito ou não. Mas, em 1962, entraram em contato com o então SPI.

DE 1962 A 1972 — Não se sabe se nesse período outro grupo Kulína saiu do Juruá na direção norte. Em 1969, Raimundo Pio de Carvalho Lima, servidor da FUNAI, esteve em viagem de inspeção no igarapé Pedro Lopes, à procura do tuxáua Capistrano e do índio João e suas famílias, a fim de reorganizar suas lavouras, que havia muito estavam abandonadas e cuja ausência (o servidor não diz de quem) estava permitindo a invasão das terras por caçadores, uma vez que havia ali abundância de caça. O servidor falava na instalação de uma base que atenderia pelo menos a cinco malocas, entre o Pedro Lopes e as margens do Ituí, procurando agrupá-las e organizá-las em centros agrícolas, evitando que os índios se espalhassem pelas margens do Ituí (Lima: 1969). Apesar de ter encontrado os índios que procurava, Capistrano e João, aquele morando numa minimaloca, a base nunca foi instalada. Pelas palavras do relatório, parece que já então estava havendo uma dispersão desses índios.

A PARTIR DE 1972 — Os índios Kulína do Itacoaí saíram do Penedo, no Juruá, por volta de 1973-74. Seu deslocamento foi motivado pela perseguição de civilizados no rio Juruá e pela notícia de que a FUNAI atuava no Itacoaí. Os índios Kulína receberam apoio da então BFSOL (hoje Ajudância do Solimões), sendo assistidos pelo Subposto Massapê. Alguns chegaram a ser empregados no PIA Marúbo, destinado à atração dos índios da confluência Ituí/Itacoaí. Com a desativação do PIA Marúbo e do Subposto Massapê em 1975, foram convidados para se transferirem para o PIA São Luís, no rio Javari, mas não aceitaram (Montagner Melatti: 1980, 69-70).

Modo de vida

Para os Kulína em geral este item é desenvolvido no volume Acre/Purus. Sobre os do Jutaí há dados no volume Juruá/Jutaí.

Não há praticamente informações sobre a organização social e política dos Kulína que vivem nos tributários do Javari. É possível supor, a partir dos dados disponíveis que vivem distribuídos em famílias elementares. Há notícias de líderes, mas nada sobre a natureza dessa liderança. No Pedro Lopes, o chamado Capitão Capistrano, já falecido, poderia não ter passado de chefe de uma família elementar com muitos filhos, uma vez que todos os que saíram do igarapé Pedro Lopes são irmãos (ou meio-irmãos) e pelo menos um deles é filho do citado Capitão. Os Kulína do Itacoaí saíram do Juruá dirigidos por um líder e hoje há outro que se afirma tuxáua (Montagner Melatti: 1980, 69).

Há desavenças entre os Kulína. Mapará, que vive no PIA Curuçá e diz ter saído pequeno do São Salvador, diz que a tribo de sua mãe está quase extinta. Num outro braço do São Salvador há uma outra tribo, ou outra parte da mesma tribo que atacou a de sua mãe (é digno de nota que as poucas palavras que Mapará citou como sendo da língua do grupo de sua mãe eram muito parecidas com as Marúbo; resta saber se Mapará não estava simplesmente apresentando palavras Marúbo).

Não há informações sobre o sistema ideológico dos Kulína da bacia do Javari. Ao comparecer a uma pequena festa Marúbo no PIA Curuçá em 1978, alguns Kulína do Curuçá fizeram junto ao casal Melatti uma crítica velada à maneira

como estava sendo conduzida a festa, dizendo que eles também fazem festa de caissoma (no caso era bebida alcoólica de mandioca), mas os homens antes iam caçar e pescar, e o chefe distribuía entre as mulheres o produto da caça e da pesca, para que cuidassem, pois os homens Kulína, depois que começam a beber, não cuidam de mais nada. A festa durava mais que os dois dias programados daquela a que tinham sido convidados.

É muito difícil dizer o que há de propriamente Kulína nas atividades de subsistência que esses índios desenvolvem. Nada se sabe daqueles que ainda estão no interior dos igarapés São Salvador e Pedro Lopes, na margem direita do Curuçá. Os demais, no Curuçá e no Itacoaí, todos cultivam a terra, todos caçam, pescam e coletam. Os animais abatidos, os peixes apanhados, os vegetais coletados, as plantas cultivadas, são mais ou menos os mesmos obtidos pelos demais grupos indígenas da área do Javari.

O que caracteriza os Kulína é, em todas as partes em que estão em contato com os civilizados, estarem enfronhados nas atividades econômicas regionais. Os Kulína do Curuçá extraem látex de seringa, que vendem aos regatões ou arrendatários das terras em que vivem, havendo um deles que tentou colocar-se como o penúltimo elo no esquema de aviamento para madeireiros e seringueiros, mas é justamente a pessoa de que se desconfia não ser um verdadeiro Kulína.

No rio Itacoaí, a aldeia Kulína fica praticamente abandonada o ano inteiro, enquanto os índios trabalham nos seringais do rio das Pedras e do Juruá. Em 1977 eles extraíam 560 quilos de borracha de seis "estradas" perto da margem do Itacoaí. Também retiram cedro e madeira branca, trabalhando nos igarapés Gondô, Guariba (afluentes da margem direita do Itacoaí), Açaí e Prajano (afluentes da margem esquerda do Itacoaí), localizados na faixa de 6° 15' S e 6° 30' S, e daí para cima até o lugar onde moram. Também trabalham para os civilizados na foz do rio das Pedras. Um dos Kulína do Itacoaí, trabalhando para civilizados, chegou mesmo a comprar um motor de rabeta (Montagner Melatti: 1980, 71 e 73-74).

No que tange ao artesanato, não há nenhuma informação sobre a confecção de objetos tradicionais para venda aos civilizados.

Tutela e assistência

Os Kulína oriundos da margem direita do Curuçá vivem no PIA Curuçá ou dispersos pelo rio abaixo. A história de sua atração é muito vaga. Segundo o funcionário da FUNAI Bernardo Müller Filho, foi ele quem fez a atração dos Kulína de Pedro Lopes em 1962 e eram apenas aqueles poucos que se dispersaram pelo Curuçá posteriormente. No Pedro Lopes, afirma o mesmo funcionário, não há mais índios.

Os Kulína que moram no PIA Curuçá ou nas suas imediações são atendidos por este. Mas sem dúvida os índios atendidos pelo Posto são principalmente os Marúbo, cuja população no Posto é o dobro de toda a população Kulína atraída do Curuçá. O PIA Curuçá foi estabelecido no local onde está, segundo Müller Filho, para servir à atração dos índios do igarapé São Salvador. Mas só três expedições foram feitas: duas voltaram no mesmo dia e uma voltou no dia seguinte. Na realidade, nos últimos anos, pouco se pensa nos índios do igarapé São Salvador.

É digno de nota que os poucos índios que saíram do igarapé São Salvador tiveram em sua maioria uma especial acolhida do Exército: Paulo e seu filho Pedro estão no Exército (como soldados ou funcionários); Mapará trabalhou para o Exército; um padrasto de Mapará (que pode ser Paulo, Pedro ou uma terceira pessoa) também está no Exército, em Tabatinga. Dos oriundos do Pedro Lopes, apenas um, Chico, está no Exército.

Não atua missão religiosa entre os Kulína do Curuçá. Não há também nenhuma atividade de iniciativa dos próprios índios com respeito a melhorar sua situação.

No alto Itacoaí, os Kulína eram atendidos pelo Subposto Massapê, localizado numa aldeia Kanamarí. Os Kulína eram empregados também no PIA Marúbo, destinado à atração dos índios da confluência do Ituí com o Itacoaí. Com a desativação do Subposto Massapê (decorrência da desativação do PIA Marúbo) em 1975, os Kulína foram convidados pela FUNAI a descerem o rio e se localizarem no PIA São Luís, na beira do Javari. Mas eles se recusaram (Montagner Melatti: 1980, 69-70). Hoje não contam com a assistência da FUNAI; também não são assistidos por nenhuma missão religiosa ou qualquer outra entidade.

O PIA Curuçá não possui escola. Logo, os Kulína que nele moram ou nas suas vizinhanças não podem contar com instrução escolar. Há um jovem Kulína em Benjamim Constant, na escola; os que trabalham no Exército, em Tabatinga, possivelmente também têm oportunidade de acesso à educação escolar. Os Kulína do Itacoaí não contam com escola (Montagner Melatti: 1980, 75).

Os Kulína do Curuçá, no que tange à saúde, são atendidos pelo PIA Curuçá, cujos recursos nesse setor já foram indicados na seção referente aos Marúbo. O grupo de saúde que passou pelo PIA Curuçá, em 1978, fez os mesmos exames e aplicou as mesmas vacinas em sete Kulína do Posto, feitos ou aplicadas nos Marúbo (Stabile Neto: 1978), como está indicado na parte dedicada aos Marúbo. Quanto aos demais Kulína do Curuçá, não foram observados ou imunizados pelo grupo de saúde. Um Kulína de Pedro Lopes queixou-se que, por não ter a FUNAI instalado um Posto nesse igarapé após a atração, morreu seu pai (Capitão Capistrano), sua mãe e sua madrasta. Contou também que o motor da FUNAI não parava no local onde mora atualmente (1978), no médio Curuçá. Um sargento aconselhou-o a hastear uma bandeira quando o motor passasse; mas assim mesmo ele não parou; só depois que o sargento advertiu o pessoal do motor é que este passou a parar na ida e na volta. Uma informação que diz ainda existir uma maloca no interior do igarapé Pedro Lopes, acrescenta que os índios não saem dali para a beira do Curuçá para evitar os piuns e o catarro.

Os Kulína do Itacoaí não têm nenhum atendimento de saúde, como se pode deduzir de Montagner Melatti (1980, 75).

Situação atual das terras

As terras dos Kulína do Curuçá e do Itacoaí devem ser incluídas dentro do futuro *Parque Indígena do Vale do Javari*. No caso do Curuçá, não se sabe quantos índios arredios ocupam o São Salvador e o Pedro Lopes. Devido ao completo desconhecimento do que se passa no interior desses igarapés, ainda é problemático o traçado dos limites da parte noroeste do Parque. A proposta mapeada por Franco (1981a) exclui do Parque a maior parte da bacia do Pedro Lopes. De qualquer modo, trata-se de uma área que os Kulína atraídos e que moram no PIA Curuçá e arredores podem reivindicar de pleno direito. A inclusão desses igarapés no Parque encontrará a resistência de vários seringais que invadiram a área, como o seringal Douro, que abrange pelo menos a margem direita do Curuçá, acima da foz do São Salvador, e requerido por Edwards e Cia.; o seringal Curuçá, na margem direita do Curuçá, desde a confluência com o São Salvador até a confluência com o Pardo, de propriedade de João Barbosa Filho e arrendado por José Rodrigues Pires (apelidado de José Filó); o seringal Canamã, que abrange ambas as margens do Curuçá, sendo que na parte afetada, a da margem direita, vai da confluência com o Pardo até o igarapé Esperança, pouco abaixo do Pedro Lopes, pertencente a I. B. Sabbá S.A. e arrendado a Militão; essas informações sobre os seringais foram tomadas por Julio Cezar Melatti em 1978, junto a José Filó, em cuja embarcação desceu o Curuçá. Na lista tomada no escritório do INCRA, na Prefeitura de Atalaia do Norte, em 1975, pelo mesmo pesquisador, confirma-se que os seringais Canaman I e II pertencem à I. B. Sabbá S.A., e o Curuçá como pertencente a herdeiro de João Barbosa Ferreira; a mesma indica que o Douro pertence a José Acioly de M. Veiga, assim como o Tejo (no qual se situa o PIA Curuçá).

Por sua vez, os Kulína do alto Itacoaí também ficarão incluídos na área do Parque. Isso afetará o seringal Entre Rios, de propriedade de Cílio Bráulio, conforme Delvair Montagner Melatti anotou em sua viagem pelo Itacoaí; mas na listagem que ela tomou no mesmo ano de 1980 no escritório do INCRA, na Prefeitura de Atalaia do Norte, há cinco seringais com o nome de Entre Rios (Central, Divisor, da Esquerda, de Baixo e da Direita), todos de propriedade do falecido Antônio Braga, os dois primeiros adquiridos através de escritura pública, estando os três últimos, de título definitivo, também indicados como pertencentes à Empresa Seringalista Amazonense. É portanto necessário averiguar quais desses seringais serão afetados. A mesma pesquisadora diz que não há seringueiros neles, porém, não pôde visitar a área Kulína no Itacoaí, pois o rio estava obstruído com mais de quarenta toras de madeira cortadas por um civilizado. No rio das Pedras, em cuja foz vão trabalhar os Kulína para os civilizados, localizam-se os seringais São Paulo I, II e III, todos de Joaquim Gomes de Matos e/ou herdeiros, a título definitivo (Montagner Melatti: 1980, 69, 74 e Anexo nº 1). Convém notar que a proposta da 1ª DR, baseada em dados de Sebastião Amâncio da Costa, referente à delimitação do Parque, exclui do mesmo a área compreendida entre o rio Branco e o divisor de águas rio das Pedras/rio Itacoaí, afetando locais de utilização dos Kulína.

O grupo de trabalho da FUNAI que se encarregou da delimitação de áreas no rio Jutaí não se sentiu de posse de informações suficientes que lhe permitissem propor as áreas Kulína dessa bacia. Os índios Kulína do rio Biá estavam em terras do Katukína, e durante a própria visita do grupo de trabalho à região, deslocou-se para o rio Pati. Já os Kulína do alto Jutaí, apesar de declararem que não pretendiam sair de onde estavam, não tinham ainda os limites da área a sugerir, e nem o grupo de trabalho dispunha de tempo, desconhecendo também a situação da titulação da área (Espírito Santo: 1980).

O grupo de trabalho apresentou também como dificuldade o fato de os Kulína se caracterizarem por grande mobilidade, motivada por atritos internos ou falecimentos, e olharem a terra que exploram mais ou menos do mesmo modo que os seringueiros. Entram pelas roças de brancos e outros índios, que não revidam com medo da feitiçaria que lhes atribuem (Espírito Santo: 1980). Entretanto, parte das terras ocupadas pelos Kulína na bacia do Jutaí, sobretudo aquelas de seu alto curso, poderão vir a integrar o *Parque Indígena do Vale do Javari*, em estudos. Sobre esse problema deve ser consultado o volume referente à área Juruá/Jutaí.

Quanto à atual invasão das terras pelas empresas madeireiras, ver o item *O futuro: entre o Parque e o descimento* da Introdução do volume.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos:

Benn, 1979b
Coelho, 1975
Costa, 1972a
Espírito Santo, 1980
Lima, 1969
Montagner Melatti, 1980 (68-75)
Stabile Neto, 1978
Tôrres, 1976

2. Documentos pessoais:

Chirif, i.p.
Groth, i.p.

3. Textos didáticos:

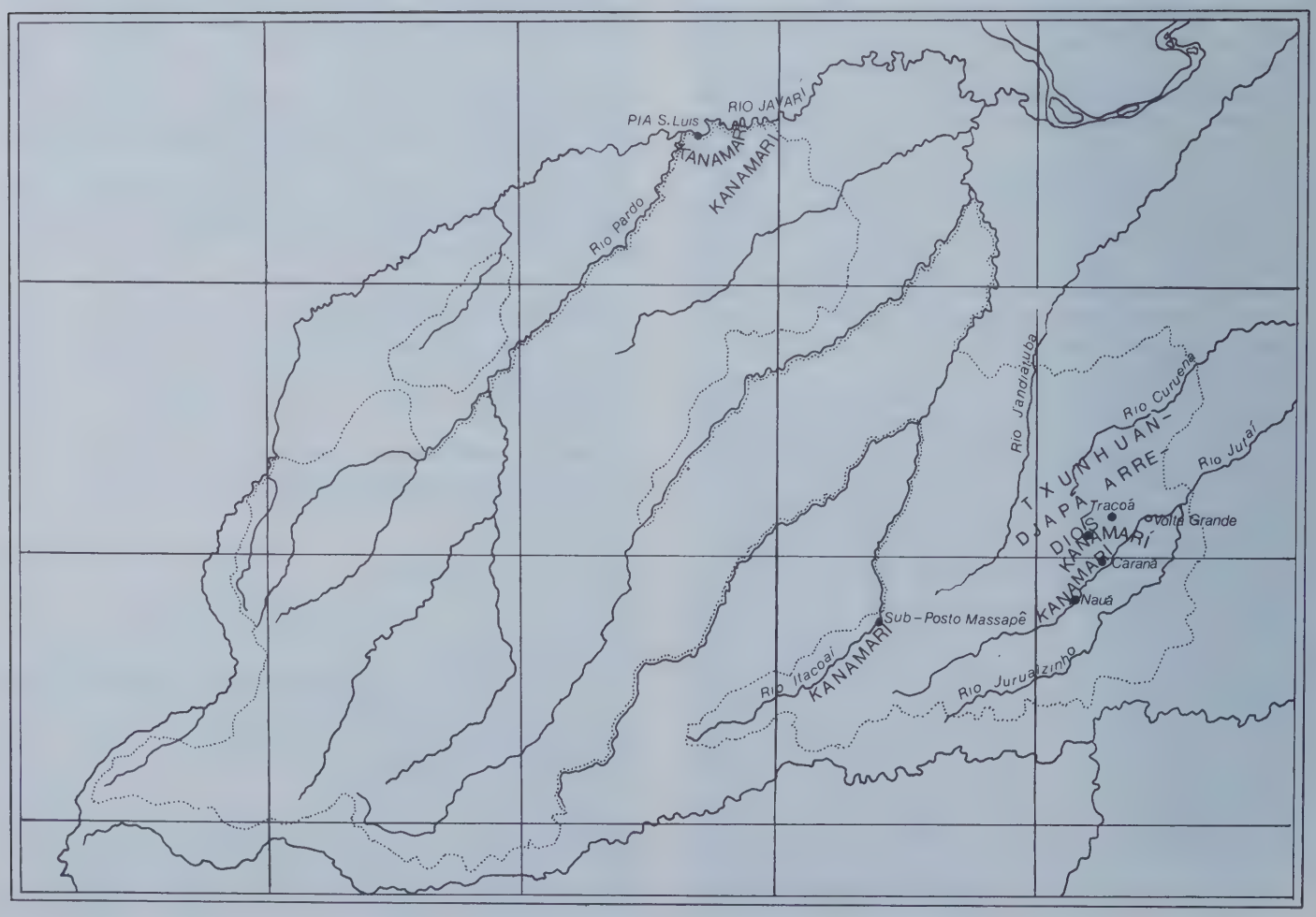
Adams, 1958a, 1958b, 1962a, 1963a, 1963b, 1963c, 1964a, 1964b, 1965, 1971, 1972, 1973
Adams & Agnew, 1972

4. Trabalhos etnológicos:

Adams, 1962b, 1963d, 1963e
Adams & Townsend, 1975
Métraux, 1948

5. Viajantes:

Carvalho, 1931


RIO JAVARÍ
PIA S.Luis
KANAMARÍ
KANAMARÍ
Rio Pardo
Rio Jandiatuba
Rio Curuena
Rio Jutaí
TXUNHUAN-
DJAPÁ ARRE-
DIOIS
KANAMARÍ
KANAMARÍ
Tracoá
Volta Grande
Caraná
Nauá
Sub-Posto Massapê
KANAMARÍ
Rio Itacoai
Rio Jurualzinho

7 Kanamarí

Nome

Métraux (1948, 660, 662 e 663) cita três grupos indígenas distintos conhecidos como Kanamarí: um da família lingüística Pâno, outro do tronco Aruák e um terceiro da família Katukína. Aqui se tratará apenas dos Kanamarí da família Katukína ou, mais especificamente, daqueles que vivem no Itacoaí e Javari, com algumas referências aos do Jutaí que habitam terras que estão dentro da área do proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*. Esses últimos, como os demais Kanamarí, serão tratados mais extensamente no volume Juruá/Jutaí.

Os grupos da família Katukína costumam ter seu nome acompanhado do termo "Djapá", que Christa Groth (i.p.), da MNTB, diz significar "clã da mesma tribo", embora não se disponha de dados para caracterizá-los como clãs; melhor seria traduzir por termos mais vagos como "povo", "tribo", como faz Métraux (1948, 663).

Uma enumeração dos nomes das várias subdivisões dos Kanamarí, com sua localização, se encontra no volume Juruá/Jutaí.

Língua

A julgar pelas informações de Christa Groth (i.p.), os Kanamarí abordados neste capítulo falam uma única língua da família Katukína, ou melhor, um mesmo dialeto. Esse dialeto também é falado pelos Txunhuãn Djapá, pelos Kanamarí do Juruá, do Xeruã (afluente da margem direita do Juruá) e do Japurá. Os Katukína do rio Biá (afluente da margem direita do Jutaí) falam um dialeto um pouco diferente, mas é inteligível pelos demais Kanamarí.

Ainda segundo Christa Groth (i.p.), existe uma descrição fonológica da língua Kanamarí no arquivo da FUNAI. Alguns artigos sobre a língua serão publicados pelo SIL.

O zoólogo do Museu Nacional que visitou o Itacoaí em 1950 notou que os Kanamarí falavam sua própria língua entre si e se dirigiam aos civilizados em português, mas com dificuldade (Carvalho: 1955, 48). Atualmente, todos falam o idioma tribal e o português, com exceção das crianças, que só dominam o primeiro (Montagner Melatti: 1980, 54).

Localização

Os Kanamarí têm uma aldeia na margem esquerda do Itacoaí, pouco abaixo da foz do igarapé São Vicente. Uma parte deles se transferiu para o PIA São Luís, na margem direita do Javari, mais ou menos no meridiano de 71° 19' O. Outros desses transferidos estão na mesma margem, um pouco mais abaixo, num local chamado Irari, nas vizinhanças da foz de um rio de mesmo nome (também chamado igarapé do Rodrigues).

No Jutaí, ou melhor, no Jutaizinho, que é o nome que recebe aquele rio acima da confluência com seu tributário da margem direita, o Juruazinho, os Kanamarí vivem nas aldeias chamadas Caranã, na margem esquerda do rio, mais ou menos na latitude de 6° S, e na aldeia Nauá, na margem direita, aproximadamente a 6° 9' S. Ainda há outros no igarapé Dávi, afluente da margem esquerda do Jutaí. Sobre os Kanamarí do Jutaí, consulte-se o volume Juruá/Jutaí.

População

O quadro seguinte mostra, na medida do possível, a distribuição por sexo e idade na aldeia Kanamarí do alto Itacoaí pouco abaixo da confluência com o São Vicente (Montagner Melatti: 1980, 51 e Anexo nº 2):

Idade	Presentes		Ausentes			Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Sexo não ind.	
0— 4	1	1	1	1	0	4
5— 9	3	2	1	1	0	7
10—14	0	3	0	0	0	3
15—19	3	1	0	2	0	6
20—24	2	2	4	0	0	8
25—29	0	1	0	1	0	2
30—34	1	1	1	0	0	3
35—39	2	0	1	1	0	4
40—44	1	2	1	1	0	5
45—49	1	0	1	0	0	2
50—54	0	0	0	0	0	0
55—59	1	1	0	0	0	2
60 ou mais	1	2	0	0	0	3
Não indicada	0	0	13	4	13	30
Total	16	16	23	11	13	79

Os presentes se distribuem em dez famílias elementares que ocupam seis casas.

Há duas informações sobre os índios Kanamarí do PIA São Luís, dadas pela mesma pessoa em 1978. Uma dessas informações é uma lista das 29 famílias elementares do PIA São Luís, cujos membros são citados pelos nomes brasileiros, idade, sexo e parentesco com os demais membros da família (Barros: 1978b); o outro é um mapa padronizado para coleta de dados sobre população da FUNAI (Barros: 1978c). Como há uma certa discrepância entre as duas fontes, o quadro seguinte apresentará os dados de ambas. Essas discrepâncias se devem certamente ao cálculo da idade dos indivíduos pela aparência:

	2º Trimestre/1978 Barros, 1978b			Novembro/1978 Barros, 1978c		
Idade	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0— 4	5	5	10	6	9	15
5— 9	5	12	17	5	13	18
10—14	10	10	20	10	11	21
15—19	7	6	13	4	3	7
20—24	2	0	2	1	4	5
25—29	8	9	17	8	5	13
30—34	3	2	5	4	3	7
35—39	7	2	9	9	4	13
40—44	5	4	9	2	2	4
45—49	0	1	1	0	0	0
50—54	0	0	0	0	0	0
55—59	0	0	0	1	0	1
60 ou mais	4	2	6	4	2	6
Total	56	53	109	54	56	110

Entretanto, em janeiro de 1978, uma equipe de saúde, da EPM/FUNAI, contou 77 índios no PIA São Luís e informou haver 39 em Irari, um local relativamente próximo a jusante (Franco: 1978, 3-4).

Em julho de 1980, Terri Valle de Aquino (i.p.) recenseou 174 Kanamarí no PIA São Luís:

Idade	Masc.	Fem.	Total
0— 4	12	14	26
5— 9	13	19	32
10—14	12	9	21
15—19	7	11	18
20—24	2	5	7
25-29	10	8	18
30—34	12	4	16
35—39	6	4	10
40—44	3	1	4
45—49	2	1	3
50—54	—	2	2
55—59	3	3	6
60 ou mais	8	3	11
Total	90	84	174

Na mesma ocasião os índios do PIA S. Luís informaram ao Terri Valle de Aquino que mais 40 Kanamarí estavam trabalhando e vivendo em seringais no igarapé Irari. Este rápido crescimento da população do PIA São Luiz, de 1978 para 1980 só se pode explicar pela migração temporária ou definitiva de índios Kanamarí do alto Itacoaí para o PIA São Luiz.

Somando-se a população do alto Itacoaí com a do baixo Javari, chega-se a um total de cerca de 293 Kanamarí para toda a bacia do Javari, um cálculo bastante grosseiro, tendo-se em conta a grande mobilidade desses índios.

Em 1950, Carvalho calculou a população Kanamarí do alto Itacoaí entre 150 e 200 pessoas, distribuídas em 18 casas. A primeira povoação Kanamarí era Barracãozinho, na margem esquerda do Itacoaí, pouco acima da confluência com o igarapé São Vicente, e que era constituída de cinco casas de tipo comum na região. Mais acima, na margem direita, estava a povoação de Santa Fé com 40 Kanamarí, constituída de três barracões e uma velha casa de festas. Entre Barracãozinho e Santa Fé havia pelo menos duas casas Kanamarí. As demais sete ou oito casas deveriam ficar entre Santa Fé e um lugar chamado Pontão, que Carvalho indica como o limite mais a montante dos Kanamarí. Esse lugar deveria estar pouco abaixo da confluência do igarapé Cedro (Carvalho: 1955, 46, 48, 51 e mapa IV). Infelizmente, a maioria dos nomes dos igarapés citados por Carvalho nessa região dos Kanamarí foram trocados por outros; alguns passaram da margem direita para a esquerda do Itacoaí. Mas é possível perceber que os Kanamarí em 1950 moravam no mesmo trecho do rio Itacoaí que habitam hoje.

Somando-se os 140 Kanamarí do Jutaí (Heek, E., i.p.) com os cerca de 293 da bacia do Javari, chega-se ao total aproximado de 433, que seria a população Kanamarí incluída no proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*.

Histórico do contato

DE 1940 A 1970, APROXIMADAMENTE — Parece que tanto os Kanamarí do Jutaí como os da bacia do Javari se transferiram para essas regiões, a partir do Juruá, no início da década dos Quarenta. No alto Itacoaí, o líder João Tuxáua (João Dias) e seus familiares residem desde 1940, quando vieram do igarapé Curumim, afluente do rio Juruá. Tiveram vários locais de morada desde essa época até a atualidade, todos ou quase todos localizados no trecho do rio Itacoaí compreendido entre as vizinhanças do igarapé São Vicente e a foz do igarapé Cedro, ambos afluentes da margem direita: no igarapé Crueira (afluente da margem direita do Itacoaí); em Tracuá, lugar onde havia muita formiga (aliás, "tracuá" é o nome de uma espécie de formiga, e há um lugar com esse nome no rio das Pedras, grande afluente do alto Itacoaí, mas a fonte não diz se era aí a aldeia); em Barracãozinho, perto de São Vicente; Portão, antes (para quem sobe?) do igarapé Cedro; Santa Fé, perto do igarapé Juruazinho (afluente da margem esquerda do Itacoaí); Massapê, lugar do subposto da FUNAI; Chapada; e São Vicente, a partir de 1973 aproximadamente, pouco abaixo da foz do igarapé do mesmo nome (Montagner Melatti: 1980, 48). Aliás, a confluência do São Vicente com o Itacoaí parece ter sido o local nas proximidades no qual mais vezes se instalaram aldeias Kanamarí. O zoólogo do Museu Nacional que subiu o rio em 1950 encontrou a primeira aldeia aí, em Barracãozinho, para onde haviam descido havia cerca de quatro anos. Queixaram-se muito ao zoólogo das explorações de que eram vítimas, fazendo boas referências apenas a João Carioca, seringalista do Juruá. Estavam quase sem roupas e sem objetos de uso como redes, pentes, espingardas, munição. Não tinham tuxaua e nem recebiam auxílio do SPI. Os Kanamarí viviam no trecho desde Barracãozinho, até um lugar chamado Pontão, que deve ser o mesmo que foi indicado acima como Portão (Carvalho: 1955, 46 e 48). Em 1957 ou 1958, João Herculano Primo requereu ao Estado e dele conseguiu o direito às terras do Itacoaí desde o lugar São Vicente até as cabeceiras. Ele colocou seringueiros nas terras Kanamarí, que antes eram respeitadas, pois, segundo os tuxauas, os regatões aguardavam na foz do São Vicente a visita dos Kanamarí, fazendo as trocas nesse local (Costa: 1972a). Trata-se, sem dúvida, de uma idealização do passado, pois em 1950 os Kanamarí, como conta Carvalho, queixavam-se de que eram explorados; além disso, os empresários oriundos do Solimões e do Juruá, talvez até mais os últimos, pareciam ter livre acesso à área; em 1950 havia civilizados estabelecidos logo abaixo e na própria área ocupada pelos Kanamarí; um deles se chamava Djalma Herculano (Carvalho: 1955). Mas é certo que, com a espoliação de suas terras em favor de Primo, a situação deles piorou.

Quanto aos Kanamarí do Jutaí, diz o tuxaua da aldeia Nauá que, com a ocupação de seu lugar de origem, que era onde hoje está a cidade de Eirunepé, na beira do Juruá, os índios de lá saíram, entraram no igarapé Branco, chegando ao Juruazinho, afluente do Jutaí, onde foram iniciados nos seringais, passando a necessitar de um "patrão". Já no Jutaí, tiveram como "patrão" o "seu" Zezinho (José Domingos), empregado da família Afonso, da Foz do Jutaí, que faleceu em 1947. Em seguida, seu "patrão" foi Oswaldo Barros (Espírito Santo: 1980).

Apesar de deslocados do Juruá, esses Kanamarí deveriam de manter relações com os que lá haviam ficado. Assim, o pesquisador do Museu Nacional, que esteve no Itacoaí em 1950, diz que os Kanamarí daí mantinham franca hostilidade com outro grupo de Kanamarí do Juruá. O mesmo pesquisador presenciou uma visita dos "Indiapás" aos Kanamarí de Santa Fé que os aguardavam para uma festa, na qual houve cantos, danças, oferecimento de alimentos, usando os visitantes buzinas e enfeites de penas (Carvalho: 1955, 52-53). Ora, supomos que o nome dos visitantes, que eram do Juruá, "Indiapás", seriam também Kanamarí, possivelmente os In Djapá.

José Rodrigues Pires informou a Julio Cezar Melatti em 1978 que, no tempo em que os índios estavam atacando (referindo-se à grande movimentação de índios que houve na década dos 50 e talvez prolongando-se pelos 60), parte dos Kanamarí desceram o Itacoaí e foram morar em seu seringal no baixo Javari, o Irari. Por sua vez, Espírito Santo (1980) soube de Walmir, chefe do PI Belém (provavelmente Valmir de Barros Tôrres) que os Kanamarí do Massapê, no alto Itacoaí, contam que tinham contato com os Katukína (nome como os pilotos da FUNAI chamam os arredios que aparecem em afluentes da margem direita do alto Itacoaí, Montagner Melatti: 1980, p. 43), mas depois de uma desavença sangrenta não se viram mais; em 1974 o mesmo chefe de posto ficou sabendo que o conflito teria ocorrido cerca de quinze anos atrás, ou seja, por volta de 1959.

Sebastião Amâncio da Costa (1972a) relata brevemente uma visita que os Kanamarí fizeram a índios arredios, mas infelizmente não diz em que data isso ocorreu (ver capítulo referente aos índios do Alto Jandiatuba).

A PARTIR DE 1970, APROXIMADAMENTE — Na década dos 70 se inicia a ação da FUNAI no alto Itacoaí. O técnico indigenista Sebastião Amâncio da Costa encontrou os Kanamarí com suas terras concedidas a João Herculano Primo, na qual tinha colocado seringueiros, fazendo com que pouco a pouco os índios as fossem abandonando. Um capataz de Herculano Primo, chamado Sebastião Bezerra, mantinha-se com quinze homens em intensas relações com os índios, havendo civilizados casados com mulheres Kanamarí e muitos casos de filhos ilegítimos de civilizados com as índias. Os Kanamarí tinham sido viciados nas bebidas alcoólicas, o que os teria levado ao abandono das roças e à dependência dos civilizados até para o abastecimento de farinha, com todos os tuxauas endividados a Bezerra, tendo de trabalhar em madeira e borracha para saldar a dívida, em trocas em que saíam prejudicados: um toro de cedro com quatro metros cúbicos por um paneiro de farinha; ou cincoenta quilos de borracha, um couro de

72. Pintura facial, aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980).

73. Flauta Kanamarí, rio Itacoaí (foto Delvair Melatti, 1980).

caitetu e outro de maracajá por um mosquiteiro. O funcionário da FUNAI estabeleceu então que os índios venderiam sua produção à FUNAI e que esta é que se encarregaria de fazer o pagamento de suas dívidas a Bezerra, ficando combinado que os civilizados não comerciariam mais diretamente com eles (Costa: 1972a). Entretanto, após Sebastião Amâncio da Costa deixar a chefia da BFSOL, os Kanamarí do alto Itacoaí voltaram a ficar esquecidos, gerando uma situação de mal-estar que acabou com a transferência de parte deles para o que viria a ser o PIA São Luís. Talvez tenha servido de precedente para justificar essa transferência o fato de índios Kanamarí já terem descido anteriormente para o seringal Irari, no Javari. Procurou-se fixar em São Luís também os índios do Irari, mas houve retorno de Kanamarí tanto para o Irari como para o alto Itacoaí, passando a haver a partir de então intenso trânsito de índios entre esses três pontos. Mas somente recebem assistência da FUNAI no PIA São Luís.

No que tange aos Kanamarí do Jutaí, sabe-se que começaram a ser assistidos pelo CIMI. Atualmente não têm um "patrão" fixo que os "avie" (Espírito Santo: 1980).

Tanto no Jutaí como no Itacoaí, os Kanamarí têm como vizinhos os Kulína, que vivem de maneira semelhante à deles no que tange ao contato com os civilizados. Suas relações com os Kulína são distantes pelo menos no Itacoaí (Montagner Melatti: 1980, 63). Entre os Kanamarí do Itacoaí e os do Jutaí há um grupo arredio pouco conhecido; um madeireiro afirmou que este atacou os Kanamarí do Itacoaí, em 1978, porém os últimos nada disseram a respeito disso a Montagner Melatti (1980, 50). Os Kanamarí do Jutaí têm em suas aldeias alguns Txunhuã Djapá cujo território fica-lhes ao norte (ver volume Juruá/Jutaí). Os Kanamarí do Itacoaí temem os próprios Kanamarí do Juruá, acusando-os de já terem matado cinco deles com feitiço (Montagner Melatti: 1980, 63-64).

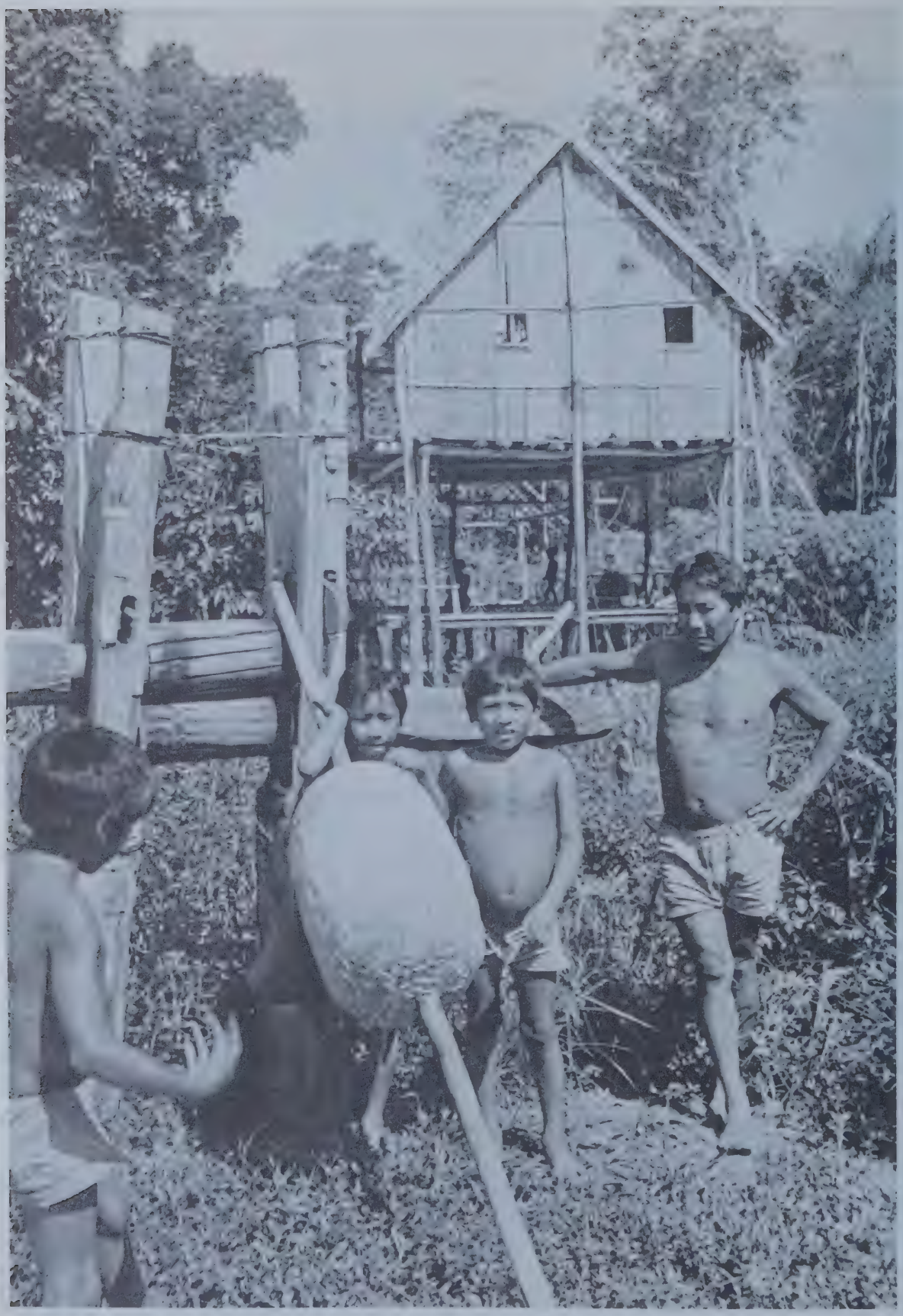
Modo de vida

Este item será tratado mais extensamente no capítulo referente aos Kanamarí do volume Juruá/Jutaí. A respeito dos Kanamarí em geral, foi dito anteriormente (no item *Nome* deste capítulo) que estão divididos em grupos, cada qual com um nome; são nomes de animais, pelo menos nos casos daqueles cuja tradução é conhecida. Entretanto, não parece tratar-se de clãs ou linhagens, mas simplesmente de nomes de grupos regionais. Se fossem clãs ou linhagens, os Kanamarí de cada região (alto Itacoaí, alto Jutaí, Juruá etc.) não poderiam se casar dentro da mesma região. Mas não é isso que parece acontecer.

A julgar pela relação entre o número de habitantes e o número de casas de certos grupos locais, pela consulta ao item *População*, deste capítulo, e a julgar pela distribuição dos habitantes por casa no alto Itacoaí (Montagner Melatti: 1980, Anexo nº 2), há geralmente mais de uma família elementar em cada casa Kanamarí. Porém, não se dispõe de dados referentes à regra de residência. A aldeia Kanamarí situada pouco abaixo da confluência do Itacoaí com o

74. Índios arranchados na casa do seringueiro Sebastião Damil (foto Egon D. Heck, 1980).

75. População da aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980).



76. Pela da borracha, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980).

igarapé São Vicente, era, em 1980, constituída por dois aglomerados de casas, um em torno da casa do líder João Dias (João Tuxaua) e outro perto da casa do líder Alfredo. Nessa aldeia, as casas são construídas sobre pilotis, revestidas de casca de tronco de paxiúba, sendo que as paredes as fecham apenas parcialmente, e cobertas com folhas de caranaí. Raramente dispõem de divisões internas e, quando isso ocorre, são apenas uma ou duas. A floresta secundária invade o fundo das casas; porém, nas frentes das mesmas, voltadas para o rio, o chão é limpo. Os homens trabalham nesse arruado, havendo um pátio junto ao aglomerado de Alfredo onde se realizam as festas. O interior das casas é asseado. Usam redes e mosquiteiros, mas não há móveis. O fogão de barro fica assentado no assoalho. As panelas são de alumínio, mas há potes de cerâmica para fazer caissoma (bebida fermentada) de mandioca. Junto ao fogão se dependuram os cachos de bananas (Montagner Melatti: 1980, 52-53).

Sebastião Amâncio da Costa, em 1972, encontrou no alto Itacoaí três aldeias Kanamarí. A primeira tinha um tuxaua (José Tavares); a segunda tinha dois (Abidom Pedro e Jacó Pedro); e a terceira também dois (José Raimundo e João Moreira). Os tuxauas eram todos casados, alguns deles com mais de uma esposa, e suas idades variavam entre os 35 e os 50 anos (Costa: 1972a).

O Kanamarí do alto Itacoaí se veste como o civilizado da região, distinguindo-se dele, entretanto, pelo aspecto físico depauperado, pelo estado das roupas, rotas, e por certas marcas tribais. Os mais velhos trazem tatuagens no rosto e nos braços. Essas tatuagens parecem diferir segundo os grupos nominados (que se supôs acima serem regionais). Assim, os Tawarí (japu) Djapá usam tatuagem no rosto e na parte superior do antebraço, mas os Kutxá (lontra ou ariranha) Djapá não portam tatuagem. Os homens Kanamarí do Itacoaí, o nome de cujo grupo a fonte consultada curiosamente não cita, têm como tatuagem facial uma linha que sai das asas do nariz, ou então dos cantos da boca, e vai até a parte superior das orelhas, sendo que os cabelos, em costeleta, cobrem parcialmente a linha. A tatuagem na parte superior do antebraço, em adultos de ambos os sexos, gira em torno de três temas: flor, animais e figura humana estilizada. Em apenas um homem foi vista uma tatuagem no peito e era uma figura humana (Montagner Melatti: 1980, 53 e 55-56).

Além disso, os Kanamarí furam as orelhas, mas não traziam brincos quando foram observados. Homens e mulheres usam pintura facial de urucu e jenipapo. Os Kanamarí também conhecem uma técnica de descolorir os cabelos. O preparado para obter esse efeito é filtrado numa cesta forrada com folhas verdes, sendo obtido um líquido, recolhido numa panela de barro, a partir de cascas de árvore, areia, carvão e água (Montagner Melatti: 1980, 54).

As mulheres fazem potes de cerâmica para a produção de caissoma. A massa contêm casca de caripé e a confecção se faz com rolinhos em hélice. As panelas de cerâmica para cozinhar foram abandonadas porque, segundo uma índia,

77. Aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980).

demoram a esquentar. Fazem também uma peça chamada "camburão", que trocam com os civilizados por roupas usadas (Montagner Melatti: 1980, 52-53).

Com cipó-titica as mulheres confeccionam cestas de formato oval (Montagner Melatti: 1980, 58).

Um outro artefato importante na vida Kanamarí são as canoas que confeccionam. Em 1950, quando Carvalho chegou à aldeia de Barracãozinho, todos estavam ausentes, a fazer canoas rio acima (Carvalho: 1955, 46).

Tal como acontece com a organização social e política, quase não há informações sobre as crenças dos Kanamarí dessa Área. O responsável pelo PIA São Luís conta que os Kanamarí preparam uma bebida a que chamam de "lamin", que é obtida da fervura das folhas e raízes de um vegetal durante meia hora. No preparo entra também um pau a que chamam "sacurunã", mas não diz claramente de que maneira é utilizado e nem se pertence ao mesmo vegetal. Esse líquido, uma vez esfriado, é usado em uma cerimônia que dura das sete horas da noite até o amanhecer. Os doentes são visitados pelo pajé e no seu tratamento se canta até certa hora da noite (Barros: 1978). Referindo-se aos Kanamarí do alto Itacoaí, Montagner Melatti (1980, 62-63) diz que o tuxaua (João Dias?) também é o pajé ("báu") que retira "pedra" (substância mágica) do corpo do doente. O líder Alfredo é cantador, curador de doente e "dono" do cipó ou da aiauasca ("rami"). Ao cipó são misturadas folhas de "sacuruná", vegetal cultivado nas roças. É fora das vistas dos civilizados que tomam essa bebida alucinógena, à qual as mulheres casadas também têm acesso. Ela provoca visões. Enquanto a tomam, os homens tocam flautas de taboca, de cinco furos. Um funcionário da FUNAI contou que um índio serve a bebida para os companheiros. Quando ficam tontos e têm suas visões, o pajé inicia um cântico de trás para a frente. Ao terminá-lo, os que tomaram a bebida já estão no estado normal. Referindo-se também ao alto Itacoaí, diz Sebastião Amâncio da Costa que os Kanamarí lhe apresentaram todo o seu folclore, que é muito rico em cânticos, danças e enfeites. Acrescenta que durante os festejos fazem uma bebida com plantas da mata: "ramim", uma folha de cinco centímetros de comprimento; "sacuruná", um cipó do qual retiram a casca; e folhas de cana. Fervem uma quantidade igual de cada planta numa panela de barro com água durante cinco horas. A substância amarela e amarga obtida, bebem-na somente à noite. Dizem os Kanamarí que ela lhes pode proporcionar visões do passado, presente e futuro, e assim se podem defender de inimigos e doenças por vir. Vêem também muita coisa bela que não sabem explicar. Após beber um mínimo de cinco cuias cheias, a pessoa fica com o olhar fixo num ponto imaginário e muito calada (Costa: 1972a). Acrescenta Montagner Melatti (1980, 63) que realizam ritos em que são usadas a máscara de entrecasca e a máscara que, por assemelhar-se a um vestido semilongo, é chamada de "camisa". A primeira é feita com entrecascas de árvores da várzea do rio Itacoaí; a segunda, com brotos de folhas de muru-muru e de buriti. As festas se celebram num terreiro e as crianças são colocadas numa casa que fica distante do lugar da cerimônia. Carvalho, em 1950, viu uma festa em que os Kanamarí do alto Itacoaí receberam a visita de índios do Juruá, na qual se tocaram buzinas, executaram-se danças, entoaram-se cânticos, ofereceram-se alimentos e se usaram ornamentos de penas (Carvalho: 1955, 52-53). No alto Itacoaí os Kanamarí sepultam seus mortos em cemitérios. Há o da colocação Museu, perto do igarapé Cedro; o do Subposto Massapé, onde também há civilizados enterrados; e o cemitério atual parece ficar no igarapé São Vicente (Montagner Melatti: 1980, 63).

78 e 79. Festa, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (fotos Marco Antonio Espírito Santo, 1981).

Quanto à *SUBSISTÊNCIA*, o zoólogo do Museu Nacional que percorreu o Itacoaí em 1950 viu entre os Kanamarí cultivos de mandioca, fumo, batata doce, abóbora, pimenta, caju, mamão e amendoim; visitou pelo menos uma roça e pelo comentário que faz a respeito dos troncos caídos, a exploração de madeira pelos civilizados não devia ter atingido ainda essa altura do rio. Ouviu dos Kanamarí que, devido à exploração de que eram vítimas, preferiam não trabalhar para os civilizados (Carvalho: 1955, 46 e

48-49). Daí se pode deduzir que os Kanamarí se dedicavam mais às atividades de subsistência. Vinte e dois anos depois, a situação estava invertida: um funcionário da FUNAI encontrou-os sem roças, extraindo madeira, seringa e couros para pagarem suas dívidas para com os civilizados, de que tinham de adquirir até farinha de mandioca, além de estarem viciados em bebidas alcoólicas (Costa: 1972a, 8). Em 1980 era possível observar que a ação inicial da FUNAI a partir de 1972 tinha feito sua situação melhorar, quanto à subsistência, mas já estavam se ressentindo de um arrefecimento da assistência do órgão protecionista. Assim, cultivavam banana, cará, batata-doce, cana, fruta carriô, biribá, ananás, limão, cabaças e mamão. Produziam e vendiam açúcar mascavo e rapaduras, bem como farinha-de-mandioca. Porém não tinham caitetu e nem forno, que era substituído por um tacho de tonel velho. O motor que o funcionário Sebastião Amâncio da Costa lhes tinha conseguido fora roubado por João Miguel, "patrão" do seringal Rio das Pedras, em 1979, e o forno lhes tinha sido retirado pelo chefe do PIA São Luís, no mesmo ano. Vendiam também bananas e pupunhas. Cultivavam também o algodão, que, depois de fiado em fusos, servia à confecção de redes. Sua produção agrícola, além de garantir a subsistência, ainda permitia alguma comercialização (Montagner Melatti: 1980, 56). Nota-se, pois, a FUNAI, no seu projeto de forçar a migração para o PIA São Luís, a destruir o próprio trabalho que havia iniciado. Já as informações do PIA São Luís não deixam claro se as roças ali realizadas eram iniciativa do Posto ou dos índios. Em 1978, a enchente havia levado todas as roças plantadas na várzea. Havia cerca de 1.500 bananeiras, algumas já produzindo. Já se tinha feito várias farinhadas, mas não se havia vendido seu resultado, por ser pouca a produção. Uma nova casa de farinha tinha sido construída (Barros: 1978b).

"Os Canamaris são ótimos caçadores de veado e anta. Basta lembrar que só comem a carne desses animais, após terem abatido pelo menos 100 deles. Antes disso, alimentam-se da carne dos animais que outros abatem." ... "Apontam um a um os barreiros e lagos piscosos. Os índios rastejam as antas tão bem como o fazem os cães, e sabem quando aquelas se vão deitar ou quando estão dentro d'água. Costumam acompanhar os veados até sua dormida, onde então os abatem. São eles verdadeiros reis desta mata virgem e misteriosa e seu reinado certamente perdurará por muitos anos." Essas observações de Carvalho (1955, 51), referentes aos Kanamarí do Itacoaí em 1950, são acompanhadas de uma previsão otimista. Porém, trinta anos depois sabe-se que a caça não é muito farta na região, havendo o suficiente para equilibrar a dieta dos Kanamarí. Os índios caçam veado, porco do mato, paca, tatu, e apanham tracajá e jaboti; há muito destes últimos. As espingardas e a munição de que dispõem não lhes são suficientes. Não criam animais domésticos porque as sucurijus e os jacarés os matam, mas estão desejosos de reiniciarem a criação de galinhas, porcos, cabras e patos.

80. Pintura facial, maloca Caranã, rio Jutaizinho (foto Marco Antonio Espírito Santo, 1981).

81. Aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979).

82. Refeicão, aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980).

83. Batelão, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979).

Vendem couros como os de porcos-do-mato e onças pintadas. Houve um mal-entendido quando os índios entregaram couros a um funcionário da FUNAI, em troca do fornecimento de mercadorias, que lhes foram devolvidos pela BFSOL (provavelmente porque um órgão governamental não poderia fazer transações com um artigo cuja venda está proibida por lei). Nesse ir e vir os couros acabaram queimados no incêndio provocado pelos índios arredios da confluência Ituí/Itacoaí, no PIA Marúbo (Montagner Melatti: 1980, 57). No PIA São Luís, por estar num lugar há muito tempo já explorado pelos brancos, já não se consegue caça e pesca (Barros: 1978b).

No alto Itacoaí, os Kanamarí pescam sobretudo o surubim, a traíra, o curimatã, o cará, o mandim, o manubi, o bode, o piau e o cará-açu. Raramente o fazem no rio Itacoaí, por medo das sucurijus, pois uma vez uma delas matou um velho. Costumam pescar no lago Tamaqui, na margem direita do Itacoaí, e no igarapé São Vicente. Esporadicamente pescam de anzol e tarrafa no Itacoaí. Caçam jacarés e, como já foi dito, apanham tracajás (Montagner Melatti: 1980, 57-58).

Em 1950, no Itacoaí, Carvalho (1955, 48) notou "que os índios colheram diversas frutas do mato, com as quais se alimentaram, entre elas uma de grande porte, que lhes forneceu verdadeira refeição". Montagner Melatti (1980, 58) registrou que coletam a bacaba, o açaí, o patauá e o buriti, os três últimos na várzea do Itacoaí e na periferia dos roçados; a primeira, no mato, no igarapé São Vicente. No PIA São Luís coletam açaí, anil, cacau e outros (Aquino, i.p.).

Os Kanamarí do alto Itacoaí disseram já em 1950 a Carvalho que preferiam não trabalhar para os civilizados, dada a exploração de que eram vítimas. E o mesmo autor comenta: "Trabalham muito bem em canoas e remos, sendo muito explorados nas suas transações comerciais. Soube que um deles trocou uma canoa por uma lata de querosene. Outro, disse-me que havia trocado 50 quilos de borracha por um cachorro já velho e magro" (Carvalho: 1955, 48 e 51). Por conseguinte, nota-se que, ainda que não desejando trabalhar para os brancos, nem sempre os Kanamarí tinham escolha. Se havia alguma, a possibilidade de optar se extinguiu em 1957 ou 1958, quando João Herculano Primo requereu ao Estado e conseguiu o direito sobre as terras do Itacoaí, desde a confluência com o São Vicente até as cabeceiras. Anteriormente as terras Kanamarí eram respeitadas, e os regatões não subiam acima da foz do São Vicente, aí aguardando os índios para trocarem "mercadorias" por "produtos". Primo colocou seringueiros na área que havia conseguido e os índios a foram abandonando, dados os maus tratos e exploração a que ficaram sujeitos. Sem roças, viciados na bebida, endividados com Sebastião Bezerra, capataz de Primo, para quem trabalhavam em seringa e madeira, assim foram encontrados pela FUNAI. O funcionário da FUNAI, tendo entrado em contato com Bezerra e com os tuxauas Kanamarí, chegou ao acordo de que os índios não mais fariam comércio com Bezerra ou com qualquer outro civilizado, a não ser com a FUNAI. A FUNAI compraria os "produtos" dos Kanamarí e quitaria suas dívidas com Bezerra. E foi providenciado um primeiro "aviamento" aos Kanamarí, fornecido pela FUNAI (Costa: 1972a). Nessa ocasião o sertanista Sebastião Amâncio justificou em seu relatório a pequena quantia de mercadorias adquiridas com o dinheiro da venda dos "produtos" dos Kanamarí, "pois as despesas de frete de embarcações, compra de combustível, pagamento de terceiros em trabalhos do PIA Marúbo foram realizados com verbas provenientes da produção indígena e tivemos também que devolver ao DGPI/FUNAI 50% da renda bruta sobre a venda do cedro" (apud Aquino, i.p.).

Com a desativação do PIA Marúbo e do Subposto Massapê, com a negação da FUNAI em assistir os Kanamarí do alto Itacoaí e seu empenho em convencê-los a migrar para o PIA São Luís, no Javari, a situação dos índios parece se ter revertido para aquela anterior a 1972. As madeiras mais procuradas se encontram em maior concentração no alto Itacoaí, talvez por já estarem esgotadas no curso médio e inferior. Os madeireiros ameaçam matar os índios que, com medo, pelo menos de três deles, tendem a se mudar mais para baixo. Os madeireiros Bora, Raimundo, Gago e Topasso retiraram cerca de mil toras de cedro dos igarapés Guariba, Boto Grande, Pedra, Açaí e São José, e ainda tinham mais 140 toras nas cabeceiras do Itacoaí, à espera da enchente, para serem retiradas. O mesmo acontecia com 120 toras de cedro no igarapé Vicentinho, cortadas por outro civilizado. Por ter sido insuficiente a água do rio, a "madeira branca" derrubada na safra de 1979-80 não tinha sido retirada e iria apodrecer (Montagner Melatti: 1980, 60-61).

Os Kanamarí do Itacoaí tentam competir com os civilizados que cortam madeira em seu território. Assim, muitos índios têm madeira cortada nos igarapés São Vicente, São Vicentinho, Geraldo e Azimar. Na foz deste último havia madeira à espera de enchente para ser retirada. O índio Alfredo tinha quarenta toras de cedro, mas só tinha conseguido tirar do igarapé dez toras de cedro e dez de aucuba ("madeira branca"), que estavam no rio Itacoaí à espera de serem rebocadas para Atalaia do Norte. O índio "Luí" tinha vinte toras de cedro no São Vicentinho e esperava água para tirá-las. Um outro Kanamarí cortara 42 toras de cedro, mas não tinha cabo para tirá-los do igarapé. Por falta de rebocador, os índios conduzem a madeira de "bubuia" (ao sabor da correnteza), levando dez dias e dez noites para descer o Itacoaí (Montagner Melatti: 1980, 61). Certamente fazem isso aqueles índios que desejam evitar vender a madeira aos regatões que sobem o rio e não raro enganam os índios, analfabetos, em suas contas.

No PIA São Luís, as transações entre os Kanamarí e os comerciantes são fiscalizadas pela FUNAI. Assim, no dia 17-5-78, foi realizada a venda da madeira branca extraída pelos Kanamarí, medida no próprio Posto, na presença do responsável por este, por Oscar Gomes, empregado da firma Irmãos Magalhães, que fazia a compra. Era um total

de 273 toras, que foram rebocadas pelo motor da mesma firma. A cubagem, feita no escritório da firma, revelou um total de 158.593 metros cúbicos, que correspondiam a Cr$ 12.108,15. Esta quantia foi dividida entre oito índios, revelando o relatório consultado quanto coube a cada um (Barros: 1978b).

Os Kanamarí que vivem no seringal Irari, de propriedade de José Rodrigues Pires (ou a ele arrendado), vendem a sua produção a ele, que parece ser constituída de borracha, não se dispondo de dados sobre se também extraem madeiras.

Tutela e assistência

Em 1950 os Kanamarí do alto Itacoaí não recebiam auxílio do SPI (Carvalho: 1955, 48). Não houve nenhuma assistência governamental entre eles até por volta de 1972. Nessa época, diz Sebastião Amâncio da Costa, a FUNAI conseguiu, com ajuda do Comando da Fronteira do Solimões e do INCRA, retirar todos os civilizados e impedir a entrada de regatões. Acrescenta que os índios Kanamarí estavam se retirando para os rios vizinhos, pois seus produtos não eram valorizados; suas mulheres e filhas eram-lhes retiradas à força e, através da introdução da cachaça, eles abandonavam o trabalho agrícola. Com a intervenção da FUNAI, estavam voltando ao Itacoaí, abandonando o vício, por falta de civilizados para os abastecer com aguardente, e retomando a confiança (Costa: 1972b). Em 1973 a FUNAI instalou o Subposto Massapê, no igarapé São Vicente (Montagner Melatti: 1980d, 49), ou melhor, na margem esquerda do Itacoaí, perto da foz do São Vicente. Parece que ao retirar os civilizados da região a FUNAI por um curto período, assumiu o fornecimento de artigos industriais aos Kanamarí; é o que se depreende das reclamações dos índios, que recordam como bons tempos o período de Sabá, apelido de Sebastião Amâncio da Costa, que foi chefe da BFSOL (Tôrres: 1976). Entretanto, com a interdição da navegação do Itacoaí acima do PIA Marúbo, destinado à atração dos índios da confluência Ituí/Itacoaí, e com o relaxamento do fornecimento pela FUNAI, os Kanamarí começaram a sentir falta daqueles artigos. Por isso, na primeira quinzena de 1975, uma turma de índios Kanamarí desceu para habitar o igarapé Tigre, afluente da margem direita do Itacoaí, bem próximo do então PIA Marúbo, alegando que, com a proibição dos regatões subirem até sua área e com a ausência da própria FUNAI na mesma, não tinham a quem comprar sequer um quilo de sal. Como os Kanamarí começassem a se acusar mutuamente de roubo e de uns entrarem nas áreas exploradas pelos outros, perturbando os trabalhos de atração, foram intimados em agosto pela BFSOL a retornarem ao Subposto Massapê, do que não gostaram, pois já tinham plantado suas roças. Quando a FUNAI ordenou a substituição do chefe do Subposto Massapê, Jovino Pereira, civilizado oriundo do Juruá, que vivia entre os Kanamarí havia trinta anos, casado com mulher Kanamarí e tendo filhos e até netos entre eles, os índios receberam mal o substituto. A mudança de Jovino — isso ocorria por volta da passagem de 1975 para 1976 — faria com que sua mulher tivesse de deixar os seus. Por isso, partia da família de Jovino a resistência dos Kanamarí em aceitar o novo chefe, Valmir de Barros Tôrres. Jovino, nessa disputa, alegava que em todas as benfeitorias do posto, como a roça com muita mandioca, macaxeira, cana-de-açúcar, tabaco, não gastou um centavo da FUNAI, que só tinha mandado "*cabras safados* e gente que só quer pegar as índias 'ter relações sexuais com as índias' Que bom mesmo só o Sabá..." (Tôrres: 1976). No mesmo relatório que conta esses acontecimentos, sabe-se que o Subposto ficava a seis dias de motor do centro de Atalaia do Norte, não tinha fonia, nem canoa, nem seringa de injeção, nem qualquer espécie de medicamentos, nem mesmo um terçado para abrir uma picada na mata. Segundo um funcionário, houve uma época em que o Subposto ficou um mês sem receber mantimentos da BFSOL, porque a embarcação da FUNAI estava no Solimões a atender outros postos e os demais barcos estavam estragados. Durante esse período os funcionários se alimentavam de batatas-doces. Dois trabalhadores braçais desertaram numa canoa a remo e quatro deles não quiseram continuar no Massapê devido ao abandono em que estava (Montagner Melatti: 1980, 49).

Em dezembro de 1975, o Subposto Massapê foi desativado, em virtude do desativamento do PIA Marúbo, que fora atacado pelos índios das confluência do Ituí com o Itacoaí (Montagner Melatti: 1980, 50). O fim das atividades do Massapê, que devia ser dependente do PIA Marúbo, fica um tanto difícil de se entender, na medida em que, como já foi assinalado, nessa época Valmir de Barros Tôrres foi designado para ocupar-lhe a chefia. A ausência de informações não permite dizer se o fato desse funcionário ter retornado no mesmo barco em que tinha ido ao Massapê, como ele mesmo conta (Tôrres: 1976), tenha levado a BFSOL a abandonar de vez esse Subposto.

Mas os índios devem ter ficado esquecidos, pois, por volta de 1977, os líderes Kanamarí João Dias e Alfredo pediram à FUNAI para transferi-los para o lugar chamado São Luís, no rio Javari, que não tinha moradores. A FUNAI criou o PIA São Luís para alojá-los. Antes de se mudarem, prepararam uma roça, mas não foi suficiente para alimentar a todos. A fonte aqui utilizada não diz se todos os Kanamarí que viviam no alto Itacoaí se transferiram para o PIA São Luís; muito provavelmente, não. Em 1978, depois de um ano em São Luís, os Kanamarí que aí moravam se dividem. Não se acostumam com o lugar, adoecem, estranham o sabor da água, que dizem ter gosto de óleo; como disse um deles, João Tuxaua (João Dias), "a pessoa não se acostuma em outro rio quando não se nasce nele". A fonte aqui consultada deixa implícito que uma parte deles abandonou São Luís, retornando ao alto Itacoaí. Atualmente só voltam ao São Luís para passear. Constantemente se deslocam para lá em canoa a remo, levando quase trinta dias de viagem. Essa mobilidade leva os regionais e a AJUSOL

84. (foto Marco Antonio Espírito Santo, 1981).

(ex-BFSOL) a os rotularem de preguiçosos e ladrões. No tempo em que Gilvan Silva era o chefe da BFSOL, costumavam descer até Atalaia do Norte, onde recebiam alimentos, e depois um barco da FUNAI os levava de volta (ao alto Itacoaí). Certa vez o barco lhes foi recusado e eles tiveram de retornar a remo. Nunca mais desceram à BFSOL. A atual administração da AJUSOL os convida a se transferirem para o PIA São Luís, pois, alegando a distância a que estão, no alto Itacoaí, não os assiste. Mas os índios se negam terminantemente a se mudar (Montagner Melatti: 1980, 50).

Apesar da fonte já citada afirmar que líderes indígenas pediram sua transferência para o São Luís, não se sabe se a isso foram levados por todo um trabalho de convencimento da transferência feito pela FUNAI. Já havia Kanamarí em São Luís em 1976, como se pode saber pela leitura de um plano que visava a dar uma infra-estrutura mínima à então chamada aldeia de São Luís (e à então chamada aldeia do Curuçá, dos Marúbo), necessária ao atendimento dos índios, "como também tentar através de convencimento atrair para as respectivas aldeias outros índios do mesmo grupo étnico localizados em outras áreas que não apresentam condições para um atendimento no seu próprio habitat" (FUNAI: s.d.). O plano previa a distribuição de material agrícola e ferramentas para construção, não para ser distribuído a cada indivíduo isoladamente, mas para toda a comunidade, de modo que a mesma trabalhasse em conjunto em benefício de todos. Previa ainda a construção de enfermaria, de casa de farinha, da casa sede, aquisição de forno de farinha, motor e bancada com bola para a casa de farinha e também a designação de um técnico agrícola, um atendente de enfermagem e um trabalhador braçal. No ano seguinte a aldeia já era conhecida como PIA São Luís e dele dizia um assistente da COAMA: "Ficamos felizes em ver que o nosso plano de procurar na medida do possível congregar toda a comunidade Canamarí naquela localidade vem surtindo o efeito desejado. É bem verdade que ainda existem algumas famílias vivendo nas aldeias Massapê e Irarí. Mas podemos afirmar que aproximadamente 80% daquela comunidade já vivem no PIA São Luiz, recebendo o apoio necessário por parte dessa Coordenação na luta pela sua sobrevivência. As

roças têm aumentado, a bebedeira tão peculiar aos Canamarí tem diminuído tudo isso graças ao trabalho de nosso pessoal lotado naquele Posto" (Nogueira: 1977, 20). No ano seguinte, sabe-se que rádio e gerador foram montados; a enchente tinha levado as roças da várzea e uma nova casa de farinha fora construída; o relatório do responsável pelo PIA São Luís não diz se o pessoal previsto no citado plano tinha sido designado e nem se todas as construções previstas tinham sido levantadas (Barros: 1978b). Mas em setembro de 1978, ao passar diante do PIA São Luís, Julio Cezar Melatti e Delvair Montagner Melatti avistaram duas construções de madeira, padronizadas, que pareciam ser a casa sede e a enfermaria.

EDUCAÇÃO ESCOLAR — Em 1975, o sertanista Estevão Rodrigues solicitou à 1ª Delegacia Regional da FUNAI uma professora para o Subposto Massapê, no alto Itacoaí. Porém, os Kanamarí continuam aí sem escola até hoje, apesar de reivindicarem a sua construção, a presença de uma professora e material escolar para os alunos (Montagner Melatti: 1980, 65).

No PIA São Luís, pelo menos até 1978 não havia ensino escolar, e o responsável pelo Posto solicitava atenção para esse problema (Barros: 1978a).

No alto Jutaí, os habitantes da aldeia Caranã manifestavam o desejo de aprenderem a ler e contar, dada a necessidade do comércio com os regatões. Na aldeia Nauá duas professoras do CIMI ensinavam numa construção de moldes regionais (Espírito Santo: 1980). Mais detalhes sobre o Jutaí são apresentados no volume Juruá/Jutaí.

SERVIÇOS DE SAUDE — Quando a FUNAI começou seu trabalho de assistência entre os índios Kanamarí do alto Itacoaí, uma coisa que logo chamou a atenção foi o fato de estarem viciados em bebidas alcoólicas, o que não deixava de estar relacionado com a espoliação de suas terras e com a exploração de seu trabalho, que então vinham sofrendo (Costa: 1972a). Como a ação da FUNAI no alto Itacoaí foi muito fugaz, não chegou a se estabelecer aí um sistema de atendimento de saúde. Por isso, os Kanamarí nunca chegaram a ser vacinados nesse rio. Algumas pessoas já tiveram catapora, coqueluche ("tosse guariba"), tosse seca, reumatismo, cobreiro e, trazidas por aqueles que estiveram no PIA São Luís, há muitas corubas no corpo e na cabeça. É freqüente a verminose nas crianças. Os dentes estão geralmente em mau estado, estragados pelas cáries. O funcionário Valmir de Barros Tôrres apontou casos de tuberculose e um surto de doenças venéreas (Montagner Melatti: 1980, 64-65). Esse funcionário narrou o caso de uma família Kanamarí de seis pessoas que desceu do alto Itacoaí até o PIA Marúbo, dentre as quais uma mulher e sua filha estavam doentes. Com sua experiência de trabalho entre índios, Tôrres julgou ser tuberculose pulmonar. Como a alimentação era escassa no Posto, recomendou-se à família retornar ao Massapê, deixando apenas as duas doentes, que ali ficariam até aparecer oportunidade de transporte para Atalaia do Norte. Quando o Posto foi desativado, pouco depois, devido à morte de um funcionário pelos índios da confluência Ituí/Itacoaí, em 6-11-75, os funcionários tiveram de deixar o Posto. Como o serviço médico da BFSOL não estivesse funcionando, Tôrres recebeu ordem de mandar de volta as doentes para o Massapê. Um mês depois a mulher morreu; uma filha dela morreu do mesmo mal; e a filha que a havia acompanhado continuava doente (Tôrres: 1976). Desde 1978 a SUCAM dedetiza as casas dos Kanamarí; porém em junho de 1980

"SOLUÇÕES" PARA O ALCOOLISMO

Em outubro de 1977, o Coordenador da Amazônia enviou um memorando ao Presidente da FUNAI, cujo conteúdo era o seguinte (Oliveira: D. S. de 1977).

"A minha viagem de inspeção à área da BFSOL, trouxe satisfação, mas, também tristeza face ao que passarei a relatar e solicitar as providencias urgentes que o caso requer.

Os índios Kanamarís do PIA São Luiz estão em decadência total, física e moral.

Os trabalhos do Plano de Aplicação para Assistência e Desenvolvimento do citado grupo não vem surtindo os efeitos desejados. Inicialmente, quando de sua execução, no ano passado, foi de grande impulso para àquela comunidade indígena, pois o grupo que se espalhava pela área procurou se concentrar em São Luiz face aos recursos postos à sua disposição para o seu trabalho e conseqüentemente sua alimentação e seu desenvolvimento.

Mas, Sr. Presidente, a nossa surpresa foi muito grande pois dos quase 400 (quatrocentos) indios que se juntaram na área só restou no momento uns 150 (cento e cinqüenta). Os demais foram embora se separaram e desapareceram. Por que? A resposta é bem simples, o grupo de uma maneira geral está viciado pelo alcool e grande parte é indolente principalmente as mulheres. Dormem o dia inteiro, não se incomodando com sua alimentação, a fome os obriga a roubar. Roubam todas as plantações daqueles que trabalham, inclusive os produtos no inicio do seu crescimento.

Por este motivo os indios trabalhadores se afastaram e estão se dividindo em grupos por áreas fora de nosso alcance.

Além disso levaram as ferramentas que lhes foram distribuidas.

Numa tentativa de procurar resolver o problema, o Chefe do PIA organizou uma horta comunitária; não deu resultado, os indios preguiçosos passaram a insultar o Chefe depois das bebedeiras dizendo-lhe que ele os está é sugando e se aproveitando deles.

Essas indios venderam aos Peruanos toda a sua ferramenta de trabalho, bem como anzóis e linhas de pescar que lhes foram fornecidos para seu trabalho de sustentação alimentar. Tomaram com o dinheiro bastante cachaça.

Não satisfeitos porque sempre passam fome, arrombaram a enfermaria e roubaram todo o remédio para vender e comprar mais cachaça.

Aproveitei a minha presença na área, reuní os Chefes e fiz-lhe ver que tal estado de coisas não poderia permanecer. Aconselhei-os a deixar a cachaça e resolví pela ultima vez fornecer-lhes as ferramentas para o trabalho de sua sustentação. Caso não fosse cumprida a palavra deles deixariamos a própria sorte.

É, durante este novo passo a ser dado para

não o fez, porque as águas do Itacoaí estavam muito baixas. Os índios banham-se e se abastecem de água num pequeno regato sujo e lodoso que corre junto a suas casas; evitam banhar-se no Itacoaí, devido à grande quantidade de candirus que nele há (Montagner Melatti: 1980, 65).

Um grupo de saúde (EPM/FUNAI), que visitou o PIA São Luís em 1978, examinou, fichou e vacinou com BCG intradérmico e Sabin seus então 77 habitantes indígenas. De achado clínico só houve uma menina de dez anos com acentuada anemia. O grupo soube que uma equipe do Projeto Rondon estivera no Posto e aplicara dois tipos de vacina, mas o atendente do Posto não soube informar quais tinham sido. Em seguida o grupo de saúde foi para Irari, aldeia onde então viviam 39 Kanamarí; fez os mesmos exames, fichamentos e vacinas em 37 índios, pois dois deles estavam ausentes. A equipe colheu entre os Kanamarí 80 amostras de soro, para estudo de proteínas e lípides séricos e pesquisa de anticorpos contra algumas viroses. Não encontrou doenças venéreas. Achou as condições de saúde boas e a dieta bastante diversificada. Quanto aos freqüentes casos de hepatomegalia e os poucos de hipertensão arterial de grau leve, o relatório da equipe não distingue os referentes aos Kanamarí dos referentes aos Mayorúna, que também visitou (Franco: 1978, 3-4). O responsável pelo PIA São Luís registrou a passagem do grupo de saúde pelo Posto e, curiosamente, diz que foi também aplicada a vacina contra sarampo, o que não consta do relatório da equipe. O responsável pelo Posto, que é atendente de enfermagem, diz ter realizado vários partos, que foram todos normais, e ter feito um tratamento de mordida de jararaca, no qual se saiu bem. Registra ainda que durante os meses de janeiro e fevereiro de 1978 houve um surto de febre e gripe, mas pôde fazer o tratamento dos índios com os remédios fornecidos pela BFSOL, sem ter sido necessário remetê-los ao hospital (Barros: 1978a). Embora no ano anterior se citasse o alcoolismo como um sério problema no PIA São Luís (Oliveira: 1977), o responsável pelo Posto não faz referência ao problema no relatório citado, deixando a entender que seria algo superado, mas num relatório seguinte se queixa de que, apesar das recomendações, alguns regatões continuavam a vender bebidas alcoólicas aos índios. No mesmo relatório registra a morte de um índio de 85 anos, com sintomas de tuberculose; mas diz que ele não só se negava a receber tratamento como até fugia dele (Barros: 1978b).

Situação atual da terra

A área habitada e utilizada pelos Kanamarí do alto Itacoaí compreende todo o curso desse rio, bem como seus afluentes, do igarapé Uchoa, inclusive, para cima. No igarapé Uchoa, suas terras tocam as dos arredios e a partir, mais ou menos, dos 6° 20′ S, rio acima, elas se confundem com as dos Kulína. Os limites entre terras de diferentes grupos indígenas não têm tanta importância, uma vez que todas devem ficar incluídas dentro do proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*. É difícil de dizer que propriedades a demarcação das tèrras Kanamarí iriam afetar, pois nem sempre as informações tomadas na área concordam com os registros do escritório do INCRA, na Prefeitura de Atalaia do Norte. Enfim, através da posição nas listas desses registros, dos nomes dos seringais ou dos proprietários, é possível pelo menos fazer suposições. Assim, na lista consultada por Julio Cezar Melatti, no referido escritório em 1975, consta um seringal São João, de título definitivo de herdeiros de João Herculano Primo, que já foi

organização e união desse grupo, que solicito a V. Excia., seja designado um Antropólogo para orientar cientificamente os trabalhos, bem como um estudo mais aprofundado sobre as reais causas desse desbaratamento do grupo indígena Kanamarí."

Examinando esse memorando, uma técnica do Departamento Geral de Operações, da FUNAI, emitiu um parecer, do qual se transcrevem a seguir os dois itens finais (Motta: 1977):

"7. Considerando, porém, que muitos remanescentes indígenas podem optar por um meio de vida em áreas não indígenas e, tendo em vista que a assistencia prestada na área, nem sempre corresponde às espectativas do grupo, face a ausência de técnicos especializados em áreas diversas, consulto a V. Sa. se, viável, a presença de missionários que, devidamente selecionados e orientados, possam desenvolver atividades assistenciais naquela comunidade, em mútua colaboração com a FUNAI, sem excluir a participação de um antropólogo.

8. Prende-se a presente sugestão ao fato de terem sido observados saldos positivos em áreas indígenas onde a presença de missionários, quando respeitadas as diretrizes da FUNAI, têm conduzido os grupos tribais à uma conscientização de seus valores culturais e morais."

Diante do mesmo memorando, o Diretor-Substituto do Departamento Geral de Operações endereçou a seu Diretor um outro parecer, do qual também se destacam dois itens (Marcos: 1977):

"3. Levando em consideração que alcoolismo e ociosidade já foram diagnosticados como responsáveis pelas condições atuais daqueles índios, nos parece claro que se torna necessário ali um trabalho constante, prolongado e com pronunciada ação espiritual, semelhante ao que o pregador JOÃO DA CRUZ vem realizando entre os TIKUNA das proximidades, com surpreendente êxito, que transformou comunidades apáticas e alcoólatras, em dinâmicas e abstèmias. Conhecida portanto a doença, achamos que a presença passageira de antropólogo não constituirá adequado remédio, por faltar-lhe a imprescindível perenidade na ação e na presença pessoal na área. Quanto aos antropólogos do DGO, um é encarregado de trabalhos de campo e se encontra viajando, enquanto a outra tem sua presença necessária nesta sede, para trabalhos e consultas especializadas, pelo que não se recomenda seu afastamento, salvo julgamento superior.

4. Sou, pois, de parecer que se procure sondar o JOÃO DA CRUZ, através da chefia da BFSOL, no sentido de obter, discretamente, sua colaboração entre os KANAMARI."

85. Índia se recuperando de sarampo, aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1980).

86. Verminose infantil, aldeia Nauá, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979).

87. Arô, tuxaua da aldeia Caranã, rio Jutaizinho (foto Egon D. Heck, 1979).

citado como tendo conseguido do Estado a concessão das terras Kanamarí em 1957 ou 1958 (Costa: 1972a). Há também os seringais chamados São Vicente I, II e III, juntos, na lista, com os seringais Sem Nome I e II, todos os cinco de título definitivo de herdeiros de Jim (Joaquim?) Gomes de Matos. Note-se que São Vicente é o nome do igarapé junto à foz do qual está a aldeia Kanamarí. Junto a esses seringais, na lista, estão também os chamados Santa Rita, São Pedro e São José, de Jader Herculano Barroso, Gebe de Melo Medeiros e Leandro Cordeiro Antony, respectivamente. Naturalmente a demarcação das terras Kanamarí não suscitará problemas apenas junto aos proprietários dos seringais, mas também junto a seus arrendatários.

Segundo informação do comerciante José Rodrigues Pires a Julio Cezar Melatti em 1978, parte dos índios Kanamarí desceu o Itacoaí no tempo em que os índios estavam atacando (referia-se à década dos Cinqüenta, marcada por grande movimentação de índios arredios na bacia do Javari) e foram morar no seu seringal, o Irari. Acrescentou que a FUNAI pôs os índios do Irari e do alto Itacoaí no São Luís, uma colocação para onde uma pessoa de nome Freitas havia levado quatro Kanamarí do Irari. Disse ainda que muitos não ficaram satisfeitos em São Luís e retornaram para o Irari. Devido à presença dos Kanamarí no PIA São Luís e no Irari, as terras do proposto *Parque Indígena do Vale do Javari* deverão chegar até a margem direita do Javari, no trecho compreendido entre as fozes do Curuçá e do rio Irari, também chamado de igarapé do Rodrigues. As terras dos Kanamarí se limitam aí, a sudeste, com as dos índios do rio Quixito, também incluídas no mesmo Parque. A demarcação das terras Kanamarí no Javari afetará vários seringais. Dados de pesquisa de campo de Julio Cezar Melatti, ao passar por esse trecho do Javari em 1978 e consulta feita pelo mesmo no escritório do INCRA, na prefeitura de Atalaia do Norte, em 1975, permitem dizer que a demarcação incluirá (total ou parcialmente) o seringal Santa Maria, talvez o mesmo que aparece com o nome de Boca do Curuçá na lista do INCRA, título definitivo das Indústrias I. B. Sabbá S.A.; embora uma outra fonte distinga na área Kanamarí dois seringais Santa Maria, o I e o II, e afirme pertencerem à Cia. Norte (Rosenberg: 1979); o seringal Santo Eusébio, título definitivo de herdeiros de Firmino Ferreira Damasceno, também havendo indicação entre parênteses do nome de Antônio Meneses, porém a outra fonte já citada (Rosenberg: 1979) diz pertencer a Francisco Carvalho de Oliveira; os seringais Cavalo Marinho e Macau, ambos título definitivo de herdeiros de João Barbosa Ferreira; o seringal Irari, possivelmente o mesmo que aparece na lista do INCRA como Boa Esperança, título definitivo de José Rodrigues Pires, e provavelmente outros seringais.

Os Kanamarí do alto Jutaí terão suas terras também incluídas no proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*, justamente no prolongamento sul-oriental do mesmo, que sai do Município de Atalaia do Norte e da bacia do Javari, penetrando na parte meridional dos municípios de São Paulo de Olivença e de Jutaí. Quanto às ocupações ou propriedades de civilizados que afetarão a demarcação do Parque consulte-se o volume Juruá/Jutaí. Convém sugerir que os limites do Parque passem pelo divisor de águas entre o Jutaizinho e Juruazinho (e não sobre o leito do Juruazinho, como está em Franco: 1981a, ou no divisor de águas Juruazinho-Juruá, como está na proposta da 1ª DR baseada em dados de Sebastião Amâncio da Costa), uma vez que não há índios no Juruazinho e se trata de uma área bastante povoada de seringueiros e próxima de Eirunepé.

No tocante à atual invasão das terras pelas empresas madeireiras, ver o item *O futuro: entre o Parque e o descimento* da Introdução do volume.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos administrativos

Alves, 1980b
Barros, 1978a, 1978b, 1978c
Costa, 1972a, s.d.
Espírito Santo, 1980
Franco, 1978
Marcos, 1977
Marostegan, 1980
Montagner Melatti, 1980 (47-67)
Motta, 1977
Nogueira, 1977
Nogueira & Oliveira, 1976
Oliveira (D.S. de), 1977
Rodrigues, 1975
Rosenberg & outros, 1979
Salzano & Neel, 1976
Tôrres, 1976

2. Documentos pessoais

Groth, i.p.

3. Textos didáticos

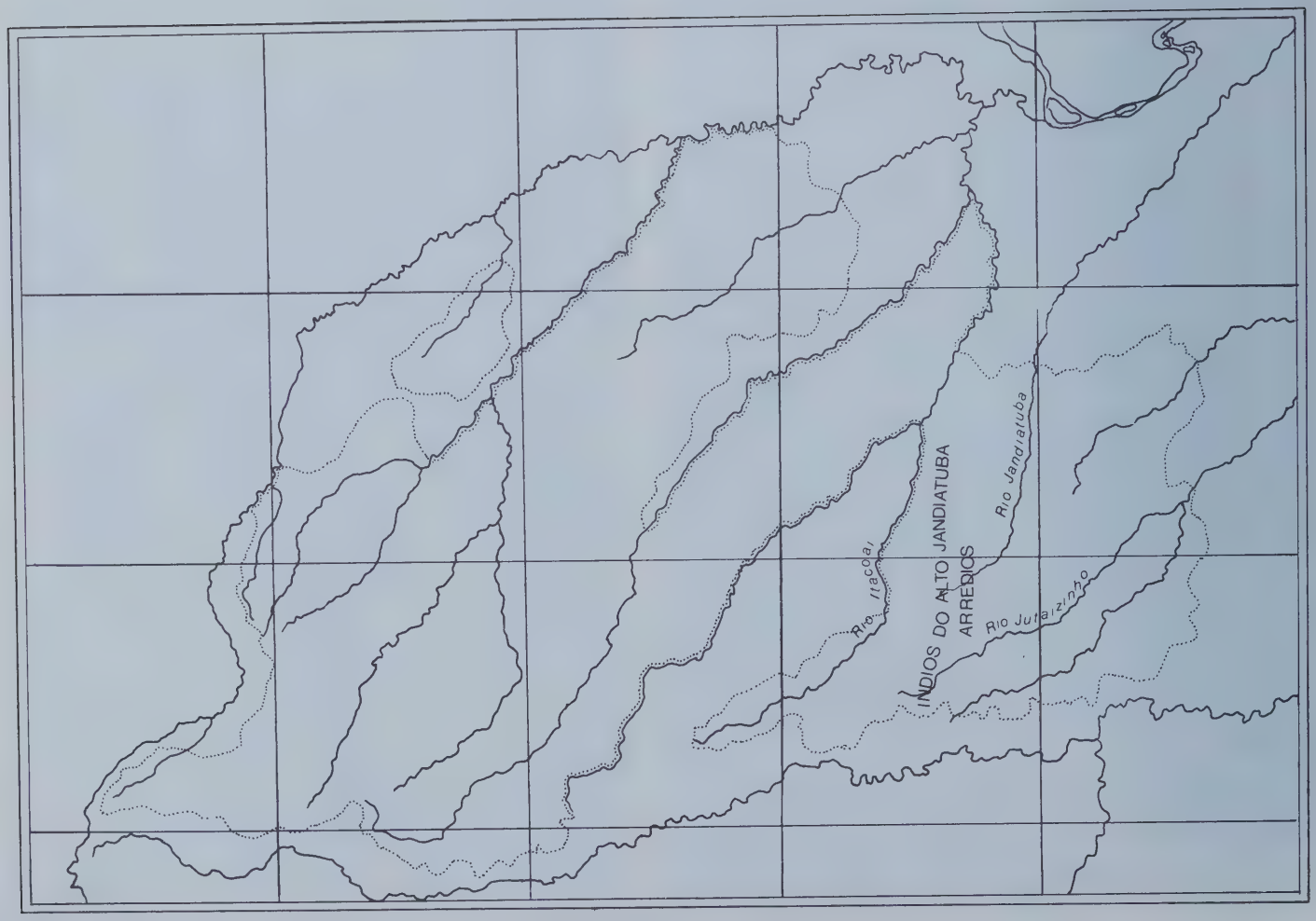
Missão Novas Tribos do Brasil, 1978a, 1978b, 1980, 1981.

4. Trabalhos etnológicos

Métraux, 1948

5. Viajantes

Carvalho, 1955


INDIOS DO ALTO JANDIATUBA
ARREDIOS
Rio Jandiatuba
Rio Jutaizinho
Rio Itacoai

8 Índios do Alto Jandiatuba

Nome

Aos índios arredios que aparecem no igarapé Uchoa, e que seriam os mesmos do igarapé São José, ambos afluentes da margem direita do Itacoaí, os pilotos das embarcações da FUNAI chamam de Katukína; seriam esses mesmos índios que os Kanamarí do alto Itacoaí chamariam de Capivaras (Montagner Melatti: 1980, 43). Um funcionário da FUNAI, em um relatório, chamou-os de Barbados (Costa: 1972a).

De qualquer modo, esses índios não são os Txunhuân Djapá, também conhecidos como Tucanos, que seria a tradução para o português do termo "Txunhuân". Se estes últimos são os mesmos que Métraux (1948: 663) chama de Tukún Djapá ou Tukâno Djapá, então seriam os mesmos que no princípio deste século seriam chamados de Mangerôma, que habitaram entre o Itacoaí e seu afluente, o rio das Pedras. Apesar dos Txunhuân Djapá viverem em área incluída no proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*, não serão tratados neste volume por dois motivos: em primeiro lugar, porque o grupo de trabalho designado pela FUNAI para fazer o levantamento do Jutaí e do Jandiatuba, em 1980, não teve oportunidade de subir este último rio, obtendo apenas precárias informações à distância sobre os índios que nele vivem, e não chegou também às malocas onde moram os Txunhuân Djapá na bacia do Jutaí; em segundo lugar, porque as informações sobre esses índios podem ser obtidas de maneira mais precisa pelo coordenador e colaboradores do volume Juruá/Jutaí, onde elas serão apresentadas.

Este capítulo, portanto, se refere apenas aos propriamente arredios, sobretudo enquanto se manifestam nos afluentes do Itacoaí, devendo haver mais dados sobre eles no volume Juruá/Jutaí. Como nenhum dos nomes por que são chamados (Katukína, Capivaras, Barbados) chegou a ser empregado com constância, aqui se prefere chamá-los provisoriamente de "índios do alto Jandiatuba".

Língua

Dizem os Kanamarí do alto Itacoaí que, num contato que tiveram com esses índios, havia uma velha, bastante idosa, que podia compreender seu dialeto (Costa: 1972a). Mas isso não é suficiente para se concluir que eles sejam da mesma família lingüística a que pertencem os Kanamarí, pois a velha poderia ser uma mulher aprisionada.

Localização

Aparecem os índios arredios nos igarapés São José e Uchoa, afluentes da margem direita do Itacoaí, e também nas cabeceiras do Jandiatuba e do Jutaí (Montagner Melatti: 1980, 44; Espírito Santo: 1980).

População

Não há informações sobre sua população. A aldeia visitada pelos Kanamarí tinha doze casas que poderiam abrigar, cada uma, duas ou três famílias, havendo mais casas à distância (Costa: 1972a). Supondo-se o número de dez pessoas por casa (duas famílias elementares de cinco membros cada), essa aldeia teria um mínimo de 120 habitantes. Em 1975, ao sobrevoarem as cabeceiras do Jandiatuba e do igarapé São José, Francisco Carvalho de Oliveira (Chico Batista) e o falecido Antônio de Souza Braga viram sete malocas grandes (Montagner Melatti: 1980, 45). Mas não se dispõe do número total de malocas dos índios arredios de modo a fazer pelo menos um cálculo indireto de sua população total.

Histórico do contato

Tratando-se de um grupo arredio e muito pouco conhecido, ainda não se pode fazer uma periodização da história do contato.

Assinala um relatório (Costa: 1972a) que os Kanamarí do alto Itacoaí contaram que, após vários dias de caminhada pela mata na direção do Juruá, encontraram-se com um grupo de vinte guerreiros que lhes apontavam as armas, flechas e arcos muito grandes. Após diversas palavras trocadas, sem que se compreendessem, os arredios trouxeram uma índia muito idosa que pôde compreender o dialeto Kanamarí. Levados à aldeia, os Kanamarí contaram doze casas de formato oval, que poderiam abrigar duas ou três famílias, sendo que havia outras mais à distância. Não foi possível aos Kanamarí fazer amizade com eles, que descreveram os civilizados como ruins, pois alguns caçadores tinham matado de uma só vez o filho e a filha do tuxaua. Quando os Kanamarí se retiravam, os índios arredios os acompanharam de longe, fazendo grande gritaria e batendo pau.

Segundo Montagner Melatti (1980: 44), em 1977, no igarapé São José, afluente da margem direita do Itacoaí, os índios atacaram o acampamento do madeireiro Austique, matando um homem e flechando outro. Um Kulína contou que em julho de 1979 os índios apareceram outra vez no mesmo igarapé. Em maio de 1980, os madeireiros entraram outra vez nesse igarapé, pois acham que "a região pode dar muito dinheiro, se derem um jeito nos índios", como argumentou um regional. O madeireiro Flávio, aviado de José Pinto, penetrou na direção do alto curso do igarapé, para colocar sua turma, mas retornou ao constatar vestígios de índios. Ainda em maio de 1980, o madeireiro José, morador da foz do igarapé, ao fazer uma "correria" (procura e localização) de madeira em suas cabeceiras, encontrou um tapiri e bananeiras, retornando para a casa. Os jornais noticiaram que, em agosto de 1980, sete madeireiros foram atacados por índios, no igarapé São José, que mataram um deles. Um freguês de Raimundo de Assis, que é proprietário de parte do igarapé Uchoa (o que a lista do INCRA não registra, no Anexo nº 1 da fonte citada), retirou seus madeireiros, que cortavam cedro, porque os índios puseram fogo no tapiri, levando as "mercadorias" e quebrando uma espingarda; nas praias desse igarapé os índios costumavam coletar ovos de tracajá. No igarapé Juruazinho, afluente do Jutaí, os índios atacaram uma família de civilizados, oriundos do Juruá, matando duas mulheres. Os Kanamarí do Jutaí foram acusados dessas mortes e ficaram magoados com a acusação.

Convém notar que a FUNAI não mantém nenhuma frente de atração junto a esses índios e nem interditou o acesso à sua área, seja pelo Itacoaí, pelo Jandiatuba ou pelo Jutaí, estando os índios arredios à mercê de possíveis agressões de madeireiros ou iniciativas particulares de atração.

Modo de vida

Os Kanamarí que visitaram esses índios disseram que tinham grandes roçados de banana, mandioca e pupunha; que tinham grandes arcos e flechas (Costa: 1972a). O Kanamarí Jacó esteve, em 1976, na aldeia dos índios arredios do igarapé Uchoa (não está indicado se numa outra ou se na mesma visita) e observou que possuíam roça grande e carabina (Montagner Melatti: 1980, 45). No igarapé São José, um madeireiro viu bananeiras e no igarapé Uchoa os índios costumavam coletar ovos de tracajá (Montagner Melatti: 1980, 44). Por sua vez, os Kanamarí do Jutaí deram notícia de que índios arredios, de boca pintada de preto, saem de um igarapé do rio Ituí, para cortar pau e buscar óleo de tracajá nas cabeceiras do Jutaí, e depois retornam (Espírito Santo: 1980). Como o Ituí fica demasiado longe, a oeste, é possível que se estivessem referindo a algum afluente do Itacoaí.

Aliás, a boca pintada de preto leva a supor que seria esse o motivo pelo qual seriam considerados barbados. Os Kanamarí que visitaram os arredios os descreveram como homens fortes, de cabelos e barbas longos, sendo o tuxaua aquele que tinha as barbas mais longas (o que levou Sebastião Amâncio da Costa a chamá-los de Barbados); eram belos, tanto os homens quanto as mulheres; usavam apenas tanga e sua pele era muito clara (Costa: 1972a). Entretanto, quatro índios Kulína que, em 1976, encontraram uma grande maloca nas cabeceiras do Jandiatuba não viram enfeites nem pinturas corporais; mas apenas mulheres estavam presentes; quando os homens chegaram, ameaçaram matar os Kulína e estes fugiram; esses Kulína viram também cerâmica em uso na maloca (Montagner Melatti: 1980, 45).

Nada se pode dizer da organização social e nem da visão de mundo desses índios, dada a precariedade das informações.

Tutela e assistência

Nada há a informar quanto à assistência a esses índios, visto que são arredios. Parece que nenhuma providência foi tomada no sentido de fazer sua atração e nem de interditar a entrada de estranhos em sua área.

Situação atual da terra

A área ocupada pelos índios arredios do alto Jandiatuba, que também ocupam os igarapés Uchoa e São José, pelo menos os seus altos cursos, e ainda as cabeceiras do Jutaí, está incluída no proposto *Parque Indígena do Vale do Javari*. O igarapé São José contém propriedades do falecidos Antônio de Souza Braga. Na lista do INCRA, na

prefeitura de Atalaia do Norte, consultada por Julio Cezar Melatti em 1975, constavam o seringal São José (Igarapé) como propriedade definitiva de Antônio Pereira de Melo, estando entre parênteses o nome de Antônio Braga; o de São José do Sul, o de São José do Oeste, o de São José da Direita, todos escritura pública de Antônio de Souza Braga. No Mapa III de Carvalho (1955), o igarapé São José aparece com o nome de igarapé do Inferno. É digno de nota que os seringais com o nome "Inferno" aparecem como pertencentes também a Antônio de Souza Braga: Inferno (nas cabeceiras do Jandiatuba), Inferno de Baixo (no divisor de águas Itacoaí/Jandiatuba), ambos como escritura pública. Na lista consultada por Montagner Melatti (1980, Anexo nº 1), os citados seringais estão presentes, com o mesmo proprietário, não sendo indicado o Inferno, mas havendo o acréscimo do São José da Porta, também escritura pública. No que se refere ao igarapé Uchoa, Raimundo de Assis é citado como proprietário de parte dele, mas seu nome não aparece nas listas do INCRA, na prefeitura de Atalaia do Norte (Montagner Melatti: 1980, 44 e Anexo nº 1). O leitor terá notado que os dados são precários e que em alguns casos seguiu-se simplesmente pelo nome do seringal. Quanto à situação fundiária no alto Jandiatuba e no alto Jutaí, as informações deverão figurar no volume referente ao Juruá/Jutaí.

FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Documentos Administrativos:

Costa, 1972a
Espírito Santo, 1980
Montagner Melatti, 1980

Alvarenga — Embarcação que não se move por si mesma, reboque para transporte de carga.

Aviamento — Adiantamento de mercadorias para ser compensada com o produto explorado pelos indígenas ou seringalistas, como madeira, peles, borracha etc. O mesmo que "habilitación" para os peruanos.

Ayahuasca — Termo peruano para um cipó cujo suco produz efeitos alucinógenos. Na parte brasileira da Bacia do Javari a pronúncia é "aiuasca".

Bacororô — Perereca (phyllomedusa Bicolor) verde a cuja secreção, aplicada sobre a carne viva posta a descoberto por uma pequenina queimada, atribui-se efeitos mágico-medicinais. Sua aplicação provoca vômitos imediatamente, que só um banho pode fazer cessar.

Barracão — Na Amazônia, tem o sentido peculiar de moradia do **patrão** ou dono do **seringal**, a sua casa matriz. É ao mesmo tempo habitação do proprietário do seringal ou do seu administrador e depósito de mercadorias indispensáveis e da borracha colhida nos centros; vivenda e armazém (Bernardino José de Souza, **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**).

Caissoma (Caiçuma, caysuma, caissuma) — Um dos chamados vinhos indígenas, feito de mandioca doce, cozida e posta a fermentar em grandes vasilhas de barro. O mesmo que "masato" no Peru.

Carabasco (Waca) — Termo peruano regional de um arbusto cultivado, cujas folhas e flores servem de veneno para matar peixe.

Caucho (bot. reg.) — Grande árvore das Moráceas **Castilloa Ulei** Warb. e **C. elastica**. Sua seiva lactescente fornece o produto gomífero caucho (Alfredo da Matta, **Vocabulário Amazonense**).

Coivara — Processo de limpeza do terreno para a semeadura, através da queima dos ramos e paus que são amontoados na roça.

Descimento — Eufemismo utilizado no período colonial, para designar a condução forçada do indígena do interior para o litoral, onde eram reduzidos à escravidão ou a sua transferência para os grandes aldeamentos missionários. João Ribeiro descreve esse processo na sua **História do Brasil**: "Organizaram-se então com desusado aparato as grandes cacadas de índios, os **descimentos** a ferro e fogo de centenas e milhares de escravos que, arrancados à liberdade nativa, em grande parte desapareciam pela morte voluntária ou se manchavam em vinganças sanguinolentas quando escapos aos mercados de São Paulo e Rio". O termo foi utilizado neste volume, apenas para apontar a semelhança da atuação do atual órgão protecionista com a política indigenista no período colonial.

Diretório dos Índios — O Regimento ou Diretório dos índios, criado pelo Marquês de Pombal, em 1757, colocava um civil (Diretor) a frente da administração das **aldeias** em substituição aos missionários. Sua função mais importante era a de fazer os próprios índios ocuparem os cargos administrativos das aldeias, que eram transformadas em vilas e povoados. Com a expulsão dos jesuítas, mais de 600 deles tiveram que deixar a colônia, a região missioneira entrou em plena decadência, desagregando ainda mais os indígenas, com suas aldeias sob a direção dos civis. Perdigão Malheiro, no livro **A Escravidão no Brasil**, pintou o seguinte quadro da nova situação: "Posto em execução este Regimento ou Diretório, começaram logo os abusos contra os desgraçados índios, que, livres em nome, se viam inteiramente sujeitos sobretudo aos Diretores; os quais longe de protetores, se constituíram verdugos, já no trato que davam a esses infelizes metendo-os em troncos em cárceres privados, e castigando-os até com açoites, já no modo desabrido e de desprezo com que portavam mesmo para com os Principais, já nos excessos que cometiam, arrogando-se atribuições que lhes não competiam e expressamente eram confiadas às autoridades, já praticando mil outras violências e infrações..."

Drogas do Sertão — Especiarias coletadas na região amazônica, como o cacau, a baunilha, o cravo, a canela, o puxuri, a salsa, as sementes oleaginosas, as raízes aromáticas, e conhecidas como "drogas do sertão".

Endogamia — Regra de casamento que obriga um indivíduo a escolher seu cônjuge dentro do mesmo grupo local, de parentesco, de status, etc., ou qualquer outro grupo a que pertença (Ernest L. Schusky, **Manual para Análise de Parentesco**).

Estrada — Caminho ou picada estreita, com mais ou menos dois metros de largura, ao longo do qual se encontram as árvores de seringueira ou "madeiras" que serão "cortadas" pelo seringueiro.

Exogamia — Regra de casamento que obriga a pessoa a casar-se com uma outra fora do grupo (local, de parentesco, status, ou qualquer outro no gênero) a que ela pertença (Ernest L. Schusky, **Manual para Análise de Parentesco**).

Família elementar — Unidade constituída de um homem, sua esposa,

e seu filho ou filhos. (Ernest L. Schusky, **Manual para Análise de Parentesco**).

Freguês — Termo freqüentemente usado como o contrário de "patrão". O mesmo que "aviado". O freguês deve pagar com borracha, madeira ou outros produtos extraídos da floresta as mercadorias que recebeu adiantadamente do patrão.

Gato maracajá — v. Maracajá.

Igarapé — Rio estreito e de menor extensão. Afluentes ou subafluentes dos rios principais da Amazônia, em torno dos quais vive parte considerável da população do interior dessa região. O mesmo que "quebrada" no Peru.

Jirau — Estrado para guardar objetos. Também casa sobre pilotis. Os Marúbo chamam a esse tipo de casa, típica da Amazônia, de "tapo".

Majás — Nome peruano para um grande roedor, também chamado "picuro". Provavelmente corresponde à capivara ou então à paca, no Brasil.

Maloca — No Brasil, o termo designa a casa que aloja várias famílias ou habitação índia, que Ermanno Stradelli precisa: "A casa de residência fixa, onde o indígena vive em comum sob a égide do dono da casa, e que reúne sob o seu teto mais de uma família". O mesmo que "cupiau" na área do Javari; no Peru usa-se o termo "cocamera".

Maniva — Mandioca ou tolete do caule do aipim ou da mandioca, cortado para o plantio; muda de aipim ou de mandioca.

Maqueira (Maquira, Makyra) — Rede de dormir, geralmente feita de fibra de miriti, de tucum ou de curuá. A maqueira não exige tear para sua confecção, pelo menos segundo a técnica Marúbo.

Maracajá — Gato do mato parecido com a onça pintada. Seu couro tem grande valor no mercado. "Sua caça e sua exportação não são devidamente fiscalizadas, ali como noutras regiões da América Tropical e Subtropical, de maneira que não tardará o seu desaparecimento dos bosques e florestas sul-americanas, onde, no dizer de E. G. Boulenger, 'suas vivas cores e desenhos complicados se harmonizam com aquela orgia de cores e formas do meio em que vivem'" (Nunes Pereira, **Moronguetá: Um Decameron Indígena**).

Moquém — "assador", espécie de grelha feita de pequeninas varas sem resinas e látex.

Motor-de-centro — Embarcação mais pesada, com motor de centro, usada para carga, passageiro e regatão.

Motor-de-popa — Embarcação pequena, com um motor de popa. "Muitos desses 'motores' puxam simples canoas, que conduzem a carga. Na época das vazantes, a solução é o emprego de canoas, a motor de pôpa, incômodas, sujeitos os que nelas viajam aos rigores do sol e da chuva, mas transporte único" (Arthur Cezar Ferreira Reis, **O Seringal e o Seringueiro**).

Motor-de-rabeta — Motor-de-popa cuja hélice fica na ponta de uma longa haste de ferro, permitindo ao piloto levantá-la da água para evitar que se danifique em pedras, troncos ou bancos de areia.

Panema — "Diz-se, em geral, do indivíduo que tem pouca sorte na caça, na pesca e nos amores. **Pira casara panema** — mariscador que nada traz da pesca, segundo Tastevin.

"Na opinião de Stradelli, panema é o indivíduo 'infeliz na caça e na pesca, mofino, imprestável, sem expediente'." (Nunes Pereira, **Moronguêtá Um Decameron Indígena**).

Patrão — Alguém que fornece adiantadamente aos indígenas ou seringueiros artigos de origem industrial, sobretudo, em troca de borracha. "**O seringueiro** depende inteiramente do patrão para o fornecimento de gêneros, roupas, munições, aguardente e de tudo o mais que necessita em sua frugalidade compulsória. E estes artigos são fornecidos a preços majorados, de modo a nunca haver saldo, prendendo-se o seringueiro ao patrão, enquanto lhes restem forças para produzir" (Darcy Ribeiro, **Os Índios e a Civilização**).

Paxiúba — Palmeira (Iriartea sp.) que apresenta parte de seu tronco como que inflada, formando uma barriga. O mesmo que "pona" no Peru. Com a parte mais externa de seu tronco se fazem tábuas toscas, com que se confeccionam as paredes e assoalhos das casas sobre pilotis (v. Jirau). De seu tronco se podem fazer rapidamente canoas de emergência.

Pelas — O látex, depois de recolhido, é defumado, formando as **bolas** ou **pelas** que chegam a pesar 40 quilos ou mais.

Pium — Mosca do grupo dos borrachudos. Segundo Alfredo da Matta, trata-se de uma "pequenina e terrível mosca hematófaga, a **Simulium amazonicum** Goeldi, causadora de intenso incômodo e prurido". Tem atividade diurna, estando presente sobretudo na várzea.

Puçá — Rede de pescar, feita de fios grossos de tucum, ligados fortemente entre si, de modo a formar grandes e pequenas malhas.

Pupunheira — Palmeira (Guilielma sp.) cultivada; o mesmo que "Pijuayo" no Peru. Seus frutos, as pupunhas, dão em cacho, são simplesmente cozidos ou então processados de modo a se obter uma bebida de baixa fermentação. Seu tronco guarnecido de espinhos fornece uma madeira (ao que parece, chamada "chonta" no Peru) com a qual se confecciona bastões de cavar, arcos e outros artefatos.

Quéchua — Língua indígena sul-americana ainda hoje falada na Bolívia, Argentina, Equador e Peru, e que foi língua geral do antigo império inca.

Quelônio — Nome genérico animal que inclui várias espécies como a tartaruga e o jabuti. Emílio Goeldi dedicou aos quelônios da Amazônia um dos seus mais completos estudos, na monografia intitulada **Quelônios do Brasil**, 1905.

Regatão — Comerciante que desenvolve seus negócios nas margens dos rios amazônicos, sendo mais conhecido pela prática de ações irregulares que desenvolve junto aos indígenas ou a seringueiros que estão presos ao barracão.

Seringa — Designação genérica do trabalho de extração do látex. "Seringa, na linguagem amazônica, era uma bomba sem êmbolo, em forma de pêra ôca, feita de borracha, com orifício na extremidade, no qual se adaptava uma cânula. Invenção dos índios, que tinham o hábito singular de utilizá-la, como limpeza de campo, antecedendo aos jantares de gala, operação a que não se eximiam os convidados do repasto. Chegando ao conhecimento dos portugueses tais objetos, saudados como úteis à civilização, o seu nome passou a ser, também, o da árvore que jorra o leite." (Leandro Tocantins, **Amazônia, Natureza, Homem e Tempo**).

Sororato — Costume segundo o qual um viúvo se casa, preferencialmente, com a irmã de sua finada esposa (Ernest L. Schusky, **Manual para Análise de Parentesco**).

Tropas de resgate (ou entradas) — Expedições escravizadoras, oficiais ou clandestinas, cujo objetivo era o de forçar ("persuadir") os indígenas a virem do interior e instalarem-se na vizinhança da colonização branca. Pretendiam com isso, o abastecimento de mão-de-obra escrava, coletores de drogas do sertão e ajuda para defenderem o território contra outros indígenas. Segundo as leis coloniais, essas tropas só podiam "resgatar" os "índios da Coroa", isto é, aqueles índios destinados por outros ao sacrifício antropofágico; salvavam-nos da morte, mas os punham na escravidão.

Tapiri — Cabana de palha sustentada por paus fincados na terra. O mesmo que "tambo" no Peru.

Tembetá — Pedra dos lábios. Ornamento labial, consistindo numa pedra embutida no lábio inferior.

Tracajá — Réptil da ordem dos quelônios (v.), comum na Amazônia.

Trocano (Torocano) — Instrumento de percussão utilizado pelos indígenas, como sinaleiro ou para se comunicar de uma aldeia para outra. Stradelli, no **Vocabulário Nheengatu-Português**, dá a sua descrição: "Instrumento com que os indígenas comunicam de maloca em maloca e serve para chamar a gente e dar sinais. É um toro de madeira, inteiriço, escavado a fogo, de uns dois a três metros de comprimento e meio de diâmetro (os tamanhos variam muito), de madeira leve e sonora, com três buracos de uns dez centímetros de

diâmetro, reunidos por uma estreita fenda, que ficam voltados para cima, quando está, como costume, suspenso entre quatro paus, num buraco feito para este fim no chão, pouco mais largo do que o instrumento, mas mais profundo do que um homem. O trocano é suspenso nos paus por tipóias de envira, que podem ser encurtadas ou alongadas à vontade, fazendo-o subir ou descer no buraco, conforme for conveniente". O trocano Marúbo, chamado **aco**, tem fenda retangular simples, é fixo e não fica num buraco.

Tucum — Palmeira de cujas folhas se extraem fibras que, após maceradas, dão um fio e umas cordas muito resistentes, para tecer redes de pescar bastante sólidas e redes de dormir, às vezes caprichosamente enfeitadas. Com as folhas do tucum ainda se fazem abanos e chapéus, e dos seus frutos se prepara um vinho muito apreciado.

Urucu — Pasta de cor vermelha extraída do fruto do **urucuzeiro** (**Bixa Orellana**), utilizada pelos indígenas para untar a pele. No Peru é o "achiote".

Uxorilocal — Sinônimo de matrilocal (norma que leva o casal a morar na casa dos pais da noiva ou nas suas proximidades), ressaltando porém que o casal mora com a linhagem da esposa (Ernest L. Schusky, **Manual para Análise de Parentesco**).

Varadouro — Na Amazônia, designa os caminhos utilizados para se fugir dos acidentes e corredeiras dos rios, ou então, caminhos para a passagem de canoa de um rio a outro. Euclides da Cunha, no **Relatório de Reconhecimento do Alto Purus**, detalha o sentido do termo: "As vezes encurtam distâncias, comunicando seções de um mesmo rio. O **varadouro** deve oferecer a vantagem, pelo menos na região que temos andado, de ter o seu declive suave e plano, de modo que permite ao caucheiro trasladar-se com embarcações e carga. Tal sucede com o do Cujar. O viajante que o atravessa, passa das águas do Ucaiale para as do Purus, e vice-versa, e continua navegando na mesma embarcação que passou por este istmo".

Voadeira — Embarcação leve, geralmente de metal, com motor de popa.

Waca — v. Carabasco.

Bibliografia geral

ADAMS, Patsy. 1958a. *Cartilla 2*; Amaro Jama. Yarinacocha, ILV, 1958.

__. 1958b. *Cartilla 3*; Odsa. Yarinacocha, ILV, 1958.

__. 1962a. *Cartilla 1*; Jana. Yarinacocha, ILV, 1962. Republicação.

__. 1962b. Textos Culina. *Folklore Americano*, Lima, Comité Americano de Folklore (10): 93-222, 1962.

__. 1963a. *Cartilla 1-3*; Taidecca iattana. Yarinacocha, ILV, 1963. 3 fasc.

__. 1963b. *Cartilla 4-6*; Denina iattana. Yarinacocha, ILV, 1963. 3 fasc.

__. 1963c. *Dsodode iattana 1* (Manual de escritura y ortografia nº 1] Yarinacocha, ILV, 1963.

__. 1963d. *La musica Culina*. PInd, 10:24, 25:82-87.

__. 1963e. Some notes on the material culture of the Culina indians. *Antropológica*, Caracas, Sociedad de Ciencias Naturales "La Salle" (12): 27-44, 1963.

__. 1964a. *Dsodode iattana 2,3* (Manual de escritura y ortografia nºs 2,3) Yarinacocha, ILV, 1964. 2 fasc.

__. 1964b. *Passo abari*; Cartilla 7. Yarinacocha, ILV, 1964.

__. 1965. *Roi arora* (Luis y Lola) Yarinacocha, ILV, 1965.

__. 1971. *Calculo 5*. s.l., Ministério da Educação do Peru, 1971.

__. 1972. *Silabario Culina*. Con trad. al castellano. s.l., Ministério da Educação do Peru, 1972.

__. 1973. *Pirodemicca ima* [Cuentos narrados por los piros) Colección Literaria de los Grupos Idiomaticos de la Selva (Culina, 3). s.l., Ministério da Educação do Peru, 1973.

ADAMS, Patsy & AGNEW, Arlene. 1972. *Huapina ihiacca' majarideni tahimarinideni* (Cartilla de lectura nº 10 s.l., Ministério da Educação do Peru, 1972.

ADAMS, Patsy & TOWNSEND, Patricia. 1975. Estructura y conflicto en el matrimonio de los índios Culina de la Amazonia peruana. *Folklore Americano*, Lima, Comité Americano de Folklore (19): 139-60, 1975.

ALLEN, Ruth. 1963. Marubo Work. *The Amazon Challenge*, Woodworth (Wisconsin), New Tribes Mission (9): 6-8, 1963.

ALVES, Darcy Vicente, topógrafo. 1980a. *Memorial descritivo de delimitação*; Lameirão. Brasília, FUNAI-DGPI-DID, 09/12/80.

__. 1980b. *Memorial descritivo de delimitação*; São Luís. Brasília, FUNAI-DGPI-DID, 09/12/80.

__. s.d.a. *Memorial descritivo de delimitação*; P.I. Lobo. Brasília, FUNAI-DGPI-DID, 1980. Não há indicação de dia e mês.

__. s.d.b. *Memorial descritivo de delimitação*; P.I. Curuçá. Brasília, FUNAI-DGPI-DID, 1980. Não há indicação de dia e mês.

AMANCIO, João Gonçalves, atendente. 1978. *Carta ao Chefe da BFSOL*. P.I. Lobo, 31/01/78. Incluída no Processo nº 822, de 20/02/78, fl. 3.

AQUINO, Terri Vale de. i.p. *Comentários à primeira redação do texto deste volume*. s.l., s.ed., 1981.

ASPLAN/FUNAI. 1978. *Mapa da população da aldeia Kumutiró, do PIA Lobo*. s.l., 09/11/78. O formulário é da Coordenação de Informática — ASPLAN — Gerência SIPLAN/FUNAI. Não foi assinado.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1961. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Tradução. Rio de Janeiro, INL, 1961. v.2 (Coleção de Obras Raras, 7).

BALDUS, Herbert. 1954-68. *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. V.1, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954; reimpressão em Volkerkundliche Abhandlungen, V.2, org. por Hans Becher, Hannover, 1970. V.2: Volkerkundliche Abhandlungen, V.4, org. por Hans Becher, Hannover, 1968. V.3: em preparação por Thekla Hartmann, do Museu Paulista.

BARROS, Osvaldo Franco, resp. pelo PI S. Luis, 1978a. *Relatório de atividades do PI São Luis durante o período do 1.º trimestre do ano de 1978*. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da Amazônia através do Memorandum 28/BFSOL/78, de 03/04/78.

__. 1978b. *Relatório de atividades do PIA São Luis durante o período do 2.º trimestre do ano de 1978*. Incluído no Processo FUNAI Nº 4236, de 25/09/78, fls. 2-8.

__. 1978c. *Mapa da população da aldeia São Luis, do PIA S. Luis*, 07/11/78. O formulário é da Coordenação de Informática — ASPLAN — Gerência SIPLAN/FUNAI.

BATES, Henry Walter. 1944. *O naturalista no rio Amazonas*. Trad., pref. e notas de Cândido de Mello — Leitão. São Paulo, Ed. Nacional, 1944. V.2 (Brasiliana, 237-A).

BENN, Marcos Mario, chefe da BFSOL. 1979a. *Ofício n.º 330/ /BFSOL/79 ao Cmt do CFSOL*. s.l., 23/10/79.

__. 1979b. *Ofício n.º 345/BFSOL/79 ao Coordenador da Amazônia (COAMA)*. s.l., 07/11/79.

BFSOL. 1978. *Autorização ao regatão Raimundo Cabral a subir a montante do PIA Ituí, a fim de resolver seus negócios com índios e civilizados, encerrando de vez seu comércio.* s.l., 22/03/78.

BORJA, Arceu Carvalho, chefe do PIA Lobo. 1978. *Relatório ao Chefe da BFSOL*. Atalaia do Norte, 24/01/78. Incluído no Processo nº 822, de 20/02/78, fls. 4-5.

__. 1980a. *Relatório.* Atalaia do Norte, FUNAI/AJUDSOL/PIA LOBO, 08/06/80.

__. 1980b. *Levantamento: Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil*; ficha-padrão preenchida com informações referentes aos Mayorúna do alto Javari e afluentes. s.l., 01/11/80.

__. 1980c. *Levantamento: Situação Atual das Populações Indígenas no Brasil*; ficha-padrão preenchida com informações referentes aos Mayorúna da aldeia Lameirão. s.l., 01/11/80.

BOUTLE, Philip Ernest, pesq. do Summer Institute of Linguistics. 1964. *Formulário dos Vocábulos padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras*. Preenchido entre os Marúbo no período de 4 a 6 de julho de 1964. Original no Conselho Nacional de Proteção aos Índios (extinto) e cópia no Museu Nacional (CECLI).

BRANCO, José Moreira Brandão Castello. 1950. Caminhos do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, *196* (1947): 74-225, 1950.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1972. *O índio e o mundo dos brancos; uma interpretação sociológica da situação dos Tukuna*. 2ª ed. São Paulo, s. ed., 1972.

CARVALHO, João Braulino de, Dr. 1931. Breve notícia sobre os indígenas que habitam a fronteira do Brasil com o Peru elaborado pelo médico da comissão, Dr. João Braulino de Carvalho, e calcada em observações pessoais. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, *7* (3): 225-56.

CARVALHO, José Cândido de Melo. 1955. *Notas de viagem ao Javari-Itacoaí-Juruá*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1955. (Publicações Avulsas, 13).

CARVALHO, José Porfírio Fontenele, sub-coord. da COAMA. 1973. *Relatório sobre o incidente no PI Marubo, no Rio Itacoaí — Base Avançada de Operações da Fronteira do Solimões — Atalaia do Norte ao Coordenador da COAMA*. s.l., 1973. A data está escrita à lápis.

CASTELNEAU, Francis de. 1850-51. *Expédition dans le parties centrales de l'Amérique du Sud. De Rio de Janeiro a Lima et de Lima au Pará. Executée para ordre du Governement Français pendant les années de 1843 a 1847. Histoire du voyage*. Paris, s. ed., 1850/1. 6Vs.

CFSOL. 1978. *Parte n.º 05-P2 do Cmt do 1.º/1.ª CEF ao Cmt do CFSOL/1.º BEF*. Palmeiras, 07/03/78.

CHIRIF, Alberto. i.p. *Carta a Carlos Alberto Ricardo*. Lima, 06/07/81.

CHIRIF, Alberto & MORA, Carlos. 1976. *Atlas de Comunidades Nativas*. Lima, Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social, 1976.

COELHO, Pedro Oliveira, aux. encarreg. da Frente de Atração da F.A. Ituí. 1975. *Carta ao Chefe da BFSOL*. Posto Curuçá, 26/11/75. Encaminhada pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA, através do Of. nº 151/BFSOL/75, de 02/12/75; incluída na fl. 2 do Processo nº 4704/dez. 75.

__. 1976a. *Relatório referente aos primeiros contactos com os índios arredios às proximidades do Posto da Frente de Atração do Rio Ituí ao Chefe da BFSOL*. F.A. Ituí, 21/12/76. Encaminhado pelo chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/BFSOL/78.

__. 1976b. *Relatório referente ao segundo contacto com os índios arredios às proximidades do Posto da Frente de Atração do Rio Ituí*. Atalaia do Norte, 30/12/76. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/BFSOL/78.

__. 1977a. *Relatório referente ao sexto contacto com os índios arredios às proximidades do Posto da Frente de Atração do Rio Ituí ao Chefe da BFSOL*. F.A. Ituí, 02/10/77. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/BFSOL/78.

__. 1977b. *Relatório referente ao sétimo contacto com os índios arredios às proximidades do Posto da Frente de Atração do Rio Ituí ao Chefe da BFSOL*. F.A. Ituí, 03/10/77. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/BFSOL/78.

__. 1977c. *Carta ao Chefe da BFSOL*. PIA Ituí, 27/12/77.

__. 1978. *Mapa da população da aldeia (ilegível), do PIA Ituí, de 27/11/78*. O formulário é da Coordenação de Informática — ASPLAN — Gerência SIPLAN/FUNAI.

__. 1979. *Relatório ao Chefe da BFSOL*. Atalaia do Norte, 17/10/79.

COELHO, Pedro Oliveira, Chefe do PIA Lobo & BORJA, Arceu Carvalho, Chefe do PIA Ituí. s.d. *Relatório*. Encaminhado ao Coordenador da COAMA pelo Chefe da BFSOL, através do Of. nº 16/BFSOL/78, de 28/03/78 — POSSUELO, 1978b.

COSTA, Sebastião Amâncio da, aux. téc. indigenista. 1972a. *Relatório referente à instalação do PIA Marúbo, no Rio Itacoaí, em obediência aos termos da ordem de serviço interna n.º 55/71, de 13/12/71, ao Chefe da 1.ª DR*. s.l., s.d. Encaminhado pelo Chefe da 1ª DR ao Diretor do DGEP através do Of. nº 137/72 — 1ª DR, de 22/03/72; incluído no Processo (FUNAI) nº 818/72, de 04/04/72, fls. 2-11.

__. 1972b. *Resposta a solicitação constante nas fls. 32, 33 e 35 do processo, ao Delegado da 1.ª DR*. Manaus, 29/09/72. Incluída no Processo FUNAI/BSB/818/72, de 04/04/72, fls. 36-38.

__. 1974. *Relatório referente as atividades de atração indígena da área Marubo/Maioruna, durante o mês de março de 1974*. s.l., 1974. Incluído no Processo FUNAI/BSB/1040/74, de 22/04/74, fls. com numeração confusa, modificadas.

__. s.d. *Pessoal Efetivo da Frente de Atração Marúbo-Maia*. s.l., s.d. Parece ter sido desmembrado de um Processo, sem número, fls. 1-2.

__. 1981. *Relatório referente a real situação das comunidades indígenas habitantes do Vale do Rio Javarí*. Atalaia do Norte (AM), 30/05/1981, encaminhado para o Sr. Delegado Regional da 1ª DR-MAO-FUNAI.

DAYTON, Edward R., org. 1976. *Mission Handbook; North American Protestant Ministries Overseas*. 11ª ed., Califórnia, 1976.

ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do. 1980. *Relatório referente aos índios dos rios Jandiatuba e Jutaí*. Brasília, FUNAI, 1980.

EVANS, Sandy. s. d. a. *Ituí Survey 1979*. Londres, Polytechnic of Central London, Department of Life Sciences, s.d. Projeto não realizado.

__. S.d.b. *Ituí Survey 1979*; report on a reconnaissance visit to Brazil 17th october to 22nd november 1978. Londres, Polytechnic of Central London, Department of Life Sciences, s.d., 1979.

FERNANDES, Rubem César. 1980. Um exército de anjos — as razões da Missão Novas Tribos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, ISER, Centro de Estudos da Religião (6): 129-65, 1980.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. 1974. *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias; Antropologia*. Pref. de José Cândido de Melo Carvalho, Introd. de Eduardo Galvão e Carlos A. Moreira Neto. s.l., Conselho Federal de Cultura, 1974.

FIELDS, Harriet. 1963. *Informe sobre los 'mayoruna' o 'capanahua salvages' del rio Yaquerana*. Información de Campo nº 131, 1963. Rollo 7. Microfilme no INIDE, Lima. Dados proporcionados por prisioneiros que escaparam.

__. 1973. Una indicación preliminar de los sufijos indicadores de referência en los Mayoruna. *Estudios Peruanos*, Yarinacocha, ILV (2): 283-306 (Série Linguistica Peruana, 11).

__. s.d. *Miscellaneous data on the Mayoruna culture* [Datos misceláneos sobre la cultura mayoruna] Información de Campo nº 344,

1974 Aprox. Manuscrito. Microfilme no INIDE, Lima.

FIELDS, Harriet & KNEELAND, Harriet, trad. 1973. *Bëranbo oatacanannona matses abiterinbo choinanec* [Declaración universal de los derechos humanos] s.l. 1973. (Série de Traducciones a Lengas Vernaculas, n. 16) Microfilme no INIDE, Lima.

FIGUEIREDO, Wellington Gomes, chefe do PIA em exercício. 1978a. *Relatório.* PIA Ituí, 10/02/78. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/BFSOL/78.

__ . 1978b. *Relatório.* PIA Ituí, 20/02/78. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/ /BFSOL/78.

__ . 1978c. *Relatório.* PIA Ituí, 04/03/78. Encaminhado pelo chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/ /BFSOL/78.

__ . Aux. tec. indigenista. 1978d. *Da permanência no PIA Ituí.* s.l., 17/03/78. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA através do Of. nº 17/BFSOL/78.

__ . 1978e. *Dos índios do Rio Itaguaí e Dos Índios que habitam o Rio Negro — Pardo — Quixito — Itaguaí — Ituí.* s.l., 17/03/78. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL ao Coordenador da COAMA pelo Of. nº 17/BFSOL/78.

__ . s.d. *Observações quanto a distâncias e habitações de civilizados, quando acompanhou a operação Ituí-Cabeceira do Itacoaí, Rio Branco, efetuada pelo BFSOL.* s.l., s.d. Escritas provavelmente em 1977.

FRANCO, Laercio Joel. 1978. *Relatório do grupo da Escola Paulista de Medicina sobre a viagem à região do alto Solimões, em janeiro de 1978, para avaliação das condições de saúde dos índios Maiurunas e Canamaris.* São Paulo, 15/02/78. Encaminhado pelo Coordenador da Amazônia através do Encaminhamento nº 11/COAMA/78, de 13/04/78.

FRANCO, Lucélio César Sabe, eng. cartógrafo. 1981a. *Memorial descritivo de delimitação*; Parque Indígena do Vale do Javari. Brasília, FUNAI/DGP/DID, 08/01/81.

__ . 1981b. *Memorial descritivo de delimitação*; Lameirão. Brasília, FUNAI/DGPI/DID, abr. 1981.

FRITZ, Samuel. 1918. O diário do Padre Samuel Fritz. Introd. e notas de Rodolfo Garcia. *Revista do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro*, Rio de Janeiro, *81* (1917): 353-97, 1918.

FUNAI. 1969. *Despacho de 04/12/69 no Processo FNI/BSB/3076/ /69.* s.l., 1969. Não foi possível identificar o signatário através da assinatura.

__ . 1975. *Formulário de um levantamento de missões religiosas da DEP, DGPC, preenchido pela Missão Novas Tribos do Brasil, referente aos Marúbo.* s.l., 1975.

__ . 1976. *Processo FUNAI/BSB/2670/76.* Refere-se à morte de Victor Batalha.

__ . s.d. *Plano de Trabalho para as aldeias jurisdicionadas à Base Avançada de Operações da Fronteira do Solimões — BFSOL.* s.l., s.d. Incluído no Processo nº 4089/76, fls. 7-15 — a rubrica presente nas folhas do Plano parece ser de Juliano Lauro da Escossia Nogueira.

GROTH, Christa. i.p. *Carta pessoal a Julio Cezar Melatti.* Eirunepé, Missão Novas Tribos do Brasil, 22/04/81.

GRÜNBERG, Georg, org. 1972. *La situación del indígena en América del Sur*; Aportes al estudio de la fricción interétnica en los índios no-andinos. Montevidéu, Tierra Nueva, 1972.

IBGE. 1957-64. *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro, 1957-64, 36Vs. Foram consultados verbetes e mapas referentes aos municípios de Benjamin Constant (v. 14, p. 115-8; v. 1, p. 183), Atalaia do Norte (v. 14, p. 103-5; v. 1, p. 187), São Paulo de Olivença (v. 14, p. 230-5; v. 1, p. 179), Jutaí (v. 14, p. 179-80; v. 1, p. 181).

INFORMATIVO FUNAI. 1975. Seis grupos tribais já contatados na Perimetral Norte. *Informativo FUNAI*, Brasília, (14): 56-61, 1975.

JOBIM, Anisio. 1943. *Panoramas Amazônicos: VI — Benjamin Constant.* Manaus, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.
(7):1981.

KENNELL JR., Gerald Raymond. 1978. *Descrição da gramática e da fonêmica da língua Marubo.* Puraquequara, AM, 22/06/78. O autor é missionário da Missão Novas Tribos do Brasil. Incluído no Processo FUNAI nº 3507, fls. 6-52. Provavelmente as fls. 6-14 correspondem ao final do trabalho, que foi mal paginado no Processo. As fls. 6 a 10 do Processo, que contêm a "Descrição Fonêmica de Marubu", são uma versão modificada de "Descrição da Fonêmica de Marubo (chainawa)" trabalho do mesmo autor datado de fevereiro de 1976, contido no Processo FUNAI/ /BSB nº 3779/76, fls. 2-5.

KENSINGER, Kenneth M. ms.a. Panoan linguistic, folkloristic and Ethnographic research; retrospect and prospect. A sair em *South American Indian Languages*; Retrospect and Prospect, org. por Louisa Stark e Harriet M. Klein.

__ . ms.b. *Recent publications in Panoan Linguistics.* Resenhas.

KNEELAND, Harriet. 1973. La frase nominal relativa en mayoruna y su ambigüedad. *Estudios Peruanos*, Yarinacocha, ILV, (2): 53-105 (Série Linguística Peruana, 11).

__ . 1975. *Notes on Mayoruna beliefs.* Información de Campo nº 132, Rolo 11, 1975. Manuscrito. Microfilme no INIDE, Lima.

LEITE, Jonne. 1975. O Summer Institut of Linguistics. Estratégias e ação no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, ISER,

LEITE, Serafin. 1938/49. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, INL; Lisboa, Portugalia, 1938/49. 8Vs.

LIMA, Raimundo Pio de Carvalho. 1969. *RELATÓRIO ao Ilmo. Sr. Chefe da 1.ª Delegacia Regional da FUNAI, referente a viagem de inspeção ao longo dos rios Javari, Curuçá, Itacuaí e Ituí, inclusive o Posto Indígena de Fronteira Takuna.* Manaus, 29/ /06/69. Encaminhado pelo Chefe da 1.ª DR ao Secretário Executivo através do Of. nº 374/69/1.ª DR, de 13/11/69; incluído no Proc. FUNAI/BSB/3076/69, de 17/11/69.

LINDHOLM, Donald. 1973. *Plan de ayuda y desarrollo para los mayorunas del Yaquerana.* s.l., 1973. Microfilme no INIDE, Lima.

LUCENA RODRIGUES, Francisco Paulo. s.d. *Marubos*; um povo em extinção. s.l., s.d. Texto datilografado de pelo menos três páginas, possivelmente arquivado na FUNAI. Do mesmo autor há textos nos Processos FUNAI nº 3534/75 e 3974/75.

MAGALHÃES, Hamilton José de Souza, cmt. ao CFSOL/1º BEF. *Relatório da situação dos índios Mayurunas do Alto-Javari.* Tabatinga, 14/02/78.

MARCOS, José Joel, Diretor Subst. do DGO. *Despacho referente ao Memo n.º 403/COAMA/77* (ver OLIVEIRA, D. S. de, 1977 e MOTTA, 1977) *ao Diretor do DGO*, (certamente). Brasília, 20/10/77.

MAROSTEGAN, Benedito Delcio. 1980. *Memorial descritivo de delimitação*; Alto Jutaí. Brasília, FUNAI-DGPI-DID, 21/11/80.

MEIRELLES, José Apoena de. 1975. *Apreciação do documento SOUZA & SILVA.* s.d., s.l., 12/12/75. Incluída no Proc. FUNAI 4705/75, de dezembro de 1975, fl. 5.

MELATTI, Julio Cezar. 1977. Estrutura Social Marúbo; um sistema australiano na Amazônia. *Anuário Antropológico/76.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 83-120.

__ . 1979. *Relatório ao Presidente da FUNAI.* Brasília, 12/01/79.

MERCIER, Juan Marcos. 1974b. Contacto con los mayorunas. In: MERCIER, Juan Marcos, VILLENEUVE, Gaston, Equipo de Misioneros y Nativos de La Selva. *Amazonía: Liberación o esclavitud?* Lima, Ed. Paulinas, 1974, p. 178-86.

MÉTRAUX, Alfred. 1948. Tribes of the Jurua-Purus basins. In STEWARD, 1946-59, V. 3: p. 657-86.

MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL. 1971a. *Segunda Cartilha Marúbo.* 3.ª ed. atual. Puraquequara, 1971.

__ . 1971b. *Terceira Cartilha Marubo.* 2.ª ed. atual. Puraquequara, 1971.

__ . 1976a. *Yorã bana wichá iquí terceira* [Terceira Cartilha Marubo]. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1976.

__ . 1976b. *Yorã bana wichá iquí quarta* [Quarta Cartilha Marubo]. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1976.

__. 1976c. *Yorã bana wichá iquí quinta* [Quinta Cartilha Marubo]. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1976.

__. 1978a. *A b d bara ònaham*. Canamari 1978. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1978.

__. 1978b. *Tu'am tukuna ojam bunim...* Canamari 1978. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1978.

__. 1978c. *Deusñe Yoã Vana* (histórias da Bíblia) Marubo, Vida Nova. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1978.

__. 1980. *Am tobowa...* 1. Canamari 1980. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil, 1980.

__. 1981. *Kiwajoh Pajati*. Canamari 1981. Manaus, Missão Novas Tribos do Brasil. Textos escritos pelos alunos da escola da aldeia de Três Unidos, no rio Juruá, em 1979 e 1980, tendo pássaros como tema.

MONTAGNER MELATTI, Delvair. 1977. Cerâmica Marúbo. *Cultura*. Brasília, MEC (25): 70-7, 1977.

__. 1980. *Proposta de criação do Parque Indígena do Vale do Javari (POJAV)*. s.l., 1980. Incluído no Processo FUNAI/BSB/1074/79.

MONTAGNER MELATTI, Delvair & MELATTI, Julio Cezar. 1975. *Relatório sobre os índios Marúbo*. Brasília, Fund. Univ. de Brasília, Depart. de Ciências Sociais. (Trabalhos de Ciências Sociais, Sér. Antropologia, 13).

__. 1977. As canções que espantam os males do corpo. *Revista de Atualidade Indígena*. Brasília, FUNAI (2): 2-7, 1977.

__. 1979. A criança Marúbo; educação e cuidados. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, INEP/MEC, *62* (143): 291-301, 1979.

__. ms. *A maloca Marúbo*; organização do espaço. Comunicação apresentada na XII Reunião Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, em julho de 1980.

MOTTA, Diana Cléa Garcia da. Antropóloga do DGO. 1977. *Despacho referente ao Memo n.º 403/COAMA/77* (ver OLIVEIRA, D. S. de, 1977) *ao Diretor do DGO*. Brasília. 14/10/77.

NANTES, Amancio V. i.p. *Carta a Julio Cezar Melatti*. Vida Nova, Missão Novas Tribos do Brasil, 14/07/81.

NIMUENDAJU, Curt. ms. *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Acompanhado de índices bibliográficos, de autores e de tribos. Belém (1944). Esc. 1: 250000. Será publicado pelo IBGE, Museu Nacional e Fundação Pró-Memoria.

NOGUEIRA, Juliano Lauro da Escossia, assist./COAMA. 1977. *Relatório de viagem empreendida às áreas indígenas jurisdicionadas à Base Avançada de Operações da Fronteira do Solimões — BFSOL ao Coordenador da COAMA*. Brasília, 25/10/77.

NOGUEIRA, Juliano Lauro da Escossia, assist. COAMA & OLIVEIRA, Julio Paulo, aux. tec. de administração. 1976. *Relatório n.º 2/COAMA/76 ao coordenador da Amazônia (COAMA)*. Brasília, 28/07/76.

OLIVEIRA, Demócrito Soares de. coord. da Amazônia. 1977. *Memo n.º 403/COAMA/77 à Presidência da FUNAI*. Brasília, 10/10/77.

OLIVEIRA, Ismarth de Araujo, Pres. da FUNAI. *Ofício n.º 57/GAB/P ao Comando Militar da Amazônia*. Brasília, 02/08/77.

OLIVEIRA, Lamartine Ribeiro de & SANTOS, Hélio da Rocha. 1974. *Relatório referente a um plano de ação para a região do Javari e seus afluentes da margem direita*. ASPLAN-FUNAI. Brasília, 03/04/74.

OPPENHEIM, Victor. 1936. Sobre os restos da cultura neolitica dos índios 'Panos' do alto Amazonas. *Annaes da Academia Brasileira de Sciencias*. Rio de Janeiro, *3* (4): 311-3 + 3 p. de fotos, 1936.

PAULA, Ruth Wallace de Garcia, 1979. *Relatório de viagem*. PIA Ituí, 1979. Refere-se à pesquisa lingüística realizada no PIA Ituí, no período de 24/02/79 a 22/03/79. Brasília, 16/05/79. Encaminhado por Ruth Wallace de Garcia Paula, Pesquisador A — Lingüista — ao Chefe da DE/DGPC através do Memo. n.º 186/79/DGPC, de 17/05/1979.

PIA Ituí. 1978a. Telegrama 01/PIA Ituí, 09/02/78.

__. 1978b. Telegrama 03/PIA Ituí, 20/02/78.

__. 1978c. Telegrama 08/PIA Ituí, 27/02/78.

__. 1978d. Telegrama 11/PIA Ituí, 06/03/78. Controle n.º 94356.

__. 1978e. Telegrama 15/PIA Ituí, 22/03/78. Controle n.º 94370.

__. 1978f. Telegrama de 25/05/78. Controle n.º 0611.

__. 1978g. Telegrama 28/PIA Ituí, de 28/06/78. Controle n.º 99070.

__. 1978h. Telegrama 35/PIA Ituí, de 21/0C /78. Controle n.º 99175.

POSSUELO, Sydney Ferreira, chefe BFSOL. 1977. *Plano de trabalho para reativação da frente de atração do rio Itacoaí*. Encaminhado pelo mesmo ao Coordenador da COAMA através do Of. n.º 199, da BFSOL, de 28/10/77; incluído no Processo FUNAI/BSB/36541/79, fls. 10-23.

__. 1978a. *Relatório referente aos incidentes ocorridos no PIA Lobo*. Atalaia do Norte, 07/02/78. Incluído no Processo n.º 822, de 20/02/78, fls. 6-7.

__. 1978b. *Ofício n.º 16/BFSOL/78 ao Coordenador da Amazônia (COAMA)*. Atalaia do Norte, 28/03/78.

__. 1978c. *Carta de autorização ao regatão Iram Correia de Oliveira, a prosseguir a montante do PIA Ituí para buscar madeira, atendendo a solicitação dos Marubo*. Atalaia do Norte, 18/03/78.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. 1960. A ocupação portuguesa do Vale Amazônico. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, coord. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960. T. I, V. 1, Liv. quinto, cap. I, p. 257-72.

REVISTA DE ATUALIDADE INDÍGENA. 1978a. Uapá; cachorros facilitam a atração. *Revista de Atualidade Indígena*, Brasília, FUNAI (8): 16-24, 1978.

__. 1978b. Atração pelos botões. *Revista de Atualidade Indígena*. Brasília, FUNAI (11): 2-8, 1978.

RICH, Paul. 1981. Mayorona — Another unreached tribe. *Brown Gold*. New Tribes Mission, p. 5, jan. 1981.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1975. Línguas ameríndias. *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Delta, p. 4034-6. 1ª edição em 1970.

RODRIGUES, Estevão da Silva, sertanista I. 1974. *Relatório referente às atividades do PIA Marubo, no período de agosto a dezembro de 1974*. s.l. Encaminhado pelo Chefe da BFSOL, através do Ofício n.º 62/BFSOL/74, de 12/13/74, sic.

__. 1975. *Relatório referente a sua atuação no PIA Marúbo de 13/02/75 a 30/04/75*. Manaus, 09/05/75. Encaminhado ao Chefe da BFSOL pelo Of. n.º 03/75 de 13/05/75; incluído no Processo FNI 1432/75, p. 4-7.

ROMANOFF, Steven. 1976. Informe sobre el uso de la tierra por los Matsés en la selva baja peruana. *Amazonia Peruana*, Lima, Centro Amazonico de Antropologia y Aplicación Practica, 1(1): 97-130, 1976.

ROSENBERG, Larry et alii. 1979. *Plotagem das áreas indígenas na região do Javari e seus afluentes*. Encaminhada pelo Chefe da Ajudância do Solimões, parte ao Delegado da 1ª DR através do Of. n.º 377/AJUDSOL/79, de 14/12/79, e outra parte à COAMA através do Of. n.º 345/BFSOL/79, de 07/11/79, encaminhada pelo Delegado da 1ª DR ao Diretor do DGO através do Encaminhamento n.º 3/1ª DR/80, de 04/01/80. Incluído no Processo FUNAI n.º 212/80, de 14/01/80.

SALZANO, Francisco M. & NEEL, James V. 1976. Alpha Helix. *Pesquisa Antropológica*. Brasília (12): 4-7, 1976. Relatório apresentado à FUNAI, datado de Porto Alegre e Ann Arbor, setembro de 1976.

SAN ROMAN, Jesus Victor. 1975. *Perfiles históricos de la Amazonía Peruana*. Lima, Ediciones Paulinas, Publicaciones C.E.T.A., 1975.

SANTOS, Hélio Rocha. 1976. *Parecer n.º 14/CAP/ASTEC/76*. Brasília, 16/08/76. Incluído no Processo n.º 4089/76.

SILVA, Gilvan Brandão, chefe da BFSOL. 1974. *Relatório do 2.º vôo, no local das malocas dos índios Arredios — Posto Marubo, localizados no igarapé 'Do Correia'*. Atalaia do Norte, 16/12/74.

__. 1977. *Relatório*. Encaminhado ao Coordenador da COAMA através do documento S/N.º/77, de 10/01/77.

SILVA, Gilvan Brandão; FRANÇA, Modesto Alves & BORJA, Arceu Carvalho. s.d. *Relatório sobre a viagem ao rio Itacoaí, com a finalidade de verificar as condições de um local para reativar a Frente de Atração do PIA Marubo*. Encaminhado, com outros

relatórios, ao Coordenador da COAMA, por Gilvan Brandão Silva através do Of. nº 186/BFSOL/77, de 25/08/77. Integrado ao Processo FUNAI/BSB/3654, de 25/08/77, p. 2-3.

SOUTHEY, Roberto. 1862. *História do Brasil*. Trad. Rio de Janeiro, Livr. B. L. Garnier, 1862. 6Vs. 3ª edição: São Paulo, Obelisco, 1965.

SOUZA, Divaldo Rodrigues de, ch. set. Administrativo da BFSOL & SILVA, Gilvan Brandão, ch. BFSOL. *Demonstrativo do contato estabelecido pela equipe do sertanista Modesto Alves de França com grupo étnico desconhecido — PIA — Rio Branco*. Incluído no Proc. FUNAI 4705/75, de dez. de 1975, fls. 1-3; há um croquis em anexo.

SPIX, Johann & MARTIUS, Karl Philip von. 1976. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos; Rio de Janeiro, IHGB; Brasília, INL, 1976, V. 3.

STABILE NETO, Carlos, dr. 1978. *Relatório da viagem de um grupo de saúde aos rios Curuçá e Ituí para avaliação das condições de saúde dos índios Marubo*, jan. 1978. Encaminhado pelo Coordenador da Amazônia através do Encaminhamento nº 11/COAMA/78, de 13/04/78.

STEWARD, Julian H., org. 1946/59. *Handbook of South American Indians*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington (V. 1: 1946; V. 2: 1946; V. 3: 1948; V. 4: 1948; V. 5: 1949; V. 6: 1950; V. 7: 1959). Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963.

STEWARD, Julian & MÉTRAUX, Alfred. 1948. Tribes of the Peruvian and Ecuadorian Montana. In STEWARD, 1946-59, V. 3, p. 535-656.

SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS. s.d. *Dados a serem levantados pelos membros do Instituto de Lingüística de Verão, na área do sul do rio Amazonas e compreendida entre a margem direita do rio Javari e o rio Purus, incluída toda a sua bacia*. s.l., s.d. Formulário preenchido com dados Marúbo, sem assinaturas.

TAVARES, Rubens Pastana, sertanista — ch. do PIA Ituí, 1975. *Encaminha relatório e faz solicitação*. PIA Ituí, 16/12/75. Encaminhado ao Coordenador da COAMA pelo Chefe da BFSOL, através do Of. nº 5/BFSOL/76, de 09/01/76.

TITCOMB, Edward P. i.p. *Carta pessoal a Carlos Alberto Ricardo*. Anápolis, 22/07/81. Acompanhada de dois prospectos sobre as Asas de Socorro.

TÔRRES, Valmir de Barros, ch. do PIA Marúbo. 1975. *Relatório correspondente às atividades e viagens realizadas no período compreendido de 28/10/74 a 28/12/74, no PIA Marubo*. PIA Marúbo, 02/01/75. Encaminhado pelo Subcoordenador da COAMA/MAO ao Coordenador da COAMA através do Memorando nº 51/SUB COAMA/75, de 28/01/75.

__. Aux. Tec. indigenista I. 1976a. *Relatório dirigido ao Chefe da BFSOL*. Atalaia do Norte, 17/02/76. Encaminhado pelo Chefe Substituto da BFSOL ao Coordenador da COAMA, através do EM 001/76/BFSOL, de 19/02/76.

__. 1976b. *Carta a João Tuxaua*. PIA Curuçá, 01/12/76.

URIARTE, Luis M. 1976. Poblaciones Nativas de la Amazonia Peruana. *Amazonia Peruana*. Lima, Centro Amazonico de Antropologia y Aplicación Práctica, *1* (1): 9-58, 1976.

VARESE, Stefano. 1972. Relaciones interétnicas en la selva del Peru. In GRUNBERG, 1972, p. 157-192.

VEIGA, José. s.d. Rio Javari; baliza líquida da fronteira oeste. *Jornal Cultura*. s.l., SEDUC/Fundação Cultural do Amazonas, (10): 22-23.

VIVAR A., Judith E. 1975. Los mayoruna: en la frontera Perú-Brasil. *América Indígena*. México, Instituto Indigenista Interamericano, 35 (2): 329-47, 1975.

WARES, Alan C., comp. 1979. *Bibliography of the Summer Institute of Linguistics*. V. *1*: 1935-1975. Dallas, Summer Institute of Linguistics, 1979.

Abel, 38
Açaí, igarapé, 114, 127
Acori, igarapé, 17
Acre, rio, 113
Acurau, rio, 113
AFONSO, Benjamin, 34
Água Branca, igarapé, 51, 57
AJUSOL, 77, 78, 90, 92, 100, 106, 128, 129
Alcaiaco, rio, 18
ALENCAR, Marinho El Rey, 109
Alfredo (tuxaua), 123, 124, 128
Aliança, seringal, 95
ALLEN, Robert, 51
"Alpha Hélix", 57
ALVES, Darci Vicente, 31
ALVIM, Afonso, 22, 27, 93
ALVIM, Maria Afonsina Cunha d', 32, 93, 100
AMAZONENSE, Gentil Homem, 100
Amazonas, rio, 17
Amburus, igarapé, 19, 22, 41, 58, 69
Américo, 38, 52
Anganos (colônia militar), 76
ANGARITA, Antonio, 27
Ângela, 70
ANTONY, Leandro Cordeiro, 133
Apaporis, rio, 15
AQUINO, Terri Valle de, 28, 29, 30, 31, 40, 41, 50, 51, 56, 64, 65, 74, 75, 77, 78, 118
Arena, seringal, 100
Arimatéia, 49
Arrojo, rio, 18, 22, 33, 39, 54, 57, 58
Araúa, 111
Aruák, 111, 117
Asas de Socorro, 51
ASSIS, Raimundo de, 137
Atalaia do Norte, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 58, 71, 86, 88, 92, 100, 104, 106, 109, 115, 128, 130, 131, 133, 136, 137
Atualidade Indígena (revista), 106
Aurélio, 39, 43
Aurélio Grande, rio, 87, 93
Azimar, igarapé, 127
BASA, 28, 29
Banco do Brasil S/A, 28
BANDEIRA, Sebastião, 99
Barbados, 135, 136
BARBOSA FILHO, João, 28, 58, 115
Barracãozinho, 118, 119, 124
Barriguda, igarapé (v. Sacato, igarapé)
BARROSO, Jader Herculano, 133
BFSOL, 31, 86, 113, 120, 127, 128, 129, 130, 131
Batã, rio, 17, 18, 22, 32, 41, 57, 69, 79
BATALHA, Vitor, 39, 43, 54, 55, 56
BATES, Henry, 16
BATISTA, Chico (v. Francisco Carvalho de Oliveira)
Baú, rio, 113
Belém, 13, 28
Beni, rio, 16
Benjamin Constant, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 33, 56, 58, 77, 78, 92, 109, 112, 114
BEZERRA, João, 98
BEZERRA, Sebastião, 119, 120, 127
Biá, rio, 111, 115, 117
Biña, 92
Binân, 84, 93
Blanco, rio, 18, 63
Boa Esperança, seringal, 109, 133
Boa Fé, seringal, 26, 41, 43, 50
Boa Vista, igarapé, 57, 58
Boca do Curuçá, 133
Boca do Lobo, aldeia, 63, 64, 71
Boeiro, igarapé, 83, 90, 92
Bolognesi (guarnição peruana), 63
Borja, 13, 64, 72, 76, 77
Boto Grande, igarapé, 127
BRAGA, Antonio de Souza, 32, 101, 135, 136, 137
BRAGA, Antonio, 25, 115
BRANCO, João, 113
Branco, igarapé, 119
Branco, rio, 18, 22, 25, 31, 83, 84, 87, 90, 93, 95, 98, 99, 100
BRASIL, Raul Jorge Leão, 32, 101
BRASIL, Rui Rossi, 32
BRÁULIO, Cílio, 115

Mapará, 112, 113, 114
Marañon, rio, 13, 15, 16, 18
Marauás (v. Marawá)
Marawá, 16
Maria Cândida, 84
Mariano, 38
MARINHO, Manoel Capistrano, 103, 109
Mário, 53
Mário peruano (v. OLIVEIRA, Mário Paulo de)
Maroba (v. Marúbo)
Maronal, rio, 18, 19, 38, 39, 41, 49, 50, 51, 54, 56, 57, 69
MAROSTEGAN, Benedito Delcio, 31
Martins, 30
Marúbo, 17, 18, 19, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 37 e sgts., 69, 72, 74, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 98, 103, 106, 112, 114, 114, 129
Marúbo, igarapé, 95, 98, 99, 100
Marubões (v. Índios da confluência do Ituí/Itacoaí)
Marubus (v. Marúbo)
Masararí, 16
Mascôn, 86
Maskôr, 85
MASÔ, J. A.
MASREMPA, João Aurélio (João Macaquinho), 41
Massapê, aldeia, 129
Matís, 31, 32, 38, 43, 54, 56, 57, 58, 83 e sgsts., 95, 98, 100
MATOS, Joaquim Gomes de, 115, 133
Matsés, 61, 83
Matsese (v. Matsés)
Maucallacta, 17, 41
Maia, igarapé do, 103, 104
Maya (v. Índios do rio Quixito)
Mayaá (v. Índios do rio Quixito)
Máyo (v. Mayorúna)
Mayobamba, 18
Mayorúna, 15, 16, 17, 22, 25, 27, 31, 32, 39, 40, 41, 43, 51, 56, 58, 61 e sgts., 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 98, 99, 109, 131
Mayurunas (v. Mayorúna)
Maxorunas (v. Mayorúna)
MEDEIROS, Gebe de Melo, 133
Medonho, rio, 113
MEIRELLES, Apoena, 100
MELATTI, Delvair Montagner, 25, 28, 31, 41, 58, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 100, 101, 103, 109, 112, 115, 120, 124, 127, 130, 136, 137
MELATTI, Júlio Cezar, 25, 28, 32, 41, 55, 58, 80, 95, 98, 103, 112, 113, 114, 115, 130, 131, 133, 136
MELO, Antonio Pereira de, 136
MENESES, Antonio, 58, 133
Mesquita e Cia., 109
MÉTRAUX, Alfred, 111, 117, 135
Miguel, 39, 41
MIGUEL, João, 125
Militão, 115
Misael, 38, 39, 41
Miraña, 15, 16
MNTB, 38, 41, 51, 56, 83, 117
Missão Sete Estrelas, 57
Moa, rio, 18
MOBRAL, 55, 92
Monte Ligia, seringal, 25, 113
MOREIRA, João (tuxaua), 123
MORENO, José, 51
Moyobamba, 61
Mufú, 104
MULLER FILHO, Bernardo, 99, 113, 114
Muriatê, 15
Museu do Índio, 58
Museu Nacional, 98, 117, 119, 124
Mutiró, aldeia, 63, 64, 71
Muxurunas (v. Mayorúna)

Nacuá (v. Nakwá)
Nakwá, 70, 87, 91
NANTES, Amâncio, 51
Napo, rio, 13
NASCIMENTO, José "o Velho", 38
Natal, seringal, 100
Nauás (v. Nawá)
Nauá, aldeia, 130
Nawá, 17
Nawa, 37, 117
Negro, rio, 32, 79, 103, 104, 106, 109, 113
Nicanor, 87
NIMUENDAJÚ, Curt, 41
Noêmia, 70, 74
NORONHA, José Monteiro de (Pe.), 16
Nova Empresa, seringal (v. Tatu, seringal)
Nova Olinda, seringal, 109
Nova Vida, 25
Novo, rio (v. Novo de Baixo, rio)
Novo de Baixo, rio, 98, 100, 101, 103
Novo de Cima, rio, 58, 83, 85, 93, 103
Novo de Humaitá, rio (v. Novo de Baixo, rio)
Nucuyni (v. Nukini)
Nuestra Señora del Carmen, missão de, 15, 17, 69
Nueva Estación, 18
Nueva Señora del Carmen (v. Nuestra Señora del Carmen, missão de)
Nukini, 22

OLIVEIRA, Cardoso, 25, 26
OLIVEIRA, Francisco Carvalho de, 58, 109, 133, 135
OLIVEIRA, Ismarth Araújo de (Gal.), 76
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, 33
OLIVEIRA, Mário Paulo de, 38, 39
Omagua, 15, 69

Pacha, 71
Pachá (v. Pacha)
Paissandu (v. Batã)
Palmeiras, aldeia, 64
Palmeiras, guarnição militar, 22, 63, 71, 76, 78, 79
Pancho, 104, 106
Pâno, 37, 46, 61, 83, 111, 117
Paraguaçu, rio, 29, 38, 87, 58, 93
Paraíso I e II, seringais, 109
Pardo, rio, 39, 41, 61, 69, 70, 71, 79, 80, 86, 103, 109, 111, 112, 115
Parque Indígena do Ituí, 31
Parque Indígena do Vale do Javari, 30, 31, 33, 34, 57, 79, 93, 100, 109, 111, 112, 113, 115, 118, 131, 133, 135, 136
Parque Nacional Indígena do Vale do Javari, 31
Pati, rio, 115
Patiá (v. Pacha)
Pau Mulato, igarapé, 103
PAULA, Ruth Wallace de Garcia, 83, 88, 92
Paulino, 38
Paulo, 38, 114
Pedras, rio das, 25, 32, 93, 111, 112, 114, 115, 119
Pedrinho (regatão), 51
Pedro, 70, 90, 91, 92, 114
PEDRO, Abidon (tuxaua), 123
PEDRO, Jacó (tuxaua), 123
Pedro Lopes, igarapé, 32, 43, 69, 93, 111, 112, 113, 114, 115
PENAMPA, Cesar Dole, 41
Penedo, rio, 113
Pentiaco, colocação, 58
Pentiaco, igarapé, 57

Persiliano (v. Souza Prisciliano)
PEREIRA, Alberto, 93
PEREIRA, Jovino, 128
Perimetral Norte, 30
Peru, 64, 69, 70, 71, 74, 78, 79
PETROBRÁS, 25, 27, 64, 71, 98, 100
PIA Curuçá, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 92, 111, 112, 114, 115
PIA Ituí, 22, 31, 33, 37, 38, 50, 54, 56, 57, 83, 84, 85, 88, 90, 92, 100
PIA Lobo, 56, 63, 64, 70, 76, 77, 78
PIA Marúbo, 31, 37, 95, 98, 99, 100, 113, 114, 127, 128, 130
PIA Massapê, 92
PIA Rio Branco, 98, 99, 100
PIA São Luís, 31, 55, 78, 112, 113, 114, 117, 118, 120, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131
PI Belém, 119
PIMENTEL, Jaime, 99
PINTO, João Rodrigues, 80
PINTO, José, 136
Pira-tapuias (v. Pira Tapúya)
Pira Tapúya, 17
PIRES, José Rodrigues, 28, 29, 115, 119, 128, 133
Pisábo, 22
PISANGO, Zaqueo (v. Zaquiel)
Plano de Integração Indígena, 30
Pontão, 119
Porto Alegre, seringal, 100
POSSUELO, Sydney, 63, 64
Posto 31 de Setembro, 64, 78
Prajano, igarapé, 114
Primeira DR, 31, 93, 109, 130, 133
PRIMO, José Herculano, 119, 127, 131
Projeto Rondon, 78, 130
Pucallpa, 70
Purus, rio, 13, 16, 111, 113

Quebrados, igarapé (v. Grande, igarapé)
Quẽchĩtxo, 46
Quéchua, 18, 61
Quixitinho, igarapé, 103, 104, 109
Quixito, rio, 104, 106

Rayo, 18
Raimundo, 85, 127
Raimundo, José (tuxaua), 123
Reconquista, rio, 113
Reissamon, 38
Remate de Males, 40
Rêmo, 18, 22
Requena, 25, 69, 76
RICH, Paul, 37, 51, 83
Rio Novo, igarapé, 109
Rio das Pedras, seringal, 125
Roberto, 53
RODRIGUES, Estevão, 130
Rodrigues, igarapé do (v. Irari, rio)
ROJAS, José da Encarnación, 18
ROMANOFF, S., 61, 63, 65, 74, 75, 78, 79, 83
ROSA, Antonio, 19
R. Pereira H. Ltda., 93, 101
RUFINO, Antonio, 39, 56

Sacato, igarapé, 57, 58
Samaúma, igarapé, 103
San Fernando de Mayorúnas, missão de, 15, 69
San Joaquín de los Omaguas, 15, 69
San José de Conibos, aldeiamento de, 13
San Pablo, 22
Santa Clara, 41
Santa Clara, igarapé, 57
Santa Elena, 76
Santa Fé, 118
Santa Maria de Huallaga, missão de, 15
Santa Maria, seringal, 133
Santana, igarapé, 32, 79
Santa Rita, seringal, 133
Santiago, 98, 100
Santiago, rio, 13
Santo Eusébio, seringal, 133
São Bento, igarapé, 87, 93
São Carlos, igarapé (v. Sacato)
São Carlos, seringal, 58
São Francisco Xavier do Javari, missão, 13
São João, igarapé, 98
São João, seringal, 131
São José, igarapé, 32, 127, 135, 136
São José, seringal, 133, 136
São José da Porta, seringal, 137
São Lourenço, 93
São Luís, 30, 54, 55, 133
São Luís, aldeia, 129
São Paulo de Olivença, 15, 16, 17, 31, 33, 133
São Paulo, seringal, 115
São Pedro, igarapé, 133
São José da Porta, seringal, 137
São Salvador, igarapé, 54, 93, 111, 112, 113, 114, 115
São Sebastião, seringal, 113
São Vicente, igarapé, 117, 118, 119, 123, 124, 127, 128, 133
Sebastião, 38, 41
Sebastião Luís, 98
Seis Soles, 18
Sem Nome, seringal, 133
Sentinela, seringal, 100, 101
SPI, 25, 113, 119, 128
Setiacha, rio, 58
SIL, 61, 65, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 79, 117
SILVA, Aristides Felix da, 93
SILVA, Gilvan, 129
SILVA, José Barbosa da, 51
SILVA, José Martins, 29
SILVA, Manoel Leão da, 93
SILVA, Rui Rodrigues da, 80
Simpatia, rio, 113
Sociedade Três Pinheiros da Amazônia, 93, 101
Sócio, aldeia, 63, 64
Sofia, 70
Solimões, rio, 13, 15, 16, 25, 30, 78, 111, 113, 128
SOUZA, Manoel Honorato de, 109
SOUZA, Prisciliano, 104, 106
Subposto Massapê, 112, 113, 114, 119, 124, 127, 128, 130
Subposto Tabocal, 98, 99
SUCAM, 92, 100, 130
SUDEPE, 33
SUDHEVEA, 33
SULAMBA, João, 106

Tabatinga, 13, 15, 16, 112, 114
Tacuchý (v. Itacoaí)
Tamân, 86
Tamaqui, lago, 127
Tamchiaco, igarapé, 18
T'amshiyacu, 18
Tapiche, rio, 15, 18, 22, 63
Tararuacá, rio, 17, 111, 113
Tatu, seringal, 106
Tawarí Djapá, 123
TAVARES, José (tuxaua), 123
TAVARES, Rubens Pestana, 31

CABRAL, Raimundo, 29, 53
Cachoeira, igarapé (v. Grande, igarapé)
Camarinigua, rio, 13
Canamã, seringal, 115
Canamari (v. Kanamarí)
Caranã, aldeia, 117, 130
Capistrano (tuxaua), 113
Capivaras, 135
CÁRDENAS, Nestor, 18
Carlos, 18, 22, 38, 39, 43
CARNEIRO, João, 106
Carrapixo, 99
CARVALHO, João Braulino de, 22
CARVALHO, José Cândido de Melo, 23, 74, 95, 118, 124, 125, 127, 136
Casiquin (v. Coxiquinas, rio)
CASTELNEAU, Francis de, 17
Catuquinas (v. Katukína)
CAVALCANTI, Costa, 53
Cavalo Marinho, seringal, 133
Cedro, igarapé, 118, 119, 124
CEMI, 56, 78
César, 22, 58
CFSOL, 87
Chaináwabo, 37
Chandless, rio, 111
CHANDLESS, W., 17
Chapara, 119
CHAPIAMA, Ambrósio, 22, 41
Chico Batista (v. Francisco Carvalho de Oliveira)
Chiquinho, 53
CHIRIF, Alberto, 61, 111
Chiruan (v. Xiruá, rio)
Choba, igarapé, 41, 63, 64, 65, 69, 70
Chobo, igarapé, 74
Cia. Norte, 133
Cícero, 58
CIMI, 120, 130
COAMA, 54, 76, 91, 99, 129
Coari, igarapé, 99
Coari, rio, 83, 84, 85, 93, 95, 98, 100, 113
Cocama (v. Kokâma)
Cocamilla, 15, 69
Cochiquinas, igarapé, 15, 41
Cochiquinas, rio, 16, 17
COELHO, Pedro Oliveira, 85, 86, 89
Colinos (v. Kulína)
COMAPA, Santiago, 39
Conibos (v. Koníbo)
Contas, 22
Contrabando, 40
Correia, igarapé, 99
COSTA, Newton, 53
COSTA, Sebastião Amâncio da, 31, 32, 79, 84, 93, 98, 109, 115, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 133, 136
COSTA, Zé, 22
Cravo, rio, 18, 22, 57
Crispin, 58
Crueira, igarapé, 119
Cruz, colocação, 58
CRUZ, João da, 131
CRUZ, Ramão (Ramón), 106
Cruzeiro do Sul, 27, 58
Cuchivara, rio (v. Purus, rio)
Culinos (v. Kulína)
Cumiuás (v. Kumiwá)
Curinga, 76
Curuçá, aldeia, 54, 55, 129
Curuçá, rio, 16, 18, 19, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 43, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 69, 70, 71, 79, 84, 85, 93, 95, 103, 104, 111, 112, 114, 115, 133
Curuçá, seringal, 115
Curuena, rio, 34
Curumin, igarapé, 119
Curusatuá (v. Curuçá)

Damân, 92
DAMASCENO, Firmino Ferreira, 133
Daniel, 98
Darapá, 83, 92
Dávi, igarapé, 34, 117
DGPI, 31
Deusdéti, 99, 113
DGO/FUNAI, 131
DGPI/FUNAI, 127
DIAS, João (João tuxaua), 123, 124, 128
Dico, 19, 22, 69
DIONÍSIO, Raimundo, 22, 38
Djapá, 117
Djalma, 98
DOLES Alberto Domingos, 41
DOMINGOS, José, 119
Domingos, 18, 38, 39, 104, 106
Douro, seringal, 115
Eduardo, 38
Edwards & Cia, 115
Ega (v. Tefé)
Eirunepé, 51, 56, 113, 133
Empresa Seringalista Amazonense, 115
EMATER, 33
Enriqueta (v. Harriet Kneeland)
Entre Rios, seringal, 100, 111, 112, 115
Envira, rio, 111
EPM/FUNAI, 56, 57, 71, 78, 118, 131
Eru, rio, 113
Esperança ou Futuro, seringal, 109
ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio, 31, 119
Esquerdo, igarapé, 103, 104, 109
Estado do Grão-Pará e Maranhão, 15

Faustino, 38, 41
FELIZ, Geraldo, 98
FELIZ, Raimundo, 98, 100
FERREIRA, Alexandre Rodrigues, 15
FERREIRA, George, 98
FERREIRA, João Barbosa, 32, 58, 93, 111, 115
Firmino, 38, 52, 53
Flavio, 136
Flecheira, igarapé, 32, 79
Floresta, seringal, 98, 100
Fonte Boa, 15
Foz do Jutaí, 119
FRANCO, Lucélio Cesar Sabe, 31, 32
FRANCO, Raimundo, 98
Fraternidade, igarapé, 100
Freitas, 133
Frente de Atração do Ituí, 85, 89
FRITZ, Samuel (S.J.), 13
FUNAI, 19, 22, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 43, 50, 52, 54, 56, 58, 71, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 103, 104, 106, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 124, 125, 127, 128, 129, 133, 135, 136
Futuro ou Bom Futuro, seringal, 109

Galvez, rio, 22, 63, 69, 70, 80
GEISEL, Ernesto, 27
Geraldo, igarapé, 127
GOMES, Cunha (capitão tenente), 17, 18
GOMES, José, 58

GOMES, Manoel, 27, 58, 100
GOMES, Oscar, 28, 53, 95, 103, 104, 106, 109, 127
Gondô, igarapé, 114
Grande, igarapé, 77, 93, 100
GROTH, Christa, 111, 117
Guariba, igarapé, 114, 127
GUIDA, Raimundo, 100
GUIDA, Sebastião, 84, 98
Guilherme, 41
Gurupá, 13

HERCULANO João Cosme, 112, 113
HERRERA, Jenaro, 69, 76
Huallaga, rio, 13, 15, 16, 61, 69

Ibên, 86
Içá, rio, 15
Incas, 18
INCRA, 32, 100, 109, 115, 128, 131, 133, 136, 137
Índios do Alto Jandiatuba, 119
Índios da confluência do Ituí/Itacoaí, 27, 31, 84, 85, 87, 93, 95 e sgts, 113, 128
Índios do Rio Quixito, 32, 103 e sgts, 133
Indiapás (v. In Djapá)
In Djapá, 119
Indústrias I. B. Sabbá S/A., 32, 58, 115, 133
Inferno, seringal, 136, 137
Informativo FUNAI, 99
Inglês, 19, 22, 41, 69
Ipixuna, rio, 18, 22, 25, 26, 38, 41, 49, 50, 51
Iquitos, 18, 22, 25, 70, 79
Irari, rio, 29, 78, 106, 120, 133
Irari, seringal, 117, 119, 120, 128, 129, 133
Irmãos Magalhães, 127
Isequiel (v. Zaquiel)
ISIDORO, Natalino Marinho, 80
Isidro, 43
Itacoaí, rio, 16, 17, 18, 25, 27, 30, 31, 32, 37, 40, 57, 83,88, 90, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 106, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 125, 128, 130, 131, 133, 136, 137
Ituí, rio, 18, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91,93, 95, 98, 100, 101, 103, 104, 106, 109, 136
Ituxi, aldeia, 64, 78
Ituxi, igarapé, 61, 64, 79

Jacó, 136
Jacurapá, igarapé, 83, 84, 86, 87, 91, 92, 93
Jandiatuba, rio, 31, 111, 135, 136, 137
JANSMA, John, 37, 51
Japurá, rio, 13, 15, 117
Jaquirana, rio, 16, 18, 22, 64, 70, 71, 80
Jari, rio, 17
Javari, rio, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 55, 57, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 77, 78, 79, 80, 104, 106, 111, 113, 118, 119, 120, 127, 128
João Carioca, 26, 119
João Kulína (v. HERCULANO, João Cosme)
João Pequeno, 39, 41
João (tuxaua), 18, 39, 41, 51
Jobim, 18
José, 70
José Filó (v. PIRES, José Rodrigues)
José Maria, 53
Júlio, 22, 53, 85
Juruá, rio, 13, 15, 16, 17, 18, 25, 26, 38, 41, 49, 50, 51, 57, 58, 69, 100, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 124, 136
Juruazinho, rio, 32, 34, 112, 117, 133, 136

Jutaí, rio, 15, 16, 18, 25, 31, 32, 33, 34, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 133, 135, 136, 137,
Jutaizinho, rio, 32, 34, 112, 117, 133

Kâmpo, 89
Kanamarí, 25, 26, 30, 31, 37, 55, 78, 86, 92, 112, 117 e sgts., 135, 136
Kanân, 87
Kaníbo (v. Índios do Rio Quixito)
Kaniuá (v. Kaniwá)
Kaniwá, 95, 99
Kapanáwa, 17, 18, 22, 37
Katuquína, 16, 17, 37, 57, 115, 117, 119
Kaxinawá, 37
KENNELL JÚNIOR, Gerald Raymond, 37, 51
KNEELAND, Harriet, 61, 65, 70, 78
Koatá Tapúya, 16
Kokâma, 19
Kolíno (v. Kulína)
Koníbo, 17
Korúbo, 95
Kulína, 16, 17, 32, 39, 52, 56, 65, 69, 85, 92, 93, 103, 111 e sgts., 120, 131, 136
Kulína (v. Kulína)
Kurína (v. Kulína)
Kumatse, aldeia, 63, 64, 71, 78
Kumiwá, 17
Kumutiró (v. Mutiró, aldeia),
Kutxá Djapá, 37, 123

Ladário, seringal, 100
LALLEMANT. Avé. 16
Lamayaco, igarapé, 18
Lameirão, aldeia, 30, 31, 61, 64, 65, 70, 71, 77, 78, 79, 80, 103
Lameirão, seringal, 80
LARRINAGA, José, 22
Lauro, 38
LEÃO, Carmen Dolores de Oliveira, 109
LEITE, Ionne, 61
Lima, 69
LIMA, Raimundo Pio de Carvalho, 113
Lobo, aldeia, 63, 69, 70, 72
Lobo, igarapé, 18, 61, 63, 64, 65, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 79
Lobos, igarapé dos (v. Lobo, igarapé)
Loboyaco, igarapé, 18
Lontananza, 18, 22, 63
Lopes, aldeia, 64
Lopes, igarapé do, 79
LOPES, João, 22, 41
LUCENA, Paulo, 43, 58
Luí, 127
Luisa, 70
LUZEIRO, Raimundo de Souza, 22
Macau, seringal, 133
Maçararys (v. Masararí)
Madeira, rio, 15, 16
Magalhães, 28, 29, 93
Mâina, 15
Madihá (v. Kulína)
Madija (v. Kulína)
Makonágua, 15
Manánuc Matsés (v. Mayorúna)
Manaus, 23, 25, 27, 28
MANDIN, Antonio, 95
Manduca Major, 99
Manduca peruano, 22
Mangerôma, 135
Mangerona (v. Mayorúna)
MANÎMPA, José Barbosa da Silva, 41

TÉDJO, Elói, 18
Tefé, 15, 16
Tefé (barão de), 18
Tejo, rio, 115
Tigre, igarapé, 128
Tikuna, 131
Tirrina, rio, 112
Todos os Santos, igarapé, 93, 111
Toledo, 18
Tomás, 18
Toninho (Maspân), 112, 113
Topasso, 127
TORRES, Valmir, 95, 99, 103, 119, 128, 130
Tracuá, 119
Trinta e Um, aldeia, 63, 64, 65, 72, 76, 77, 78, 79, 80
Triunfo, seringal, 100, 101
Tucanos, 135
Tukâno Djapá, 135
Tukumân, 83,84
Tukún Djapá, 135
Tukúna, 15, 30, 74, 78, 89, 95
Tumí, 86
Tumin, 84
Tupân, 87
Turú, 84
Txamikúro, 18
Txébero, 15
Txunhuân Djapá, 34, 37, 117, 120, 135

Uaraycus (v. Waraikú)
Ucavali, 70
Ucayali, 13, 14, 15, 16, 17, 18
Uchoa, igarapé, 131, 135, 136, 137
Ugina, 16
Universidade da Califórnia, 57
Uriarte, 18
Urubu, aldeia de, 13

Valência, seringal (v. Valença, seringal)
Valença, seringal, 100
VARGAS, Elói (v. VARGAS, Heliodoro)
VARGAS, Heliodoro, 18, 22, 41
Veado, rio, 39, 41, 54
VEIGA, José, 25
VEIGA, José Acyoli de Menezes, 32, 109, 115
Vicente, 39, 41
Vida Nova, 38, 39, 40, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 83, 92
VIVAR, A., 65, 69, 70, 79
Volta Seca, rio, 106

Xaná, 111
Xeruã, rio, 113, 117
Xiruá, rio, 17
Xoba, aldeia, 71
Xuguirana (v. Jaquirana, rio)

Waraikú, 16
Wenanáwabo, 37
Wenía, 46
Wertherman, 17

Yamêo, 15, 69
Yarinacocha, 70
Yora, 37

Zaquiel, 69, 74, 77, 87

1. *Noroeste da Amazônia*
2. *Roraima*
3. *Amapá*
4. *Solimões*
5. *Javari*
6. *Juruá/Jutaí*
7. *Tapajós/Madeira*
8. *Sudeste do Pará*
9. *Maranhão*
10. *Nordeste*
11. *Acre/Purus*
12. *Rondônia*
13. *Oeste do Mato Grosso*
14. *Parque Indígena do Xingu*
15. *Leste do Mato Grosso/Goiás*
16. *Leste*
17. *Mato Grosso do Sul*
18. *Sul*

COLABORE COM O LEVANTAMENTO

Enviando comentários, críticas, sugestões e acréscimos a este volume.

Para colaborar com os próximos volumes você pode enviar fotos, documentos, artigos, teses ou preencher a *ficha-padrão* para a coleta de informações sobre: nome, língua, população, localização, histórico do contato, modo de vida, tutela e assistência (com ênfase na educação escolar e serviços de saúde) e situação atual das terras, a respeito dos povos que você conhece. De preferência, informações dos últimos 20 anos, mas material histórico também é importante. Sempre que possível, as informações devem ser circunstanciadas, especificando-se claramente quem as coletou, quando e em que situação, e a que grupo local ou aldeia se referem. As informações recebidas serão classificadas por POVO e por ÁREA, comunicadas ao coordenador, consideradas e creditadas na elaboração do volume correspondente.

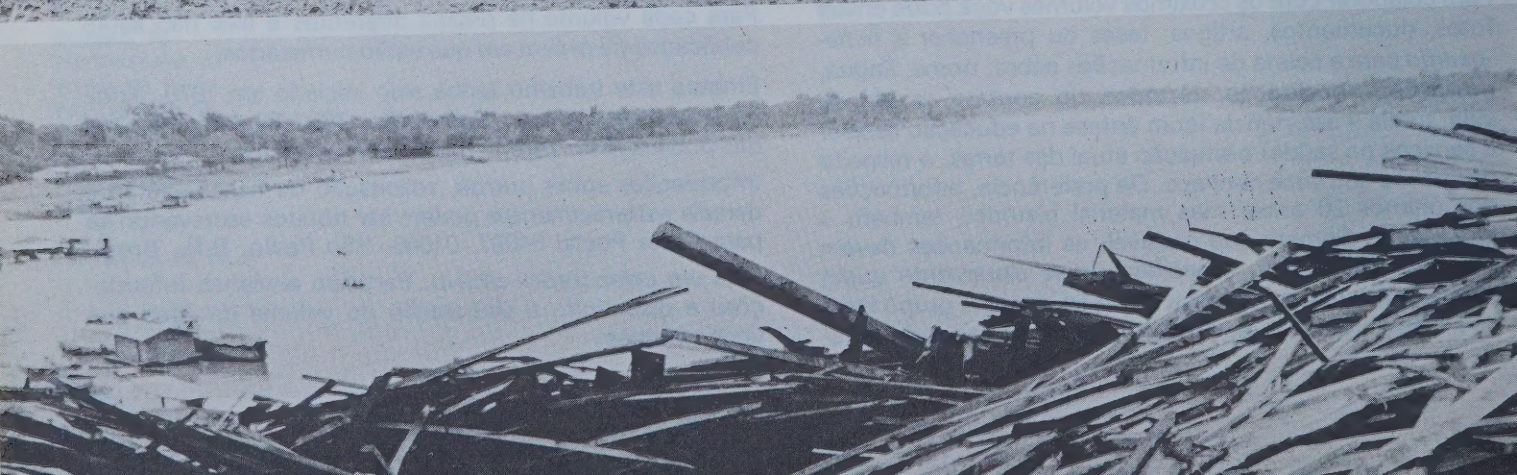
Para cada volume há prazos diferentes e eles não serão publicados na ordem em que estão numerados.

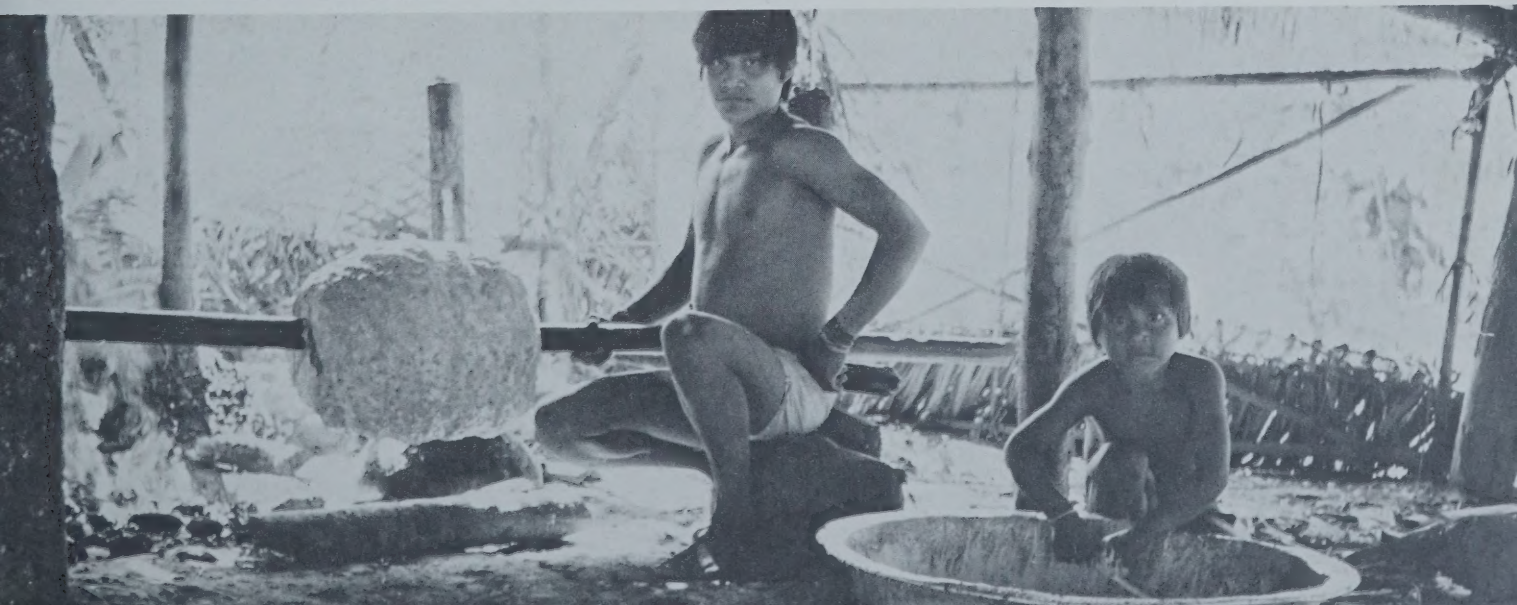
Embora este trabalho tenha sido iniciado em 1978, ainda há tempo para a sua colaboração. 1982/83 serão os anos das publicações. Tempo de reforçar o mutirão.

Informações sobre prazos, solicitação de fichas-padrão e demais esclarecimentos podem ser obtidos escrevendo-se para Caixa Postal 54097, 01000, São Paulo, S.P., Brasil.

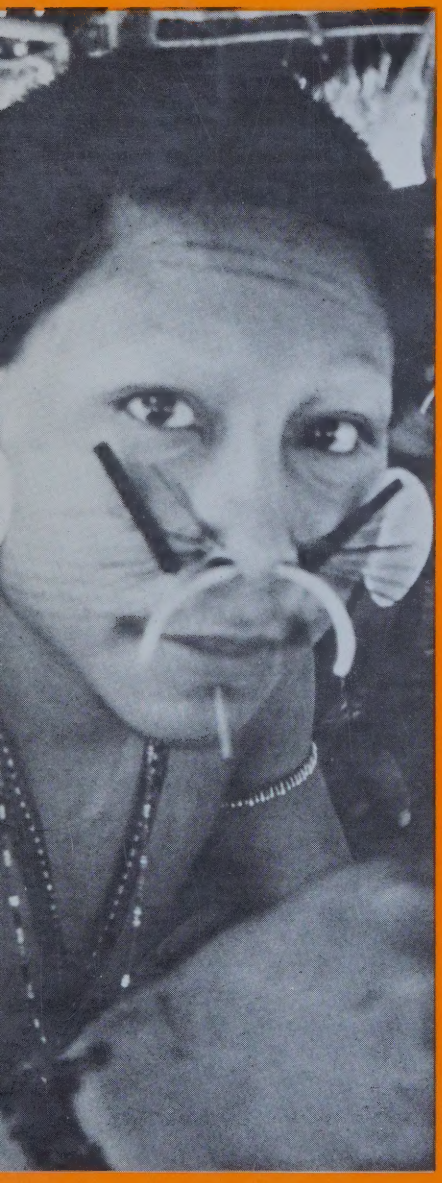
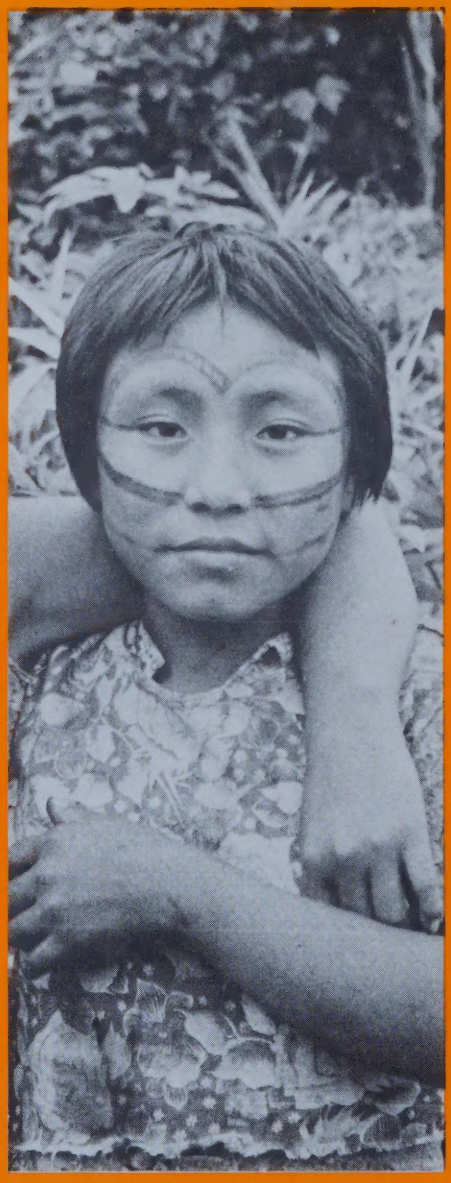
Seja um *colaborador efetivo*. Participe enviando informações e discutindo a elaboração do volume da Área que você conhece.

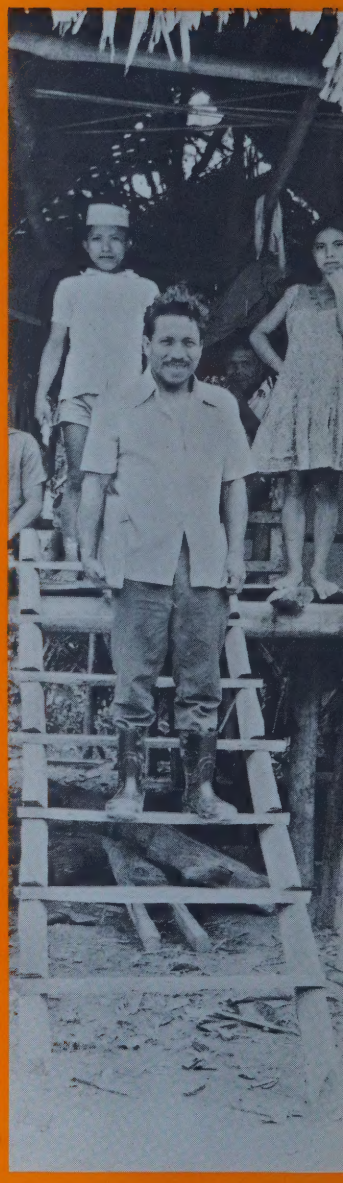
SAO LUI





UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 054818924



ISBN 85-85017-01-5 obra completa
ISBN 85-85017-06-6 volume 5